

COLEÇÃO

certões dos proj

**BRASIS:
TERRA,
TRABALHO
E NATUREZA**

ORGANIZADORES

CRISTIANA COSTA DA ROCHA

MARCIA MILENA GALDEZ FERREIRA

FRANCIVALDO ALVES NUNES

4

VOLUME



BRASIS: TERRA, TRABALHO E NATUREZA

4

COLEÇÃO
**sertões
dos
brasis**

BRASIS: TERRA, TRABALHO E NATUREZA

ORGANIZADORES
CRISTIANA COSTA DA ROCHA
MARCIA MILENA GALDEZ FERREIRA
FRANCIVALDO ALVES NUNES



EDUESPI

2023



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

Evandro Alberto de Sousa
Reitor

Jesus Antônio de Carvalho Abreu
Vice-Reitor

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Josiane Silva Araújo
Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação

Rauirys Alencar de Oliveira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires
Pró-Reitora de Administração

Rosineide Candeia de Araújo
Pró-Reitora Adj. de Administração

Lucídio Beserra Primo
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

Ivoneide Pereira de Alencar
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

Marcelo de Sousa Neto
Editor da Universidade Estadual do Piauí



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI**



Rafael Tajra Fonteles **Governador do Estado**
Themístocles de Sampaio Pereira Filho **Vice-Governador do Estado**
Evandro Alberto de Sousa **Reitor**
Jesus Antônio de Carvalho Abreu **Vice-Reitor**

Conselho Editorial EdUESPI

Marcelo de Sousa Neto **Presidente**
Algemira de Macedo Mendes **Universidade Estadual do Piauí**
Antonia Valtéria Melo Alvarenga **Academia de Ciências do Piauí**
Antonio Luiz Martins Maia Filho **Universidade Estadual do Piauí**
Artemária Coêlho de Andrade **Universidade Estadual do Piauí**
Cláudia Cristina da Silva Fontineles **Universidade Federal do Piauí**
Fábio José Vieira **Universidade Estadual do Piauí**
Hermógenes Almeida de Santana Junior **Universidade Estadual do Piauí**
Laécio Santos Cavalcante **Universidade Estadual do Piauí**
Maria do Socorro Rios Magalhães **Academia Piauiense de Letras**
Nelson Nery Costa **Conselho Estadual de Cultura do Piauí**
Orlando Maurício de Carvalho Berti **Universidade Estadual do Piauí**
Paula Guerra Tavares **Universidade do Porto - Portugal**
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro **Universidade Estadual do Piauí**

Marcelo de Sousa Neto **Editor**
Autores **Revisão**
Acadêmica Editorial **Capa / Diagramação**
Acadêmica Editorial **E-book**

B823 Brasis: terra, trabalho e natureza / Cristiana Costa da Rocha, Marcia Milena Galdez Ferreira, Francivaldo Alves Nunes, organização. – Teresina: EdUESPI, 2023.
481 p. – (Coleção Sertões dos Brasis; v.4).

ISBN versão digital: 978-65-88108-82-6
ISBN versão impresso: 978-65-88108-84-0

1. História do Brasil. 2. Espaço Rural. 3. Política. 4. Economia.
I. Rocha, Cristiana Costa da. II. Ferreira, Marcia Milena Galdez.
III. Nunes, Francivaldo Alves. IV. Título.

CDD: 981

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí – UESPI
Nayla Kedma de Carvalho Santos (Bibliotecária) CRB 3ª Região / 1188

Pareceristas

Alcebiades Costa Filho (UESPI/ UEMA)

Ana Cristina Meneses de Sousa (UESPI)

Antônio Alexandre Isidio Cardoso (UFMA)

Assunção de Maria Sousa e Silva (UESPI)

Cristiana Costa da Rocha (UESPI)

Daniel Vasconcelos Solon (UESPI)

Davi Avelino Leal (UFAM)

Elias Sacramento (UFPA)

Francivaldo Alves Nunes (UFPA)

Iraneide Soares da Silva (UESPI)

Lucineide Barros Medeiros (UESPI)

Marcia Milena Galdez Ferreira (UEMA)

Maria da Vitória Barbosa Lima (UESPI)

Raimundo Erundino Santos Diniz (UNIFAP)

Salania Maria Melo Barbosa (UESPI/ UEMA)

SUMÁRIO

Coleção Sertões dos Brasis	11
<i>Cristiana Costa da Rocha</i>	
<i>José Damião Rodrigues</i>	
Apresentação - Nos rurais dos Brasis – fios de continuidades	13
<i>Cristiana Costa da Rocha</i>	
<i>Francivaldo Alves Nunes</i>	
<i>Márcia Milena Galdez Ferreira</i>	
PARTE I - TERRA, NATUREZA E RELAÇÕES DE PODER.....	29
Povos indígenas e a luta pela terra no estado do Piauí (1990-2021): Um panorama sobre as mobilizações indígenas e estratégias de obtenção e acesso a terra dos Tabajara e Tapuio-Itamaraty, Kariri e Gamela.....	31
<i>Helane Karoline Tavares Gomes</i>	
Ribeirinhos e preservação ambiental: o caso da comunidade diamante, município de Itupiranga, sudeste do Pará.....	47
<i>Ana Hatalia Batista Gomes</i>	
<i>Airton dos Reis Pereira</i>	
<i>Samuel Sousa Lisboa</i>	
Escravidão e Liberdade: o liberto do 13 de maio de 1888 na província do Piauí	61
<i>Charlene Veras de Araújo</i>	
A imprensa do Piauí e os discursos sobre a pobreza (1877-1878)	75
<i>Daniel de Sá Aguiar</i>	
<i>Francisca Cleisla Carvalho de Sousa</i>	
A pistolagem enquanto violência típica de fronteiras em movimento e a romantização do pistoleiro enquanto figura heroica, a partir da análise de produções cinematográficas brasileiras contemporâneas.....	86
<i>João Marcel Evaristo Guerra</i>	

Nos arreios e patas do boi: memórias de vivências experienciadas de vaqueiros no sertão de Caxias - MA durante os anos de 1945 a 2015	103
<i>Auriele Pereira dos Reis</i>	
<i>Salânia Maria Barbosa Melo</i>	
Entre(linhas) de roça e resistência: a luta pela terra no povoado São Manoel- MA (1980).....	119
<i>Laryssa Gomes Pimenta</i>	
Agronegócio e desumanização: trabalho e adoecimento, morte e luto nas narrativas de viúvas da Chapada do Apodi, Ceará	137
<i>Ana Karolina Freire Oliveira</i>	
Ecofeminismo nos processos de luta na terra: o Coletivo de Mulheres Arte é Vida (Assentamento Cristina Alves/MST).....	153
<i>Nathalia da Silva Pontes</i>	
<i>Isaac Giribet Bernat</i>	
Áreas de Preservação Permanente e seus benefícios para comunidades de povos tradicionais no sudeste do Pará: o caso da Comunidade Ribeirinha Diamante.....	165
<i>Edina Silva Almeida</i>	
<i>Beatriz Dutra Sarges</i>	
<i>Airton dos Reis Pereira</i>	
Em busca de terras e de um lugar-ideia: fronteira agrícola e migração no cinema de Murilo Santos	181
<i>Marcia Milena Galdez Ferreira</i>	
<i>Pamella Ferreira Paiva</i>	
Fronteiras de Imagens: o labirinto do audiovisual nas escolas	195
<i>Marcia Milena Galdez Ferreira</i>	
<i>Ludimila Soares Melo</i>	
Migração, seca e a imprensa no Piauí (1877-1879)	215
<i>Cássio de Sousa Borges</i>	
<i>Francisco Gleison da Costa Monteiro</i>	

Os efeitos da seca de 1877-1879 no Piauí na narrativa do periódico “A Imprensa”	235
<i>Kátia de Araújo Silva</i>	
<i>Maria de Lourdes Andrade dos Santos</i>	
Um olhar histórico sobre os trabalhadores livres e migrantes da seca no Piauí oitocentista (1877-1879)	253
<i>Luciane Azevedo Chaves</i>	
<i>Lucas Clementino Feitosa Pinheiro</i>	
PARTE II- TRABALHO, SECA E MIGRAÇÃO	213
Influência e subversão sobre o caráter do sertanejo durante a seca de 1932 : a representatividade em <i>Vida Gemida em Sambambaia, de Fontes Ibiapina</i>	269
<i>Lueldo Teixeira Bezerra</i>	
<i>Raimunda Celestina Mendes da Silva</i>	
Apontamentos sobre migrações e cotidiano fabril rural no EntreRios	285
<i>Lia Monnielli Feitosa Costa</i>	
Trabalho escravo contemporâneo: os casos de submissão da população rural piauiense à condição de escravizados por agroindústrias no Entre rios, 1980 a 2010	303
<i>Adyson Lucas dos Santos Oliveira</i>	
<i>Cristiana Costa da Rocha</i>	
Trabalho escravo contemporâneo no Brasil no século XXI: experiências e memórias de trabalhadores do assentamento <i>Nova Conquista/Piauí</i>	319
<i>Daniel Vasconcelos Solon</i>	
Camponeses na fronteira: as frentes de emergência e outras ações governamentais no combate aos efeitos da seca no Piauí (décadas 1970-1980)	337
<i>Lucas Ramyro Gomes de Brito</i>	
Trajetórias de Migrantes da Região dos Carnaubais, Piauí entre 1980 e 2010.....	363
<i>Natalia dos Santos Gomes</i>	

Trajetórias Migratórias de trabalhadores (as) rurais rumo a industrialização do babaçu no Piauí (1948 – 1972).....	377
<i>Marcos Oliveira dos Santos</i>	
Homem e Natureza: Conflitos e resistência de trabalhadores às monoculturas de eucalipto no Médio Parnaíba maranhense (2010-2018).....	393
<i>Francisco Rairan dos Santos Vilanova</i>	
Retornar do Paraguai e se reinserir na fronteira: dimensões múltiplas e espaços estratégicos.....	411
<i>Vanucia Gnoatto</i>	
Descendo o Tocantins: migração de cametaenses para Tomé-Açu – 1950/1970	429
<i>Raimundo Nonato Lisboa Clarindo</i>	
Os migrantes nordestinos em movimentos sociais: passeatas da fome, saques, revoltas e outras ações de massa (Ceará, década de 1950)	445
<i>Renata Felipe Monteiro</i>	
Sobre o(a)s organizadore(a)s e o(a)s autores(a)	461
Índice Remissivo	469

COLEÇÃO SERTÕES DOS BRASIS

Os livros que integram a Coleção Brasis são resultado dos trabalhos de estudantes de Pós-Graduação e docentes de ensino básico e superior, submetidos ao Seminário Internacional Independências dos Brasis e I Seminário Interdisciplinar em Sociedade e Cultura do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura, da Universidade Estadual do Piauí, em agosto de 2022, integrado ao Calendário da Adesão do Piauí à Independência do Brasil. O evento resultou da parceria do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura, Núcleo de Documentação e Estudos em História Sociedade e Trabalho, UESPI, e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, através da sua Área de História e do Centro de História da Universidade de Lisboa, tendo como objetivo propor debates em torno do projeto de Independência dos Brasis, com ênfase nas questões relacionadas à construção de territórios e fronteiras regionais, as independências do mundo atlântico, portuguesa, espanhola e francesa, escravização e liberdade.

A complexidade temática apresentada no contexto do Ducentenário da Independência do Brasil e revela novos desafios como nos aponta caminhos para pensar o Brasil entre o passado histórico colonial e a contemporaneidade. As interfaces do Brasil, passado e presente, se entrecruzam para responder a questões urgentes que atravessam a história, o passado escravocrata; o presente, que submete homens livres à condição de trabalho escravo; o racismo estrutural; as fronteiras dos Brasis, como foram pensadas historicamente e como nos definiram enquanto nação; e as interfaces com a América Latina. Na certeza de que o saber e a informação produzidos

de forma coletiva são sempre potencialmente produzidos de forma difusa e interativa, os livros reúnem pesquisadores comprometidos com o debate sobre Brasil e América Latina em perspectiva multidisciplinar.

Os textos foram organizados em 05 livros temáticos - 01) Independências e Sociabilidades nos Brasis; 02) Historiografia e Ensino em Perspectiva Decolonial; 03) Educação e Questão Agrária nos Brasis; 04) Brasis: Terra, Trabalho e Natureza; 05) Cultura, Literatura e Outras Artes nos Brasis.

Nossos cumprimentos e agradecimentos à CAPES pelo apoio financeiro para realização do evento e publicação da Coleção. Estendemos os cumprimentos ao Centro de História da Universidade de Lisboa, e pesquisadores ligados ao Programa de Pós-Graduação em História da UEMA e Programa de Pós-Graduação em História da UFPA pelo apoio e envolvimento dos seus professores na elaboração destes livros.

Convidamos o leitor a adentrar interpretações plurais e fragmentadas dos Brasis, que fazem desta coletânea um esforço coletivo de uma geração de autores para dar visibilidade às suas pesquisas, em andamento e outras já concluídas, que, sem dúvida, constituem contribuições originais para o universo acadêmico.

Cristiana Costa da Rocha – UESPI

Tem doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF. É professora Adjunta do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI/ Campus Poeta Torquato Neto. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura – PPGSC. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Documentação em História, Sociedade e Trabalho – NEHST/UESPI/CNPQ.

José Damião Rodrigues – Universidade de Lisboa

Tem doutorado em História pela Universidade de Açores. É professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL). Diretor do Programa de Doutoramento em História Marítima da Universidade de Lisboa. Possui experiência nas áreas de História e Ciências Sociais. Foi membro do Editorial Board da Série European Expansion and Indigenous Response, da editora Brill. Tem bibliografia publicada em Portugal, Espanha, França, Alemanha, Brasil, Argentina, Peru, Colômbia e Estados Unidos da América.

APRESENTAÇÃO

NOS RURAIS DOS BRASIS – FIOS DE CONTINUIDADES

Os fios de continuidades dos estudos agrários nos possibilitam conhecer os mais recentes resultados de pesquisas construídas por jovens pesquisadores do Norte e Nordeste do Brasil. Diante de uma contínua e promissora produção historiográfica, esta coletânea “Terra, trabalho e natureza” é um grande exercício na direção de interpretarmos o espaço rural, considerando um pretérito agrário presente na estrutura política e econômica, marcado por conflitos e estratégias de lutas e resistência à expropriação fundiária que marcam a experiência do capitalismo no país.

As interfaces da história social com a história política, agrária e ambiental no Brasil, considerando os recortes regionais direcionam este conjunto de textos, que dialogam entre si. Nesse sentido é possível observarmos questões que perpassam pela organização e apropriação do ambiente rural e o seu impacto sobre os grupos sociais articulados em torno da sua exploração. As políticas de Estado voltadas à questão da territorialidade assim como a utilização do território pelos indivíduos, envolvendo as práticas sociais, ambientais e políticas são questões também presentes.

A coletânea que apresentamos tem sido orientada por problemas que envolvem a história agrária, em que a terra, o trabalho e a migração constituem temáticas centrais de discussões. Uma obra coerente com as atividades desenvolvidas por pesquisadores responsáveis por discussão apresentadas no *Seminário Internacional Independências dos Brasis*.

A terra é a linha mestra da arquitetura e escritura dos textos que problematizam os direitos, os acessos, os conflitos e disputas que colocam em confronto homens e mulheres (posseiros, Sem Terra, indígenas, “assituantes” ribeirinhos, quebradeiras de coco, retirantes) contra pistoleiros, grileiros, fazendeiros e empresas rurais.

O Estado brasileiro é co-participe de tais disputas e atua comumente do lado da elite agrária, seja favorecendo seu acesso à terra a partir de leis, viabilizando lucros avultados a partir de políticas públicas ou acobertando seus crimes, que se sofisticam em requintes de crueldade ao longo dos séculos, contribuindo para tornar o campo um espaço violento, onde a violação dos Direitos Humanos se faz costumeira e a impunidade e a injustiça pendem para o lado mais fraco da balança.

São tais sujeitos: os expropriados das terras, do território e do usufruto dos recursos naturais que se deslocam em busca de novos espaços de fronteiras onde haja terra, trabalho e água para as famílias e indivíduos pobres do mundo rural. As histórias se repetem, se expandem e complexificam como novas tragédias e, simultaneamente, lutas vorazes nos Sertões do Nordeste e deslocamentos em busca de abrigo, água e comida nas suas capitais e de terra, trabalho e bons invernos nos espaços de fronteira do Meio Norte e da Amazônia Oriental.

O ir e vir de retirantes da Seca e de expropriados das terras são embalados por sua “precisão”, pela necessidade de “escapar”, pela busca de supostos eldorados. Por vezes logram encontrar terras, trabalho e água, mas comumente o fazem a partir de experiências em que o capitalismo se manifesta nas suas formas mais violentas e arcaicas: com ameaças, expulsões e morte no campo, com maus tratos, exploração, e, no limite, com formas contemporâneas de escravidão nos rincões do Brasil.

Dividimos a Coletânea em duas partes indivisíveis para a história do mundo rural nos Brasis: **Terra, Natureza e Relações de Poder** - pontilhadas pelos deslocamentos e experiências

de luta de homens e mulheres que tomam consciência da usurpação e da violência e elaboram estratégias de sobrevivência e enfrentamento em espaços, temporalidades e circunstâncias distintas, bem como pelas mobilizações de luta na terra e nas florestas em prol da preservação do meio ambiente e da viabilidade da agroecologia; e **Trabalho, Seca e Migrações** - na qual os autores se ocupam da relações de trabalho no campo (escravidão, agregados e trabalho livre), migração, modos de dominação e múltiplas formas de resistência no meio rural.

A primeira parte do livro, **Terra, Natureza e Relações de Poder**, tem início com o capítulo “Povos indígenas e a luta pela terra no estado do Piauí (1990-2021)”, Helane Karoline Tavares Gomes traça um panorama acerca das mobilizações indígenas e estratégias de obtenção e acesso a terra no estado do Piauí. A autora parte de três casos: os Tapuio-Itamaraty, na região norte do estado, no município de Lagoa de São Francisco, na comunidade Nazaré; os Kariris da comunidade Serra Grande, na região sudeste, em Queimada Nova; e, os Gamelas, na região sul, das comunidades Barra do Correntim, em Bom Jesus, Morro D’água e Prata, em Baixa Grande do Ribeiro, Pirajá, Passagem do Correntim e Laranjeiras, em Currais e Vão do Vico, em Santa Filomena. O texto se constitui em um importante trabalho que possibilitou a compreensão das relações entre os Gamelas, Kariri e Tabajara-Tapuio-Itamaraty, associações e coletividades em contexto agrário e as estratégias de mobilização em torno das questões e pautas indígenas.

Com o propósito de analisar o processo de organização social dos ribeirinhos da Comunidade Diamante, procurando compreender a relação desses sujeitos com o seu espaço, os autores Ana Hatalia Batista Gomes, Airton dos Reis Pereira e Samuel Sousa Lisboa, no *texto* “Ribeirinhos e preservação ambiental”, analisam a economia das famílias que tem como base a agricultura familiar, com a produção de milho, arroz, mandioca, hortaliças, abóbora, inhame, farinha e pescado. Trata-se de importante estudo para pensar as comunidades rurais

que possuem uma relação direta e sustentável com as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e por se autodenominarem como ribeirinhos. Como destacam os autores, as áreas preservadas contribuem na fertilização da terra e evita erosão do solo, permitindo melhor cultivo das roças desses camponeses, no entanto, é preciso considerar que essa ação é de mão dupla, ou seja, à medida que as áreas de APPs possibilitam benefícios às famílias de ribeirinhos, estas contribuem com a preservação ambiental dessas áreas. Ou seja, diferentemente dos grandes proprietários que têm a terra para o negócio, o lucro, as famílias ribeirinhas têm a terra como parte do direito gerado pelo trabalho, como forma de sobrevivência das famílias.

O processo abolicionista ganha contornos interpretativos diante dos eventos ocorridos na província do Piauí. Nesse caso, Charlene Veras de Araújo, no texto “Escravidão e Liberdade”, entende que a legislação escravista da segunda metade do século XIX tinha como objetivo criar estratégias básicas para a formação de um mercado de trabalho com base no assalariamento como forma de substituir a mão de obra escravizada. Na província do Piauí, segundo o autor, foi possível perceber que o 13 de maio de 1888 mobilizou processos profundos de mudança social que foram sentidos durante todo o imediato pós-abolição. Os dirigentes da província afirmavam que a desestruturação do trabalho cativo através da Lei Áurea havia provocado uma desorganização no trabalho agrícola devido à ausência de “braços aptos” para o desenvolvimento da lavoura. Diante do exposto, é formulado a seguinte problemática: como foi recebida a Lei Áurea na província do Piauí no imediato pós-abolição? Para compreender esse processo se utilizou como fontes, os jornais *A Época, Relatórios dos Presidentes da Província e Pareceres e Registros do Poder Legislativo*.

No estudo “A imprensa do Piauí e os discursos sobre a pobreza (1877-1878)”, Daniel de Sá Aguiar e Francisca Cleisla Carvalho de Sousa problematizam os discursos promovidos pela elite e autoridades judiciais e policiais da província do

Piauí oitocentista nas narrativas jornalísticas sobre os migrantes que se fixaram no local, entre os anos de 1877 e 1878, período correspondente à Grande Seca. Os autores questionam os termos pejorativos dirigidos a esses migrantes, assim como, o motivo das acusações de rejeitarem o trabalho formal. Para isso foi realizada uma averiguação dos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e os aportes de fundamentação teórica nos estudos *O poder e a seca (1887 - 1879) no Piauí* de Maria Mafalda Baldoino de Araújo, *História da Imprensa no Piauí* de Celso Pinheiro Filho e *Seca Seculorum, Flagelo e Mito na Economia Rural Piauiense* de Manuel Domingos Neto e Geraldo Almeida Borges.

João Marcel Evaristo Guerra no artigo, “A pistolagem enquanto violência típica de fronteiras em movimento e a romantização do pistoleiro enquanto figura heroica, a partir da análise de produções cinematográficas brasileiras contemporâneas”, problematiza, dentre outros aspectos, a romantização da prática da pistolagem em produções cinematográficas, a partir da trajetória do pistoleiro Julião Santana. O enfoque sobre sua atuação e o destaque dado às práticas homicidas encobrem fatores que contribuem com essa desumanização, tais como os cenários de miséria e marginalização social em que estas pessoas nascem e de ausência de condições satisfatórias de vida ou de perspectivas de ascensão social. Trajetórias como a de Julião Santana, com atuação entre os anos 1970 e 1980, na região fronteiriça entre o Tocantins e o Maranhão, entretanto, inspiraram produções cinematográficas a partir dos anos 2010, que se aprofundam na abordagem do componente humano do pistoleiro, relativizando a maldade e a violência do homicídio.

Auriele Pereira dos Reis e Salânia Maria Barbosa Melo debruçam-se sobre a história dos vaqueiros que campearam o sertão de Caxias - MA (1945 a 2015), e tomam como elemento analítico, as memórias dos vaqueiros às quais estão assentadas em suas vivências cotidianas. As autoras evidenciam como

as mudanças no espaço rural, surgidas na região sertânica de Caxias, principalmente, nos anos 2000 impactou a vida desses sujeitos. O artigo “Nos arreios e patas do boi: Memórias de vivências experienciadas de vaqueiros no sertão de Caxias-MA durante os anos de 1945 a 2015” objetiva analisar de que maneira são construídas as memórias vivenciadas e experienciadas pelos vaqueiros a partir das transformações físico-culturais ocorridas durante o período analisado, bem como, considerar os momentos de sociabilidade e a representatividade social e cultural dos vaqueiros. Este estudo constitui-se de fontes bibliográficas, orais e imagéticas que se coadunam com a temática, e apresenta transformações no espaço vivencial desses sujeitos, que os impossibilitaram de exercer as mesmas suas práticas, levando-os a sentimentos de saudade dos tempos em que campeavam e das paisagens de outrora repleta de árvores, frutos e riachos perenes.

A seguir, Laryssa Pimenta em *Entre(linhas) de roça e resistência* aborda a luta pela terra no povoado São Manoel, município de Lago do Junco -MA nos anos 80. A autora discute a nova configuração do campo maranhense, após a Lei 2.979/69, que vivencia a intensificação dos conflitos agrários e analisa motivações, desdobramentos e estratégias utilizadas pelos trabalhadores rurais do povoado e adjacências, como forma de resistir ao avanço da grilagem e da violência praticadas pelos pistoleiros. Analisa também crônicas de autoria do Frei franciscano Adolfo Temme, que, além de relatar os sofrimentos enfrentados pela população local, possibilitam perceber o suporte dado pelos membros do clero, inspirados pela Teologia da Libertação aos posseiros da região do Médio Mearim.

Ana Karolina Oliveira em “Agronegócio e desumanização” analisa impactos sociais e ambientais que afetam a vida e o trabalho das comunidades da Chapada do Apodi diante do avanço do agronegócio e do uso intensivo de agrotóxicos, que alterou a dinâmica produtiva e o cotidiano de trabalho, além de ter elevado os índices de doenças oncológicas da

região. A autora problematiza os discursos hegemônicos que apontam o agronegócio como um setor indispensável para a economia brasileira, firmando-o como sinônimo de modernização e progresso. A partir das narrativas orais de mulheres que perderam seus companheiros em decorrência do contato com agrotóxicos nos locais de trabalho, busca perceber como elas lidam com a morte e seus processos de luto. O artigo impulsiona discutir as camadas de desumanização presentes num sistema produtivo que ignora a qualidade de vida, a saúde e o meio ambiente; que elege o lucro como uma justificativa inquestionável diante da dor, do sofrimento e das perdas de inúmeras famílias que sentem, diariamente, os impactos pungentes do agronegócio.

Isaac Bernat e Nathalia Pontes abordam o “Ecofeminismo nos processos de luta na terra” a partir de um estudo de caso realizado no e sobre o Coletivo de Mulheres Arte é Vida (Assentamento Cristina Alves/MST), localizado na cidade maranhense de Itapecuru-Mirim. Os autores concebem o Ecofeminismo como a luta contra a dominação da mulher e da natureza pela sociedade machista, patriarcal e capitalista. Caracterizam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pelo papel cada vez mais relevante que as mulheres assumem nos diversos processos de acesso e permanência na terra a partir do questionamento da divisão sexual do trabalho e da produção de alimentos saudáveis. Desde o período de acampamento as mulheres se tornaram um dos principais sujeitos do processo de Reforma Agrária em andamento, participando ativamente das diversas atividades da nova realidade camponesa, salientando seu trabalho para além da esfera doméstica. Deste modo, identificam as práticas sociais e produtivas realizadas por este grupo de mulheres Sem Terra como expressões de caráter ecofeminista.

Na sequência, Edna Almeida, Beatriz Sarges e Airton Pereira apresentam o estudo de caso da Comunidade Ribeirinha Diamante, localizada na confluência do Igarapé Vermelho

com o Rio Tocantins, em uma abordagem das “Áreas de Preservação Permanente e seus benefícios para comunidades de povos tradicionais no sudeste do Pará”. assinalam como função ambiental das APPs, a preservação e conservação dos recursos hídricos, como a paisagem, a estabilidade geológica, fluxo gênico da fauna, flora e biodiversidade. Valendo-se das metodologias e fontes da História Oral, os autores analisam a importância dessas APPs para o cultivo dos ribeirinhos, além de descrever a problemática em torno dos conflitos agrários decorrentes da pressão dos grandes fazendeiros das proximidades. A Comunidade Diamante utiliza a agricultura familiar como fonte de renda principal, cultivando arroz, macaxeira, limão, açaí, entre outros e muitas famílias que a compõem sofrem invasões de fazendeiros que ambicionam ampliar seus pastos sobre a área de várzea, rica em água e de solo fértil.

Pamella Paiva e Marcia Milena Galdez analisam os processos migratórios de homens e mulheres residentes nos “centros” da região do Vale do Rio Carú na Amazônia Maranhense, em fins das décadas de 1970 até meados de 1980 registrados pelo cineasta Murilo Santos no filme *Bandeiras Verdes*. Buscam compreender também a reação que esses campesinos tiveram às transformações agrárias em curso nas décadas de 1970 e 1980 e os conflitos por terra que se deram com a modernização conservadora em curso no campo maranhense, em prol do avanço de projetos agropecuários, da agroindústria, e da pecuária extensiva nas áreas. Os migrantes vinham de áreas de ocupação antiga do estado do e passavam a adentrar as regiões de mata virgem, lá desenvolvendo seus plantios, e interagiam com o comércio local graças a estas produções.

Ludimila Melo e Márcia Milena Galdez abordam o documentário *Fronteiras de Imagens* (Murilo Santos, 2009) e seu uso como ferramenta didática para o ensino de História Rural O filme é composto por um acervo de memórias de experiências vivenciadas pelo próprio diretor no período

em que esteve em contato com as famílias do Centro do Bala, especialmente com o *assituante* Domingos Bala e sua família, localizado na região do Vale do rio Carú, na Amazônia maranhense. O documentário em tela é composto por imagens registradas e narradas pelo próprio Murilo Santos a respeito das situações vividas por famílias de camponeses pobres entre os anos de 1979 e 1986 e da produção e realização do premiado documentário *Bandeiras Verdes* (1988). As autoras discutem meios de aplicar o documentário no ambiente escolar, a fim de instrumentalizar a consciência histórica tendo em vista desafios e possibilidades ao utilizar o cinema engajado como instrumento do ensino de História.

A segunda parte do livro, *Trabalho, Seca e Migração*, Cássio de Sousa Borges e Francisco Gleison da Costa Monteiro, no texto “Migração, seca e a imprensa no Piauí (1877-1879)” versam sobre os efeitos da seca de 1877-1879 na província do Piauí, tendo como foco a intensa migração interna e externamente. Como metodologia utilizada para estudar como esses migrantes foram retratados, os autores procuram mapear fontes manuscritas como requerimentos, ofícios e súplicas enviadas aos presidentes da província. Também, somam-se a esse conjunto de fontes os jornais “A Época” e “A Imprensa” que circularam naquele momento pelos sertões do Piauí. De posse dessa documentação, analisam as formas como estes gestores pautaram a assistência aos pobres migrantes durante aquele momento, destacando as estratégias utilizadas pelas elites para que o trabalho nas obras públicas ocupasse e controlasse essa população, sobretudo, com o discurso de que estes viviam de vadear e preferiam a ociosidade ao trabalho. A respeito disso e com a finalidade de afastar os migrantes do centro da capital provincial, Teresina, foram ainda criadas ações para prestar auxílios aos migrantes através da Comissão de Socorros Públicos e de Núcleos Coloniais que serviram como importantes medidas assistencialistas e como forma de enquadrar esses migrantes ao trabalho regular.

Seguindo parte das preocupações anteriores, Kátia de Araújo Silva e Maria de Lourdes Andrade dos Santos, em “Os efeitos da seca de 1877-1879 no Piauí na narrativa do periódico ‘A Imprensa’” identificam e analisam os efeitos causados pela seca de 1877-1879 na província do Piauí a partir da narrativa do periódico piauiense “A Imprensa” e, sobretudo, evidenciam os problemas decorrentes das migrações massivas dos indivíduos que abandonaram seus lares em busca de sobrevivência. As autoras mostram os diferentes segmentos sociais atingidos pelo flagelo e as estratégias de sobrevivência usadas por estes. Nesse sentido, são mostrados os efeitos da seca em diferentes pontos da província, tendo uma dimensão territorial do alcance da seca e de seus impactos sobre a sociedade, os meios de subsistência, a mortalidade entre outros fatores, de forma que se percebeu que o jornal é um importante veículo de comunicação da época, deixando indícios que permitem compreender esse período da história.

A compreensão da seca do sertão nordestino como figura central é também a preocupação de Luciane Azevedo Chaves e Lucas Clementino Feitosa Pinheiro, no texto “Um olhar histórico sobre os trabalhadores livres e migrantes da seca no Piauí oitocentista (1877-1879)”. No caso, o interesse é com o estudo dos trabalhadores livres e migrantes na grande seca do triênio de 1877-1879 no Piauí. Os autores procuram compreender os motivos das migrações durante esses períodos de estiagens, não tendo como a principal causa somente as faltas de chuvas, mas buscando encará-las como problema social, a partir do século XIX. Além disso, analisam os discursos e as estratégias dos governos provinciais e dos proprietários de fazendas que se aproveitaram desse grande contingente de migrantes para explorá-los nas obras públicas e privadas, oferecendo-lhes uma pequena quantidade de proventos que mal dava para alimentar suas famílias. Trata-se de um estudo que problematiza

os discursos de assistencialismo e progresso tão difundidos naquele período como meios para justificar a exploração dessa massa de trabalhadores livres e migrantes.

A seca ganha destaque no texto “Influência e subversão sobre o caráter do sertanejo durante a seca de 1932”, apresentado por Lueldo Teixeira Bezerra e Raimunda Celestina Mendes da Silva. Os autores analisam a obra “Vida Gemida em Sambambaia”, de Fontes Ibiapina, sob o prisma da influência e subversão sobre a personagem Alonso, causadas pela seca de 1932. Trata-se de uma análise literária que parte da filiação da historiografia com a ficção, em que se percebe que a personagem Alonso, ao ver sua família passando fome, logo procura uma solução para alimentá-la. Para tanto, ele começa a praticar atos que a sociedade julga como ilícitos. Assim, surge o início da subversão da personagem mediante os açoites da seca de 1932, questão importante é tratada com destaque no texto.

Lia Monnielli Feitosa Costa no texto “Apontamentos sobre migrações e cotidiano fabril rural no EntreRios” pontua algumas relações entre a migração para a região do EntreRios piauiense e a experiência fabril vivenciada na fábrica GECOSA S/A, localizada no povoado no Novo Nilo, no município de União-PI. Ao elencar um recorte temporal baseado em relatos orais de migrantes, a autora constatou que o Piauí era um destino possível de deslocamento de cearenses em razão de uma série de fatores, como a extração do coco babaçu, que se revela como um complemento à renda familiar que se sustenta graças a uma combinação de forças entre cultivo nas lavouras, criação de animais e trabalho doméstico. A esta alternativa de sobrevivência somou-se o trabalho fabril, protagonizado pela fábrica GECOSA S/A que a partir da década de 1940 especializou-se na extração do óleo do babaçu (e fabricação de derivados) empregando paulatinamente não só moradores do povoado Novo Nilo, mas também atraindo – e recrutando- pessoas vindas de cidades vizinhas do EntreRios e de outros Estados próximos. Para dar conta desta história, a autora analisa o

projeto encaminhado em 27 de outubro de 1982 ao BNDES PAR – BNDES PARTICIPAÇÕES S/A, Relatórios de Governo e Mensagens Legislativas, bem como uso da metodologia da história oral.

Ádyson Lucas dos Santos Oliveira e Cristiana Costa da Rocha analisam as ações trabalhistas movidas por trabalhadores contra as agroindústrias COMVAP e GECOSA, localizadas na região do Entre Rios, Centro-Norte do Piauí, entre 1980 e 2010. Os processos analisados foram acessados no Tribunal Regional do Trabalho – 22^a Região, durante a realização de um projeto de pesquisa no âmbito do PIBIC, que objetivava realizar levantamento de fontes documentais acerca das ações trabalhistas contra as agroindústrias locais. Antes, essencialmente dedicados ao cultivo de suas roças, as populações de pequenos posseiros e agregados passaram a depender do trabalho assalariado nas empresas instaladas na região. O texto evidencia as ações de resistência e estratégias de trabalhadores rurais por meio da Justiça do Trabalho, frente ao processo de expropriação do campesinato no Estado e avanço do trabalho escravo, ou trabalho análogo à escravidão, nas agroindústrias locais.

No estudo “Trabalho escravo contemporâneo no Brasil no século XXI: experiências e memórias de trabalhadores do assentamento Nova Conquista/Piauí”, Daniel Vasconcelos Solon aborda a questão do “trabalho escravo contemporâneo” no Brasil, e apresenta resultados iniciais da pesquisa de doutoramento sobre a temática. O autor descreve a operação de equipe de fiscalização móvel do Ministério do Trabalho que flagrou a exploração de trabalho análogo ao escravo em fazenda do Pará e que resultou no “resgate” de 79 trabalhadores, em 2004. A partir de fontes orais, ofícios e despachos oficiais decorrentes da fiscalização, o estudo mostra como foi o surgimento de um grupo que viria posteriormente a fazer parte do Projeto de Assentamento Nova Conquista, o primeiro criado especificamente para atender vítimas de trabalhadores resgatados do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.

Em “Camponeses na Fronteira: as frentes de emergência e outras ações governamentais no combate aos efeitos da seca no Piauí (décadas 1970-1980)”, Lucas Ramyro Gomes de Brito discute as políticas destinadas à população atingida pela seca e os efeitos sociais dessas intervenções governamentais no Piauí, como o *Polonordeste*, o *Projeto Sertanejo* e o *Programa de Emergência de Combate à Seca*. Além da revisão da literatura existente sobre as secas, o estudo toma como base o levantamento do material jornalístico, relatórios do Dnocs, da Sudene e da CPT, em seus respectivos acervos, sobre as frentes de obras e planos de emergência. Nesse sentido, Lucas considera que todo o esforço do poder público, a partir do final dos anos 1970, foi no sentido de conter os flagelados pela seca no seu local de origem, tentando minorar a exibição das mazelas, e consistiu em manter as *frentes de emergência*, obras para garantir renda à população, na tentativa de evitar a migração ou cenas de calamidade.

Natalia dos Santos Gomes apresenta algumas reflexões a respeito das experiências e relações sociais de camponeses do Território dos Carnaubais no Piauí entre os anos de 1980 e 2010 que migraram para trabalhar em empresas na construção civil e industrial. O artigo, “Trajetórias de Migrantes da Região dos Carnaubais, Piauí entre 1980 e 2010”, ancora-se nos estudos de Alessandro Portelli (1997), Cristiana Rocha (2010), Marilda Menezes (2002) e José de S. Martins (2009), no sentido de buscar compreender as significações que a terra, migração, o trabalho, e as redes sociais possuem na vida dos trabalhadores migrantes dos Carnaubais.

Marcos Oliveira dos Santos no estudo sobre “Trajetórias Migratórias de trabalhadores (as) rurais rumo à industrialização do babaçu no Piauí (1948 – 1972)” analisa as experiências de migração de trabalhadores (as) rurais através das expectativas e do imaginário em torno da industrialização do babaçu no Piauí entre os anos de 1948 a 1972, no intuito de entender como e porque esses sujeitos estavam migrando. Para tanto, toma como base a análise dos três primeiros livros de registros da

Gecosa, fábrica de beneficiamento do coco babaçu localizada no Entre Rios Piauiense. Nesse sentido o autor problematiza os significados dos deslocamentos e como constituíam suas redes de sociabilidades e possibilidades de permanência no entorno da fábrica.

No estudo “Homem e Natureza: Conflitos e resistência de trabalhadores às monoculturas de eucalipto no Médio Parnaíba maranhense (2010-2018)”, Francisco Rairan dos Santos Vilanova analisa as condições de vida, trabalho e meio ambiente de sujeitos do Médio Parnaíba maranhense entre os anos de 2010 a 2018. A região corresponde a uma área em que a empresa Suzano Papel & Celulose avançou em processo de arregimentação de terras no intuito de fazer com que tudo se transformasse em imensos desertos verdes de eucaliptos para alimentar a indústria de celulose que se instalava no oeste do Estado em 2011. Por meio de documentação produzida pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, o autor problematiza conflitos sociais e ambientais gerados a partir desse embate de forças que envolve camponeses, empresários, discursos de modernização e progresso e apelos por direito à terra e a condições mínimas de sobrevivência. O estudo permite conhecer a realidade vivida entre um progresso tecnológico que tenta se impor e um tradicionalismo que resiste apontando as contradições de seu extremo oposto.

Vanucia Gnoatto em “Retornar do Paraguai e se reinserir na fronteira: dimensões múltiplas e espaços estratégicos”, analisa a reinserção de brasileiros retornados do Paraguai para a região oeste do estado do Paraná, mais especificamente, municípios fronteiriços ao país vizinho, como Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu, discutindo a questão do território a partir da dimensão migratória e, ao mesmo tempo, buscando identificar a presença de redes e de estratégias criadas por estes imigrantes nesse espaço fronteiriço. Trata-se de um estudo de história oral, através de entrevistas semiestruturadas. Denota-se que o território brasileiro fronteiriço ao Paraguai surge como

um espaço estratégico para a fixação temporária ou permanente destes retornados, sendo as redes um elemento importante para a reinserção de um bom grupo destes.

A seguir, *Raimundo Nonato Lisboa Clarindo* em “Descendo o Tocantins: migração de cametaenses para Tomé-Açu (1950/1970)” aborda a saga migratória dos cametaenses para Tomé-Açu: recrutamento, traslado, chegada, contato com os nipônicos, cotidiano, entre outros aspectos relevantes nesse processo de deslocamento que levou milhares de pessoas a deixar seus lares, no município de Cametá, e descer o rio Tocantins em busca de melhores condições de vida, servindo de mão de obra nas atividades agrícolas dos nipônicos. A região estudada desde meados da década de 50, já atraia sujeitos de vários municípios paraenses, especialmente os cametaenses, devido às oportunidades de trabalho na agricultura da *pipper nigrum* (pimenta-do-reino), introduzida em 1933, pelos imigrantes japoneses, que por lá desembarcaram em 1929, mediante incentivo do então governador, Dionísio Bentes.

Renata Monteiro em “Os migrantes nordestinos em movimentos sociais: passeatas da fome, saques, revoltas e outras ações de massa (Ceará, década de 1950)” aborda o deslocamento em direção à capital Fortaleza, vindos de diversas paragens do Nordeste e que buscavam abrigo na Hospedaria Getúlio Vargas. Enquanto aguardavam vagas nas dependências da hospedaria e/ou passagens para se deslocar, os migrantes envolveram-se em diversos movimentos sociais e políticos. A partir da análise de jornais de circulação nacional e estadual, fontes oficiais (relatórios e telegramas), fotografias, dentre outras fontes, identificamos sua atuação na organização de passeatas para denunciar a situação de penúria no qual se encontravam, sendo a problemática da fome a principal denúncia. Além disso, aliaram-se a outros grupos sociais e políticos que lutavam por melhores condições de vida naquele período.

Parte I

Terra, Natureza e

Relações de Poder

POVOS INDÍGENAS E A LUTA PELA TERRA NO ESTADO DO PIAUÍ (1990-2021): UM PANORAMA SOBRE AS MOBILIZAÇÕES INDÍGENAS E ESTRATÉGIAS DE OBTENÇÃO E ACESSO A TERRA DOS TABAJARA E TAPUIO-ITAMARATY, KARIRI E GAMELA

Helane Karoline Tavares Gomes

Introdução

A reconfiguração do regime de propriedade promovida pelos Estados Nacionais na América Latina instrumentaliza o processo de instauração da propriedade privada absoluta, com a criação de legislações liberais. Esse processo possibilita a aquisição de extensões territoriais, corroborando com a aquisição de extensões territoriais, associadas às terras tradicionalmente ocupadas e as de uso eclesiástico (FERRERAS & SECRETO, 2013, p. 43). Nos séculos XVIII e XIX a utilização das terras pelos povos indígenas contrastava com as demandas desses Estados, que viabilizavam a transferência dessas para o domínio privado. Fundamentados em uma perspectiva de racionalidade econômico/agronômica, a utilização das terras de caráter tradicional e comunal atrelava-se às concepções de atraso e desperdício (FERRERAS, 2013, p. 46).

Esse processo de desterritorialização, visando à construção de um território nacional, constitui uma política efetiva com o Diretório dos Índios de 1755. Solidificado com a Lei de Terras de 1850 (FERRERAS & SECRETO, 2013, p. 43), que caracteriza uma política mais agressiva em relação à

expropriação das terras indígenas a partir do qual o Império estabelece uma política de anexação de aldeias e territórios indígenas e a incorporação destes ao território nacional, a partir da prerrogativa da assimilação cultural (CARNEIRO DA CUNHA, 1992a, p. 144) proporcionando modificações radicais nas sociabilidades e territorialidades indígenas (OLIVEIRA, 2016). Esse dispositivo instaura o regime de mercantilização da terra no Brasil, inaugurando uma nova política de ocupação territorial brasileira, rompendo com o ordenamento jurídico português e propiciando a formulação de conceitos e termos jurídicos utilizados nos dias atuais, tais como terras devolutas, registro de imóveis, coletivos indígenas e reservas indígenas (ALMEIDA, 2018).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 a legislação brasileira reflete um movimento mais amplo resultante da luta e organização dos povos indígenas, reconhece o direito coletivo de ocupação tradicional, outorga legitimidade processual a esses sujeitos, bem como suas comunidades e organizações, estabelece o direito originário e a cidadania plena aos povos indígenas. Apesar da identificação étnica não constituir um pressuposto para a posse das terras, é possível afirmar que no Brasil contemporâneo as disputas territoriais centradas na demarcação de terras indígenas representam um dos principais focos de conflitos interétnicos (TÓFOLI, 2010). As demandas dos povos indígenas associadas à terra perpassam o reconhecimento histórico de seus territórios tradicionais, o reconhecimento ou afirmação de direitos de propriedade coletiva, de caráter inalienável, e o reconhecimento da lei consuetudinária que rege usos e costumes tradicionais (DEERE & LEÒN, 2000).

Esse trabalho, oriundo de uma pesquisa em curso, tem por objetivo traçar um panorama acerca das mobilizações indígenas e estratégias de obtenção e acesso a terra no estado do Piauí (GOMES, 2020). Parte-se de três casos, os Tapuio-Itamaraty, na região norte do estado, no município de Lagoa de São

Francisco, na comunidade Nazaré, os Kariris da comunidade Serra Grande, na região sudeste, em Queimada Nova e os Gamelas, na região sul, das comunidades Barra do Correntim, em Bom Jesus, Morro D’água e Prata, em Baixa Grande do Ribeiro, Pirajá, Passagem do Correntim e Laranjeiras, em Currais e Vão do Vico, em Santa Filomena. A metodologia conta com análise bibliográfica, análise das fontes impressas, como os documentos de qualificação da demanda fundiária, boletins informativos que registram a cartografia social dos conflitos socioambientais dos gamelas, notas de pesquisa e produções etnográficas e documentos de regularização fundiária do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI). O recurso metodológico da história oral associado à produção de fontes, a partir das entrevistas com lideranças indígenas, possibilitou a compreensão das relações entre os povos indígenas mencionados, das associações e coletividades em contexto agrário e as estratégias mobilizacionistas, fundamentadas nas relações entre memória social, ancestralidade, relações de parentesco, parcerias e ação política.

Notas sobre os processos organizativos e estratégias de luta pela terra dos Tabajara-Tapuio Itamaraty, Kariri da Serra Grande e Gamela

O Estado do Piauí presencia desde a década de 1990 o processo de emergência étnica dos povos indígenas Tabajara, Tabajara Tapuio-Itamaraty, Kariri, Gueguês e Gamela. Tais casos possuem estrutura histórica semelhante aos processos de emergência étnica analisados nas últimas décadas pela antropologia no Nordeste (OLIVEIRA, 2016) que antes invisibilizados diante do avanço dos latifúndios e da restrição dos recursos indispensáveis à sobrevivência, iniciam suas mobilizações em defesa de direitos e a reafirmação da identidade indígena (GOMES, 2020, p. 57). As reivindicações fundamentadas

no acesso a políticas públicas evocam a urgência de ações efetivas de segurança social, acesso à saúde, educação e demarcação dos territórios indígenas.

A trajetória de reivindicações por direitos fundamentais das populações indígenas contemporâneas presentes no estado do Piauí inter-relaciona-se à inserção desses sujeitos em categorias de mobilização popular, tais como as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Guardadas as especificidades de cada grupo étnico é possível afirmar que esse processo de formação política perpassa as trajetórias dos povos Tabajara e Tapuio Itamaraty, Kariri e Gamela.

O censo demográfico realizado pela Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) identificou no ano de 2021 a presença de 452 indivíduos pertencente a etnia Tabajara Tapuio Itamaraty, em Lagoa de São Francisco, cerca de 103 indivíduos que reivindicam a identidade indígena associada ao povo Kariri, no município de Queimada Nova e aproximadamente 1.284 indivíduos que se identificam como Gamela/Akroá Gamella. A agenda de lutas e reivindicações dos povos indígenas se articula em consonância com o movimento indígena nacional. Em âmbito regional com a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Geral e Espírito Santo (APOINME). Quanto às instâncias de organização local é pertinente citar a Associação dos Povos Indígenas Tabajara e Tapuio Itamaraty de Lagoa de São Francisco (APIN) fundada em 2017, Associação Indígena Cariri da Comunidade Serra Grande, fundada em 2018 e a Associação das mulheres indígenas do Pirajá, fundada em 2021.

As reivindicações dos Kariri da Serra Grande, presentes na Carta Aberta dos Poso Indígenas Kariri e Tabajara, de 2016 contemplavam impreterivelmente o prosseguimento dos estudos de identificação e delimitação das terras indígenas; a resolução de conflitos fundiários com a proibição das invasões existentes no município de Queimada Nova, no

contexto de interação entre povos indígenas do Estado e os grandes empreendimentos, exemplificado pelas tensões entre a comunidade indígena dos Cariri da Serra Grande e o parque eólico, conflitos que se acirram devido ao não andamento do processo de demarcação da terra Indígenas Cariri (CARTA DOS POVOS INDÍGENAS KARIRI E TABAJARA DO PIAUÍ, 2017, p. 02).

Os Gamelas encontram-se presentes na mesorregião sudoeste do Piauí, microrregiões do Alto Médio Gurgueia, nos municípios de Bom Jesus (nas comunidades Barra do Correntim, Assentamento Rio Preto, Salto I e II e Tamboril) e Currais (nas comunidades Pirajá, Passagem do Correntim e Laranjeiras) e Alto Parnaíba, nos municípios de Baixa Grande do Ribeiro (nas comunidades Morro D'água e Prata), Uruçuí e Santa Filomena (na comunidade Vão do Vico) e possuem uma forte relação de parentesco entre os núcleos familiares. É pertinente mencionar a relação entre projetos de expansão de produção de grãos, iniciados na década de 1970 e a criação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, em 2015, que estimula conflitos socioambientais e produz modificações profundas na organização dos povos e comunidades tradicionais no cerrado piauiense.

O Sudoeste piauiense durante as últimas três décadas do século XX vem sendo incorporada pela agricultura do complexo carnes/grãos para exportação (MEDEIROS, 2000). Com a chegada dos projetos de expansão de produção de grãos (sobretudo as plantações de soja, milho e mileto) e a implantação do MATOPIBA intensifica o processo histórico de expropriação territorial corroborando com a eclosão de diversos conflitos socioambientais. As áreas ocupadas pelas comunidades são reduzidas, restringindo-se a parcelas de terras reduzidas nos baixões e as serras passam a abrigar as fazendas de monoculturas, produzindo desmatamento, o desequilíbrio ambiental e extinção de plantas e animais nativos.

Nesse contexto os indígenas Gamelas denunciam as estratégias de desapropriação de seus territórios e violações de direitos humanos.

Ademais, são citadas as práticas de envenenamento dos rios e recursos hídricos (GOMES, 2020), intimidação relacionada à escolta armada dos fazendeiros, utilização de agrotóxicos nas proximidades e sobre as estradas públicas e locais de passagem, desmatamento das serras, desaparecimentos e mortes de animais, registro das áreas de baixões como área de reserva das fazendas a grilagem e venda indevida de terras. São relatados também casos proibições de deslocamento, restrições de acesso aos locais e estradas, as ameaças de morte, os casos de derrubadas e incêndios criminosos de residências e plantações de subsistência.

Os Gamelas enfatizam que a pandemia da COVID-19 agravou as situações de despejo e violência a que são submetidos, exacerbando os casos de ameaças de morte e constantes envenenamentos de seus recursos hídricos (GOMES, 2021). Na Vara Agrária da Comarca do município de Bom Jesus, tramitam ou foram sentenciadas ações de nulidade referente à matrícula de imóveis rurais adquiridos por esses grupos. Ademais, no município de Santa Filomena, os processos de grilagem são discutidos em processos judiciais e administrativos (BONFIM *et al*, 2020, p.11).

A questão fundiária, em âmbito estadual, é regulamentada pela Lei Estadual nº 7.292 de 2019 que dispõe sobre a política de regularização fundiária do estado do Piauí, revoga dispositivos da Lei nº 6.709 de 28 de setembro de 2015, conferindo ao Instituto de terras do Piauí (INTERPI) a competência para a gestão das terras públicas e devolutas estaduais, cabendo a execução da política fundiária (art. 2º); estabelece a categoria de territórios tradicionais os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas o disposto

no art 231 da Constituição Federal e o artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias, e demais regulamentações. A política de destinação das terras públicas confere prioridade a regularização dos territórios tradicionais (seção II, art. 5º).

Representantes do governo estadual do Piauí afirmam que as políticas que contemplam os povos indígenas tornaram-se possíveis devido à instauração de dois mecanismos: a promulgação da lei nº 7.389/2020, de 27 de agosto de 2020, que “reconhece formal e expressamente a existência de Povos Indígenas nos limites territoriais do Estado do Piauí” e a lei nº 7.294/2019 que estabelece a política de regularização fundiária, possibilitando a doação de terras públicas aos povos e comunidades tradicionais, inserindo parte dos territórios indígenas na regularização e entrega de títulos de propriedade coletiva. O processo de concessão de terras estaduais aos Kariri, os Tabajara, Tabajara e Tapuio Itamaraty enquadram-se nessa categoria.

É pertinente enfatizar que a transferência de propriedade estadual as associações indígenas é subsidiada pelo Programa Pilares do Crescimento e Inclusão Social e o Projeto Comunidades Tradicionais, resultante de uma operação concessão de crédito entre Banco Mundial e o Governo do Estado do Piauí, para políticas de desenvolvimentos multisectorial, no valor de 350 milhões de dólares, que incluem a doação de terras para a agricultura familiar e regularização fundiária de comunidades tradicionais. A respeito disso Pereira (2006) destaca que a política agrária do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, a primeira das cinco instituições que integram o Banco Mundial, fundamenta-se em quatro pontos-chave:

[...] a) como prioridade máxima, estimular relações de arrendamento; b) potencializar as relações de compra e venda de terras; c) acelerar e aprofundar a privatização de direitos de propriedade em fazendas coletivas ou estatais; d) acelerar e profundar a privatização de terras públicas e comunais. Segundo o Banco Mundial (2004, 2003, 2002 e 1997), as quatro ações dinamizariam de tal maneira

os mercados fundiários que o livre fluxo de transações (arrendamento e compra/venda de terras) permitiria a substituição rápida de produtores “menos eficientes” por “mais eficientes”, favorecendo uma distribuição mais equilibrada da propriedade da terra. Isto, por sua vez, contribuiria para atrair capital privado para a economia rural, possibilitando a emergência ou o fortalecimento de mercados financeiros rurais (PEREIRA, 2006, p. 21).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) alega que esse projeto corrobora com o endividamento do financiamento de um programa de grilagem ilegal de terras, onde a titulação de terras no cerrado piauiense, em grande parte, seria proveniente da expropriação de comunidades locais e ocupação pelo agronegócio. Nesse contexto os gamelas denunciam o papel de servidores do Interpi na promoção e exacerbação de conflitos já existentes, dividindo as comunidades e promovendo entraves quanto a identificação étnica desse grupos (GOMES, 2021).

De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA), no Brasil existem 728 procedimentos demarcatórios em diferentes fases. Cerca de 124 encontra-se em processo de identificação, em estudo por grupo de trabalhos nomeados pela Funai, 43 terras identificadas, com relatórios de estudos aprovados pela presidência da Funai, 74 terras declaradas pelo Ministério da Justiça e 487 terras homologadas e reservadas pela presidência da República, adquiridas pela União ou doadas por terceiros. Conforme a matéria produzida em 2018 pelo Correio Braziliense, aproximadamente das 436 terras indígenas plenamente reconhecidas no Brasil e regularizadas pela Fundação Nacional do Índio, cerca de 14% do território nacional, e regularizadas pela Funai, situam-se majoritariamente na Amazônia Legal. A respeito dos processos de qualificação da demanda territorial iniciados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é válido destacar que:

No Piauí até a consulta realizada em mês de 2018, os territórios associados aos povos Tabajara e Tapuio, Cariri e Gamela ainda encontravam-se em processo de identificação e delimitação. Foram desenvolvidos estudos antropológicos, históricos, cartográficos que serviram

de base para a produção do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena (RCID). Atualmente os dados estão sendo processados pela Coordenação Nacional da Funai, em Brasília. Foi aprovada a qualificação do território correspondente a povo Cariri, em Queimada Nova e os estudos antropológicos, históricos e fundiários encontram-se em andamento (GOMES, 2020, p.57).

A matéria publicada pelo Nexo Jornal de julho de 2019 aponta que no Brasil aproximadamente 45% da população indígena dispõe-se em terras indígenas situadas fora da Amazônia Legal (249 terras indígenas, representando menos de 2% da área total de terras indígenas do país), em áreas caracterizadas por uma situação histórica de confinamento e luta constante pelo território. Desses 249 terras indígenas, 143 ainda não possuem o processo de reconhecimento finalizado. O relatório produzido pelo Conselho Indigenista Missionário destaca que em 2019 cerca de 821 terras indígenas (63%) apresentam alguma pendência do Estado para a finalização do processo demarcatório e o registro como território tradicional indígena na Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Destas 821, um volume de 528 terras (64%) não teve ainda nenhuma providência adotada pelo Estado. A respeito disso o relatório do ano de 2021 do Conselho Indigenista Missionário enfatiza que das 1.296 terras indígenas no Brasil, incluindo as terras do Estado para dar início a sua demarcação. Considerando que a Constituição Federal de 1988 determinou a demarcação de todas as terras indígenas do Brasil até 1993, fica evidente uma completa omissão do Executivo no cumprimento desta obrigação constitucional.

Considerações Finais

O processo de emergência étnica ou “ressurgimento” dos povos indígenas Tabajara, Tabajara Tapuio-Itamaraty, Kariri, Gueguês e Gamela, no Piauí associa-se a ação política e reconfiguração de identidades, oriundas de longos processos

históricos associados ao discurso historiográfico. A historiografia piauiense corroborou com o processo de invisibilização dos povos indígenas na contemporaneidade, a partir das narrativas que ora atribuíam aos indígenas o papel de meros atravancadores do progresso, ora fundamentavam-se no discurso de aculturação, dizimação e extermínio (NUNES, 2014; MACHADO, 2002). Entretanto, as mobilizações associadas às demandas territoriais constituem exemplos da agência desses grupos étnicos que se mobilizam em prol da luta por direitos fundamentais.

A terra perpassa as dimensões relacionadas aos conflitos territoriais, efetivação dos recursos ambientais e a autodeterminação dos povos indígenas. Para Congost (2007) a experiência social funda as perspectivas do direito de propriedade uma vez que esse conceito é compreendido como resultante de relações sociais, inseridas em um processo histórico. A análise de casos específicos torna-se pertinente e necessária na compreensão do processo de conversão dos territórios em terras pelos grupos indígenas. Processo este, permeado pelas relações de apropriação (que prescindem de dimensão material) à nova concepção de posse e/ou propriedade (GALLOIS, 2004, p. 39). O conceito de territorialidade abrange o ato de construir um novo lugar que contemple as expressões materiais e simbólicas visando garantir a apropriação e permanência no território de um determinado grupo social (SOUZA, 2002).

Conforme assinala Gallois (2004), determinadas pesquisas antropológicas buscam descrever as concepções indígenas a partir de noções abertas de território e de limites, extremamente variáveis, admitindo que a ideia de que o território fechado emerge com as restrições impostas pelo contato e processos de regularização fundiária, contexto que propiciam o surgimento de uma identidade étnica (BARTH, 1998; OLIVEIRA, 2016). Nessa perspectiva a etnicidade constitui um instrumento de fundamental relevância nas disputas territoriais e tais reivindicações fundamentam-se, ainda, na defesa da legislação, que instrumentalizam a garantia dos direitos coletivos dos povos indígenas (ALMEIDA, 2012). O arcabouço cultural dos

grupos étnicos constitui, portanto, um componente político fundamental, quanto aos aspectos organizacionais da atividade política no curso da ação social (COHEN, 1969). A afirmação das identidades étnicas, portanto, adquire um âmbito político, associado à reivindicação de direitos, em especial ao acesso à terra (ALMEIDA, 2012).

Referências

Piauí regulariza e entrega título de propriedade de terra para o terceiro território indígena. **Portal AZ**. Teresina. 28 de abr. de 2022. Disponível em: < <https://www.portalaz.com.br/noticia/geral/53091/piaui-regulariza-e-entrega-titulo-de-propriedade-de-terra-para-o-terceiro-territorio-indigena> >. Acesso em: 01 de out. de 2022.

SEGALLA, Vinícius. Como o Piauí driblou a União e demarcou sua primeira terra indígena. **Brasil de Fato**. São Paulo, 11, set. 2020. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/11/como-o-piaui-driblou-a-uniao-e-demarcou-sua-primeira-terra-indigena#:~:text=Isso%20foi%20poss%C3%ADvel%20por%20meio,27%20de%20agosto%20deste%20ano> >. Acesso em: 30.set. 2022.

PIAUÍ. Secretaria de Governo. **Nova lei de regularização fundiária é sancionada e entra em vigor**. Disponível em: < <https://www.pi.gov.br/noticias/nova-lei-de-regularizacao-fundiaria-e-sancionada-e-entra-em-vigor/> >. Acesso em: 08, set. 2022.

Situação atual das terras indígenas. **Instituto Socioambiental**. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/#pesquisa>>. Acesso em: 1, out. 2022.

Fim de demarcação encerraria 129 ações. **Jornal Correio Braziliense**. 24, out. 2018. Disponível em: https://www.correobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/10/24/internas_economia,714707/fim-de-demarcacao-encerraria-129-acoes.shtml. Acesso em: 09, set.

2022.

Grileiros ameaçam vidas e territórios do povo Gamela no Piauí. Com o objetivo de tomar terras, invasores usam estratégias que vão desde vias legais até intimidações e incêndios. 27: jan. 2021. **Conselho Indigenista Missionário.** Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/01/grileiros-ameacam-vidas-e-territorios-do-povo-gamela-no-piaui/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

Denúncia de violência contra os indígenas Gamela do Estado do Piauí. **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.** 18, jan. 2021. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/01/18/denuncia-de- viole%C3%82ncia-contra-os-indigenas-gamela-do-estado-do-piaui/>. Acesso em 04 dez. 2021.

Defensoria obtém decisão favorável à manutenção de terras do povo indígena Gamela. **Governo do estado do Piauí.** Disponível em: <https://www.pi.gov.br/noticias/defensoria-obtem-decisao-favoravel-a- manutencao-de-terrass-do-povo-indigena-gamela/>. Acesso em: 04, dez. 2021.

Casas de indígenas Gamela são incendiadas no Piauí. **Conselho Indigenista Missionário.** 11, AGO. 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/08/casas-de-indigenas-sao-incendiadas-no-pau/> Acesso em: 04 nov. 2021.

LEITE, Hellen. Demarcação de terras indígenas – a luta por um direito. **Jornal Correio Braziliense.** 23, mai. 2019. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/congresso-e-palco-de-debate-sobre-o-papel-dos-indios-na-sociedade.>> Acesso em: 11, out. 2019.

CHAPOLA, Ricardo. O destino da Funai no governo Bolsonaro sob análise. **Nexo Jornal.** 07, dez. 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/12/07/O-destino-da-Funai-no-governo-Bolsonaro-sob- an%C3%Allise.>> Acesso em: 12, out. 2019.

Observatório da violência contra os povos indígenas no Brasil – Relatório. **Conselho Indigenista Missionário**. Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em <https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/o-relatorio/>. Acesso em: 11, out. 2019.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX; dainvisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, Niterói, v.1, n. 2, p. 21-39, 2012.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias**. Estratégias de reprodução social. (Org) GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENESES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. São Paulo, UNESP, vol. II, p. 39-66, 2009.

ANDRADE, Patrícia Soares. **A insustentável questão fundiária e ambiental do cerrado piauiense: estado e o agronegócio na confluência de interesses na expansão da produção de grãos**. 2015. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão**. Políticas indígena e indigenista no norte da Capitania de Goiás, atual Estado do Tocantins, século XVIII. Goiânia: Kelps, 2006, 278 p.

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF- FENART, Jocelyne (Orgs). **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. O discurso regional do MATOPIBA no poder legislativo federal: práticas e políticas. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p.46-63, 2019.

BONFIM, Joice; ASSUMPÇÃO, Débora; BORGES, Juliana; COELHO, Silvia Helena. **Legalizando o ilegal**. Legislação fundiária e ambiental e a expansão da fronteira agrícola no MATOPIBA. Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais, 2020.

CONGOST, Rosa; LANA, José Miguel. Campos cerrados, debates abiertos. **Análisis histórico y propiedad de la tierra en Europa (siglos XVI-XIX)**: Pamplona: Universidad Pública de Navarra, p. 21-52, 2007.

GOMES, Helane Karoline Tavares; BOTTESI, Anna; NASCIMENTO, Elayne da Silva. Trajetórias e processos no museu indígena Anízia Maria da comunidade Tabajara e Tapuio-Itamaraty, Estado do Piauí. In: Fórum Internacional Indígenas na História, 2021, São Luís. **Anais do I Fórum Internacional Indígenas na História**. São Luís: EDUFMA, 2022.

GOMES, Helane Karoline Tavares. Etnicidade e mobilização indígena: estratégias de reivindicação e demarcação das áreas indígenas no Estado do Piauí (2000-2018). In: **Vozes, Pretérito & Devir**, v.11, p. 52-72, 2020.

KÓS, Cinthya Valéria Nunes Motta; GOMES, Helane Karoline Tavares; SILVA, Cristhyan Kaline Soares da. “A demarcação do território indígena, na minha concepção, isso significa a retomada da vida”: entrevista com as lideranças indígenas femininas do estado do Piauí. In: **Revista Zabelê**. Dossiê Etnicidades, cosmovisões e mobilizações indígenas. V. 3, N. 1, p. 152-182, 2022.

KÓS, Cinthya Valéria Nunes Motta. **Etnias, fluxos e fronteiras: Processos de emergência étnica dos Kariri no Piauí**. 2015, 253 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

LIMA, Carmen Lúcia Silva Lima; NASCIMENTO, Raimundo Nonato Ferreira do. Povos do Cerrado em defesa de seus territórios e contra a devastação causada pelo

agronegócio no Piauí. In: **Boletim Indígenas Gamelas no cerrado Piauiense**. São Luís: UEA Edições, 2019.,

MORAES, Maria Dione Carvalho de. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses(as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social.** (Org) GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENESES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. São Paulo, UNESP, vol. II, p. 131-162, 2009.

MACHADO, Paulo Henrique Couto. **As trilhas da morte: extermínio e espoliação das nações indígenas na região da bacia hidrográfica parnaibana piauiense.** Teresina: Corisco, 2002.

MORAES, Maria Dione de Carvalho. **Memórias de um sertão desencantado** (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do Sudoeste piauiense). 2000. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

NUNES, Odilon. O Piauí, seu povoamento e seu desenvolvimento. In: **Estudos de história do Piauí**, 2 ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, p. 71-118, 2014.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios”. In **O nascimento do Brasil e outros ensaios - pacificação, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro. Contracapa. p.317-362, 2016.

SATIRO, Gadalupe (et al). **Levantamento de legislação ambiental e fundiária no Estado do Piauí**. Brasília, UNB, 2021

PEREIRA, João Márcio Mendes. Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária de mercado na América Latina. In: **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado.** (org). SAUER,

Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes. 1^a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 13-48.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. Reestruturação territorial e fundamentação da reforma agrária: comunidades indígenas, mineração de ouro e Banco Mundial. In: **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado.** (org). SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márc

RIBEIRINHOS E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: O CASO DA COMUNIDADE DIAMANTE, MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA, SUDESTE DO PARÁ

Ana Hatalia Batista Gomes
Airton dos Reis Pereira
Samuel Sousa Lisboa

Introdução

A Comunidade Diamante é formada por cerca de 210 famílias, em lotes de até 10 hectares cada, localizados numa área de várzea, na confluência do Igarapé Vermelho com o rio Tocantins, a quinze quilômetros da sede do município de Itupiranga, no sudeste paraense.

O Igarapé Vermelho possui uma extensão de aproximadamente 70 km. As suas margens, em alguns trechos, são preservadas, mas em outros é possível verificar que as suas águas correm por dentro de fazendas que criam gado bovino. A área mais preservada localiza-se justamente na foz desse curso d'água, onde está a Comunidade Diamante.

Embora não temos encontrado documentos junto à Secretaria de Meio Ambiente de Itupiranga e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que possam afirmar que as áreas preservadas na desembocadura desse igarapé com o rio Tocantins sejam definidas como Áreas de Preservação Permanente (APPs), podemos afirmar, conforme o Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/2012), que qualquer áreas localizadas ao longo dos rios ou outro curso de água, cobertas ou não por vegetação nativa são consideradas APPs porque, segundo essa lei, essas áreas tem como principal função a preservação e a conservação dos recursos hídricos, como a paisagem, a estabilidade geológica,

o fluxo gênico da fauna e da flora, a biodiversidade. São áreas que tem como propósito proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012).

As reflexões de Campos e Mathias (2010) vão além dessas afirmações. Para esses pesquisadores, as APPs, que se localizam às margens dos cursos de água, também conhecidas como matas ciliares, protegem os flumens de inúmeros detritos poluidores, até mesmo servindo como uma parede natural que impede a entrada de substâncias contaminantes nas águas. Já Fritzsons et al (2004) destacam que uma outra função primordial das matas ciliares é a manutenção do equilíbrio da temperatura em pequenos córregos. Mas vale afirmar que além de relevantes papéis no equilíbrio do clima, essas áreas exercem importância na existência e no desenvolvimento de diversas espécies florestais e biológicas.

As famílias dessa comunidade vivem da agricultura familiar com a produção de milho, arroz, mandioca, hortaliças, abóbora, inhame, farinha e pescado, em estreita convivência com a natureza. O objetivo desse trabalho é, justamente, analisar o processo de organização social dessas famílias, procurando compreender a relação que estabelecem com o seu espaço de moradia e de sobrevivência.

Materiais e Métodos

Temos consciência que no desenvolvimento de qualquer trabalho, as escolhas das fontes são influenciadas pela temática analisada, pelos objetivos, pelo enfoque e pelos recursos financeiros etc., que o pesquisador possuiu. Considerando isto, optamos pelo estudo de caso como estratégia de pesquisa, uma vez que se trata de um tipo de investigação que possibilita averiguar os fenômenos sociais de “um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações” (VENTURA, 2007) sobre uma dada realidade.

Segundo Rothman (1996), o estudo de caso refere-se a um método de pesquisa que possibilita a compreensão de fenômenos sociais complexos fazendo com que a “investigação empírica mantenha as características holísticas e significativas de eventos da vida real” (p.246), com o uso de uma variedade de documentos como manuscritos, registros audiovisuais, sonoros, imagens, eletrônicos, entre outros.

Assim, levando em conta essas reflexões, a revisão bibliográfica sobre os povos e comunidades tradicionais, produção agrícola familiar e Áreas de Preservação Permanente foram fundamentais para esse trabalho. De acordo com Gil (2018), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida tendo como base os materiais já publicados como livros, artigos científicos publicados em periódicos e em anais de eventos, teses e dissertações. Para esse autor, a principal vantagem desse tipo de pesquisa “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (p. 28).

Mas nos valemos também da metodologia da história oral em razão da potencialidade que essa estratégia de pesquisa apresenta na produção e análises de fontes orais, primordiais às nossas reflexões. É um procedimento metodológico que, além de registrar vozes que dificilmente seriam ouvidas se a pesquisa fosse realizada só com documentos de outras naturezas, nos possibilita ter acesso as narrativas de experiências práticas de pessoas e/ou de grupos sobre a temática estudada. Nos possibilita ainda refletir sobre a elaboração de questões que podem ampliar ou modificar as nossas pesquisas.

Segundo Philippe Joulard (2000),

O oral nos revela o “indescritível”, toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são consideradas “muito insignificante” – é o mundo da cotidianidade – ou inconfessável, ou porque são impossíveis de transmitir pela escrita. É através do oral que se pode apreender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor de malhas tão eficientes quanto as estruturas oficialmente

reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo do imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador da história quanto o universo racional (p. 33-34).

Por meio do fragmento acima é possível verificar que não se trata de fontes complementares às escritas, mas um tipo de fonte especial que possibilita informações para além das outras fontes (escritas, imagens etc.), capazes de revelar e ajudar a compreender uma realidade tão complexa que no nosso caso o processo de organização social dos ribeirinhos da Comunidade Diamante e relação desses sujeitos com o seu espaço.

A primeira visita à comunidade para nos aproximarmos da realidade local foi previamente marcada com a direção da Associação Ribeirinha Vale do Igarapé Vermelho, a qual ocorreu em 8 de outubro do ano de 2021. Já nessa primeira visita de campo foi possível identificar algumas espécies da flora e alguns tipos de culturas cultivadas pelos camponeses da comunidade.

No dia 14 de janeiro de 2022 realizamos a segunda visita de campo, já no período do inverno, de muita chuva. Como as estradas estavam cortadas devido a cheia do Igarapé Vermelho e do rio Tocantins, nos movemos até a comunidade por meio de uma pequena lancha, conhecida como “voadeira”. Chegando lá, deparamos que muitos camponeses tinham deixado os seus lotes e se deslocados para a cidade em razão das enchentes dos rios, pois suas casas e plantações ficaram inundadas pela água. Aqui na região, normalmente o período de cheias dos rios duram de 3 a 4 meses, entre dezembro e março. Nesse período muitas famílias de comunidade ribeirinhas se deslocam para as cidades, retornando depois que as águas dos rios voltam ao seu curso normal.

Nesse dia entrevistamos quatro pessoas (dois homens e duas mulheres). Na volta à cidade de Itupiranga realizamos mais três entrevistas. Os relatos dessas pessoas foram fundamentais para compreendermos as experiências práticas

desses camponeses da comunidade, sobretudo a respeito das culturas cultivadas, as espécies frutíferas e madeireiras da Área Preservação Permanente e a relação desses ribeirinhos com o seu espaço. Essas entrevistas foram gravadas com autorização dos entrevistados, com a utilização de um gravador, transcritas e analisadas.

Mas vale explicar que os relatos orais são, antes de tudo, narrativas que se encontram inseridas na rede das relações sociais e são também articuladores de discursos que devem ser lidos “(...) como um texto onde se inscrevem desejos, reproduzem-se modelos, apreendem-se fugas” (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 47). E, como parte desse processo, foram de suma importância os registros fotográficos, mas também etnográficos com o uso do caderno de campo, sobretudo nos momentos e nos espaços coletivos dos sujeitos da pesquisa.

Resultados e Discussões

As famílias da Comunidade Diamante, em sua maioria, são descendentes de migrantes que subiram ou desceram o rio Araguaia e Tocantins, no início do século XX e, principalmente, migrantes que chegaram do Nordeste, em sua maioria do Maranhão, nas décadas de 1970 e 1980, quando as rodovias Transamazônica e PA-70 (hoje BR-222) foram construídas (PEREIRA, 2013). Para Silva (2010) e Franklin (2008), a migração de maranhenses para o sudeste paraense em busca de terra, do emprego e melhorias de vida, durante décadas tem sido efetivada por camponeses que muitas vezes trabalhavam em terras de outrem e que sonhavam um dia possuir um pedaço de terra para cultivar e viver com as suas famílias.

É neste contexto que as terras devolutas na embocadura do Igarapé Vermelho com o rio Tocantins foram ocupadas, formando, posteriormente a comunidade denominada de Diamante. Ali, depois de certo tempo instalados, passaram a se autodenominarem como ribeirinhos, camponeses que

sobrevivem da agricultura e do extrativismo, portanto um dos segmentos do que se denomina como *povos e comunidades tradicionais*.

Segundo Almeida (2008), *populações tradicionais* ou *povos e comunidades tradicionais* são

sujeitos sociais com existência coletiva, incorporando pelo critério político-organizativo uma diversidade de situações correspondentes aos denominados seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros e pescadores que tem se estruturado igualmente em movimentos sociais (ALMEIDA, 2008, p.38).

Almeida (2008) destaca ainda que antigamente entendia-se como “população ribeirinha”, a partir de critérios geográficos, como sinônimo de “habitantes de várzeas”, abrangendo, indistintamente, todos aqueles que se localizavam às margens dos cursos d’água, como agricultores, pescadores, povos indígenas, grandes e pequenos criadores de gado. Mas com o tempo, devido a luta dos camponeses que vivem próximos dos cursos d’água, em pequenos lotes, em estreita relação com a natureza, segundo esse autor, passou-se compreender como *ribeirinhos* aqueles “[...] referidos a unidades de trabalho familiar na agricultura, no extrativismo, na pesca e na pecuária, a formas de cooperação simples no uso comum dos recursos naturais e a uma consciência ecológica acentuada.” (ALMEIDA, 2008, p. 36).

No caso da Comunidade Diamante, as famílias receberam da Superintendência do Patrimônio Público da União (SPU), uma autorização de uso da área para desenvolvimento de atividades agroextrativistas de forma sustentável. Segundo o Superintendente desse órgão no Pará, o sr. Flávio Augusto Ferreira da Silva, em uma carta a cada uma das famílias daquela localidade, o termo de autorização de uso sustentável da área fazem parte do “Projeto Nossa Várzea – cidadania e sustabilidade na Amazônia brasileira”, desenvolvido pela SPU. A referida carta informa que esse projeto é destinado

especificamente “às comunidades ribeirinhas tradicionais agroextrativistas que ocupam e utilizam as margens dos rios e áreas de várzeas federais para moradia ou desenvolvimento de atividades extrativas”. Estabelece ainda como objetivo:

promover a cidadania das comunidades ribeirinhas tradicionais, em harmonia com o desenvolvimento sustentável, a partir de um instrumento inovador que reconheça o uso que garanta a segurança na utilização sustentável da terra, fazendo cumprir a função socioambiental da propriedade (SPU, 2017).

Esses fragmentos reafirmam o que apontamos acima, ou seja, os camponeses da Comunidade Diamante podem ser entendidos como parte do que denomina de *povos e comunidades tradicionais*, pois possuem sua própria organização social e utilizam os recursos naturais de seu território de forma sustentável. Quer dizer, os camponeses dessa comunidade possuem estreita relação com as Áreas de Preservação Permanente da foz do Igarapé Vermelho com o rio Tocantins. As famílias que ali vivem, levam a vida como agroextrativista.

Vale explicar que as Áreas de Preservação Permanente (APPs) exercem papéis importantíssimos na conservação e preservação do meio ambiente. Não só ajuda conservar os recursos hídricos, mas a biodiversidade local, primordial na vida das pessoas.

Segundo Lopes; Tassigny; Teixeira (2017), as APPs são áreas que devem ser preservadas às margens de cursos d’água, especialmente na faixa de 30 m a 500 m. No caso da Comunidade Diamante, essas APPs têm papel primordial na vida das pessoas não só porque contribui na qualidade de vida, influenciando diretamente no equilíbrio do clima e na qualidade do ar, mas na sustentabilidade econômica das famílias, especialmente aquelas que vivem da pesca e da produção familiar. Essas áreas influenciam na qualidade do solo de áreas de roças, não só atenuando a erosão da terra, mas proporcionando a sua fertilidade por meio de matérias orgânicas possibilitadas pela natureza, ajudando no crescimento e na qualidade das plantas.

Nessa comunidade identificamos algumas espécies de árvores frutíferas e não frutíferas como a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), açaí (*Euterpe oleracea*), amarelão (*Euxylophora paraensis Huber*), araparí (*Macrolobium acaciifolium*), sapucaia (*Lecythis pisonis*), cajazeira (*Spondias mombim L.*), sumaúma (*Ceiba pentandra L.*), piranheira (*Piranhea trifoliata Baill*) e entre outras.

De acordo com os camponeses da comunidade, eles utilizam o ouriço da castanha-do-pará e da sapucaia para vender, adquirindo, assim, uma renda extra para as famílias. Da castanha-do-pará eles também produzem o azeite essencial no fabrico de sabão. Mas o leite da castanha é saboroso, podendo ser consumido com carne de caças, entre outras. Já o amarelão, cajazeiras e araparí são consideradas espécies fundamentais na fabricação de embarcações, na construção de casas e de cercas de arame. Em seus roçados, as famílias criam pequenos animais, como galinhas e patos, além de usarem o Igarapé Vermelho e o rio Tocantins para a pesca.

Essas reflexões vão de encontro com o que Lira e Chaves (2016) explicam sobre as comunidades de ribeirinhos na Amazônia. Segundo essas autoras, essas comunidades

apresentam um modelo sociocultural de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos tradicionais, normalmente, de base sustentável (p. 68).

Quer dizer, as comunidades de ribeirinhos possuem estreitas relações com os espaços preservados. O que produzem ou tiram da floresta não causam grandes impactos à biodiversidade, utilizam o seu espaço de forma sustentável. Nesse sentido, o sentimento de pertencimento e de vivência na terra é uma das principais características desses segmentos do campesinato, “pela forma de comunicação, no uso das representações dos lugares e tempos de suas vidas na relação com a natureza. Desde a relação com a água, seus sistemas

classificatórios da fauna e flora formam um extenso patrimônio cultural" (LIRA; CHAVES, 2016, p. 72). Ou seja, os camponeses de uma comunidade tradicional se interligam ao meio, podendo, ao mesmo tempo, contribuir com a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas e se desenvolver através dele, criando laços únicos capazes de transformar suas vidas (DIEGUES et al., 2000).

Mas é preciso explicar que na Comunidade Diamante, por exemplo, além das reuniões da Associação, as práticas coletivas, como os mutirões e outras atividades de entre ajudas, como serviços para a coletividade, reforçam o sentimento de pertencimento do grupo. Não foram por acasos os relatos da prática de mutirões para a construção do barracão da associação onde também funciona a escola, de estradas, de pontes e de casas e tantas outras ajudas mútuas. Essas atividades de forma coletiva ajuda no fortalecimento das relações dos grupos familiares da comunidade.

Conclusão

Procuramos demonstrar ao longo deste texto que os camponeses da Comunidade Diamante se autodominam como ribeirinhos, possuem formas próprias de organização social e usam a terra e os recursos naturais de forma sustentável. O que produzem na terra e o que colhem na área da floresta nativa não impactam diretamente na biodiversidade como as grandes propriedades do agronegócio. A relação que possuem com o seu espaço os constitui enquanto sujeitos. Ou seja, a relação com a terra vai para além do uso para o cultivo agrícola e nesse espaço se reconhecem enquanto grupo social.

Mas embora essas famílias tenham essa relação com o lugar e possuem termos de autorização de uso sustentável da terra expedidos pela Superintendência do Patrimônio da União, alguns grandes fazendeiros que tem imóveis que fazem limites com a comunidade tem tentado invadir aquele território. Querem se apossar das madeiras de leis e expandir

as suas pastagens para o gado bovino sobre a área de várzea rica em água e gramas verdes no verão. Por essa razão, contrataram pistoleiros que ameaçaram e tentaram expulsar as famílias que ali residem, chegando a destruir cerca de 13 casas e plantações dos ribeirinhos. Além de utensílios domésticos, algumas famílias perderam os seus documentos pessoais.

Mas é preciso destacar a importância da Área de Preservação Permanente na vida dos ribeirinhos dessa comunidade. A vegetação natural protege o solo, impede erosões, conserva os cursos d'água e ajuda na fertilidade do solo por meio de materiais orgânicos depositados na terra. Mas é preciso destacar que essa ação é de mão dupla, ou seja, à medida que as áreas de APPs possibilitam benefícios aos camponeses, estes contribuem com a preservação ambiental dessas áreas. Diferentemente dos grandes proprietários que tem a terra para o negócio, o lucro, as famílias ribeirinhas têm a terra como parte do direito gerado pelo trabalho, como forma de sobrevivência das famílias.

Por último, vale frisar que os camponeses da Comunidade Diamante criam mecanismos de sobrevivência, práticas que tem como propósito a construção de alternativas visando atender as necessidades básicas entre eles, como o mutirão, troca de dias de serviços e outras entreajudas. Por essa razão, enquanto grupo social, possuem laços de parentescos, compadrio e relações de vizinhanças, fundamentados na reciprocidade da cooperação e da solidariedade.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral.** 3^a ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** 2.^a ed., Manaus: PGSCA/UFAM, 2008.

BRASIL. **Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 7 de setembro de 2022.

BRASIL. Presidências da República. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso: 7 de setembro de 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação & Áreas de Risco**. O que uma coisa tem a ver com a outra? Relatório de Inspeção da área atingida pela tragédia das chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro. Brasília: MMA, 2011.

CAMPOS, Francisco Ferreira; MATIAS, Lindon Fonseca. Mapeamento das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e sua situação atual de uso e ocupação no município de Paulínia (SP). São Paulo, UNESP, **Geociências**, v. 31, n. 2, p. 309-319, 2012.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira; SILVA, Viviane Capezzuto Ferreira da; FIGOLS, Francisca Aida Barboza; ANDRADE, Daniela. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA/COBIO/ NUPAUB, 2000.

FRAXE, Therezinha et al. Os povos amazônicos: identidades e práticas culturais. In: PEREIRA, Henrique dos Santos (Org.). **Pesquisa interdisciplinar em ciências do meio ambiente**. Manaus: EDUA, 2009.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

FRITZSONS, Elenice; MANTOVANI, Luiz Eduardo; CHAVES NETO, Anselmo; RIZZI, Nivaldo Eduardo. A Influência da floresta ciliar sobre a temperatura das águas do rio Capivari, região cárstica curitibana. **Floresta**, v. 35, n. 3, p.

395-407, set./dez., 2005.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, Robson; FROTSCHER, Méri; DUARTE, Geni Rosa; MONTYSUMA, Marcos F. Freire; MONTENEGRO, Antônio Torres (Orgs.). **História Oral, desigualdades e diferenças**. 1^a edição, Florianópolis-SC; Recife-PE: EdUFSC; Ed. Universitária UFPE, 2012, v. 1, p. 15-37.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. Atlas: São Paulo, 2018.

JOULARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Orgs.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2000, p.31-45.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

LOPES, Ana Maria D'Ávila Lopes; TASSIGNY, Mônica Mota; TEIXEIRA, Diego Monte. Redução das áreas de preservação permanente de recursos hídricos pelo novo código florestal e o princípio da proibição proteção deficiente. **Revista da Faculdade de direito da UFG**, v.41, n.1, p. 46-65, 2017.

PEREIRA, Airton dos Reis. Colonização e conflitos na Transamazônica em tempos da ditadura civil-militar brasileira. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 31.2, p. 1-17, 2013.

ROTHMAN, Franklin Daniel. O Estudo de caso como método científico de pesquisa. In: **Economia Familiar: uma olhada sobre a família nos anos 90. Anais do I Simpósio de Economia Familiar**. UFV/Departamento de Economia Doméstica, Viçosa: UFV, 1996. p. 246-255.

SILVA, Idelma Santiago. **Fronteira Cultural: a alteridade**

maranhense no sudeste do Pará (1970-2008). Tese de Doutorado (Pós-graduação em História) - Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010.

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro**, v. 20, n. 5, p.383-386, set./out., 2007.

ESCRAVIDÃO E LIBERDADE: O LIBERTO DO 13 DE MAIO DE 1888 NA PROVÍNCIA DO PIAUÍ

Charlene Veras de Araújo

Introdução

O 13 de maio de 1888 na província do Piauí deve ser analisado como resultado de um processo mais amplo que teve início com os desdobramentos da Lei do Vento Livre (1871) e Lei dos Sexagenários (1885). Através da documentação analisada, foi possível perceber que a legislação escravista da segunda metade do século XIX teve como finalidade assegurar o processo de transição do trabalho escravizado para o trabalho assalariado, sob condições coercitivas, com o apoio do Estado Nacional, como forma de manter as relações produtivas na província, ausentes da “desordem” que poderia se estabelecer com o declínio do sistema escravista.

A historiografia que se debruçou em investigar o processo abolicionista no Brasil, analisou a realidade das regiões cafeeiras, como o Oeste paulista e o Nordeste açucareiro, como referência para pensar todo o restante do país. Dentre eles, os seguintes trabalhos: Caio Prado Júnior (1942), Escola Paulista de Sociologia (décadas de 1960 e 1970), e a obra *Escravismo colonial* de Jacob Gorender (1985).¹ De acordo com essa historiografia, os trabalhadores escravizados só poderiam ser percebidos no

1 No prefácio do livro *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX*, escrito pelo historiador Robert Slenes, ele afirma que as grandes interpretações a respeito da escravidão no Brasil, a exemplo dessas obras citadas, colocaram os escravizados subordinados e incapacitados para qualquer ação política consequente. Para essa análise ver: MATTOS, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*.

fazer histórico através de uma economia agroexportadora de modelo *plantation* e da sua substituição pela força de trabalho do imigrante europeu.

Em meados dos anos de 1980, a partir das pesquisas da historiadora Maria Yedda Linhares e Ciro Flamarión Cardoso sobre a agricultura no Brasil, foi possível romper com esse quadro explicativo sobre a abolição do cativeiro que privilegiava o “*sentido da colonização*” e a monocultura como os únicos responsáveis pelo movimento da história da escravidão e abolição no Brasil do século XIX.

Através dessa renovação na historiografia sobre a agricultura, escravidão e abolição no Brasil, surgiram trabalhos como *Ao sul da história*: lavradores pobres na crise do trabalho escravo, da historiadora Hebe Mattos, que permitiu perceber o desenvolvimento de um mercado interno por meio do uso do trabalho escravo, mas este não anulando de forma alguma a existência do trabalhador nascido livre pobre, na produção de riquezas. Desse modo, refutou a premissa da existência do trabalhador escravizado voltado unicamente para uma economia de exportação e sem o uso concomitante da mão de obra do homem livre pobre no desenvolvimento da lavoura.

Ciro Flamarión Cardoso chama atenção para o fato de que os estudos sobre a abolição no Brasil sempre estiveram diante de uma dicotomia entre o conformismo e a rebeldia escrava. Esta última era colocada como responsável pelo declínio do sistema escravista (CARDOSO, 1988, p. 83). Mattos (2013, p. 30) propõe uma abordagem integrada: “as migrações da população livre, o tráfico transatlântico e a dinâmica do tráfico interno de cativos são elementos essenciais a uma compreensão histórica do processo abolicionista no Brasil”.

Nesse contexto, sobre a historiografia da abolição no Brasil, cabe perguntar como esse processo ocorreu na província do Piauí, região marcada pelo mito da incompatibilidade da escravidão com a pecuária, visto que essa, foi a atividade econômica predominante no período estudado.

O mito de que na província do Piauí havia pouco trabalho e mão de obra excedente nas fazendas de gado foi um discurso produzido por viajantes europeus durante o século XIX, com a finalidade de mascarar a realidade do escravismo na província. Segundo Solimar Oliveira Lima (2002), os viajantes Spix e Martius, em 1820, fizeram nascer a tese que havia excesso de mão de obra, ociosidade, ausência de disciplina e rigor do trabalho feitorizado nas fazendas públicas do Piauí. Entretanto, as fazendas do Piauí funcionaram como unidades produtivas por meio da força do trabalho escravizado. Além da criação de gado, havia uma produção interna destinada ao comércio, como “açúcar, algodão, feijão, mandioca, milho, cachaça, couros, farinha, sabão, sebo, tecidos e outros” (LIMA, 2005, p. 10). Esse caráter mercantil era associado à prática de uma agricultura de subsistência em que todo o lucro era destinado ao Império brasileiro.

As fazendas de gado do sertão do Piauí utilizaram o escravismo de diversas formas, tanto na montagem, como na manutenção de vaquejadores. Aguadas, cercas e currais eram tarefas rudes onde aconteciam diversos acidentes graves (LIMA, 2002). De acordo com Lima (2002), o trabalho feminino também era habitual. As mulheres realizavam tarefas como o deslocamento do gado para as reservas de água e o retorno com segurança para as fazendas e currais. Foram elas as responsáveis pela construção de currais, cercas e por amansar o gado. No sertão do Piauí, a força de trabalho escravizada foi utilizada de forma violenta. Desse modo, não foi um processo ameno em relação às regiões agrícolas e mineradoras do restante do país. As fazendas de gado do Piauí constituíram-se lócus na detenção da mão de obra escravizada. Além disso, abasteceram com trabalhadores outras propriedades rurais do império, “foram fazendas de reprodução” (LIMA, 2005, p. 53).

Essa província também produziu, desde o período jesuítico, o algodão e o fumo como produtos de exportação. Foi possível construir uma indústria do charque através de ricos fazendeiros

situados no litoral. “A atividade industrial da confecção do charque, da sola, do tratamento do couro, do atanado, e do chifre, aliados à agricultura do algodão, colocou nessa região os maiores plantéis de escravos da primeira metade do século XIX” (FALCI; MARCONDES, 2001, p. 7). Esses escravizados, através do seu trabalho, sustentaram por muito tempo as relações produtivas do Estado, produziram riquezas tanto para a província, quanto para o Império brasileiro.

As festas do 13 de maio de 1888 e as contradições internas

A notícia da libertação dos trabalhadores escravizados pela Lei Áurea de 13 de maio de 1888 foi recebida com muitas festas na capital Teresina e por todo o interior da província. O promotor público da vila de Jaicós informava que nesta comarca se achava plenamente proclamada a Lei Áurea. No dia 17, passados quatro dias da promulgação da Lei, houve “muitas manifestações de regozijo, passeata, a vila ficou totalmente iluminada e quase todos as casas embandeiradas” (TENHO a honra, 1888, p. 2).

A comarca de Jaicós não foi a única a comemorar o fim do cativeiro. Os libertos da Vila de Jerumenha ficaram durante dias à espera do promotor público José Lino, responsável por trazer aos cativos a confirmação da libertação que os tornariam cidadãos. Ao receberem a notícia fizeram passeata e “bailaram” durante dias (JERUMENHA, 1888, p. 3). De acordo com Walter Fraga, a forma como os libertos festejaram a abolição mostra que eles tinham consciência de que estavam vivendo um momento especial, onde, pela primeira vez, participaram dos acontecimentos na condição de cidadãos livres.

Na cidade de Teresina foi realizada uma “procissão cívica” em homenagem à Lei Áurea. Esse cortejo ficou conhecido como “passeata do dia 19” que, de acordo com muitos, foi, de modo incontestável, a mais concorrida e grandiosa de quantas se fizeram para comemorar a libertação do cativeiro. Aconteceu

“às 6 e 12 horas da tarde, achavam-se reunidos no lugar, muitos cavalheiros pertencentes aos dois partidos militantes e uma imensa multidão de libertos e pessoas do povo” (PASSEATA, 1888, p. 1).

No percurso da passeata, diversos oradores, entre eles, Anísio de Abreu, Gabriel Ferreira, Polidoro Burlamaque e Sousa Martins, discursaram sobre a importância “moral e patriótica” do fim da escravidão. Percorreram, às ruas da cidade: “Bela, Paissandu, São José, praça Saraiva e finalizaram o trajeto em frente à igreja de Nossa Senhora das Dores” (PASSEATA, 1888, p. 1). Para Emilia Viotti da Costa (2010, p. 365) a abolição da escravatura do 13 de maio havia ocultado as contradições que tinham empurrado o processo: “as disputas partidárias nos debates parlamentares em torno da libertação dos escravos, as perseguições aos abolicionistas, a insatisfação dos proprietários com a libertação, sem indenização, tudo isso ficou esquecido”.

Entretanto, na província do Piauí, esse clima amistoso envolvendo todos os segmentos da sociedade e os diferentes partidos políticos duraria apenas os dias de “regozijo”. Como bem podemos observar:

[...] O Sr. Dr. Botelho pedindo ao governo provincial informações sobre o fato de Agostinho de Brito Passos, de Piracuruca, manter em injusto cativeiro diverso libertos. [...] Do Sr. Aristides, solicitando da presidência da província cópias dos ofícios das autoridades de Jaicós acerca de fatos graves praticados contra os libertos, e informações a respeito das providências tomadas contra os mesmos [...] (PIAUÍ, 1888).

Podemos perceber que o clima em torno da libertação dos cativos não foi totalmente amigável. Muitos proprietários de escravizados resistiram ao cumprimento da lei. O fato deixa claro um “caráter de problema” que a abolição parece ter assumido. Segundo Fraga (2006), muitos desses donos de escravos descontentes com a lei usaram o dispositivo da força, imprimindo na relação de trabalho livre aspectos e marcas que caracterizaram a escravidão.

Outra importante observação que o documento nos revela é a preocupação do poder público em denunciar esses maus-tratos. Essa realidade estava pautada na construção de uma nova ideologia do trabalho, fomentada pela abolição, regulada na tentativa de mostrar à sociedade que a Lei Áurea não traria consigo o “fantasma da desordem” e a “desorganização do trabalho”.

Para Alexandre Barbosa (2003), o recém-liberto ficaria relegado a uma situação de marginalidade e anomia. Aqueles que ficaram no campo voltaram às fazendas, geralmente outras, que não a dos antigos senhores, estabelecendo negociações com seus novos patrões sempre inseridas em condições patriarcais. De acordo com o autor, no Nordeste a transição para o mercado de trabalho mostrou-se particularmente demorada. Teve início bem antes da abolição, por volta dos anos cinqüenta do século XIX, com o fim do tráfico de escravos, e foi complementada, numa perspectiva otimista, apenas nas primeiras décadas do século XX.

Nesse sentido, os vínculos patriarcais se sobressaíram em relação ao assalariamento. Essas condições de trabalho do liberto inseridas em tradições paternalistas provocaram um movimento de depreciação dessa mão de obra, fazendo surgir uma imagem de ociosidade e vadiagem imputadas ao egresso da escravidão.

Na província do Piauí, em especial, na vila de Jaicós, alguns libertos abandonaram as casas dos antigos senhores ao receberem a notícia da Lei. Esse fato coincidiu com o desaparecimento de alguns animais, cujos proprietários eram os escravistas; por isso foram à procura dos libertos, com a convicção de que eles seriam os responsáveis pelo desaparecimento. Ao alcançarem os trabalhadores, a uma pequena distância, iniciou-se uma luta “em que dois libertos e alguns dos donos dos animais receberam leves contusões” (ESCREVE-NOS de Jaicós, 1888, p. 4).

Ao ser promulgada a Lei Áurea, as autoridades públicas tentavam minimizar seus efeitos por meio de informações prestadas aos jornais que circulavam na província sobre os conflitos entre libertos e ex-senhores, em uma tentativa de mostrar que a Lei estava sendo cumprida. Entretanto, os libertos que haviam sido denunciados sobre o roubo de animais não sofreram “leves contusões” como afirmaram os dirigentes da comarca de Jaicós:

Aos 3 dias do mês de julho de 1888, nesta vila de Paulista, província do Piauí, comarca de Jaicós, em meu cartório compareceu perante mim o liberto Luiz Rabelo de Sepúlveda, e declarou que tendo na noite de 8 de junho, recebido leves ofensas por ocasião de vir uma escolta em procura dele e outros libertos verificar se conduziam animais furtados, tendo o mesmo dado também pancadas em pessoas da escolta, que perdoa por sua parte as ofensas que recebeu a quem quer que tenha sido autor ou autores. A fim de nenhum procedimento criminal tenha lugar e fique tudo em perpétuo silêncio, o que faz de ampla vontade e bem assim desiste do direito de queixa. Acrescenta que além das leves ofensas, que perdoa, e nenhuma outra recebeu, e rogava a justiça de sua majestade a observassem e lhe fizesse toda equidade. Assim o disse perante as testemunhas [...] Eu Ivo Félix dos Santos, escrivão, o escrevi – A rogo de Luiz Rabelo Sepúlveda por não saber ler e nem escrever (A VOZ da verdade, 1888, p. 4).

Observamos que Luiz Rabelo de Sepúlveda e outros libertos são acusados de conduzir animais furtados, e, por isso, sofrem ofensas e ataques físicos. O liberto da escravidão passa a ser depois do 13 de maio um suspeito de “vadiagem” e “desordem”. Nota-se no fragmento extraído do jornal *A Época* (1888), uma necessidade da autoridade jurídica competente de fazer com que o liberto Luiz Rabelo desista do direito de queixa. Logo depois da Lei Áurea, o mundo do trabalho do qual estava inserido esse ex-cativo passa a utilizar de vários aparelhos repressores sobre sua força de trabalho, temendo não conseguir retirar dele a mesma disciplina de outrora.

Ainda sobre os conflitos existentes entre os libertos e os ex-senhores na província do Piauí, logo após a Lei Áurea, é possível observar a ação de alguns publicitas, como Clodoaldo

Freitas, que passou a denunciar através do jornal *Imprensa* a resistência de alguns antigos proprietários de escravizados em cumprir a lei. De acordo com ele, os antigos escravistas ainda mantinham alguns libertos em cativeiro. Nesse sentido, o redator afirmava que os ex-senhores que haviam praticado delitos contra alguns libertos na vila de Jaicós eram todos parentes do político Coelho Rodrigues, ou seja, deduzindo que este estava apoiando os crimes contra os libertos. E ressaltou que “o promotor da comarca cruzou os braços diante de semelhante crime” (O PROMOTOR, 1888, p. 3).

Nota-se que a situação dos libertos no imediato pós-abolição provocou disputas partidárias entre os órgãos liberais e conservadores, apesar de todos, independentemente da posição política, estarem presentes nas manifestações de saudações à Lei Áurea. Entretanto, as relações de trabalho seguidas sem o pagamento da indenização aos fazendeiros colocavam, novamente, estes setores em oposição. Agora, a luta de alguns grupos ligados aos escravistas era clamar ao Império brasileiro alguma medida que estabelecesse contratos de serviços e o pagamento da indenização.

Coelho Rodrigues foi uma das lideranças locais que lutaram arduamente para que a indenização a favor dos senhores fosse realizada. Os legisladores da Assembleia Provincial do Piauí afirmavam que o gabinete 10 de março, responsável pela elaboração da Lei do 13 de maio de 1888, não havia, até aquele momento, estabelecido nenhuma medida complementar ao decreto. Durante todo o decorrer do ano de 1888, as autoridades políticas, que, por sua vez, eram antigos proprietários de escravos, esperavam ações visando corrigir os seus “prejuízos” em torno do fim da escravidão (CIRCULAR, 1888, p. 4).

Justificava-se a necessidade de pagamentos indenizatórios alegando que “a lavoura, fonte da riqueza pública, achava-se definhada, atrofiada e quase que aniquilada, depois que se operou a transformação do trabalho” (CIRCULAR, 1888, p. 4). Acreditavam de forma convicta que seriam resarcidos

pela perda dos “braços aptos” para o trabalho na lavoura. Essa certeza era assentada nas declarações do Barão de Cotelipe, que afirmava na tribuna do Senado que “enquanto viver apresentará todos os autos o seu projeto de indenização, convencido, como se acha, se fará, mais cedo ou mais tarde” (CIRCULAR, 1888, p. 4).

Percebe-se, deste modo, que as autoridades políticas da província almejavam decretos que funcionassem no sentido de poderem continuar a controlar a força de trabalho liberta, assim como aconteceu com a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885), que, ao promover as manumissões, também estabeleceram vários regulamentos de prestação de serviços, cujo objetivo era continuar controlando e disciplinando os egressos do cativeiro.

Entretanto, como bem demonstrou Ademir Gebara (1986), a própria redação da Lei Áurea indicava que o assunto foi tratado às pressas. Neste sentido, diferente da legislação anterior: “a lei de 1888 era curta e seca, abolindo a escravidão, deste modo, a forma pela qual o projeto foi redigido permite afirmar que se objetivava uma aprovação rápida, sem emendas ou mudanças” (GEBARA, 1986, p. 194).

A Assembleia Provincial do Piauí tentava de todo modo angariar benefícios com o presidente da província. Passados três meses da abolição do treze de maio, os legisladores piauienses, em especial, Jayme Rosa tentava interceder a favor de um amigo deputado, enfatizando que este, antes da medida adotada pelo gabinete 10 de março, havia libertado dois escravos seus sob a condição de prestação de serviços por quatro anos. Contudo, libertou acreditando que a lei fosse realizada por meio de prestação de serviços. Assim, solicitou ao presidente da província que intercedesse perante o governo imperial para que o nobre deputado recebesse algum tipo de provimento dos serviços de alguns ingênuos de que, à época da Lei do Ventre Livre (1871) havia desistido (CÂMARA dos deputados, 1888, p. 3).

Deste modo, percebemos que o discurso dos legisladores no imediato pós-abolição tenta evidenciar que a nação tem uma dívida para com os fazendeiros. Nesse sentido, entendemos que a discussão começa a focalizar não mais os direitos dos escravos, mas sim as perdas dos fazendeiros e sua contribuição à causa da liberdade.

É nesse sentido que Costa (1999, p. 366), ao falar da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado no Brasil, enfatiza que o processo de acumulação capitalista, durante esse período, foi circunscrito em relações de paternalismo e clientelismo, quando a população negra, mesmo depois da abolição, ficaria a margem desse processo: “promovida principalmente por brancos, ou por negros cooptados pela elite branca, a abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à sua própria sorte”.

A aquisição por escravos tornara-se cada vez mais difícil desde a proibição do tráfico negreiro e os lucros demandavam a utilização cada vez maior de mão de obra. Foi possível para os proprietários concluir que o trabalho assalariado poderia ser mais produtivo do que o trabalho escravo. Segundo Costa (1999, p. 365), outros tipos de investimento tinham se aberto aos proprietários, como: “estradas de ferro, bancos e indústrias, o sistema de crédito havia se expandido, criando novas possibilidades de financiamento de trabalhador livre”.

Considerações finais

Conforme Alexandre Barbosa (2003), a Lei Áurea deve ser encarada como um conjunto de políticas que levaram à lenta extinção da escravidão. Desde a promulgação da lei de 1850, que proibia o tráfico de escravos, instaurou-se um processo de “abolição progressiva”, que produziria a Lei Áurea, a qual não encerraria, entretanto, a transição para o trabalho assalariado. A abolição propriamente dita, decretada em 1888, surge como detalhe no processo mais amplo de construção do

mercado de trabalho no Brasil, obedecendo às especificidades regionais. No Piauí observamos que o 13 de maio de 1888 marcou formalmente o final da escravidão na província, tendo sido um estágio no processo de transição da escravidão para o trabalho assalariado.

Referências

Jornais

A VOZ da verdade. A Época. Teresina, n. 513, ano 10, p. 4, 21 de jul. 1888.

CÂMARA dos deputados. A Época. Teresina, ano 10, n. 517, p. 3, 22 ago. 1888.

CIRCULAR. A Época. Teresina, ano 10, n. 524, p. 4, 21out. 1888.

ESCREVE-NOS de Jaicós. A Época. Teresina, ano 10, n. 506, p. 4, 30 maio 1888.

JEROMENHA. 16 de junho de 1888. A Época. Teresina, ano 10, n. 517, p. 3, 22 ago. 1888.

O PROMOTOR público e a “imprensa”. A Época. Teresina, ano 10, n. 513, p. 3, 21 jul. 1888.

PASSEATA. A Época. Teresina, ano 10, n. 506, p. 1, 30 maio 1888.

TENHO a honra. A Época. Teresina, ano 10, n. 513, p. 2, 21 jul. 1888.

Documentos oficiais

PIAUÍ. Relatório com que o Exm. Sr. Antônio Jansem de Matos Pereira passou a administração da província do

Piauí ao Exm. Sr. Francisco José Viveiros de Castro no dia 06 de julho de 1887. Teresina, 1887.

PIAUÍ. Poder legislativo. **19^a sessão ordinária em 23 de junho de 1888.**

Bibliografia

ARAÚJO, Charlene Veras de. **A formação do mercado de trabalho no Piauí:** a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado (1871-1930). Dissertação (Mestrado em História do Brasil – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

ARAÚJO, Charlene Veras de. Abolição e Pós-Abolição: o extrativismo da borracha de manicoba na formação do mercado de trabalho no Piauí (1888-1930). In: FONTINELES, Cláudia Cristina; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho; CRUZ, Marcelo Silva (org.). **Oficina de Clio: história, cidades e linguagens.** Teresina: EDUFPI, 2016.

ARAÚJO, Charlene Veras de. O Piauí na literatura de viagem do século XIX: trabalho e cotidiano. In: Colóquio Internacional de Literatura e Gênero, Corporiedade e Resistência 4., 2019. **Anais do Colóquio Internacional de Literatura e Gênero, Corporeidade e Resistência.** Teresina: FUESPI, 2019.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil:** da escravidão ao assalariamento. Campinas: Unicamp, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarión. **Escravidão e abolição no Brasil:** novas perspectivas. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1988.

COSTA, Emilia Viotti da. **A abolição.** 9. ed. São Paulo: Unesp, 2010.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** 9. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

FALCI, Miriam Brito Knox; MARCONDES, Renato Leite. **Escravidão e reprodução no Piauí: Oeiras e Teresina (1875).** Ribeirão Preto: FEA/USP. Disponível em <https://www.fearp.usp.br/images/pesquisa/Anexos/Publicacoes/Textos_discussao/REC/2001/wpe26.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

FRAGA, Filho Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910).** São Paulo: UNICAMP, 2006.

GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888).** São Paulo: Brasiliense, 1986.

LIMA, Solimar Oliveira. **Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871).** Passo Fundo: UPF, 2005.

LIMA, Solimar Oliveira. O pastoreio escravista na formação econômica do Piauí. **Informe econômico.** Teresina, n. 14, out. 2022.

MATTOS, Hebe Maria de. **Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MATTOS, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX).** 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

NASCIMENTO, Rogéria Cristina Silva. **História e memória de Antônio Coelho Rodrigues: sua contribuição para a formação do Estado Nacional brasileiro.** Disponível em: <<http://www.ufpi.br/20sic/Documentos/RESUMOS>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

A IMPRENSA DO PIAUÍ E OS DISCURSOS SOBRE A POBREZA (1877-1878)

Daniel de Sá Aguiar
Francisca Cleisla Carvalho de Sousa

Introdução

A seca é um fenômeno natural recorrente na região atualmente conhecida como Nordeste. A estiagem causa várias perdas para a população da região, como as baixas na produção agrícola e na criação de gado. Atividades ligadas ao setor econômico que influenciam no trabalho, na saúde e na qualidade de vida. Podemos constatar ao longo da história que a seca acarreta na fome, no desemprego e em péssimas condições de sobrevivência, por isso pessoas migram para outras regiões, em busca de melhores condições de vida.

O presente trabalho versará sobre a questão da seca, especificamente a Grande Seca, entre os anos de 1877 e 1878, buscando compreender os motivos que levaram as migrações nesse período, assim como, problematizar como eles eram retratados nas narrativas jornalísticas. O jornal como fonte histórica nos auxilia a compreender o meio social, pois a imprensa “articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro.” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.259).

Não busca-se, contudo, a construção de uma realidade do passado a partir dos periódicos. Compreendemos o jornal como uma construção histórica marcada por pensamentos e ideologias dos sujeitos de determinada época, portanto ao analisar os discursos presentes neles, de forma crítica, pode-se construir proposições sobre determinados assuntos, como por

exemplo, o processo migratório. O periódico, como fonte, também possibilita colocar em cena sujeitos anteriormente apagados da história, a construção de uma história vista de baixo, como abordou E. P. Thompson (1998).

Como fundamentação teórica foram utilizados historiadores como Maria Mafalda Baldoino de Araújo (1991), Manuel Domingos Neto e Geraldo Almeida Borges (1983) para compreendermos o cenário instaurado pela Grande Seca e suas implicações. Assim como, Celso Pinheiro Filho (1997) para compreendermos a história da imprensa no Piauí. E. P. Thompson (1998) para a construção de uma análise dos sujeitos que anteriormente não eram retratados pela História

Apesquisa foi desenvolvida a partir da análise dos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foram selecionados aqueles que circulavam na época delineada anteriormente e que abordaram questões como a seca e a migração. Desse modo, os periódicos que atendiam a essas questões foram: *A Imprensa*: periódico político e *A Época*: órgão conservador, o primeiro jornal de cunho liberal e o segundo conservador. Posteriormente, buscou-se delinear os fundadores de cada jornal e como a posição social e política poderiam influenciar nos conteúdos presentes nos periódicos.

Desse modo, iniciaremos o texto com a contextualização da Grande Seca, como ela afetou a vida dos habitantes da região e a forma como era retratada nos jornais. Assim como, pretendemos delinear o perfil dos migrantes e como eles eram descritos nos jornais. Também buscaremos discorrer sobre os jornais selecionados, as concepções sobre as seca e a política presentes neles. E por fim versaremos sobre as possíveis implicações dos discursos presentes nos periódicos. É necessário frisar que a pesquisa ainda está em desenvolvimento, de modo que, aqui apresentaremos uma discussão inicial.

A caminhada nos sertões: os migrantes, a seca e a imprensa

A Grande Seca compreende o período entre 1877 e 1879, no qual, uma rigorosa estiagem assolou a região denominada atualmente de Nordeste. Afetando as plantações, criação de gado, consequentemente a economia e a qualidade de vida da população que ali residia. Por esses motivos, famílias se deslocaram ao longo dos sertões, em busca de melhores condições de vida. Contudo, a caminhada era difícil, muitos não chegavam em seus destinos, era necessário fazer paradas quando prosseguir se tornava inviável.

Na província do Piauí passaram muitos migrantes que permaneciam no local quando não podiam dar continuidade ao trajeto. De acordo com Maria Mafalda Balduino de Araújo (1995), famílias inteiras se deslocavam para a região Amazônica, em decorrência dos empregos gerados pela extração de borracha, porém, por fisicamente, não conseguirem prosseguir e pelo medo do desconhecido, esses migrantes ficaram na província. Essa “população migrante era composta de homens, mulheres, jovens, velhos e crianças, fato que agravou ainda mais o estado de miséria no qual viviam as cidades piauienses” (ARAÚJO, 1995, p.13).

Logo, podemos afirmar que, os migrantes não possuíam uma faixa etária específica, eram famílias, majoritariamente, pobres que buscavam emprego, moradia e alimento, ou seja, o básico para a sobrevivência. Segundo Araújo (1995), esta população ocupava o subúrbio ou ficavam debaixo de árvores. Como pode ser também averiguado nos jornais: “A migração aqui é excessiva, cada arvore em roda da cidade é uma habitação e todos os dias chegam famílias e famílias, cujos aspectos são os mais dolorosos possíveis, pois, além da fome que as devora, a nudez é extraordinária, a ponto de muitas mulheres não poderem aparecer” (A IMPRENSA, 1877, p.4). Portanto, os

migrantes se fixaram em áreas periféricas, mesclando-se com a população pobre que já residia na província e viviam em condições precárias

A maioria desses migrantes vinham de províncias próximas. “Flagelados cearenses, paraibanos, pernambucanos e baianos, “acossados por terríveis secas”, procuravam as terras piauienses. A fome, as pandemias, a mortandade, saques e banditismo acompanhavam os retirantes” (DOMINGOS NETO; BORGES, 1983, p. 45). Logo, eles enfrentavam questões socioeconômicas.

A situação da seca, em específico na província do Piauí, se tornou grave por conta do elevado número de migrantes que permaneceram no território e o baixo número de alimentos para suprir a todos. Logo, a questão da alimentação se tornava uma preocupação, não apenas para os migrantes, mas para a população:

A população piauiense vivia basicamente da criação de gado; praticava a agricultura de forma bastante secundária. O recurso à caça, às frutas, ao mel silvestre e à pesca completava as necessidades alimentares. Havia facilidade para alimentar a população, mas naturalmente, pouca disponibilidade em alimento frente ao grande número de adventícios. [...] Sem estes, provavelmente, a “seca” de 1877 no Piauí teria igualmente ficado na história apenas como mais um período de dificuldades devido a um “mau inverno” e ao pasto minguado. (DOMINGOS NETO; BORGES, 1983, p. 47)

Nos jornais era denunciada a situação, na qual, se encontravam os migrantes e a questão econômica da província. A depender da vertente política do jornal, se era conservador ou liberal, e do governo vigente, era relatada uma denúncia sobre o descaso do governo com a seca. Quando o governo era conservador, ocorriam denúncias dos jornais liberais e vice-versa. Como exemplo, podemos citar o ano de 1878, quando os liberais assumiram o poder, o jornal *A Época*: órgão conservador, passa a tecer críticas ao governo:

Porém como um mal nunca vem só, como o castigo de Deus abrange grandes e pequenos, quiz ainda a nossa mesquinha estrella que, após os rigores da secca, viessem os liberais! [...] Subirão estes ao poder quando ainda esta pobre província não estava de todo exhuirida; quando as infelizes victimas da secca erão pelos homens do governo decaido tratadas com magna solitude. Então ainda não se morria de fome; todas as localidades estavão mais ou menos abastecidas de viveres e de dinheiro; o povo que ha dez annos era governado com brandura e liberdade, ainda vivia satisfeito. (A EPOCA, 1878, p.2).

No jornal *A Imprensa: periódico político* de cunho liberal no seu editorial culpava o governo dos conservadores pela miséria da província:

Recebendo as redeas do governo das mãos dos nossos adversarios, que foram os obreiros da decadencia das nossas finanças e da corrupção dos nossos costumes, terá de caminhar por sobre ruinas accumuladas em quasi dez annos, e de lutar com embaraços de toda ordem levantados pelos descarados contrabandistas dos dinheiros publicos. (A IMPRENSA, 1878, , p.8)

Portanto, havia essa construção de interesses em defender o governo do seu partido nos jornais. Influenciando, assim, nos discursos construídos nos periódicos, nos quais, a seca e a migração tornam-se um plano de fundo para discutir as divergências políticas da classe dominante. A maioria dos integrantes do corpo editorial dos periódicos aqui analisados eram homens da elite, letrados e que ocupavam cargos importantes.

O jornal *A Imprensa: periódico político*, por exemplo, foi criado por Deolindo Mendes da Silva Moura, formado em 1857 em Olinda, era dono de uma fortuna e compunha a Academia Brasileira e Piauiense de Letras e o Conselho Federal de Cultura (FILHO, 1997). O mesmo pode ser observado no periódico *A Época: órgão conservador*, que teve como redatores Teodoro Alves Pacheco, Raimundo Arêa, Simplício Coelho de Resende e colaboração de Higino Cunha (FILHO, 1997). Homens letrados, pertencentes à classe abastada. Portanto, o corpo editorial dos

periódicos era constituído por membros da elite, que tinham formação, alguns ocupando cargos importantes. Esses sujeitos defendiam nos periódicos os interesses de sua classe e partido.

O público com acesso a esses jornais também fizeram parte da elite, tendo em vista que, “o baixo padrão de escolaridade da população explica, em parte, o pouco significado da cultura escrita e da imprensa no Piauí...”, (CASTELO BRANCO, 2020, p.5). Logo, por conta do baixo grau de escolaridade, apenas uma parcela da população poderia ler o material dos jornais, fazendo com que boa parte não tivesse acesso. Sendo assim, a elite escrevia para os membros da própria classe.

Em geral, ao analisar ambos os jornais, há uma cobrança para que as autoridades ajudem os migrantes. De acordo com Maria Mafalda Baldoino (1991), a intervenção do governo imperial nessa crise socioeconómica ocorreu através da criação das Comissões de Socorros Públicos, que autorizava o governo central a fazer despesas com as casas de epidemia ou qualquer outra calamidade. Por meio das comissões eram distribuídos remédios e gêneros alimentícios para os migrantes, nota-se portanto o caráter assistencialista dessa política.

Durante a leitura das instruções expedidas para as comissões, publicadas pelo jornal *A Imprensa: periódico político*, notou-se que uma orientação mencionava o trabalho migrantes relacionando-os à pessoas ociosas:

Como medida salutar à bem da manutenção da moralidade e boa ordem, convém que as commissões convidem os emigrantes ao trabalho nas obras de reconhecida utilidade publica em projecto ou andamento, afim de prevenir os maos effeitos da ociosidade. A estes que assim se resolverem ministrarão uma ou outra ferramenta, durante o tempo do serviço, e não, como algumas vezes ha sido praticado, um sortimento completo de peças para o trabalho da lavoura, enchadas, fouces, machados e facões. (A IMPRENSA, 1877, p.4)

As instruções foram expedidas por Francisco Bernardino Rodrigues da Silva, o então presidente da província. Podemos notar que para ele, empregar o migrante seria uma forma de

manter a moralidade e a ordem. De acordo com Araújo (1995), no imaginário dos governadores a ociosidade dos pobres poderia ocasionar desordem, por isso, buscavam empregá-los. Logo, pode-se afirmar que as autoridades faziam uso desse discurso, da propensão dos migrantes aos vícios de ociosidade, para usá-los como mão de obra.

Em outro trecho, do relatório, expedido pelo governo provincial e publicado no jornal *A Imprensa: periódico político*, também mencionam sobre os vícios de ociosidade:

Algumas commissões teem empregado em trabalhos das localidade os imigrantes sustentados pelo governo. Nesta capital procuro fazer o mesmo; tenho, porem, reconhecido que quasi todos que aqui chegam acham-se doentes ou de tal modo tomados de torpor que recusam-se a qualquer trabalho. Si aqui demorarem-se, não procurando os núcleos e não descendo para Parnahyba, exigir-se-ha dos bons que trabalhem, pois que nada lhes será mais funesto do que os maos habitos contrahidos na vida de ociosidade. (A IMPRENSA, 1878, p.4)

No trecho anterior podemos notar que os migrantes recusaram o trabalho por não estarem em condições físicas. Como já foi abordado, as condições dessa população que chegavam na província do Piauí eram precárias e ficavam no território. Portanto, pode-se afirmar que os migrantes recusaram o trabalho regular em decorrência das condições físicas em que se encontravam. Aos que não se encontravam aptos eles deviam se deslocar para os núcleos coloniais e os que estavam em boas condições deviam trabalhar para não cederem aos vícios de ociosidade.

De acordo com Araújo (1991), os núcleos coloniais foram uma medida criada pelo governo que objetivava retirar os migrantes da capital para áreas próximas, para evitar as entradas maciças. Ainda segundo Araújo (1991), esses núcleos surgiram a partir de sugestões de proprietários rurais que que visavam a mão-de-obra gratuita, a direção ficava a cargo dos proprietários

e as despesas eram custeadas pelo governo. Porém, percebe-se um caráter segregacionista nessa política, além de, colocar os migrantes subjugados às vontades dos proprietários.

Essa prática de realocamento era comum para as autoridades, “Além de vigiar, as autoridades direcionaram propostas e ações para manter ocupado esse grupo “improdutivo”, e as propostas eram tão crimoniosas quanto apelativas.” (MONTEIRO, 2016, p.135). Logo, os vícios de ociosidade eram atrelados a população pobre, que caso não aderissem ao trabalho estavam propensos aos vícios. Contudo podemos destacar outros interesses envolvidos:

Diante da expectativa criada, os nordestinos procuravam, por todos os meios, ampliar a aplicação do fundo de emergência. Embora o Ministério do Partido Conservador nunca tenha proposto mais do que uma distribuição de alimentos às comissões locais das províncias, por trás desta situação, agrupavam-se os interesses das províncias, sobretudo, de Pernambuco e Ceará, pela oportunidade de concluir os grandes projetos iniciados nos prósperos anos de 1860. Os empresários, desesperados, viram, nas grandes massas dos flagelados da seca, uma mão-de-obra abundante e barata e a ocasião de canalizar os fundos econômicos do Império para seus projetos. (ARAÚJO, 1991, p.70).

Apesar de estar presente no imaginário das autoridades a associação das camadas pobres com os vícios, não era unicamente uma questão sobre crer em algum, mas um assunto político, no qual, buscava-se utilizar a mão de obra migrante, visando o baixo custo e a finalização de obras públicas iniciadas em anos anteriores. Constata-se que há a construção de um discursos, por parte das autoridades, para por meio da associação dos migrantes aos vícios de ociosidade, angariar mão-de-obra barata.

Nesse período, também ocorreram casos de irregularidades com as verbas das Comissões de Socorros Públicos:

[...] constata-se que as notícias das irregularidades das Comissões de Socorros chegavam ao Ministérios. Tais notícias divulgadas na Corte criavam uma imagem de que as verbas para a seca eram solicitadas pelos representantes

nordestinos, apenas para o enriquecimento de alguns, e não para os flagelados que não existiam na grande proporção alegada. (ARAÚJO, 1991, p.77).

Em suma, as autoridades utilizavam discursos para obter mão de obra barata vinda dos migrantes, que assolados pela seca, estavam em uma situação socioeconômica desfavorável, tornando-os vulneráveis. As autoridades não buscaram solucionar de forma efetiva esse problema social, eles implementaram medidas que segregaram e exploraram essa população migrante para benefício próprio.

Conclusão

O período de estiagem acarretou problemas, como a fome, a miséria, o desemprego. Famílias, em busca de melhores condições de vida, saíram dos seus locais de origem e se deslocaram para outros lugares. Muitas vezes, por falta de condições físicas para prosseguirem, eles paravam em locais. Em 1887 e 1888, a província do Piauí recebeu um número significativo de migrantes, o que ocasionou uma piora no quadro para a população local, que não detinham alimentos suficientes para todos. O período citado anteriormente foi marcado por políticas assistencialistas que não solucionaram efetivamente a situação.

Os migrantes eram homens, mulheres, crianças e idosos, não havia uma faixa etária delimitada, em sua maioria eram pobres e vinham de províncias próximas. Por questões físicas ou por temerem o desconhecido eles ficavam no local. As autoridades, que eram membros da elite, criaram políticas para auxiliar os migrantes. Porém, elas não eram efetivas, ocasionando segregação e exploração. As elites alicerçaram suas ações na questão presente no imaginário, associando a população pobre aos vícios de ociosidade, em suma, acreditavam que se a população de migrantes não trabalhassem, eles sucumbiriam

pensamento, ao publicar em seu editorial as ordens expedidas pelas autoridades locais. Entende-se, que apenas uma pequena parcela teria acesso aos periódicos, de modo que, esses ideais eram propagados entre os membros da própria classe, reforçando-os. O jornal se mostra como uma importante fonte, pois se lida de forma crítica, auxilia a compreender as relações estabelecidas e os ideais da época.

Concluindo, o fenômeno natural foi utilizado por autoridades para explorarem a população. Corroborando para a criação estereotipada do nordeste como uma região seca e pobre, uma vez que, nunca procurou-se uma solução eficaz para a situação. Buscou-se, lucrar com o sofrimento da população, fato que pode ser constatado até os dias atuais, no qual, as políticas criadas são de curto prazo, não objetivando uma mudança concreta no quadro de desigualdades gerado pela seca.

Bibliografia

BNDigital. Jornal “A imprensa periódico político (PI) – 1865– 1889”. Ano 13, nº515, 25/081877, p.4. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&Pesq=%22migra%c3%a7%c3%a3o%22&pagfis=1320>. Acesso em 05/10/2022.

BNDigital. Jornal “A imprensa periódico político (PI) – 1865– 1889.” Ano 13, nº533, 28/02/1878, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&Pesq=%22migra%c3%a7%c3%a3o%22&pagfis=1383>. Acesso em 05/10/2022.

BNDigital. Jornal “A Epoca: órgão conservador (PI) 1878 – 1884.” Ano 1, nº8, 25/08/1878, p. 2) Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=164185&Pesq=%22prov%c3%adncia%22&pagfis=30>. Acessado em: 05/10/2022.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivencia em Teresina. Teresina-Piauí: EDUFPI, 1995.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. O poder e a seca de 1877/79 no Piauí. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991.

CASTELO BRANCO, P. V. Imprensa e política no Piauí na primeira metade do período monárquico. *Revista Ágora*, [S.l.], v. 31, n. 1, p. e-2020310107, 2020.

CRUZ, Heloisa de Faria. São Paulo em papel e tinta:periodismo e vida urbana (1890-1915). São Paulo: EDUCFAPESP-Arquivo do Estado de São Paulo-Imprensa Oficial de São Paulo, 2013.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosario. Na oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa.

Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

DOMINGOS NETO, Manoel; BORGES, Geraldo Almeida.

Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense.

2 ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1983.

FILHO, Celso Pinheiro. História da Imprensa no Piauí. Teresina: Zodíaco Editora, 1997.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] cumprido ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850 - 1888). 2016.

NEVES, Frederico de Castro. A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

A PISTOLAGEM ENQUANTO VIOLENCIA TÍPICA DE FRONTEIRAS EM MOVIMENTO E A ROMANTIZAÇÃO DO PISTOLEIRO ENQUANTO FIGURA HEROICA, A PARTIR DA ANÁLISE DE PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS

João Marcel Evaristo Guerra

Introdução

O sertão nordestino e a região amazônica são espaços em que se verifica uma violência típica das áreas de fronteira: a pistolagem. Nesses ambientes, propaga-se na cultura local a figura do pistoleiro: homens que ingressam na criminalidade ainda jovens, egressos do trabalho rural cuja demanda não os absorve e que, em busca de condições materiais de existência e eventualmente ascensão social, são cooptados pelas elites agrárias como mediadores das lutas político-familiares, passando a atuar enquanto suporte armado de um poder econômico, conformando uma complexa rede de relações denominada de Sistema de Pistolagem.

Analisa-se aqui a pistolagem, com destaque para a jornada do pistoleiro Julião Santana, que ganhou reconhecimento nacional em razão de suas práticas delitivas e cuja atuação anos 1970 e 1980, a partir da região de Porto Franco-MA, inspirou o filme *O nome da morte* (2017). Além de relacionar sua vivência, o artigo objetiva destacar a origem subalternizada desses profissionais da morte, inserida numa conjuntura social que oferece pouca ou nenhuma condição de melhoria de vida, os

históricos de marginalidade, suas relações com as elites locais e o manejo da criminalidade enquanto ferramenta de resistência e estratégia de inclusão e ascensão social.

Os métodos utilizados baseiam-se na interpretação da literatura pertinente à pistolagem e à violência no campo, bem como matérias jornalísticas, publicadas em jornais e portais eletrônicos sobre a vida de Julião Santana, o livro *O Nome da Morte* (CAVALCANTI, 2006) e o filme homônimo (2017), inspirados na sua trajetória. A pesquisa possibilita inferências sobre a figura do pistoleiro e sobre o sistema de pistolagem, notadamente que – embora tratados pela mídia como criminosos violentos – despertam empatia e até mesmo admiração das pessoas não apenas pelo fato de acumularem fama e riqueza com a criminalidade, mas pelo fato de conseguirem burlar as fronteiras intransponíveis das sociedades em que estão integrados, mas que dentro das quais nunca restaram incluídos. Prova maior disso é a proliferação desses ícones em produções cinematográficas nacionais, como *Bacurau* (2019) e *O Matador* (2017).

A pistolagem enquanto manifestação da violência

O sertão nordestino – temperado pelo clima do semiárido – e a região amazônica – tão caudalosa quanto os rios que cortam suas florestas – são áreas caracterizadas pelas vivências de miséria que podem ser consideradas como áreas de fronteiras em movimento. Diz-se isso não só pelo fato de se margear geograficamente com outras regiões ou mesmo outros países. Mais que isso, tais regiões são espaços de fronteira em seu sentido sociológico, por se caracterizar como um cenário conflitivo, no qual a disputa por terras e a busca por melhores condições de vida obriga a população a traçar suas próprias estratégias de resistência e sobrevivência. Nesse sentido, analisando o termo fronteira, Martins (2009, p. 9-10) dispõe o seguinte:

é um cenário altamente conflitivo de humanidades que não forjam no seu encontro o homem e o humano idílicos da tradição filosófica e das aspirações humanistas. A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam “do lado de cá”, um cenário de intolerância, ambição e morte. É também um lugar de elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo da espera no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura. O tempo dos justos. Já no âmbito dos diversos grupos étnicos que estão “do outro lado”, e no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. Na fronteira, o chamado branco e civilizado é relativo e sua ênfase nos elementos materiais da vida e da luta pela terra também o é. (MARTINS, 2009, p. 9-10)

Trata-se de um espaço no qual se verifica a minimização de perspectivas e a necessária busca de melhorias nas condições de vida dos atores que compõem este cenário sociológico, fatores tais que forçam a população a migrar, uma vez que a “permanência de grandes latifúndios, a formação de grandes empresas agropecuárias e as dificuldades de crédito fundiário ao pequeno produtor atuam diretamente na expulsão do homem de seus pequenos pedaços de terra, que encontram na migração uma alternativa de sobrevivência” (ROCHA, 2010, p. 36).

Conforme bem salienta Rocha (2015, p. 41), quando esta analisa a realidade do Piauí, estado localizado no nordeste brasileiro, “diante das mínimas condições de sobrevivência e da então configuração da política de terras do país, os trabalhadores rurais integraram um processo de luta pela terra em vários municípios do Estado”. Corroborando o disposto acima, Paula e Nóbrega (2009, p. 3) informam o seguinte:

O campo brasileiro possui duas configurações. De um lado, o agronegócio representando uma falsa modernidade e progresso; de outro, o campo em conflito. Neste último, dividem a cena pequenos produtores que se organizam em movimentos sociais, sem pressa lutam pelos seus direitos e não desistem, pois acreditam que só a luta garantirá no futuro a realização dos sonhos do passado. Contudo, as elites – por quererem manter as heranças advindas do

passado – enfrentam com violência essas populações do campo em defesa do patrimônio substantificado na propriedade privada (PAULA; NÓBREGA, 2009, p. 3).

Aos que restam e insistem em permanecer nestes espaços, cabe a luta pela sobrevivência, traçando estratégias de resistência à aridez do clima e da conjuntura política e social que dominam aquele meio. Dentre as formas de resistência e, possivelmente, de ascensão social, uma se destaca nessas regiões, qual seja, o ingresso na criminalidade, notadamente na execução de homicídios de mando. Dentre as razões para a popularização local de pistoleiros ou assassinos de aluguel, vislumbra-se a tradição histórica, cuja existência remonta ao século passado, quando os homens jovens – egressos do trabalho rural cuja demanda não os absorvia – e em busca de condições materiais de existência e, eventualmente, ascensão social eram “acionados como mediadores das lutas político-familiares, suporte armado de um poder econômico, conformando uma complexa rede de relações, denominada de Sistema de Pistolagem” (RAFAEL, 1999, p. 177-180). Tal sistema

pode ser sumariamente configurada em dois blocos. O primeiro é constituído pelo lado mais visível do sistema, explícito na figura de seus operadores: pistoleiros, “ajudantes” do crime, intermediários e mandantes. No segundo, a trama se ramifica: o poder judicial e os órgãos de segurança, uma vez parcialmente capturados por tais organizações, irão tornar-se responsáveis pela conversão do crime em legalidade. O que, juntamente com o apoio dos detentores de capital político ou econômico, permite a manutenção de um “lado legal” da organização como contraponto a algo que continuamente será posto “fora da lei” (RAFAEL, 1999, p. 177-180).

Esmiuçando o tema, Barreira (1989, p. 95) aponta que:

A atuação dos pistoleiros está ligada diretamente a duas questões: o voto, que materializa a reprodução do mando político, e a terra, que preserva a dominação econômica. Nas questões de terra, o grande alvo têm sido os líderes camponeses ou pessoas envolvidas nos trabalho de organização e representação dos trabalhadores rurais. Nas disputas pela representação econômica, o alvo é a

eliminação dos opositor na esfera político-partidária, tendo com cenário disputas familiares. (BARREIRA, 1989, p. 95).

Para Barreira (1993, p. 39), a existência do pistoleiro é consequência de um cenário sociológico tão complexo e tão violento quanto a criminalidade por eles praticada, num contexto em que o binômio violência-reação se confunde com o binômio violência-opressão, no sentido de que

tem que haver pistoleiro, que é quem executa o homicídio chamado “de serviço”, e o mandante da ação, que é quem paga pelo “serviço” realizado. (...) Esse dado marca a continuidade e a reprodução da violência física no meio rural e representa a complexa rede de relações sócio-políticas, em que o pistoleiro é a ponta final de um grande iceberg. (...) O pistoleiro é a materialização de um ato com vários personagens encobertos, autores intelectuais, e toda uma rede de proteção pertencente à classe dominante (grandes proprietários de terra e políticos) e a setores da polícia (BARREIRA, 1993, p. 39).

Ainda versando sobre a complexidade do sistema de pistolagem e a prévia existência de um quadro pertinente, ou seja, o ambiente que fomenta a indústria do homicídio de aluguel, SANTOS (2000, p. 3-4) aponta

Trata-se de tecnologias de poder que se exercem sobre os homens, com o fim de, ao mortificar os corpos - seja pelos “crimes por encomenda” ativados pelo “sistema da pistolagem”, seja pelas “chacinas” de grupos sociais - provocar um efeito-de demonstração para silenciar, punir e docilizar os vivos, tecnologia de poder eficiente, cruel e alimentada pela impunidade. [Um] “sistema de pistolagem”, o qual envolve distintos atores sociais e expressa a vigência de um particular código de conduta: tem que haver pistoleiro, que é quem executa o homicídio chamado “serviço”, e o mandante da ação, que é quem paga pelo “serviço” realizado. [...] O pistoleiro é a materialização de um ato com vários personagens encobertos, autores intelectuais, e toda uma rede de proteção pertencente à classe dominante (grandes proprietários de terra e políticos) e a setores da polícia (SANTOS, 2000, p. 3-4)

A trajetória de Julião Santana: um pistoleiro cinematográfico

Entender a figura do pistoleiro é algo complexo e para exemplificar esse quadro, analisa-se a biografia daquele que é considerado pela literatura pertinente como um dos mais renomados pistoleiros contemporâneos com atuação no território brasileiro. Júlio Santana – o Julião – foi um assassino de aluguel natural de Porto Franco, Maranhão (Toledo, 2019) que se notabilizou por matar 492 pessoas, dentre as quais a guerrilheira e militante do Partido Comunista do Brasil, Maria Lúcia Petit, e o sindicalista goiano, Nativo da Natividade, durante a ditadura militar no Brasil. Além dos homicídios, Julião participou de sequestros, sendo o mais destacado o que teve por vítima, o ex-guerrilheiro e ex-deputado federal José Genoino, durante a Guerrilha do Araguaia, em 1972 (GEARINI, 2020).

Os contratantes dos serviços sicários eram empresários, latifundiários e políticos das regiões agrárias brasileiros, figuras socialmente reconhecidas e detentoras de extensas poções de terra e grande arcabouço financeiro (DOMINGUES, 2007). Cavacanti (2006) aponta que até o Exército brasileiro – no período da ditadura – contratou os serviços de Julião Santana, com vistas a debelar a Guerrilha do Araguaia, nos anos 1970. No rol de vítimas figuram até crianças e era sua praxe realizar orações após as execuções. Quando era contratado, Julião anotava – num procedimento quase empresarial – em uma caderneta o nome da vítima e do mandante, bem como especificações organizacionais do crime, como o valor pago e o local onde se daria o homicídio. Em seu ofício, Julião se recusava a matar outros pistoleiros, mulheres gestantes, pessoas dormindo ou nos casos em que o pagamento se dava na modalidade fiado. Por todos esses motivos, a trajetória profissional de Julião ganhou destaque, alcançando as telas de cinema e as páginas de livros premiados (LAVIEIRI, 2018).

Parceira da impunidade, a cultura da pistolegaria assombra o Brasil há tempos. A crença de que matar é fácil e de que o crime compensa produziram no País assassinos como Júlio Santana, o Julião, matador profissional desde os 17 anos. Ele entrou no ofício levado pelo tio, Cícero, que também lhe ensinou a rezar dez “Ave-marias” e vinte “Pai-nossos” depois de cada execução. Foram nada menos que 492 pessoas assassinadas, das quais Julião catalogou 487: ele marcou cada uma em sua macabra “caderneta da morte”. Ali anotava o nome do mandante e da vítima, o valor pago e onde efetuou o “serviço”. Só não matou gestante e outros pistoleiros. Não aceitava “fiado” e nem tirava a vida de quem estivesse dormindo. A história de Júlio Santana e de seus crimes foi detalhada pelo jornalista Klester Cavalcanti no livro-reportagem “O nome da morte”, vencedor do Prêmio Jabuti em 2006. A obra será relançada pela editora Planeta na terça-feira 14 após ter sido publicada em 18 países e render um longametragem. O filme homônimo, dirigido por Henrique Goldman, estreou no início de agosto e segue em cartaz nos cinemas. A trama revela um homem de duas faces: o assassino implacável que sabia ser carinhoso com a esposa e filhos, de fala mansa e pausada, bem-humorado e dono de uma fé inabalável. Mostra também uma triste realidade brasileira, na qual a vida não tem nenhum valor. Ou melhor, tem: vale uma ninharia (LAVIEIRI, 2018).

A trajetória de Julião região do Araguaia-Tocantins, em 1971 até agosto de 2006, quando, aos 52 anos, decidiu retirar-se do ofício de matador de aluguel para viver como um pacato sitiante nos arredores de Palmas, capital do Tocantins. Em que pese a violência quantitativa – caracterizada pelo assombroso número de quase 500 homicídios – e a qualitativa dos delitos e a notoriedade de algumas das vítimas, Domingues (2007) destaca o temor cristão a que estava submetido Julião, assolado pelo medo de ir para o inferno e a origem subalternizada de Julião, nascido num vilarejo ribeirinho de Porto Franco, Maranhão cujas possibilidades restringiam-se a tornar-se um pacato pescador, como muitos de sua região, ele optou por tornar-se um homicida profissional, aos 17 anos, no intuito de garantir melhores condições de vida do que aquelas a que estavam submetidos seus pares e, eventualmente, constituir riqueza (DOMINGUES, 2007).

O pistoleiro e a banalidade do mal

Entender a pistolagem, contudo, exige a compreensão de que os assassinos de aluguel atuam – ainda que ilegalmente – ao lado do Estado, o legítimo e exclusivo detentor da pretensão punitiva e do uso da violência legítima enquanto ferramenta de coesão social, conforme entendimento clássico de Weber (2015, p. 63-64).

Elias (1997, p. 162) propõe, por seu turno, uma revisão do entendimento referenciado e dispõe que o monopólio da força física no interior das organizações estatais é verdadeira invenção social, fundamentalmente bifronte. Segundo ele, “tal como a invenção da metalurgia acarretou grande progresso na agricultura e na guerra; tal como a energia atômica pôde ter um uso pacífico como fonte energética e ser uma arma terrível, também as invenções sociais são bifrontes”. A concentração da violência legítima nas mãos do Estado, constituindo teoricamente verdadeiro monopólio – eventualmente, desnatura-se – sendo passível de ser capturada por grupos privilegiados e utilizada para manutenção de seus privilégios. Nesse contexto, aduz Elias (1997, p. 162) que “Dos faraós às ditaduras do presente, o controle sobre o monopólio da força tem sido usado por pequenos grupos estabelecidos como decisiva fonte de poder para garantir seus próprios interesses”.

É a interpretação de Elias (1997, p. 162) que explica, por exemplo, fenômenos tipicamente piauienses como a criminalidade de pistolagem verificada nos dias de hoje em áreas que – não por coincidência – abrigam historicamente imenso quantitativo de grupos rurais vulneráveis, que experimentam ciclos de miséria desde os primórdios da colonização.

No que tange à pistolagem, cumpre destacar o artigo “A prática da pistolagem nos conflitos de terra no sul e sudeste do Pará (1980-1995)”, de autoria de Airton dos Reis Pereira (2015, p. 229-255), que analisa a prática da pistolagem na Amazônia Oriental, especialmente nos assassinatos de trabalhadores

rurais, através de grupos de pistoleiros que trabalham para grandes proprietários de terra. Cabe nesse ponto destacar que o Pará, encravado na região norte e os estados nordestinos são regiões relativamente próximas e que entre si houve uma conexão migratória historicamente marcada. Por esse motivo, a criminalidade de ambos guarda similitudes impressionantes.

Destaca o referenciado autor que a atuação de pistoleiros nas disputas por terra nessa parte do território amazônico provavelmente teria sido pouco eficiente se não tivesse encontrado suporte nas ações de muitos agentes do Estado. Corroborando Elias (1997, p. 162), Pereira (2015, p. 232) aponta o seguinte:

Os proprietários e empresários rurais desta parte do território amazônico para manter sob os seus domínios grandes extensões de terras, em vários momentos com o apoio de instituições do Estado, passaram a recorrer às suas milícias armadas e eliminar os seus inimigos potenciais, os posseiros. Se autopropalam como aqueles que, sob a grande propriedade privada da terra, eram capazes de promover o desenvolvimento do País. É nesse contexto que diversos trabalhadores rurais e lideranças sindicais e religiosas foram assassinados (PEREIRA, 2015, p. 232).

Nesse caso, seja na região Norte ou no Nordeste, todos os estados em que se vislumbra a forte atuação dos pistoleiros em crimes de mando conexos à luta pela posse da terra rural, tem-se a instalação da violência num plano cinzento: praticada por particulares com conivência estatal. Seria legítima ou ilegítima tal forma de violência? Ou, aprimorando o questionamento, no tocante à violência, para sua conceituação, demonstra-se prudente a segregação entre violência legítima e ilegítima?

Interessante notar que a práxis da doutrina sobre o tema aqui tratado propõe a figura do pistoleiro encarada sempre inclusa dentro de um contrato dotado de características bem peculiares, isto é, diferente dos demais contratos civis e consumeristas existentes no ordenamento jurídico pátrio, que pressupõem um objeto lícito, o objeto contratado pelo

mandante e pelo sicário é um ilícito penal, um homicídio qualificado, previsto no art. 121, § 2º, I do Código Penal Brasileiro (CÓDIGO PENAL, 1940).

Contudo, divergindo das correntes majoritárias quando abordam o tema da pistolagem, o presente trabalho busca compreender a figura do pistoleiro fora do “contrato sicário”. Enquanto pessoas, convivendo em sociedades, a jornada do pistoleiro pode até ser norteada pelo seu ofício, mas a este não se resume. Em outras palavras, além de matar mediante pagamento, os pistoleiros convivendo em seus ambientes naturais, isto é, dentro da sociedade em que desenvolvem diversos papéis sociais, além de sicários. Busca-se aqui humanizar uma figura desumanizada. São pais, amigos, filhos, esposos, familiares e englobam em si toda uma infinidade de predicados que não se restringem à violência da qual tiraram seu sustento e o de suas famílias ou do lucro, com o qual propõem uma resistência à estrutura social estamental que os assistiu nascer e pouco ou nada lhes permite cogitar de ascensão social ou de melhorias de condições de vida.

Importante disposição é feita por Henrique Goldman (2011), em ensaio para o portal eletrônico da revista Trip, acerca da trajetória de Julião Santana e do livro biográfico *O Nome da Morte*, escrito por Klester Cavancanti (2006). Anos após a publicação do ensaio, o próprio Goldman dirigiria a adaptação cinematográfica do livro sobre o pistoleiro. Conforme Goldman (2011),

O nome da morte é um livro que faz pensar em Eichmann em Jerusalém – Um relato sobre a banalidade do mal, o brilhante ensaio que a teórica política Hannah Arendt escreveu sobre o julgamento do nazista Adolf Eichmann, o burocrata alemão que colocou em prática a “solução final”, o extermínio dos judeus na Segunda Guerra Mundial. Eichmann é provavelmente o mais prolífero assassino da história da humanidade. Mas Hannah Arendt nos faz ver que muitas vezes os piores males não são causados por fanáticos ou sociopatas, mas por gente comum, como eu e você, leitor, gente que muitas vezes está simplesmente executando seu trabalho. Eichmann era um bom pai de família, um exemplar cidadão e nem era especialmente

antissemita. Ele era só um conformista, que se limitava a executar ordens – ordens que, por serem superiores, julgava estarem acima do bem ou do mal. E, quando o mal é feito de forma organizada e sistemática, ele passa a ser “normal”. Para Júlio Santana, assim como para Eichmann e tantos outros, esse é o processo através do qual os mais terríveis atos viram “normalidade” (GOLDMAN, 2011).

Quando analisa a trajetória de Eichmann, Arendt (1999, p. 32-47) contempla um homem mediano, cuja juventude foi marcada por problemas de adaptação escolar, dificuldades da aprendizagem e no domínio da norma culta da língua alemã. O jovem aluno medíocre que não encerrou seus estudos tornou-se um vendedor na Alemanha e, posteriormente, na Áustria, local em que trabalhou em estabelecimentos de propriedade judaica e onde procedeu sua filiação ao partido nazista. Nota-se que Eichmann não se tratava de um criminoso rigorosamente antissemita nem como um nazista fanático. Em verdade, uma vez desempregado, tentou uma vaga na Schutzstaffel (SS), recém-criada.

Não se tratava de um sanguinário, um genocida de judeus, apto de sozinho executar o holocausto judaico, mas de um burocrata medíocre, que “infelizmente, só desejava fazer seu trabalho bem-feito para tentar ser reconhecido como eficiente pelos seus superiores hierárquicos” (MIRANDA, 2013, p. 55-76). Nas palavras da própria, Arendt,

Há alguns anos, em relato sobre o julgamento de Eichmann em Jerusalém, mencionei a “banalidade do mal”. Não quis, com a expressão, referir-me a teoria ou doutrina de qualquer espécie, mas antes a algo bastante factual, o fenômeno dos atos maus, cometidos em proporções gigantescas – atos cuja raiz não iremos encontrar em uma especial maldade, patologia ou convicção ideológica do agente; sua personalidade destacava-se unicamente por uma extraordinária superficialidade (ARENDT, 1993, p. 145).

A percepção de Arendt acerca da banalidade do mal guarda forte paralelo com o fenômeno da pistolagem nos territórios de fronteiras em movimento: não se fala em uma maldade absoluta ou na total falta de humanidade dos agentes

que ingressam no campo do homicídio sicário. Ha falar sim de seres humanos medianos, em espaços de medianas ou reduzidas possibilidades, que não lhes contemplam oportunidades de melhoria de vida – para si e para suas famílias ou do exercício de direitos básicos previstos no ordenamento jurídico pátrio e, possivelmente nunca comporte a ascensão social daqueles que historicamente pertencem a grupos sociais subalternizados.

A legalidade nesses casos é ferramenta de domínio e de manutenção de privilégios de grupos sociais historicamente privilegiados e, diante disso, ser contra a lei – tornando-se, por exemplo, pistoleiro – é um ato de reação a um sistema opressor. E mais: tal qual para Eichmann, que se esmerava durante o nazismo para executar um ótimo trabalho e ser reconhecido como eficiente pelos seus superiores hierárquicos, para o pistoleiro ser rápido no gatilho é a oportunidade de ser reconhecido dentro de espaços de poder que nunca lhe seria permitido ingressar e – dentro da sociedade em que se encontra incluso – ter contato com categorias dominantes que sempre o explorou sua existência e ignorou suas demandas.

As reinterpretações do pistoleiro no cinema brasileiro contemporâneo

Como dito acima, a história de Julião Santana serviu de base para o livro *O Nome da Morte* (CAVALCANTI, 2006) e este, anos depois, foi adaptado para o cinema, por meio do filme homônimo (2017), dirigido por Henrique Goldman. Além desta obra audiovisual, a figura do pistoleiro foi fortemente representada no cinema brasileiro contemporâneo, destacando-se filmes como *O Matador* (2017) e *Bacurau* (2019).

O Matador (2017), narra a história de Cabeleira, um pistoleiro pernambucano criado pelo cangaceiro Sete Orelhas, que o encontrou abandonado quando bebê. Adulito, Cabeleira retorna a sua terra natal para procurar o pai adotivo desaparecido,

porém encontra uma cidade sem lei dominada por Monsieur Blanchard, um francês que domina o mercado de pedras preciosas.

Bacurau (2019) contempla a figura de Lunga, um pistoleiro androgino que lidera uma revolução na cidade de Bacurau em face de um prefeito corrupto e um grupo de turistas americanos e europeus que se dirigem para a pequena localidade, incrustada no Nordeste brasileiro, para praticar tiro desportivo contra pessoas humildes.

Nos três casos, a figura do pistoleiro tem seu caráter mau relativizado. Suas condutas são encaradas de uma forma humanizada, isto é, o que praticam não é em si apenas o crime homicídio, mas – mais que isso – o que praticam é resistência e reverbera o tracejar de estruturas de sobrevivência e ascensão dentro de suas próprias jornadas de origens subalternizadas. Ademais, nos casos representados no cinema e aqui tratados, a figura do pistoleiro comporta não apenas a humanização, mas a romantização desses sicários, que passam a ser encarados pelos demais personagens dentro das obras audiovisuais em que estão inseridos, e por conseguinte pelos espectadores dessas obras, como importantes ferramentas de revisão de contextos sociais que perpetuam – de um lado – ciclos de miséria e violência da população mais pobre, pertencentes às categorias dominadas e – por outro lado – ciclos de privilégios históricos garantidos às categorias dominantes.

Conclusões

Entender a figura do pistoleiro é algo extremamente complexo. Para grande parte do senso comum, estar-se-ia diante de criminosos bárbaros que fazem uso da violência consubstanciada na morte mediante pagamento seriam figuras quase não humanas. Contudo, partindo da análise da trajetória de Julião Santana e das obras audiovisuais acima tratadas, a violência no ofício não induz ao esgotamento de

todos os predicados que perpassam a existência dessa figura desumanizada, especialmente dentro dos territórios de fronteira que compõem o nordeste brasileiro e a região amazônica.

Infere-se que a figura do pistoleiro desumanizado na crônica policial, quando levada ao cinema, é humanizada e até mesmo romantizada. Neste, o simples assassino sicário dá lugar a um herói que auxilia sua família e comunidade a transformar realidades subalternizadas, revolucionando cenários em que se reproduziu historicamente ciclos intermináveis de miséria e violência e contestando privilégios resguardados exclusivamente a categorias dominantes. Essa visão humanizada denota uma reparação histórica perante tais personagens da *praxis* dos espaços de fronteiras em movimento do Brasil.

Referências

Filmes

BACURAU. Direção: Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. Produção: Emilie Lesclaux, Saïd Bem Saïd e Michel Merkt. Recife: SBS Productions; CinemaScópio; Globo Filmes, 2019. 1 DVD.

O MATADOR. Direção: Marcelo Galvão. Produção: Marcelo Galvão; Murray Lipnik. Netflix. 2017. 1h 47m. Disponível em: [netflix.com](https://www.netflix.com). Acesso em: 03 ago 2022.

O NOME DA MORTE. Direção: Henrique Goldman. Produção: Rodrigo Letier. Brasil: Globo Filmes; Imagem Filmes; TV Zero, 2017. 1 DVD.

Bibliografia

Arendt, Hannah. **A dignidade da política: ensaios e conferências**. Trad. Antonio Abranches. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BARREIRA, César, in: **Pistolagem Política**: a morte por encomenda, Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, volume 20, n.º 1 p. 93-111, janeiro-abril de 1989. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/44172/161988>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BARREIRA, César, in: **Questão de Política, Questões de Polícia**: a segurança pública no Ceará, Revista O Público e o Privado, n.º 4, Editora da Universidade Estadual do Ceará, julho/dezembro de 2004.

CAVALCANTI, Klester. **O Nome da Morte**, Editora Planeta do Brasil, São Paulo, 2006.

CÓDIGO PENAL, 1940. Disponível em: <http://www.amperj.org.br> . Acesso em 13. Mai. 2022.

DOMINGUES, Juliano. **O pistoleiro que matou quase 500 pessoas**. Revista Sem terra, São Paulo, v. 1, n. 42, p. 9-13, 42 Nov Dez, 2007. Disponível em <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=15228>. Acesso em: 03 ago 2022.

ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

GEARINI, Victória. **Júlio Santana**: o brasileiro que matou 492 pessoas e escapou da polícia. Aventuras na História, 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/vitrine/julio-santana-o-brasileiro-que-matou-492-pessoas-escapou-da-policia.phtml>. Acesso em: 03 ago 2022.

GOLDMAN, Henrique. **O matador dentro de nós**. Trip, 2011. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/o-matador-dentro-de-nos>. Acesso em: 03 ago 2022.

LAVIEIRI, Fernando. **Onde a vida não tem valor**. Istoé, 2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/onde-a-vida-nao-tem-valor/>. Acesso em: 03 ago 2022

LINCE, Leo, in: **Licença Para Matar e Desmatar**, Fundação Lauro Campos, São Paulo, junho de 2011.

MIRANDA, Fernando Silveira Melo Plentz. **O Sentido da Maldade na Obra Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal de Hannah Arendt. Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 55- 76, Dez, 2013. Disponível em: http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Fernando.pdf_ga=2.64026351.1513688811.1659549015-1712438843.16595490_15. Acesso em: 03 ago 2022.

PAULA, Cristiano de Quaresma de; NÓBREGA, Michelle Rodrigues, in: **O Fim do Direito a Vida e a Violência Impune no Campo Brasileiro**, XIX Encontro Nacional De Geografia Agrária, São Paulo, 2009.

PEREIRA, Airton dos Reis. A prática da pistolagem nos conflitos de terra no sul e no sudeste do Pará (1980-1995). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 8, n. 1, p. 229-255, jan.-jun., 2015. Disponível em <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/tf/article/view/335/pdf>. Acesso em 22 de março de 2022.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2^a ed. São Paula: Editora Contexto, 2009.

RAFAEL, Antônio. **Crimes por encomenda**: violência e pistolagem no cenário brasileiro. Mana, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 177-180, Oct. 1999 . Available from <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131999000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 12 May 2022.

ROCHA, Cristiana Costa. **Memória Migrante**: a experiência

do trabalho escravo no tempo presente (Barras, Piauí).. Orientador: Francisco Régis Lopes Ramos. 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

_____. **A vida da Lei, A Lei da Vida:** conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 16-32, jul/2002.

_____, in: **Conflitos Agrários e Violência no Brasil:** Agentes Sociais, Lutas Pela Terra e Reforma, Anais Seminário Internacional Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 16 Colômbia, agosto de 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

TOLEDO, Cleber. Nas livrarias e no vídeo, a história de Julião, o pistoleiro do MA que rezava após matar. Coluna do CT, 2019. Disponível em <https://clebertoledo.com.br/columnistas/coluna-do-ct/nas-livrarias-e-no-video-historia-de-juliao-o-pistoleiro-do-ma-que-rezava-apos-matar/>. Acesso em: 03 ago 2022.

WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Editora Martin Claret, 2015.

NOS ARREIOS E PATAS DO BOI: MEMÓRIAS DE VIVÊNCIAS EXPERIENCIADAS DE VAQUEIROS NO SERTÃO DE CAXIAS - MA DURANTE OS ANOS DE 1945 A 2015

Auriele Pereira dos Reis
Salânia Maria Barbosa Melo

Introdução

O presente trabalho trata das memórias entrelaçadas, vivenciadas e experienciadas de vaqueiros que residem no sertão de Caxias no Maranhão, mais precisamente em quatro povoados do Segundo Distrito, sendo eles: Almeida, Barro Vermelho, Cumбуquinha e Redenção. Adota-se de 1945 a 2015, o espaço temporal a ser trabalhado, não nos impedindo de transitar ou dialogar com outros recortes temporais para melhor entendimento do objeto de estudo trabalhado.

Desta maneira, para a concretude da pesquisa foram entrevistados 04 vaqueiros acima de 53 anos de idade nas suas respectivas residências, sendo eles: Antonio José (Zizi); Antonio Macedo (Fiscal); Benedito Alves (Véi Dito) e Francisco Bacelar (Chico Bacelar). É oportuno pontuar, que tecer estudos acerca da vida desses sujeitos é uma forma de reagir ao silêncio historiográfico que se acredita existir em relação aos vaqueiros, dado que são poucos os trabalhos que versam sobre a temática dos vaqueiros nas regiões sertânicas de Caxias - MA.

No tocante aos aspectos metodológicos, apropriamo-nos também de um arcabouço teórico conceitual o qual é plasmado no percurso da escrita, pois como afirma Júlio Aróstegui (2006), “Sem teoria não há avanço do conhecimento”.

É preciso destacar ainda que se fez uso de fontes orais e imagéticas, as quais igualmente foram muito úteis na construção da pesquisa que fundamenta este trabalho. Deste modo, as narrativas colhidas no ato da oralidade, servirão de mola propulsora para a concretude das vivências e experiências dos vaqueiros, e isso no sentido de que, por meio da memória se pode capturar as experiências e vivências passadas durante o tempo em que os vaqueiros viveram a campear as áreas Sertânicas da “princesa do sertão” (ALBERT, 2011).

Mauad (2009) alude ao fato de que as fontes imagéticas têm o seu valor historiográfico e que, portanto, podem ser utilizadas como fundamento necessário à construção da história e no caso específico tais fontes são úteis, pois, demonstram as vivências dos vaqueiros, principalmente, nos seus momentos de confraternização com os demais colegas.

Portanto, o trabalho que se segue é fruto de um processo de pesquisa que revela uma visão focada na vida dos vaqueiros da região sertânica de Caxias – MA, considerando suas vivências, experiências e a resistência dos mesmos às mudanças impostas pelo grande capital.

“Porque sem água num dar capim”: o sertão e suas transformações físico-culturais no ofício laboral do vaqueiro

O espaço vivencial dos vaqueiros do Segundo Distrito de Caxias - MA passa por transformações significativas às quais foram ocorrendo durante o tempo em que os vaqueiros campeavam. Ressalte-se ainda que as mudanças no espaço (paisagens, etc.) e a relação dos vaqueiros com o mesmo, que podem ser visualizadas/abstraídas por intermédio de suas falas, ou seja, pela oralidade através de suas memórias individuais e coletivas dos tempos que eram ativos na lida (PORTELLI, 2016).

Cabe considerar, que este espaço - marcado por sucessivas mudanças - ocorridas a partir do final da década de 1980 se fazendo ainda mais intensa nos anos 2000, tem impactado as formas cotidianas do viver ruralmente, especialmente o dia a dia do ator social, o vaqueiro. Nesse sentido, importa destacar que estes atores sociais, ao narrarem suas práticas com o gado, tendo como marco temporal o ano de 1945 em diante, demonstram que as mudanças mais significativas só vieram a acontecer a partir das décadas mencionadas anteriormente.

Os relatos demonstram que a partir do ano de 1980 o vaqueiro começa a sofrer por questões relacionadas ao processo de modernização do/no campo, ligado, sobretudo, à instalação de empresas com a produção de matéria-prima para a fabricação de papel e celulose, com a plantação do Eucalipto, incidindo no assoreamento e morte de olhos d'água, brejos, riachos e açudes que pertenciam ou cortavam, povoados e outras localidades próximas. Tais mudanças foram impulsionadas com celeridade a partir da compra de terras e fixação dos chamados “sulistas” do agronegócio na região.

Fica bem evidente que a partir do ano de 2015, com as pressões em termos de legislação federal e o *lobby* em favor do agronegócio a região, a região atualmente denominada de Matopiba passou a ser alvo da cobiça dos grandes produtores ligados à soja e outras culturas agrícolas voltadas ao mercado externo (CASTILLO et al, 2021).

Com isto, o processo de concentração de terras por empresas ou indivíduos do agronegócio que se ampliou na região e dificultou ainda mais a criação extensiva do gado solto, somado a esses e outros fatores, fazendo com que os vaqueiros sejam afetados por intensas transformações em seu espaço, reverberando mudanças em suas práticas culturais indenitárias (PESAVENTO, 2008).

No despertar sentimentos de saudades de uma área sertaneja verdejante com período chuvoso, riquíssima de paisagens campestres mais significativas, os vaqueiros demonstram o seu apego pelo espaço vivencial em que teceram boa parte de suas histórias de vida. É notável o sentimento de pertencimento ao espaço vivido de outrora e que devido às transformações, já não enxergam mais.

É importante destacar, que muitas vezes estes homens saiam até mesmo sem fazerem a primeira refeição do dia devido às condições financeiras e encontravam na chapada onde campeavam, frutos em abundância. Encontravam também fontes de águas por toda parte e o sombreado das árvores que lhes proporcionavam, em alguns momentos, um descanso breve quando saiam para campear; “A chapada era toda enfeitada, cê chegava numa maiada de gado, debaixo dum pé de sombrião daquele de fava, cê chegava tava quaiado de gado. A fulô do pequi, a fulô do bacuri, a fulô do Pau d’arco, fava danta. Tudo isso o gado cumia na chapada e tinha muita madeira nativa, hoje tá tudo arruaçado (BACELAR, 2018 a).

Ao passo em que se foi colhendo as narrativas, viu-se, em todos os vaqueiros, que além das saudades, a tristeza por não poder mais campear e o não entendimento acerca de como o homem, conseguiu destruir o espaço de uma “belezura encantadora”, impacto que atingiu não somente os vaqueiros, mas também todos os sertanejos. A este respeito o entrevistado Antônio José descreve quando foi que as “coisas” ficaram difíceis para o vaqueiro:

A partir da chegada dos Eucalipto e quando chegou a associação aqui. Quando o governo liberou, o INCRA liberou negócio de terra... teve uma reunião no sindicato dos secretário, que eu era contra, né?! Fazer roça no aberto porque, os trabalhador fazer roça no aberto, o mais difícil era fazer a cerca e eu provei pra eles na prática, porque antes tudo era cercado e todo munda fazia roça, tinha o boi, o jumento, tudo solto, né ... oiá ali no Santo Antônio, ali era a coisa mais rica do mundo de gado... cê _____ foi daqui pra lá, cê viu quantos gado? Nenhum, né?! De Caxias

até aqui cê viu quantos gado? Ninguém ver. À beira do ri Parnaíba extremano com União no Piauí, ocê num vê... foi quando entrou o INCA que fez isso [...] Tudo veio com o Eucalipto (OZORIO, 2018 a).

Na lembrança de seu Antônio José, residente no povoado Barro Vermelho, a mudança do cotidiano do vaqueiro se deu a partir de duas questões: plantação do Eucalipto durante o final da década de 70 e devido uma associação instalada na região, a qual afetou substancialmente a vida campeira dos vaqueiros, devido à política de cercamento.

A associação inviabilizou a criação do gado solto em dois povoados: Barro Vermelho e Santo Antônio. Os demais povoados não foram atingidos especificamente com esta associação, “em cada época os homens constroem representações para conferir o sentido do real” (PESAVENTO, 2008, p. 43).

Os entrevistados se lembram do tempo que ainda não existia o desmatamento, quando faziam uso daquilo que a eles era oferecido pela natureza e como isto mudou depois de uma série de transformações que tornaram difícil para os vaqueiros levar a mesma vida de antes. Assim narra o senhor José Luís:

Tinha muita água! Num tinha desmatamento, era tudo... Tudo muita água. Os brejo num secava, tinha muita cacimba. Óia, mia fia! De primeiro a gente apanhava água aqui nos brejo, era metendo as mão aqui com um balde ou uma bacia, uma cuitê ou qualquer uma coisa, ai dispôs ficou tudo diferente. De quando eu comecei de vaqueiro. Cum isso o gado sofre (REIS, 2018 a).

Quando o vaqueiro José Luís remexe e se debruça acerca de como era alguns povoados pertencentes à região do segundo distrito de Caxias, consegue-se imaginar como era para o vaqueiro percorrer este espaço usando a imaginação. Através da imagem abaixo temos a possibilidade de pensar e refletir a respeito dos caminhos e áreas Sertânicas traçadas e percorridas por esses vaqueiros.

Figura 1: Cerrado depois do Distrito de Engenho D'Água em Caxias (MA) – 1955



Fonte: IBGE.

A fotografia retrata a paisagem típica do Cerrado, tirada nas proximidades do Povoado Engenho D'água, Segundo Distrito de Caxias, representa bem os locais em que o vaqueiro, percorria na lida diária: “Ocê corria atrás de uma rês, que você ia vendo, e às vezes o cavalo cansava” (SILVA, 2018 a). Dos povoados em que os vaqueiros residem e da região que percorriam, da chapada, os vaqueiros retiravam muitos frutos para se alimentar: “Eu comia na chapada! O bacuri, o pequi, oi de boi, o araçate [fruta regional], manga quando dava em novembro, outubro, comia caretinha também, o araçá, o pulsa. Tu conhece o pulsa? Ele é um preto, mia fia! Tudo isso quando achava na chapada a gente comia” (REIS, 2018 b).

O senhor Benedito Silva, acerca dos frutos que tinha na mata quando ia campear também traz o seu relato: “Bacuri, pequi, cajuí buriti, às vezes cê encostava nas beiras do brejo e as vezes tinha aqueles buriti dentro d'água, ali agente caminhava no Buriti (risos) bebia água, era igual ter almoçado, tinha muito. Mas aí depois que começou essas derrubadas foi acabando” (SILVA, 2018 b).

Deste modo, percebe-se que o vaqueiro tinha a oportunidade, no ato campeiro, de degustar muitos frutos nativos. Isto faz verificar que o vaqueiro durante o final da década de 40, 60 e até o final da década de 70, vivia em uma região marcada por muita riqueza de espécies vegetais:

Oiá! Aqui no açude do Bebedouro tinha uma lagoa do lado de dentro aqui que me lembro como se fosse hoje ocê chegava lá na beira da lagoa, você olhava assim pra dentro, chega tava assim: minado de peixe, enquanto ele não pressentia a gente, você via ele, mas, contudo, que ele pressentia ocê, pronto! Era como se fosse um encantamento, parece que eles tinham onde se esconder, porque ocê não ouvia mais mexer. Ai foi indo! Foi indo, com a areia foi vindo de lá pra cá até que aterrou a lagoa (SILVA, 2018 c).

Este era o retrato vivo de um vaqueiro que durante o tempo que viveu as “pelejas” diárias do “eu Vaqueiro”, presenciou cenas belíssimas de uma região pertencente ao sertão Caxiense e levado pelas belezas do lugar consegue recriar instantes que teve oportunidade de visualizar: “Isso é porque aonde vão a civilização vai à destruição, né? O homi veio pra distruir” (OZORIO, 2018 b).

Essa visão lúdica das paisagens campeiras, dos modos de vida do passado e rememorada pelos vaqueiros em suas narrativas, revela mais que os simples relatos, demonstram como cada um enxerga o seu próprio espaço vivido e delineia suas particularidades (TAPETY, 2007).

A cultura é dinâmica e como se vê, é um elemento muito importante para a construção social. Ela impacta e é impactada pelas práticas sociais cotidianas e isto, obviamente, não é diferente no tocante à vida dos vaqueiros que campeiam o sertão de Caxias.

Vaqueiros e sociabilidades: no uso da sela e arreios também se brinca

Ser vaqueiro, viver vaqueiramente, desenvolver aprimoramento sensitivo do lugar que habita, tecer habilidades em cima do animal galopante, absorver desde a infância um modo de vida que exige fazeres específicos da profissão, faz o vaqueiro incorporar também outras funções sociais como, pai de família, dono de casa, lavrador, educador, e formador

no meio da comunidade em que vive. Assim não é só de dificuldades, ao campear, que a vida do vaqueiro se resumia, mas existiam entre eles momentos de lazer:

Lá quando pegava uma rês, era uma comemoração, animação muito grande! E era um convencero! O ôto conversava: “Ah! Teu cavalo num presta, o cavalo entrou em lugar ruim, o boi num deu e foi embora”. O movimento era desse jeito! “Mais rapaz, tu viu lá o cavalo, saiu derrubano o boi! O boi saiu correndo no campo, tu num pegou porque é mole” e ai o movimento é desse jeito [...] quando tinha 10, 12 pessoa, às vezes! Tinha vez que juntava de 12 pessoa... Era bom demais (REIS, 2018 c).

Dentro deste ambiente de “pega de boi no mato”, vimos uma multiplicidade de olhares envolvendo os vaqueiros, isto porque os mesmos enxergam isto, com uma maneira de contentamento, de alegria e satisfação por ter conseguido pegar a rês que tanto desejava, para alguns, bom mesmo era “juntar” todos os vaqueiros amigos e irem campear, e ao retornarem da pega e comentarem como foi pegar a rês, como salienta o senhor Raimundo Ozório: “Era a maior alegria que eu tinha no mundo era ir pro campo pegar uma rês, ai depois comentar, porque depois cê comenta, cê fala, diz: rapaz! Dava pra nos pegar mais cedo, se não fosse aquele daí, aquela coisa toda. O gostoso é o comentário depois” (OZORIO, 2018 c).

Neste contexto, muitos se reuniam embaixo de um pé de árvore para comentar como foi o dia de campo: “Nós era uma classe unida” (REIS, 2018 a). Tal afirmação fica evidente na fala do seu José Luís: “Eu sentia, pra mim era o maior prazer... tinha vez que quando vinha assim uma rês correndo a gente reunia aquela tripulação de vaqueiro” (REIS, 2018 d). A fotografia abaixo retrata muito bem a união destes vaqueiros na labuta de campear e também nas práticas de lazer que envolvia a pega de gado.

Figura 02: Vaqueiros e amigos roceiros em momento de sociabilidade



Fonte: arquivo pessoal particular de Raimundo Ozório.

É interessante frisar, que pela imagem acima, dá pra notar que não são só vaqueiros que faziam parte dos momentos de confraternização, mas também outros amigos roceiros destes. A este respeito, a fala de seu Francisco Bacelar, quando tece lembrança de quando campeava com os amigos vaqueiros, é bem esclarecedora: “No tempo que o cumpade Francisquim, o Zé Alves, o Zezim do Liziario alí. Ah! nesse tempo era bom... tinha aquela peleja de todo dia... e todo dia tinha boi pra pegar. Porque tinha muito gado pra pegar, se ajuntava um vaqueiro com outro e cada um tinha uma ou duas rês pra pegar” (BACELAR, 2018 a).

Segundo Catroga (2001, p. 55): “[...] A memória é instância construtora e solidificadora de identidades, sua expressão coletiva também atua como instrumento e objeto de poder (res), quer mediante a seleção do que se recorda, quer do que, consciente, se silencia”.

É importante perceber, por meio das narrativas, que os vaqueiros tinham seus momentos marcados por “labutas” intensas, mas também, por momentos de descanso e lazer. Ao lembrarem o que passaram durante a vida campeira, não se recordavam apenas das suas práticas enquanto vaqueiros, mas, igualmente das práticas de todo o grupo, seus colegas de labuta cotidiana. Tal perspectiva remonta à ideia de como as lembranças e memórias individuais também se entrelaçam com as memórias

coletivas e constroem toda uma visão de mundo em que diferentes atores sociais a um só tempo protagoniza dentro do contexto social (HALBAWACHS, 2004).

A memória das vivências de cada vaqueiro permitiu verificar que quando ele narra o que viveu, está sempre deixando a ideia do querer ser lembrado, do querer fazer parte da história, pois o que se sentiu foi que os mesmos sabem a sua importância e de suas práticas culturais para a própria construção de uma identidade que faz parte também da História de Caxias. Pierre Nora conceitua que a memória é o ato de perceber, ou ter oscilações sobre alguma coisa perdida no passado (NORA, 1981).

Sente-se que querem trazer ao público suas histórias, tirar da obscuridade, quem sabe não só o vaqueiro que durante muito tempo foi construindo seu espaço de identidade cultural, mas também do sertanejo como um todo que habitam o sertão caxiense.

Representatividade social e cultural do vaqueiro a partir da pega de boi no mato

Os vaqueiros que residem na região sertânica de Caxias se viram, a partir dos anos 2000, impossibilitados de exercerem as mesmas práticas, devido a uma série de mudanças ocorridas na região e aqui já elencadas.

Muitos dos vaqueiros, em geral os mais velhos, lamentam o fato dos vaqueiros atuais não terem visualizado o sertão de antes e, por causa disso, não poderem exercer, na mesma intensidade, as práticas campeiras exercidas por eles no passado. O senhor Francisco Bacelar tenta manter a cultura do vaqueiro viva, pois, há um bom tempo organiza as chamadas “pegas de boi no mato”, com o intuito de chamar a atenção de todos da região para esta prática que mantém viva a identidade do ser vaqueiro.

Para o senhor Francisco Bacelar, esta é uma prática muito importante, pois é uma forma de “Unir toda a classe, os vaqueiro da região e muitos que vem de fora, de Timon, União - Piauí. Coelho Neto, de Aldeias Altas e manter essa cultura viva, né?!” (BACELAR, 2018 b).

Para ele isto representa muito “O primeiro a organizar pega de boi nessa região do segundo distrito foi eu. Tive a ideia de começar com os meninos daqui, fui treinando tirar o boi do curral pra correr, ai deu certo” (BACELAR, 2018 c).

Por força de sua iniciativa de manter a cultura do vaqueiro viva no Segundo Distrito é que essas práticas entre outras ligadas às atividades campeiras, ainda se fazem presente atraindo novos praticantes, especialmente, jovens. Ele conseguiu mobilizar muitos vaqueiros a participar da mesma. As fotografias abaixo demonstram essa tradição que cimenta a manutenção das identidades culturais:

Figura 04: Registro pega de boi, povoado Cumbuquinha



Fonte: Acervo Pessoal Auriele Pereira

As fontes imagéticas são uma das formas de se estudar a cultura e história dos vaqueiros que campeiam no sertão de Caxias, pois, de acordo com diferentes estudiosos da história, elas podem fornecer dados importantes para a compreensão geral de determinado fenômeno histórico estudado, como é o caso, da cultura dos vaqueiros (MAUAD, 2009, p. 275).

Através das imagens, é possível observar que de fato as pessoas assistem atenciosas ao sujeito, encourado, a correr atrás do boi. Nota-se também que as crianças assistem atentas a todas as movimentações. O vaqueiro organizador explica como iniciou a “pega de boi”, na localidade Cumbuquinha:

[..] Eu pensei: rapaz, eu acho bonito quando ele sai do limpo pra entrar no fechado, pra ver a atividade dele e do cavalo. Porque o caba tira da porteira do curral, se o cavalo ser bom e o vaqueiro, ele entrar na paia do coco sem mancar carreira. Agora, quando o caba é fraco é o cavalo é ruim, antes de chegar no mato ele risca o cavalo [...] o Nem Mora vaqueiro, ai na segunda foi aumentando e hoje a tradição tá tão grande que essa região vem todinha, vem gente do Piauí (BACELAR, 2018 d).

É interessante destacar, que a cultura do vaqueiro foi por muito tempo passada de geração para geração, pois o que se nota, durante as pegas de boi, e a fotografia acima reflete muito isso, é a presença de crianças configurando aquilo que os vaqueiros, durante as entrevistas, colocaram que é a questão dos filhos ainda pequenos quererem ser igualzinho ao pai, ao avô ou algum outro membro da família que atua como vaqueiro.

Notou-se também, durante as narrativas dos vaqueiros certo descontentamento, pois, estes acreditam que deveria existir no município de Caxias, por parte dos Órgãos Públicos, algo que rememorasse a figura do vaqueiro, que mostrasse a todos que esta é uma cultura que deveria ser preservada, visto que, todo o sertão de Caxias, se encontra um vaqueiro que campeia diuturnamente, que cuida de gado no curral desde o raiar do dia ao fim da tarde e, portanto, sua representatividade não pode ser negligenciada (WOODWARD, 2000, p. 17).

Ante a tudo isto que fora elencando é inegável apontar a importância do vaqueiro para a construção das identidades culturais sertânicas do Sertão de Caxias, mas que a despeito disso, é notável que durante muito tempo o ser vaqueiro tenha sido relegado como um importante ator social. Segundo Tapety (2007. p. 72) “O universo sociocultural do vaqueiro revela

uma forma de estar no mundo marcada por certas práticas e representações que constituem o universo masculino aliado às idéias (sic) de bravura e resistência física”.

As relações de poder que se estabelecem no espaço rural são modificadas ao longo do tempo, porém, alguns elementos de dominância permanecem e por isso a luta, a resistência dos vaqueiros, em manter seus costumes, suas identidades, se torna mais aguerrida em face de uma maior intensificação do capitalismo ligado ao agronegócio que tende a desprezar os valores culturais, sendo guiado tão somente, pela lógica do mercado (HALL, 2002).

Existe de fato um silenciamento que não pode mais persistir, pois, não se pode negar a sua grande representatividade para a construção da História de Caxias, daí que ao abordar essa temática em uma produção acadêmica, resgatam-se os pressupostos teóricos que delineiam a importância de estudá-lo e pensar este *ser* como um grande representante da “Princesa do Sertão”.

Entender seu valor histórico para a construção das identidades culturais relacionadas às ruralidades, aos modos de vida do homem do campo nas regiões sertânicas de Caxias é condição essencial para que se abarque toda a multiplicidade de valores, costumes e práticas sociais verificadas nesse espaço rural do sertão de Caxias.

Considerações Finais

Dante de tudo que foi elencado nesse estudo, nota-se que os vaqueiros que campearam durante muitos anos na região sertânicas de Caxias procuraram manter as suas tradições e repassar os ensinamentos, a cultura e tradições aos mais jovens, pois, mesmo diante de um cenário de mudanças provocadas pelas ondas de concentração de terras, inicialmente, com a produção de Eucaliptos e mais recentemente com as grandes fazendas voltadas para o agronegócio, a resistência desses atores sociais

é sentida. Eles buscam reafirmar suas identidades culturais ao mesmo tempo em que lamentam as mudanças bruscas sobre as paisagens e também nos modos de vida da maioria dos habitantes da zona rural.

Os vaqueiros, objeto deste estudo, deixam claro a sua insatisfação com a atual situação e denunciam através de suas falas, como a agressão ao meio ambiente, ou seja, o desmatamento, a destruição dos mananciais entre outros problemas é algo nocivo não apenas para a fauna e flora da região sertânica de Caxias, mas afeta também e de forma significativa a vida e as práticas dos vaqueiros, pois antes ao campear pelas matas era possível eles colherem da própria natureza frutos que lhes eram úteis como alimentos.

Eles demonstram que a manutenção de sua cultura é uma maneira de evidenciar também o valor que possuem como agentes sociais e de reafirmar a presença nos seus espaços de vivência, o espaço vivido. As paisagens em transformação revelam o poder do capital sobre a região e demonstra também a desigualdade econômica e social ainda tão presente no país, fazendo com que a cultura massificante, oriunda da globalização, antagonize-se de forma significativa com as tradições do lugar.

Referências

Fontes Orais

OZORIO, Antônio José. **Entrevista concedida a Auriele Pereira dos Reis**, em 18 de Agosto de 2018.

PEREIRA, Antônio Macêdo, **Entrevista concedida a Auriele Pereira dos Reis**, em 30 de Agosto de 2018.

REIS, José Luis Vieira dos. **Entrevista concedida a Auriele Pereira dos Reis**, em 14 de Agosto de 2018.

SILVA, Benedito Alves da Silva. **Entrevista concedida a**

Auriele Pereira dos Reis, em 05 de setembro de 2018.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 2. Ed., 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: Teoria e método**. Barueri, SP, Edusc, 2006.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. 1^a Ed. Coimbra, 2001.

CASTILLO, Ricardo. **Agronegócio globalizado no MATOPIBA maranhense: análise da especialização regional produtiva da soja**. Disponível em:< <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/19325?lang=en>> Acesso em: 20 de setembro de 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural no pós-modernidade**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, SP: Centauro, 2004.

MAUAD, Ana Maria, **Uso do passado e fragmentação da memória: história em imagens**

digitais, Teresina: EDUFPI, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. **Projeto história: Revista do Programa de Estudos Pós-graduação em história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP**. São Paulo, 1993. Yara Aun Khoury(Tradução).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008

PORTELLI, Alessandro. **A história oral como arte da escuta.** São Paulo, SP. LetraeVOZ. 2016.

TAPETY, Audrey Freitas. “**O Vaqueiro no Piauí**”: representações e práticas socioculturais (1960 a 2000). 2007. 113f. Dissertação. (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí. Teresina – PI, 2017.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórico e conceitual. In SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

ENTRE(LINHAS) DE ROÇA E RESISTÊNCIA: A LUTA PELA TERRA NO POVOADO SÃO MANOEL- MA (1980)

Laryssa Gomes Pimenta

Introdução

O presente artigo se constrói a partir da observação do aumento considerável nos casos de conflitos agrários que eclodiram no estado do Maranhão no decorrer da década de 1980, destacando dentre suas regiões e povoados, o Médio Mearim, mais precisamente o povoado de São Manoel, pertencente ao município de Lago do Junco. Antes de adentrar propriamente nas discussões que perpassam a temática aqui abordada, se torna interessante pontuar que a escolha do povoado de São Manoel como foco desta pesquisa, se deu não apenas pelo embate direto e violento entre os trabalhadores rurais e os fazendeiros/grileiros da região, mas pela organização política dos trabalhadores rurais em conjunto com a Igreja Católica, resistindo às ameaças, perseguições e até mesmo à destruição total das casas e do povoado.

Compreendidas as motivações que nos levaram a tomar o povoado de São Manoel como foco desta pesquisa, destacamos o percurso teórico e metodológico que utilizaremos para a análise do cenário conflituoso encontrado no povoado, destacando aqui as mudanças ocorridas na legislação fundiária na segunda metade do século XX no Brasil e nas ações praticadas por parte dos membros da Igreja Católica, inspirados pela Teologia da Libertação.

O cenário nacional passava por inúmeras crises desde a renúncia de Jânio Quadros e a eminente posse de um vice-presidente com fortes tendências à esquerda, que causara uma grande inquietação nacional. O medo da “ameaça comunista”,

a possibilidade da implantação da Reforma Agrária e o fortalecimento das Ligas Camponesas, são algumas das questões presentes na sociedade nos momentos que antecedem o golpe de Estado, articulado por uma elite empresarial conjuntamente aos militares.

Com o governo militar instaurado, logo viriam as primeiras mudanças na política, na economia e na sociedade. Após o golpe de 1964, observou-se a elaboração e instituição do Estatuto da Terra de 64, que modificou drasticamente as estruturas do campo, como forma de garantia da soberania de uma elite rural e do esvaziamento de movimentos sociais organizados, que surgem como uma resposta aos problemas do campo. Posteriormente também observaríamos as mudanças regionais, como a que ocorre no Maranhão, após a implementação da Lei 2.979/69, que afetou a vida de inúmeros trabalhadores rurais, após instituir que a propriedade rural precisaria ser comprovada por meio de documento.

A exigência de titulação como única forma de compra e comprovação da propriedade rural, tornou posseiros que não possuíam a documentação necessária para comprovar a posse, vítimas do processo de grilagem das propriedades, onde eram feitas as falsificações de títulos de terra, ocasionando na expulsão de trabalhadores rurais e suas famílias de tais propriedades. Diante deste entrave no tocante à comprovação de posse, os pequenos produtores e suas famílias passam a condição de expropriados, impossibilitados de permanecer na terra, seja para morar ou trabalhar, em contrapartida, os grileiros passaram a observar nesta atividade, uma maneira fácil de enriquecimento e aumento do patrimônio particular, como nos mostra Asselin.

O grileiro é um alquimista. Envelhece papéis, ressuscita selos do Império, inventa guias de impostos, promove genealogias, dá como sabendo escrever velhos urumbebas que morreram analfabetos, embaça juízes, suborna escrivães (LOBATO, 1920 apud ASSELIN, 2009, p.42).

Tanto Victor Asselin (2009) quanto José de Souza Martins (1993) buscam ao longo de suas obras, tornar explícito os diversos impactos sentidos no campo com o advento do capitalismo. Muito embora as escritas possuam um olhar diferenciado, visto que Martins possui uma visão mais afastada da militância (diferente de Victor Asselin) e de sua formação e atuação mais acadêmica, que busca compreender a forma como as novas demandas econômicas e sociais passam a adentar o campo, torna-se visível em seu texto a maneira como os trabalhadores rurais se relacionavam entre si, com a terra, a dinâmica da colheita, e como tudo se modificou com a chegada das cercas e das máquinas no campo.

A noção de propriedade privada, muito utilizada por Martins, mostra as diferentes concepções de propriedade encontrada no campo, a primeira que vem do posseiro, do trabalhador rural que nela planta, faz roça, cria animais e que faz dela sua morada, alguém com uma ligação muitas vezes histórica, que consegue ver em suas ações que tal pedaço de terra é sua propriedade; a segunda vem dos grileiros, dos grandes proprietários, do governo, que só enxergam legitimidade diante de um documento registrado em cartório, uma relação de compra e venda – ou grilagem e venda –, que deixa de lado na grande maioria dos casos, todo o trabalho já desenvolvido naquela determinada localidade, ordenando a partir de então, a retirada ou despejo de todos que ali se encontram.

[...] o título, o documento, tem uma vida autônoma em relação à terra sobre a qual supostamente garante direito. O documento ganha vida nos cartórios e tribunais, a vida postica que pode lhe dar a burocracia pública. Na origem de tais papéis, o favor político, a dádiva do Estado patrimonial, premiando cupinchas e protegidos, cabos eleitorais do partido político no poder. Essa tem sido a história territorial do regime republicano e oligárquico. Sem a menor consideração pela terra efetivamente ocupada por indígenas, por seringueiros, por posseiros, que foram se estabelecendo livremente nas terras [...]

[...] No outro lado, da parte dos pobres, dos posseiros e dos seringueiros, uma outra concepção de direito à terra. O direito se legitima pelo trabalho sobre a terra bruta. (MARTINS, 1993, p. 670/ 671).

Asselin (2009), ao longo de sua obra assume um caráter mais militante, que buscava explicar o que foi a grilagem no Maranhão. Citando inúmeros casos, como por exemplo, o grilo do Pindaré, o autor tem o intuito de questionar o processo macântico de expropriação dos trabalhadores rurais que já viviam em muitas localidades e que diante de tal prática, muitas vezes se viram impossibilitados de permanecer no local, devido às represálias, ameaças físicas e psicológicas, praticadas por pistoleiros contratados por fazendeiros que reivindicavam a posse da terra, assim como chamar atenção para as grandes fraudes ocorridas nas documentações e nos cartórios.

Paralelo a isto, foi possível observar também um aumento no número de migrações internas, devido à escassez cada vez maior de terras devolutas no estado, obrigando uma parcela da população a migrar para outras cidades, em busca de trabalho e outras formas de obtenção de renda. A política de incentivo a atividade agropecuária, o aumento significativo no tamanho das propriedades particulares, a mecanização do campo – como por exemplo, o plantio de soja -, o projeto das grandes empresas como ALUMAR, Companhia Vale do Rio Doce, que são grandes beneficiados dessa empreitada do governo Sarney, sendo estes alguns dos impactos enfrentados no meio rural, que culminou numa grande tensão social.

[...] a Lei de Terras ou Lei Sarney de Terras, aprovada no final de seu mandato e implantada no governo sucessor, beneficiando grandes grupos nacionais que compraram terras virgens e áreas de fronteira a preços simbólicos, provocando, com isso, o deslocamento de um sem número de nordestinos e causando a destruição de muitos povoados construídos por esses flagelados da seca, que desde 1877 acorrem ao Maranhão, encontrando abrigo às margens de seus rios e de suas terras férteis, dali fazendo seus oásis (PACHÉCO FILHO, 2015, p. 96-97).

A lógica mercadológica que adentrava os campos do Maranhão, com ênfase na região do Médio Mearim, passa a atingir inúmeras famílias de posseiros na década de 1980, que estavam presentes nessas terras há gerações, provocando em muitos casos, a migração de um grande contingente de pessoas para áreas ainda não ocupadas na região ou para outros estados, em busca de sossego, até que o capitalismo os atingisse outra vez. Quando as terras passaram a se tornar cada vez mais escassas, ou quando o posseiro passa a contestar seu direito de posse da terra que já ocupava há um tempo considerável, onde já havia feito benfeitorias (roças, construções, criações...) abre-se um espaço propício para o uso da violência – grande parte das vezes, por parte dos grileiros –, que também passaria agora, a fazer parte da realidade de muitos posseiros, não apenas no Médio Mearim. Segundo Asselin (2009), se a violência é inerente à grilagem, a grilagem é instrumento do poder, pois foi acobertada, incentivada, encampada e finalmente planejada pelo Governo.

Hoje, esse movimento de ocupação territorial é desenhado no mapa do país por milhares de pontos de conflito e violência: violência do “branco” contra o índio, violência do branco rico contra o branco pobre, violência do branco pobre contra o índio, violência de modernas empresas contra posseiros e indígenas e também peões escravizados (MARTINS, 1993, p. 669).

Tal situação acarretou o aumento da perseguição a trabalhadores rurais, assim como contribuiu para a resistência e a organização do setor campesino, as Ligas Camponesas e os movimentos sociais passam a fazer parte do cenário nacional, levantando a bandeira da Reforma Agrária, política duramente reprimida pelo setor da elite rural. É em meio a estas mudanças que inúmeros movimentos sociais do campo passam a ser criminalizados e associados a ameaças comunistas a serem combatidas, o que torna a luta cada vez mais difícil e desigual.

Em meio aos conflitos aqui sinalizados, também destacamos o papel de suma importância desempenhado pela Igreja Católica nos momentos de maior tensão, atuando ao lado dos trabalhadores rurais na resistência e na luta pela terra. Tal aproximação se deu pelo aparecimento da doutrina da Teologia da Libertação - também no século XX -, que possibilitou a aproximação de muitos membros do clero das questões sociais, optando preferencialmente pelos pobres e oprimidos.

A Teologia da Libertação nasceu com o propósito de responder aos desafios da sociedade oprimida e como contribuição própria, sob o enfoque da fé, ao processo maior de libertação que se articula em outros campos da vida do povo. A América Latina constitui hoje um lugar teológico privilegiado para a ação e a reflexão porque aqui se vivem problemas graves, verdadeiros desafios para a fé. [...] A Teologia da Libertação surgiu de uma práxis experimentada ou de uma experiência praticada em tal contexto e pretende levar a uma práxis mais esclarecida e qualificada, que seja deveras libertadora (BOFF, 2014, p.61).

Partindo do prisma da Teologia da Libertação, inúmeros setores da Igreja Católica passam a observar nesta vertente progressista da Igreja, uma possibilidade de agir socialmente em prol dos marginalizados, como ocorre no Médio Mearim – MA, onde é possível observar os inúmeros mecanismos criados pelos trabalhadores rurais e pela Igreja, na resistência contra o latifúndio e a violência. Visto isso, é diante das mudanças observadas no meio rural, partiremos agora para uma análise acerca dos conflitos agrários que eclodiram no povoado de São Manoel. Para isso, faremos o uso das documentações e entrevistas cedidas por moradores locais que vivenciaram os conflitos, como forma de compreender as motivações e estratégias de luta organizadas por estes trabalhadores rurais.

O conflito de São Manoel: da proteção do coco babaçu a conquista da terra

Com o campo se modificando drasticamente em decorrência da nova legislação fundiária, que possibilitou novas concepções sobre o uso da terra, de categoriais para as propriedades rurais, da ampla difusão da ideia do campo como “lugar de atraso” que necessita ser modernizado, rapidamente passam a se fazer presentes na vida de muitos trabalhadores rurais - posseiros -, em diversas regiões do estado, como ocorre por exemplo, no povoado de São Manoel, município de Lago do Junco. Antes de nos aprofundarmos propriamente nos fatores que levaram os moradores locais a se organizarem politicamente na luta pela terra, se faz necessário primeiramente, uma definição de quem são estes trabalhadores rurais encontrados na região de estudo

São Manoel, tem sua população conformada por migrantes de diferentes estados do país, como Piauí, Ceará e de outras regiões do estado do Maranhão, motivados pela busca incessante de terras férteis e devolutas, que possibilitessem moradia e o trabalho para sua família. Tais condições foram rapidamente atendidas pela região que atualmente recebe a nomenclatura aqui descrita, um local desocupado, livre de disputas e capaz de abrigar muitas famílias. Entretanto, o cenário de tranquilidade encontrado por grande parte dos moradores locais, rapidamente seria substituído por um cenário conflituoso, de disputas acirradas e violentas contra os trabalhadores rurais agora denominados “posseiros”.

O reconhecimento dos trabalhadores rurais de São Manoel como “posseiros” deve ser visto como uma categoria política, um termo utilizado a partir da tomada de conhecimento das leis fundiárias, que reconhecem os direitos daqueles que ocuparam historicamente terras devolutas e que ali desenvolveram suas benfeitorias como: roças, criações e casas, caracterizando a

ocupação e comprimento da função social da terra. Conforme Airton Pereira (2013, p. 12), “posseiro, em certa medida, é um conceito que foi forjado na luta e no conflito”.

Muito embora os conflitos agrários que eclodiram no estado do Maranhão a partir da década de 1960-1970 tivessem as mudanças legislativas como fatores agravantes de alguns conflitos, é interessante destacar que as motivações dos embates se deram de maneira heterogênea, destacando para além da contestação e exigência de títulos de terra, a luta pela sobrevivência, pelo sustento e pela moradia, como ocorre no povoado de São Manoel. A luta local está estritamente ligada a necessidade de garantir o sustento familiar, associado ao extrativismo do coco babaçu, principal fonte de renda dos moradores da região.

O conflito agrário aqui analisado deve ser observado como a materialização de uma série de violências que já vinham sendo vivenciadas pelos moradores locais, que seguiam na resistência contra o avanço da pecuária, da grilagem e da destruição de roças e principalmente da derrubada das palmeiras de coco babaçu. As arbitrariedades praticadas contra os trabalhadores rurais são analisadas como ferramentas de expropriação, que apesar do terem obtido êxito incialmente, com uma pequena parcela de trabalhadores rurais, não foi suficiente para expulsar todos os trabalhadores que ali residiam. Sobre a derrubada das palmeiras, destacamos as contribuições de Maristela Andrade.

Em represália às ações das famílias, me meados dos anos 80, os proprietários começaram a derrubar as palmeiras, primeiro manualmente, e, depois, com máquinas. Nesse momento, a rebelião se espalhou. Atingindo toda uma região, instalando-se a luta não apenas pelo acesso às palmeiras, mas pela terra. Instaurou-se uma verdadeira guerra envolvendo, de um lado, as famílias camponesas e seus aliados, principalmente a Igreja Católica e, de outro, uma rede vinculando proprietários de terra, pistoleiros, vaqueiros, delegados de polícia e políticos (ANDRADE, 2009, p. 228).

A derrubada das palmeiras e o impedimento da continuidade da prática de coleta e quebra do coco por parte dos posseiros, somados aos preços exorbitantes de outros gêneros alimentícios quando comparados ao coco – que servia de moeda de troca em muitos casos-, contribuíam cada vez mais para a insatisfação dos mesmos. Tal acontecimento, foi descrito por moradores locais como o ponto inicial para a organização político-social da comunidade, que a partir de então passaria a se articular na resistência contra os desmandos de fazendeiros e vaqueiros. A luta iniciada pelo direito de acessar os babaçuais, após reuniões e longas reflexões, incorporaram a luta pela terra, como um estágio capaz de atender todas as demandas por eles vivenciadas, como terra para morar, trabalhar e plantar.

A produção que “nois” tinha de mais relevância, era a do babaçu, que ainda dava um sustento maior, mas aí “nois” precisava de ter 10kg de amêndoas para comprar 1kg de arroz pilado, porque quem tinha um comércio era aqueles que ainda ficaram, que era aqueles proprietários que estavam estabelecidos que ainda tinha o comércio. Agora imagine quando a gente precisa de 10kg de amêndoas para comprar 1kg de arroz pilado, família hoje o pessoal consegue administrar que você tem dois no máximo três filhos, naquele tempo era diferente, cada família era oito, era dez, aqueles que tinha mais filho era o mais famoso, que não podiam sustentar nem eles. Agora vocês imaginam uma família que tinha oito, dez filhos, pra ter 10kg de coco... uma mulher tinha que passar o dia quebrando, então a noite era que a pessoa tinha 1kg de arroz para raçear, tem e muita gente pra dizer que comprava 1kg de arroz para alimentar a família, eu chamo que era pra raçear, porque 1kg de arroz pra dar pra dez filhos, sem contar com pai e mãe, então vai pra doze... isso é alimentar? É raçear [...]. (Ildo Sousa, povoado Lúdovico, entrevista, 2022).

O entrevistado em questão, o senhor Ildo Sousa, um dos militantes mais ativos no período dos conflitos, descreve, com riqueza de detalhes, os empecilhos e as injustiças vivenciadas pela população local, que além de sofrer com dificuldades para coletar e quebrar o coco, ainda precisava lidar com a desvalorização do seu trabalho e do fruto dele.

Muito embora a luta pelo acesso e extrativismo do coco babaçu tenha sido colocada pelos moradores locais como fator motivador para a organização política dos mesmos, se torna interessante destacar que a luta nestes locais não se resumia apenas a esta motivação. A partir das reflexões feitas pela comunidade sobre a realidade em que se encontravam, passou a se tratar do direito de permanecer na terra e dela usufruir, de maneira consciente e diversificada – em termos de variedade na produção-, iniciando neste momento, um longo processo de luta o qual continuaremos analisando.

O processo de luta pela terra neste povoado, se deu a partir de um trabalho conjunto da comunidade e seus agentes com a Igreja Católica, que oferecia aos mesmos um trabalho de suporte, encorajamento, formação política e apoio social, econômico e psicológico nos momentos mais intensos que a marcaram.

Aluta deste povoado teve como principal característica o uso de diversas formas de violência. Com o objetivo de frear a organização político-social dos posseiros em conjunto com membros do clero, que por meio da ACR (Ação Católica no Meio Rural) e da CPT (Comissão Pastoral da Terra) ofereciam os mais diversos aparatos para sua permeância na terra, defendendo os interesses/direitos dos posseiros, além de denunciar e tornar público os diversos mecanismos de expropriação, criados e utilizados pelos fazendeiros, ocasionando o acirramento dos conflitos.

A violência a qual fazemos referência, de maneira recorrente, faz parte de uma estrutura consolidada de relações e troca de favores entre fazendeiros/grileiros, latifundiários, juízes, delegados, policiais, funcionários de cartórios, imprensa e grupos políticos dominantes, deixando explícitas as dificuldades enfrentadas pelos posseiros e pelas suas entidades apoiadoras na luta pela terra. As ameaças e represálias são traços recorrentes nos relatos de moradores, facilmente identificados nas documentações produzidas e arquivadas pela Igreja Católica,

servindo como mecanismo não apenas de denúncia, mas de construção e manutenção desta memória coletiva camponesa que se conforma nos períodos de conflito.

O uso de artifícios intimidadores consistia em uma importante estratégia de expropriação, que por meio da violência física e psicológica, buscava não apenas instaurar o medo/terror nos posseiros, como descobrir e desarticular lideranças e grupos que se conformavam em torno da luta pela terra e pela reforma agrária. A exemplo destes dois casos, destacamos a fala de senhor Antônio Soares (Antonino), posseiro detido e torturado pela polícia, que também teve sua casa derrubada pelo fazendeiro local, em conjunto com a polícia no conflito de São Manoel.

Fomos dando depoimentos, depoimentos, umas três horas da tarde começou a chegar fazendeiro, fazendeiro, quando deu umas sete horas da noite a delegacia tava assim (gesto com as mãos), cheia de fazendeiro, e pelo lado de fora. O delegado da época, era um delegado regional, doutor Paulo Zé Augusto e tinha um advogado, doutor Elias, advogado deles, fazendeiro, resultado... quando deu umas sete horas, começaram a dizer “tem que arrancar a unha desses cachorro, tem que arrancar a unha desses cachorro pra descobrir quem tá organizando eles desse jeito”, batendo na parede, batendo nas janelas, dizendo “eles tem que decidir hoje, pra eles não mexerem mais nessas terras”. A doutora Conceição Andrade com muita luta e a doutora Elizabeth, com muita luta, negociou com o delegado, que “nós” não podia dar aquela resposta, porque a luta não era nós, era a comunidade. Bom, aí chegou o momento de negociar e nós voltar pra comunidade e no dia 5 de maio, dar a resposta pra UDR, na época de Ruby. Pra nós sair, a polícia ia na nossa frente, ia delegado na nossa frente, Conceição Andrade atrás da gente, e atrás dela, a polícia e os fazendeiro atrás, graças a Deus chegamo na paróquia de Lago da Pedra (Antonino, entrevista em São Manoel, 2022).

O presente acontecimento descrito por Antonino, se tratava de uma de suas prisões, onde foi levado detido até a delegacia para prestar esclarecimentos sobre a organização política da qual fazia parte no povoado de São Manoel, responsável por adentrarem as soltas de babaçu do fazendeiro local para a coleta e quebra do coco, onde ele ressalta a presença de inúmeros

outros fazendeiros no ambiente, deixando explícito o objetivo de intimidar e induzi-lo a informar quem eram seus líderes, sob ameaças de violência físicas. Outro episódio que marca a história deste povoado, hoje relembrado como um marco de tristeza e símbolo de luta e recuperação dos posseiros na região, foi a destruição de todas as casas em São Manoel, restando somente a estrutura da Igreja, pois não obtiveram êxito em sua derrubada.

[...] No dia 6 de agosto pelas 8 horas entrou um caminhão no São Manoel. Veio o fazendeiro com 2 filhos, veio polícia e pistoleiro. Foi o dia que deram fim no São Manoel. Logo o povoado foi arrodeado de criaturas estranhas e os homens se obrigaram a fugir, enquanto as mulheres resistiam. O primeiro trabalho dos algozes foi cortar um bananal que tinha atrás das casas. Alguém viu um carro cheio de cachos, indo para o Aguiar. Depois correram de casa em casa com o triste aviso: Vocês têm 5 minutos para tirar as coisas, que as casas vão ser derrubadas. – As mulheres ficaram sem ação. Uma falou: Em 5 minutos eu só tiro os filhos. – Quem conseguia botar as coisas na rua, já recebia outra ordem: Bote mais para lá que o caminhão tem que passar. – Uma mulher não conseguiu tirar o arroz e perdeu dois alqueires debaixo da casa. Os malvados, querendo diminuir o pecado, ajudaram a tirar muitas coisas. Um soldado chegou a dizer: Vocês não vão ter prejuízo de nada. – Mas para que prejuízo maior que este? Que adianta salvar uma cama para colocar aonde? Que adianta tirar o arroz para os porcos comer na rua? Os soldados também disseram: Nós viemos para defender vocês para não sofrer nada. – Mas não defenderam quando as casas foram derrubadas. Não defenderam quando um indivíduo mostrou faca para um menino de 11 anos. Não defenderam as mulheres dos insultos e das propostas indecentes. Um soldado falou: O que posso fazer? O homem não quer mais morador. – Por esta sentença do homem São Manoel morreu. O povo resistiu até quando pôde, e os carrascos acharam ruim que a vítima deu trabalho para morrer. Vamos ligeiro, que nós não viemos aqui para aguentar abuso. Estamos cumprindo ordem. – As casas iam caindo, enterrando panelas e potes e mesas. Quem puxava as casas com caminhão era o filho de um fazendeiro. Chegou a vez da Capela e o profanador falou: Esta casa foi a escola onde o povo aprendeu a tomar a terra dos outros. – Quem nunca vai, pode aprender a lição? Mas realmente esta escola ensinou: Quem tiver duas camisas, dê uma para quem não tem. Na última hora uma

mulher entrou e tirou o Cristo. A Igreja deu trabalho para derrubar e foi preciso cortar as forquилhas de machado[...] (TEMME, São Manoel, 18/08/1986).

A citação aqui mencionada, faz parte das documentações produzidas pelo Frei franciscano Adolfo Temme, apoiador e encorajador da luta pela terra por parte dos posseiros. Reconhecido pelo seu trabalho religioso e social, fortemente ligado a doutrina da Teologia da Libertação. O mesmo tinha como objetivo, em conjunto com inúmeros outros clérigos, encorajar, dar suporte e assessorar na luta pelo direito de acesso e permeância da terra por parte dos posseiros na região, sendo também uma importante figura nos momentos de maior conflito, atuando na mediação entre posseiros e agentes do Estado, na denúncia dos crimes cometidos - seja por meio das crônicas, por meio de sermões, por meio da justiça, da CPT (uma de suas crônicas compõe o Caderno de Conflitos no Campo Brasil de 1987), atraindo em muitos casos, algumas inimizades, lhe rendendo por vezes algumas ameaças de morte.

Adolfo Temme assume na região do Médio Mearim um certo lugar de prestígio “cedido” e “conquistado” em meio aos posseiros, frutos da confiança e credibilidade diante da questão agrária e dos conflitos vivenciados, como demonstro (Pimenta, 2019), ao trabalhar a figura do frei e suas crônicas por meio de diferentes interpretações e vertentes no decorrer do trabalho monográfico, analisando os posicionamentos e estratégias adotados pelo mesmo. Entretanto, se torna interessante salientar que o trabalho de Temme não pode ser interpretado como fato ou ação isolada, destacando a adesão de muitos membros do clero, aos movimentos e entidades de luta pela terra.

Como estratégias de resistência e artifícios utilizados na luta pela terra no povoado de São Manoel, para além das reuniões de formação e reflexão política sobre a realidade na qual estavam inseridos, destacamos o papel da Igreja na materialização dos preceitos da Teologia da Libertação, em optar preferencialmente pelos pobres, auxiliando com trabalhos como conscientização

política, reconhecimento de seus direitos, com suporte religioso e jurídico. Adolfo Temme, assim como muitos outros membros do clero e entidades político religiosas desempenham papel fundamental na denúncia e na manutenção da memória para a luta camponesa, seja por meio das crônicas, seja por meio dos cadernos de conflitos e arquivos espalhados Brasil a fora.

Considerações Finais

A partir das discussões empreendidas no decorrer deste artigo, tornou-se possível compreender o cenário conflituoso conformado no estado do Maranhão a partir da segunda metade do século XX, que após a implementação Estatuto da Terra de 1964 e da Lei de Terras 2.979/69, passam a inserir a lógica mercadológica nos campos maranhenses, impactando diretamente a vida de inúmeros trabalhadores rurais. As mudanças na concepção de uso e posse da terra são apresentadas como pontos de extrema relevância para as disputas pela terra que passam a se conformar em diversas regiões do estado, com ocorrência em São Manoel.

A exigência de títulos - prática inexistente ou dispensável -, como mecanismo de comprovação de propriedade, aparece para muitos trabalhadores rurais como um empecilho, como algo “vazio”, uma vez que a posse da terra poderia ser comprovada pelas suas benfeitorias na terra. Sobre este último ponto, destacamos o uso de determinado tipo de violência por parte destes fazendeiros/grileiros, que consistia na destruição total destas benfeitorias de duas formas, a primeira como forma de inviabilizar a permanência destes moradores na terra, a segunda como destruição de sua “justificativa” acerca do uso e trabalho na terra.

Entretanto, como bem colocado anteriormente, o uso de tais ferramentas de expropriação não foram suficientes para expulsar e desarticular totalmente os moradores de São Manoel, que através de suas estratégias de resistência, driblaram as

adversidades da vida, até a conquista da tão sonhada terra. Sobre estas estratégias destacamos a formação política voluntária destes posseiros, que refletiam sobre a sua realidade e sobre seus direitos enquanto posseiros; a organização de linhas de frente para os momentos de conflito direito; do papel das mulheres de garantir a integridade dos filhos e de suas casas, além de protagonizarem a luta pelo babaçu; e por fim, o trabalho em conjunto realizado pelos moradores, com os membros e entidades da Igreja Católica. O suporte aqui apontado diz respeito a assessoria jurídica, espiritual, política e social fenecida estes posseiros, por meio da Ação dos Cristãos no Meio Rural – ACR, da Ajuda Lavradores – JULAV, da Comissão Pastoral da Terra – CPT e das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, que se revezam e organizam de maneira coesa de acordo com as manifestações dos moradores locais.

É partindo do prisma da resistência e da conquista da terra por parte dos posseiros de São Manoel, que se torna possível colocá-los como figuras centrais, como protagonistas de sua luta; como os verdadeiros interessados e impactados pela violência e pela necessidade de lutar pela terra, fazendo destes posseiros, agentes ativos na luta pela terra no Maranhão.

Referências

Fontes

Crônicas:

TEMME, Adolfo. **São Manoel - Rogai por nós.** São Manoel, 18 de agosto de 1986.

TEMME, Adolfo. **Desprovidos de qualquer amparo legal:** Deus nos acuda. São Manoel, 1986.

Diário de desobriga TEMME, Adolfo. **Mala de couro – diário de desobriga**. OFM – Terezina, 2011.

Entrevistas:

Antonino: Povoado de São Manoel, 09 de abril de 2022 – 1'13"24"

Ildo Souza: Povoado de Ludovico, 10 de abril de 2022 – 1'29"55"

Bibliografia

ANDRADE, Maristela de Paula. Hoje, a mulher é a estrela – divisão sexual do trabalho guerreiro nas lutas camponesas no Maranhão. In: *In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvulo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). Lutas camponesas: condições, dilemas e conquistas.* Vol. II. A diversidade das formas das lutas e conquistas, São Paulo: Ed. UNESP; Brasília - DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ASSELIN, Victor. **Grilagem, instrumento de poder.** Imperatriz- MA: Ética, 2009.

BOFF, Leonardo. **Teologia do Cativeiro e da Libertação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. p. 09 -87.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho.** São Paulo: HUCITEC, 1993. p.107-153.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Contexto, 2009.

MENEZES NETO, Antonio Júlio. **A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: Teologia da Libertação e o**

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-334, maio/ago, 2007.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **E porque muitos juraram para trair....** EdUEMA, São Luís, 2015.

PIMENTA, Laryssa Gomes. **Peregrinos da Terra: a luta dos posseiros pelo direito a propriedade no Médio Mearim segundo as crônicas do Frei Adolfo Temme (1980).** Monografia (Graduação em História – Licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, São Luís, 2019.

SILVA, José Graziano da. **A Modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p.114-141.

AGRONEGÓCIO E DESUMANIZAÇÃO: TRABALHO E ADOECIMENTO, MORTE E LUTO NAS NARRATIVAS DE VIÚVAS DA CHAPADA DO APÓDI, CEARÁ

Ana Karolina Freire Oliveira

Primeiras Palavras

*Seu avião derrama a chuva de veneno
Na plantação e causa náusea violenta
E a intoxicação ne' adultos e pequenos
Na mãe que contamina o filho que amamenta
Provoca aborto e suicídio o inseticida
Mas na mansão o fato não sensibiliza
Vocês já não tão nem aí com aquelas vidas
Vejam como é que o ogrobis desumaniza.¹*

Nas últimas décadas o Brasil se consolidou como um dos países mais agroexportadores do mundo. Os elogios ao agronegócio brasileiro estampam manchetes de jornais e tematizam discursos políticos dentro e fora do congresso nacional. Hegemonicamente, o “agro” é um dos setores mais importantes da economia, graças ao seu desenvolvimento, geração de empregos e larga produção; por essas razões, todos no país devem se orgulhar e lutar para manter esta forma de produzir, afinal de contas é ela que eleva o nome do Brasil e nos faz ser mundialmente reconhecidos. Dito isso, é preciso admitir, o Brasil, de fato, é um dos maiores produtores de *comodities*²

1 CESÁR, Chico. Reis do Agronegócio. Alambari: Urban Jungle, 2015. 1 CD (1:07:40)

2 O termo em inglês significa mercadoria, bem ou produto e se refere a uma matéria-prima com valor comercial e estratégico agregado. O que isso quer dizer? Que uma commodity influencia o comportamento de

do mundo, segundo a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) em 2020 o Brasil foi o quarto maior exportador de grãos do mundo, com destaque para soja, milho e rebanhos bovinos.³ Em 2021, em plena pandemia do COVID-19, o país bateu recorde de exportações, movimentando mais de 102 bilhões de dólares⁴. Diante de tantos números, de recordes anuais de crescimento, das propagandas que, diariamente, passam em horário nobre da televisão aberta, é difícil construir uma contra narrativa sobre o agronegócio, como é possível apontar suas contradições? O que está para além do agro é pop, o agro é tech, o agro é tudo?

Nesse sentido, em todos os lugares onde o agronegócio se faz presente, apesar dos discursos políticos e econômicos enviesados, há pequenos produtores rurais, moradores de pequenas comunidades que sentem seus impactos. Onde o modo de produção capitalista do campo impera, há grupos e famílias inteiras que sentem, diariamente, os efeitos nefastos do agronegócio. A grande questão é saber ouvir ou até mesmo ter interesse em ouvir essas vozes que sussurram por aí e assim pensar o que se esconde por trás de uma narrativa limpinha, cheia de imagens pujantes da indústria riqueza do Brasil, capaz de convencer até mesmo os bem-intencionados.

O boom de desenvolvimento que o agronegócio teve nas últimas décadas, no Brasil, trouxe uma série de impactos sociais e ambientais. São inúmeras as contradições do agro e é necessário pensá-lo para além de uma questão puramente econômica. Em primeiro lugar, é importante dizer que quando o modo de produção capitalista no campo estava se firmando,

certos setores econômicos ou até a economia de um país como um todo. Elas são negociadas na bolsa de valores e, dependendo da oscilação de preços, afetam outras atividades, como a indústria e o comércio.

3 <https://www.embrapa.br/documents/10180/62618376/O+AGRO+NO+BRASIL+E+NO+MUNDO.pdf>

4 <https://www.cnnbrasil.com.br/business/agronegocio-bate-recorde-de-exportacoes-em-2021-e-movimenta-mais-de-us-102-bilhoes/>

desde a segunda metade do século XX, a modernização tinha como justificativa a necessidade de acabar com a fome no mundo, ainda imperava sobre o entendimento geral que a produção seria o grande fator na insistência dos índices de subalimentação dos países. No entanto, as décadas seguintes confirmaram a falsidade desse pensamento, pois as políticas de combate a fome mostraram que era menos eficaz o volume de produção do que o entendimento a respeito do incentivo aos pequenos produtores.

Além disso, no Brasil é a agricultura familiar que põe a comida na mesa dos brasileiros, o agronegócio, como bem revelam os números, é responsável por exportar grandes quantidades de grãos, que muitas vezes nem são direcionadas para a alimentação humana. Com isso, é importante pensar os impactos ambientais presentes no cultivo de monoculturas, assim como os socioambientais, em que os grandes produtores se apoderam de vastas extensões territoriais que historicamente pertencem a grupos indígenas, quilombolas e de pequenos produtores rurais, acirrando, dessa forma, os conflitos por terra.

Na perspectiva de discutir as contradições do agronegócio, este artigo quer apresentar e pensar camadas de seus efeitos nada louváveis. Nesse sentido, há uma grande questão que acompanha a implantação do agronegócio que interessa aqui: o uso intensivo e, muitas vezes, indiscriminado de agrotóxicos. Em 2008 o Brasil passou a ser o maior consumidor dessas substâncias no mundo⁵, o que gera impactos significativos para saúde e qualidade do solo, dos alimentos e de vida da população. E para aqueles que trabalham em contato direto com essas substâncias, quais são os impactos? Como afetam suas famílias? Este artigo é parte das reflexões que venho desenvolvendo no mestrado acadêmico em História Social da Universidade Federal do Ceará, em que desenvolvo uma pesquisa acerca das narrativas de mulheres

5 <https://observatorio-eco.jusbrasil.com.br/noticias/2548118/brasil-e-o-maior-consumidor-de-agrotoxicos-do-mundo>

viúvas, que perderam seus companheiros em decorrência do contato que estes tinham com agrotóxicos no local de trabalho. O objetivo deste artigo é problematizar os discursos hegemônicos que apontam o agronegócio como um setor indispensável para a economia brasileira, firmando-o como sinônimo de modernização e progresso, para isso interessa pensar a partir das narrativas de viúvas, nas dimensões que abrangem as relações entre trabalho e adoecimento, morte e luto.

Dessa forma, a exposição desses trabalhadores a perigos laborais se constitui como uma relação de vulnerabilidade? É possível pensar a invisibilidade da dor de mulheres viúvas como uma forma de desumanização? Como mulheres pobres vivem seus processos de luto? No primeiro tópico busco discutir as relações entre trabalho e adoecimento, tentando entender qual a natureza de um trabalho que se dá em contato direto com agrotóxicos. A segunda parte intenciona pensar a partir dos processos de luto de mulheres que perderam seus companheiros.

Trabalho e Adoecimento

Rachaduras nos dedos, sangramento pelo nariz e ressecamento dos lábios. As primeiras consultas são com o médico da empresa. Vanderlei sente tontura, fraqueza nas pernas. Nem parece o rapaz de porte atlético que quando chega do trabalho tranca-se no quarto a fazer exercícios aeróbicos e levantamento de peso (Diário do Nordeste, 2013)

“Eu só quero que não aconteça com outras pessoas o que aconteceu com meu marido. Eu queria que tudo isso se resolvesse em paz. É tão ruim, depois dese morrer ainda ver gente passando por esses problemas” (Gerlene Silva)⁶

⁶ Da morte silenciosa aos gritos nas evidências e saudades de Vanderlei. Diário do Nordeste. Fortaleza, 20 de abr.2013, s/p. ACESSO EM: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/da-morte-silenciosa-aos-gritos-nas-evidencias-e-saudades-de-vanderlei-1.273660>

Os trechos acima fazem parte de uma série de reportagens realizadas pelo jornalista Melquiádes Júnior, intitulada *Viúvas do Veneno*, para o jornal *Diário do Nordeste*. Nesta que foi publicada no dia 20/04/2013, a entrevistada é Gerlene Silva, viúva de Vanderlei Matos da Silva, trabalhador da Del Monte Fresh Produce⁷, em Limoeiro do Norte. Vanderlei, trabalhou por mais de três anos em contato direto com produtos químicos. Ele era responsável por estocar, pesar e transportar agrotóxicos dentro da fazenda da empresa. Em dezembro de 2008, após um mês de internação no hospital universitário de Fortaleza, Vanderlei acabou falecendo. Em seu laudo médico, segundo o *Diário do Nordeste*, consta que sua morte foi causada por hepatopatia grave de provável etiologia induzida por substâncias tóxicas, em outras palavras, por uma doença do fígado causada pela constante exposição a agentes químicos. O caso se tornou importante, pois foi um dos primeiros que conseguiu mostrar evidências científicas que relacionavam a morte de um trabalhador ao contato com agrotóxicos em seu ambiente de trabalho.

A Chapada do Apodi está localizada entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte, do lado cearense faz parte da cidade de Limoeiro do Norte, na região do Vale do Jaguaribe, a qual também abrange os municípios de Russas e Quixeré. A morte de Vanderlei, assim como de outros trabalhadores, e a rotina de trabalho em contato direto com agrotóxicos, é apenas uma das mudanças ocorridas no cotidiano de trabalho na região da Chapada do Apodi, a partir da instalação de grandes empresas de fruticultura, que ao longo dos anos 2000, se destacaram no mercado estadual elevando os

7 Del Monte Fresh Produce é uma multinacional estadunidense, que segundo o site da empresa, chegou ao Brasil nos anos 1980, no Rio Grande do Norte, no Ceará a empresa se instalou em propriedades do Baixo Jaguaribe em 2001 e logo se destacou como uma das maiores exportadoras de frutas do país, entre as culturas estavam a banana, abacaxi, melão e melancia.

índices de produção e exportação de variados tipos de frutas⁸. Ao longo da primeira década do novo milênio, foi por lá que se expandiu o agronegócio cearense, em 2008, as empresas da região foram responsáveis por elevarem significativamente os índices de exportação do Ceará, tornando-se uma região estratégica da economia cearense, atraindo ainda mais investimentos e empreendimentos privados, além de chamar à atenção do governo estadual, que passou a ser um forte incentivador.

A implantação do setor agroindustrial na Chapada do Apodi faz parte de um projeto nacional de modernização e progresso para a região Nordeste, em curso desde as primeiras décadas do século XX. Nessa perspectiva, nos anos 1970 deu-se início a construção de Perímetros irrigados na região do Vale do Jaguaribe, na ocasião diversos agricultores e pequenos produtores que praticavam uma agricultura familiar e de subsistências sofreram a desapropriação de suas terras, aumentando os conflitos territoriais com grandes produtores e proprietários (BRAGA, 2008). Na década de 1990, a chegada de empresas nacionais e multinacionais alterou sobremaneira as relações de trabalho. Se antes era possível apontar a predominância da agricultura familiar, agricultura de subsistência com a venda de excedentes no mercado local ou a venda de produtos para atravessadores, a partir desse momento observa-se a aquisição de propriedades de pequenos agricultores por parte das empresas, agora o pequeno produtor passa a trabalhar para um patrão, cumprindo uma jornada de trabalho específica e salário fixo. Além disso, é possível observar a imposição de uma série de novos trabalhos. Enquanto um agricultor era responsável por todo o processo de produção, desde a plantação

⁸ Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <https://ww10.ceara.gov.br/2010/04/11/cid-gomes-visita-instalacoes-da-del-monte-em-limoeiro-do-norte/>

até a colheita, agora, com a introdução da lógica capitalista os serviços são divididos em etapas a fim de maximizar os índices de produtividade.

Esses dados são importantes para pensar as questões que se quer discutir neste tópico, pois, para além da dimensão do adoecimento (que acarreta impactos significativos na vida e no trabalho), o uso de agrotóxicos por parte das empresas gera uma série de novos trabalhos, como o processo de transporte, estocagem, mistura e aplicação das substâncias químicas, os quais diferem da dinâmica de trabalho anterior a instalação do agronegócio. Sob o ponto de vista das relações econômicas e de trabalho, a inserção das empresas, de antemão, pode até ter gerado expectativas positivas, pois significaria novas oportunidades de emprego. No entanto, não demorou muito para que conflitos e tensões começassem a se evidenciar: a instalação do modelo de produção capitalista no campo acarretou uma forte transformação no cotidiano de trabalho e a introdução de uma nova maneira de se relacionar com a terra. Nesse sentido, agricultores que trabalharam a vida inteira no cultivo de subsistência foram inseridos na lógica produtivista agroindustrial sendo submetidos a divisão e a outras novas atividades que punham em risco a sua saúde.

Outro ponto que gerou grande debate na região foi a pulverização aérea de agrotóxicos, diversos estudos apontam os efeitos nocivos para à saúde e o meio ambiente das populações que vivem próximas a realização dessa prática. (FREITAS; BONFATTI; VASCONCELLOS, 2022). Uma pesquisa do grupo TRAMAS, ligado ao departamento de medicina da Universidade Federal do Ceará revelou que as populações das cidades de Limoeiro do Norte, Russas e Quixeré tem 38% de chances a mais de desenvolver doenças oncológicas do que de outros municípios do Ceará. (RIGOTTO; SILVA; FERREIRA; ROSA, AGUIAR, 2013).

Diante do que foi apresentado até aqui, fica evidente que houve transformações significativas na vida e no trabalho das populações da região do Vale do Jaguaribe. O que ainda interessa discutir neste tópico é como o ambiente de trabalho se transforma em um espaço perigoso, que põe em risco a saúde e a vida dos trabalhadores, principalmente a partir das atividades ligadas diretamente com agrotóxicos.

Ao entrar em contato com as viúvas residentes na cidade de Limoeiro do Norte, suas histórias, ainda que apresentem subjetividades e diferentes formas de pensar e refletir variados elementos, é possível observar um certo padrão narrativo a respeito da relação entre trabalho e adoecimento. Os tipos de atividades eram diversos, desde a estocagem, transporte, pesagem, mistura, distribuição e aplicação de agrotóxicos. Como Vanderlei, esposo de Gerlene Silva, era responsável pela pesagem, estocagem e mistura; já José Eudes, companheiro de Vera Lúcia, trabalhava na colheita de bananas, ambos na empresa Del Monte. Embora as atividades sejam diferentes a história é a mesma: “o homem saí para o trabalho bonzinho e volta doente”, ao longo dos dias os sintomas se agravam, procuram o médico mais acessível na cidade, logo o paciente é encaminhado para Fortaleza, lá é possível ter uma dimensão da gravidade, mas a melhora não vem. Entre idas e vindas do hospital, em casa é mais possível ficar mais à vontade, acontece o desgaste e os últimos meses de vida é uma dolorosa agonia. Vera Lúcia, lembra: “não conseguia deitar para dormir, dormia aqui nesse sofá, o câncer dele era na lombo-sacra ele sentia muitas dores nas costas”.⁹ Outros não conseguem resistir nem sequer um mês dadas as condições avassaladoras da doença, é o caso de Francisco Rafael, companheiro de Evelize, Evelize, recorda: “foi um período muito difícil, porque foi muito rápido e muito difícil. Ele adoeceu no primeiro de novembro, no dia 22 de novembro ele já faleceu. Não

⁹ Entrevista concedida em 03 de janeiro de 2022, em Limoeiro do Norte.

sentia nada, não reclamava de nada, quando veio foi de uma vez.¹⁰” Rafael foi diagnosticado com câncer no pulmão, o homem que sempre fora saudável, que nunca reclamava de nenhuma doença, nas palavras do médico, segundo Evelize: “não há um lugar nos pulmões dele que não tenha nódulos”.

O que parece importante discutir aqui é um tipo de relação que se constitui a partir da vulnerabilidade. Segundo a filósofa estadunidense Judith Butler, as relações de vulnerabilidade são inevitáveis dentro da esfera social, é a vulnerabilidade que nos faz existir em relação ao outro, ou seja, há uma relação de dependência entre indivíduos e grupos que se relacionam. Butler ainda enfatiza que a vulnerabilidade é proveniente das relações sociopolíticas que constituí nossos corpos, nos quais correm rico de violência (BUTLER, 2020) Diante disso, é possível pensar essas relações de vulnerabilidade e violência dentro das relações de trabalho impostas pelo agronegócio?

Nessa perspectiva, parece transparecer uma relação de vulnerabilidade entre patrões e empregados, em que os trabalhadores são expostos a um tipo de violência atrelada a própria função que exercem. Muitas vezes, esses nem tem dimensão do risco que correm ao aceitarem trabalhar em certas atividades. É um tipo de vulnerabilidade em que uma das partes correm risco de vida, enquanto a outra omite ou faz pouco caso dos perigos, em prol de um discurso de desenvolvimento econômico.

Morte e Luto: é um pedaço bom e um bocado ruim

Este tópico objetiva pensar sobre as dimensões da morte e do luto, sobretudo, a partir das narrativas das mulheres entrevistadas a luz do aporte teórico metodológico da História Oral que realizei no mestrado. Aqui interessa pensar como os processos de luto estão atravessados por questões políticas

10 Entrevista concedida em 04 de janeiro de 2022, em Limoeiro do Norte.

e, ao contrário do que parece, não se trata de um momento estritamente individual, guardando dimensões para refletir suas relações num sentido de comunidade. Além disso, se quer entender como mulheres pobres vivem seus processos de luto, ademais, tratando-se do luto de mulheres que têm suas dores em decorrência de uma ameaça à narrativa hegemônica do agronegócio, a quem interessa visibilizar ou invisibilizar o luto dessas mulheres? Invisibilizar o luto de indivíduos específicos é uma forma de desumanizá-los?

O luto, assim como a paixão, é algo que ninguém tem o poder de escolher, não é possível determinar um melhor momento, uma fase mais oportuna da vida para enfrentar essas situações, elas simplesmente acontecem e ninguém pode se preparar para vivê-las. Há um aspecto enigmático em viver um luto, não se escolhe o momento, não é possível se preparar, não se sabe quanto tempo dura; sabe-se apenas que a jornada implica um movimento de transformação, ou seja, quem começa e finda um processo de luto não é a mesma pessoa, dadas as particularidades, peculiaridades e potencialidades do processo, o caminho do luto pressupõe necessariamente mudanças, transformações significativas para quem o viveu. Viver um luto, ou qualquer outra experiência que ponha o indivíduo para fora de si ou para além de si, não significa um processo de enquadramento, não há uma forma correta, sistemática ou melhor de viver um luto, não é algo que se tenha controle, é uma jornada imprevisível, mas que sempre nos leva a algum lugar inesperado; a única certeza é a de que ao final do processo aquele que o começou já não será o mesmo.

Numa das entrevistas realizadas, este tema do luto me apareceu com mais contundência, tratava-se de uma viúva que sentiu muito a perda de seu companheiro, o que nem sempre ocorre, e por isso sua forma de narrar estava inteiramente atravessada por essa experiência de viver um luto e como isso afetou e transformou sua vida. Evelize Silva Costa, viúva de Francisco Rafael da Silva, trabalhava com seu companheiro

na empresa e realizava trabalhos parecidos. Evelize reside na comunidade Canafistula de Baixo, distante uns 15 quilômetros de Limoeiro do Norte. Evelize é uma mulher jovem, trabalhadora e mãe de dois meninos. Perto de onde mora, Evelize começou a trabalhar no cultivo de frutas, numa propriedade de médio porte pertencente a uma família do estado do Rio Grande do Norte. Foi no trabalho e nos espaços de sociabilidade da comunidade que ela conheceu Rafael.

Francisco Rafael, nasceu no município de Jaguaruana, na cidade o rapaz nunca teve muitas oportunidades de emprego e, através de um irmão, foi para Limoeiro do Norte trabalhar num lote de produção de frutas. O emprego era bom, ganhava numa semana aquilo que passava um mês para conseguir trabalhando em Jaguaruana. Em Limoeiro, Rafael trabalhou em alguns lotes diferentes, mas sempre realizando os mesmos tipos de trabalho na agricultura, seja no plantio, na colheita, na irrigação, na adubação ou até mesmo na aplicação de agrotóxicos. Evelize recorda, especificamente, da temporada de goiabas, no período em que elas ainda estavam novinhas, em que havia o trabalho de observá-las, pois, às vezes, dava uma espécie de besouro na plantaçāo, então era preciso avisar ao proprietário para ele consultar o agrônomo e este analisaria qual o tipo de veneno deveria ser aplicado. É importante destacar que a pulverização que Rafael realizava, junto com outros trabalhadores, era a manual, com uma bomba que eles colocavam nas costas e, através de uma mangueira, iam despejando o veneno ao longo da plantaçāo. É importante destacar que esse tipo de atividade é muito perigoso para o aplicador, pois ela promove um contato direto destes com os agrotóxicos, o trabalhador, além de inalar o odor, tem seu corpo respingado pelas substâncias.

Após o adoecimento repentino e os encaminhamentos para os hospitais de Fortaleza, Rafael foi diagnosticado com câncer no pulmão. Evelize recorda dos dias em que passou ao seu lado no hospital, a agonia que ela sentia ao vê-lo se debater

com falta de ar, as memórias daquele sofrimento são impossíveis de esquecer, tem dias que ela perde o sono lembrado, mesmo depois de quase cinco anos de sua morte, de ter reconstruído, minimamente, sua vida. Ainda assim, num cantinho reservado do guarda-roupas, Evelize guarda o relógio, o cordão, algumas roupas e o par de alianças que os dois haviam comprado para o casamento que seria em dezembro, mas não deu tempo, Rafael morreu em novembro, 21 dias depois de ter descoberto a doença.

Dizer assim: eu esqueci? Não, isso é uma coisa que eu não esqueço jamais, tem noite que eu perco o sono me lembrando, sabe? Do que nós vivemos bom e do tempo da agonia, eu não dormia, eu passei 4 meses que eu não dormia, eu não comia, era no remédio direto para poder dormir, comer alguma coisa, porque quando eu ia fechando os olhos eu via aquela cena dele se debatendo em cima da cama e os doutor dando choque. Aquilo ficou na minha cabeça, rodando, rodando, e tem noite que ainda fica, fico imaginando, me lembrando, meu Deus, quantos não passam por essa situação? (Evelize Silva)

Ao elaborar mais ainda sobre seu processo de luto, Evelize lembra o estado de paralisia que a acompanhou durante anos a fio. No trecho acima é possível pensar que quando se passa por um grande momento de tensão as memórias são reelaboradas ao longo da vida e, volta e meia, os fantasmas do passado e do trauma voltam para nos assustar. Entendi, que a morte de Rafael significava para Evelize uma dor muito maior que os contratempos da vida, aquela doença arrebatadora, que o levou em menos de 1 mês foi a grande tragédia de sua vida.

Além disso, é possível pensar, enquanto Evelize estava passando pelo processo de luto, quem cuidava de seus filhos? Quem pagava as contas de casa? Quem colocava a comida na mesa? Aqui é possível ter uma dimensão de como as mulheres pobres vivenciam o luto e como isso também pressupõe um sentido de comunidade: “E com a ajuda dos meus vizinhos, da minha mãe, da minha irmã, graças a Deus eu recebi muita ajuda e venci, a comunidade fez um sorteio também, nós fazia parte da igreja.” Mulheres pobres, com filhos para sustentar

nem sempre podem se dar ao direito de passar pelo momento necessário de um luto, na maior parte das vezes precisam acordar ainda mais cedo, estancar a ferida de qualquer jeito, mal enterrar a dor e tocar a vida. Ao relatar a ajuda que recebeu da comunidade, Evelize nos instiga a pensar as dimensões políticas e coletivas na vivência de um luto.

Ao elaborar sobre o próprio processo de luto, Evelize diz: “é um pedaço bom e um bocado ruim”, nessa reflexão é possível observar uma medida de tempo e uma avaliação qualitativa do luto; pedaço bom, é um período de tempo, não necessariamente longo, mas muito longe de ser desprezível, ínfimo; um bocado ruim, aqui ela está a qualificar o pedaço bom, o tempo em que esteve neste processo. É interessante de se analisar que, despretensiosamente, ela consegue elaborar numa frase o tempo e a qualidade desse tempo, que faz externar uma carga de sentidos que deixa nas entrelinhas uma significativa profundidade, elaborando sentidos provenientes da melancolia dos tempos que esteve de luto.

Por fim, ainda é possível evidenciar em que forma é possível falar de agronegócio e desumanização. Para isto dialogamos novamente com Judith Butler, num ensaio intitulado *Violência, Luto e Política*, uma das questões de partida de Butler é pensar quais vidas são passíveis de ser enlutadas, a filósofa entende que há uma identificação entre aqueles que morrem e aqueles que sentem a suas mortes, ou seja, as vidas que são publicamente lamentadas trazem todo um apelo do que nos é ideologicamente próximo, enquanto as mortes e lutos invisibilizados carregam uma dimensão da desumanização de grupos com os quais não há identificação.

O discurso hegemônico que coloca o agronegócio como sinônimo de desenvolvimento e progresso diverge substancialmente da realidade de diversas famílias brasileiras. O não reconhecimento do luto dessas mulheres é uma forma de violência, as propagandas que a imensa maioria da população brasileira tem acesso sobre o agro é pop, o agro é tudo é uma

forma de invisibilizar a dor, o sofrimento, o luto de todas as famílias que, de alguma forma, sofreram e sofrem os impactos nefastos desse modelo de desenvolvimento. A desumanização que o agronegócio impõe a estas famílias, a estas mulheres passa por expô-las a um tipo de vulnerabilidade que põe suas vidas em risco. Em muitos casos, o Estado, os donos das empresas, estão numa posição em que nem reconhecem o luto dessas mulheres e isso corrobora os argumentos que pressupõe uma forma de inviabilizar e desumanizar a dor, o sofrimento e o luto de grupos específicos.

Palavras Finais

Este artigo objetivou pensar as relações entre trabalho e adoecimento, morte e luto a partir das narrativas de viúvas da Chapada do Apodi, Ceará, tentado perceber as contradições do agronegócio, sobretudo a partir de uma narrativa hegemônica. No primeiro tópico a discussão caminhou no sentido de apresentar as transformações na vida e no trabalho das populações impactadas com a implantação do agronegócio na região, provocando refletir sobre um tipo de vulnerabilidade que põe as vidas dos trabalhadores em risco, sobretudo daqueles que exercem funções que os colocam em contatos diretos com agrotóxicos. No segundo ponto buscou pensar como a morte e o luto também são dimensões dos impactos pungentes do agronegócio, a partir das narrativas de viúvas

Por fim, é necessário deixar uma provocação final: de que forma o reconhecimento dos danos causados pelo agronegócio poderia repensar este modelo produtivo? De uma maneira que a vida fosse respeitada, sobretudo, a vida de agricultores, de seus filhos, famílias. Por que não há um luto coletivo em relação a essas vidas? O reconhecimento do luto, do trauma causado seria o mínimo. O que se poderia fazer para não ter mais esses casos? Isto passa por uma humanização das pessoas afetadas? Implica o valor pela vida de pessoas específicas? Seria

necessário somente uma política que proíba agrotóxicos ou também passa por uma redefinição de valores, de simples respeito pela vida e pela vida de trabalhadores rurais, de pessoas pobres, que tiram da terra o seu sustento?

Ao existir um discurso hegemônico acerca do agronegócio que o coloca como sinônimo de desenvolvimento, progresso, oportunidades, a vida das pessoas que são diariamente afetadas por este mesmo agronegócio é diminuída. O agronegócio pode até ser um setor importante da economia brasileira que movimenta milhões e milhões de dólares, mas também é um modelo de produção que destrói não apenas o meio ambiente, mas também vidas e famílias.

Referências

Entrevistas

Evelize. Entrevista concedida em 03 de janeiro de 2022, em Limoeiro do Norte.

Evelize. Entrevista concedida em 04 de janeiro de 2022, em Limoeiro do Norte.

Bibliografia

BUTLER, Judith. **Vida Precária**: os poderes do luto e da violência. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. – (Filô).

FREITAS, Lucinéia Miranda; BONFATTI, Renato; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fidel. Impactos na pulverização aérea de agrotóxicos em uma cominidade rural em contexto de conflito. **Saúde e Debate**. Rio de Janeiro, V.46, N. especial 2, P. 224-235, jun 2022.

FREITAS, Bernadete Maria Côelho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**: uma face da atual reestruturação

socioespacial do Ceará. Cidade, Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. (Dissertação de mestrado)

MÃE, Valter Hugo. **A Desumanização**. Edição 1. São Paulo. Biblioteca azul, 2017.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, fev./1997.

_____. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n°. 2, 1996, p. 59-72.

_____. **História oral como arte da escuta** – São Paulo: Letra e Voz, 2016. – (Coleção Ideias).

Impactos da pulverização aérea de agrotóxicos em uma comunidade rural em contexto de conflito. **Saúde Debate** | Rio De Janeiro, V. 46, N. Especial 2, P. 224-235, Jun 2022

RIGOTTO, Raquel. **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE**. Co-edição com a Expressão Popular./ Raquel Rigotto. [organizadora]. – Fortaleza: Edições UFC, 2011.

ECOFEMINISMO NOS PROCESSOS DE LUTA NA TERRA: O COLETIVO DE MULHERES ARTE É VIDA (ASSENTAMENTO CRISTINA ALVES/MST)

Nathalia da Silva Pontes
Isaac Giribet Bernat

Introdução

O pensamento feminista perpassa por diversas problemáticas presentes na sociedade possuindo uma variada gama de desdobramentos, um deles é o Feminismo ecológico também conhecido como Ecofeminismo. Apesar de ser uma corrente ainda pouco discutida no Brasil, nos últimos anos pode-se perceber características ecofeministas em mobilizações como a Marcha das Margaridas ou nas ações do Movimento de Mulheres Camponesas (MCC), bem como em diversos processos de luta pela terra e na terra protagonizados por mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), onde o acesso e resistência na terra estão acompanhados da implantação de práticas agroecológicas.

O presente capítulo visa apresentar o conceito, as características principais e o vínculo estreito que existem entre Ecofeminismo, movimento feminista camponês e Agroecologia, mais especificamente, pretendemos entender melhor a participação das mulheres Sem Terra nos processos de transição agroecológica a partir do caso do Coletivo de Mulheres Arte é Vida do Assentamento Cristina Alves, no município maranhense de Itapecuru-Mirim.

Neste contexto, essa contribuição apresenta parte dos resultados alcançados ao longo da participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UEMA) e, consequentemente, um relato da pesquisa desenvolvida para

construir o Trabalho de Conclusão de Curso (PONTES, 2022), direcionado ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). As abordagens aqui apresentadas são pertinentes principalmente pela contribuição dada a um campo que ainda possui pouca produção acadêmica no país.

A Questão Agrária e o contexto histórico do MST/MA

O debate acerca da questão agrária no Brasil vem se intensificando nos últimos anos é, atualmente, caracterizado pelo avanço dos conflitos no campo, a criminalização dos movimentos sociais e a ausência de políticas públicas. Contudo, os processos de luta pela terra e na terra resultam indiferentes da existência de um programa de Reforma Agrária. Antes de ser um dever do Estado, a reivindicação pela implementação de políticas públicas para a desconcentração da propriedade rural é resultado de lutas de caráter popular (STEDILE; FERNANDES, 2012).

Aluta pela Reforma Agrária, por norma, envolve processos de ocupação e resistência protagonizadas por diferentes movimentos sociais. Estes processos ocorrem por pressão das organizações para a implantação de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, créditos de financiamento para a produção e industrialização de alimentos, entre outros direitos, reivindicados no processo para além da própria terra. Nesse sentido, “o Estado caminha a reboque dos movimentos camponeses” (FERNANDES, 2009, p.162), pois a participação do Estado, apesar da importância, não é determinante.

Considerando todos os fatores elencados, pode-se destacar o trabalho realizado pelo MST que desde a sua fundação, em 1984, se articula em boa parte dos estados com a finalidade de reestruturar o espaço rural mediante a democratização do acesso à terra e produzindo na contramão do modo capitalista. Ainda na década de 80, foi realizado o I Congresso Nacional

do MST, onde os integrantes do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) formaram a delegação do Maranhão, contribuindo assim com a introdução do MST no estado (GIRIBET BERNAT, 2019).

A partir da década de 1990, a estrutura orgânica do Movimento que já era consolidada ao nível nacional foi concretizada ao nível estadual. O processo de territorialização do Movimento Sem Terra no Maranhão resultou na organização em seis grandes regionais: Tocantina, Açailândia, Pindaré, Mearim, Médio Mearim e Itapecuru; no momento atual estão vinculados ao MST/MA cerca de “[...] setenta áreas entre acampamentos e assentamento [...], com diversos graus de intensidade na organicidade, 14 deles compõem a Regional de Itapecuru” (GIRIBET BERNAT, 2019).

Dentro das duas dezenas de assentamentos do MST que conformam a Regional Itapecuru, o Cristina Alves é um dos mais destacados no que diz respeito aos processos de organização para a produção de alimentos saudáveis. O Assentamento criado em 2007 foi resultado de um longo processo de luta pela terra que apresenta uma particularidade quando comparado as outras áreas da mesma Regional, é a única área em que as famílias não possuíam uma ligação anterior a terra em disputa até a materialização da ocupação. O Assentamento Cristina Alves está conformado por duas agrovilas, Vila Cabanagem e Vila 17 de Abril, com processos de luta diferentes (BRAVO MEDINA; GIRIBET BERNAT; ARAUJO, 2022).

Atualmente, o Assentamento possui um número aproximado de 100 famílias, 90 assentadas e 20 agregadas¹¹. A estrutura organizacional é composta por Núcleos de base de aproximadamente dez famílias e a presença ativa dos Setores de Educação e Produção, Cooperação e Meio Ambiente. Todas

11 Não regularizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ou seja, que não possuem Contrato de Concessão de Uso da terra. Se trata, principalmente, de filhos de famílias assentadas.

as famílias fazem parte da Associação Irmã Dorothy dos Agricultores e Agricultoras, enquanto algumas delas se juntaram a outras famílias na Cooperativa Mista das Áreas de Reforma Agrária do Vale do Itapecuru (COOPEVI). De forma individual ou cooperada, as famílias produzem arroz, feijão, mandioca, milho, hortaliças e criam porcos, gado, bodes e aves para o próprio consumo, venda varejista ou mercado institucional. (MONTELO, 2017)

Ao longo dos seus quinze anos de vida o Assentamento Cristina Alves vem destacando-se por ser um exemplo da viabilidade da Reforma Agrária, quando esta coaduna processos de auto-organização camponesa com políticas públicas. Além do sucesso com a diversidade produtiva mediante sistemas de transição agroecológica, existe um importante protagonismo feminino em todas as atividades que acontecem, uma destas expressões é o Coletivo de Mulheres Arte é Vida.

Perspectivas ecofeministas nas experiências agroecológicas do Cole- tivo de Mulheres Arte é Vida

O Feminismo é um movimento muito complexo e envolve várias camadas de debate e compreensão, podendo ser apreendido dentro de uma sociedade democrática liberal, partindo da luta por direitos políticos e sociais iguais, visando uma inclusão das mulheres em todas as partes da sociedade. Assim também podendo ser estudado a partir da perspectiva de cultura e consciência, pensando na mulher como um ser simbólico, cultural e psicológico, dentro do lugar de inferioridade imposto pelo patriarcalismo. Essa última é a análise de maior afinidade com a questão ecológica que abordamos aqui. (KUHNEN; ROSENDO, 2021)

Foi a partir da década de 1970 do século XX, que o Movimento Feminista, seguindo a perspectiva de atender a pluralidade, identificou a necessidade de atenção que outras demandas também enfrentadas pelas mulheres -para além das

causas que já vinham sendo discutidas, como o direito ao voto, são exemplos as questões raciais e a ausência espaço político ocupado por elas, dessa forma outros movimentos foram trabalhados paralelamente para atender todas as necessidades, como: o antirracista e o ecológico. (MORO; MANTELLI, 2017).

O Ecofeminismo surge para representar justamente uma união dessas duas componentes da sociedade, ecologia e feminismo. Ele parte da premissa que, em geral, na cultura patriarcal existe uma “conexão fundamental entre a dominação das mulheres e a dominação da natureza” (RUETHER, 1996, p.130). O sexo feminino é visto como o mais próximo da natureza, no íntimo do patriarcalismo, identificada a partir de corpo, terra, fraqueza e a “tendência ao pecado”. Outro ponto analisado pelas ecofeministas ocidentais, para além dessa visão cultural-simbólica, perpassa por uma visão socioeconômica que abrange como o poderio existente na dominação do corpo e trabalho feminino está vinculada a exploração da terra, dos meios naturais e dos animais.

No Brasil, ainda não existem movimentos que se autointitulem ecofeministas, no entanto, encontramos organizações que possuem características que se assemelham bastante com os princípios defendidos pelo Ecofeminismo. Existem poucos estudos e publicações que abordem as questões ecofeministas ou de gênero no âmbito agrário. No entanto, entendemos que se encontram princípios do Ecofeminismo no ativismo do Movimento das Mulheres Campesinas (MMC) assim como em diversas expressões políticas e produtivas de grupos de mulheres Sem Terra.

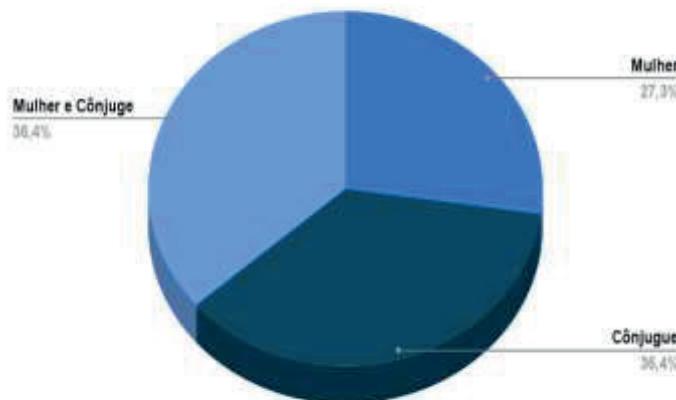
Pensando nessa perspectiva, a partir do Coletivo de Mulheres “Arte é Vida”, visamos compreender como a organização das mulheres ao assumir um lugar de protagonista no processo de luta na terra e na implantação de uma transição agroecológica efetiva no Assentamento Cristina Alves, foi aplicado um questionário¹²

12 Em virtude da impossibilidade imposta pela pandemia, o questionário

às onze mulheres que atualmente conformam o Coletivo de Mulheres Arte é Vida. A nossa análise foi dividida a partir de quatro perspectivas: titularidade, renda, participação no Coletivo e relação das mulheres para com o meio ambiente e a compreensão dos seus direitos.

Quanto a perspectiva de renda, independentemente da ocupação das entrevistadas, das atividades executadas e produtos vendidos, a participação exclusiva das mulheres na renda familiar representa cerca 27,3% das integrantes. Quando muda o foco de análise, percebe-se que ainda existe a reprodução dos padrões da sociedade externa ao Assentamento, visto que a participação do cônjuge se torna, em muitos casos, a maior porcentagem de contribuição. Apesar de não ser a única contribuinte na renda familiar (Figura 1), nos parece de especial relevância que as mulheres se tornaram parte essencial na participação financeira familiar, dividindo a renda de forma no mínimo igualitária com o cônjuge em 63,7% dos casos,

Figura 1: Responsável pela renda da família das mulheres do Coletivo

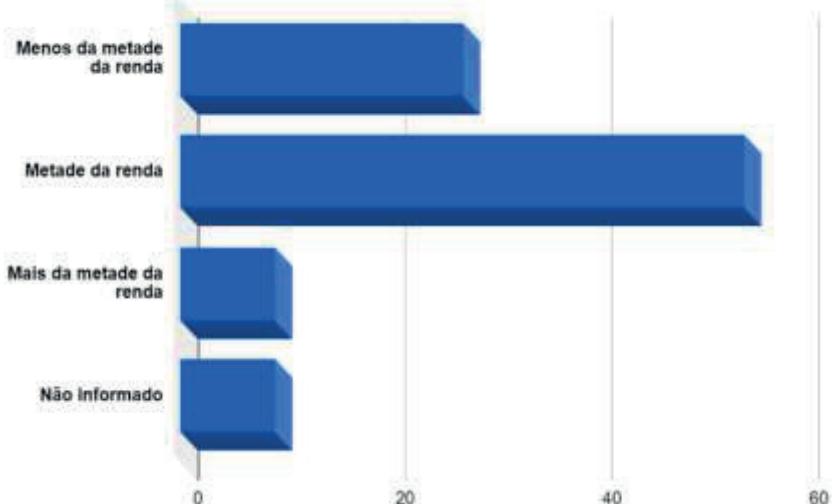


Fonte: PONTES (2022)

foi aplicado com o auxílio do discente em Medicina Veterinária, membro do Núcleo de Estudos sobre a Questão Agrária Brasileira e morador do Assentamento Cristina Alves, Felipe da Costa Lima.

Ainda na análise da renda familiar observamos que a grande maioria das mulheres, cerca de 90% contribuem com a economia familiar em vários níveis. Dentro desse quantitativo, aproximadamente 25% das participantes contribuem com metade da renda familiar, enquanto apenas 10% tem a renda conquistada através das atividades do Coletivo como a maior parte da economia familiar (Figura 2). Evidenciando que as atividades e trabalhos exercidos por elas, surtiram alguma diferença ao proporcionar uma remuneração aos trabalhos realizados, retirando-as do trabalho doméstico exclusivo.

Figura 2: Participação na renda familiar da integrante do Coletivo



Fonte: PONTES (2022)

A maioria das mulheres participa do Coletivo desde a sua criação, em 2012, dentre os diversos motivos que as levaram a participação pode-se listar em ordem de prioridade, havendo uma grande unanimidade nas respostas: 1) melhorar a renda da família, 2) melhorar a alimentação familiar, 3) aprimorar o trabalho que realizava, 4) ter mais participação na comunidade, 5) compartilhar experiências, 6) por lazer, 7) possuir uma renda própria e 8) aprender uma nova profissão. Nota-se que o objetivo inicial que as levou a integrarem o Coletivo foi a preocupação

com questões terceiras, ou seja, a renda do lar e o bem-estar familiar, e apenas depois, visava o aprimoramento das suas experiências, lazer e trabalho.

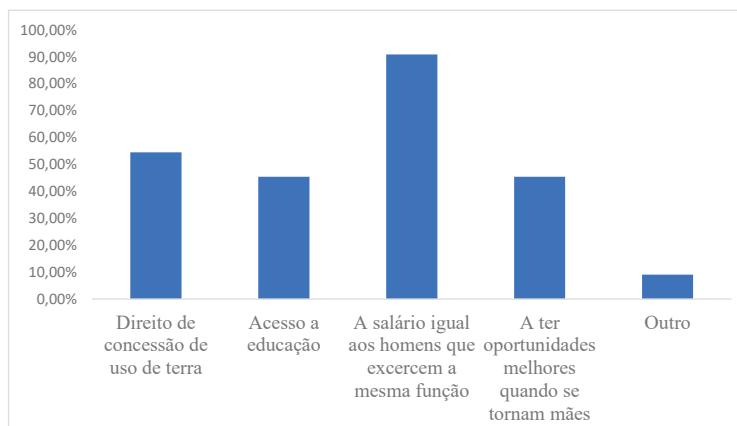
Considerando-se o tempo investido e as atividades exercidas, a maioria das entrevistadas dedica, em média, mais de três horas por dia às atividades. As integrantes realizam diversas tarefas, como a criação de animais de pequeno porte (porcos, peixes e galinhas), horticultura, extrativismo de coco babaçu, cultivo de alimentos de subsistências (arroz, feijão, milho), produção de polpas e de biscoitos de mesocarpo. O destino dos alimentos produzidos é, em primeiro lugar, o enriquecimento do próprio cardápio familiar, enquanto a produção excedente é comercializada no Armazém do Campo (São Luís), mediante a cooperativa regional do MST (COOPEVI) e no mercado institucional através do Programa de Compras da Agricultura Familiar (PROCAF) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para além de todas as atividades exercidas, muitas mulheres realizam trabalhos fora desse âmbito, como uma forma de subsistência ou de aumentar a renda familiar, visto que, a maioria afirmou residirem mais de 4 pessoas na residência, necessitando assim de mais alimentos e aumento da renda familiar.

Por fim, foram questionadas sobre as relações existentes entre elas como mulheres e o meio ambiente, principal característica do Ecofeminismo. As mulheres do Coletivo mostraram unanimidade quanto a importância da preservação do meio ambiente, bem como constatou-se a existência de consenso na necessidade de criar um contraponto ao agronegócio, que todas consideram um processo nocivo que provoca a destruição do meio natural. Nos problemas vividos no Assentamento Cristina Alves, foram citados por elas, em ordem de frequência e prioridade, o 1) desmatamento das matas nativas, 2) envenenamento ocasionado por agrotóxicos e 3)

poluição dos rios. Dificuldades essas vivenciadas por causadores externos ao Assentamento, através da crescente expansão do Agronegócio com a produção de soja no Maranhão.

Quando perguntadas se já haviam sido vítimas de algum tipo de discriminação, seja por conta da cor da pele (racismo), por ser mulher (machismo/misoginia), devido à orientação sexual (homofobia), por conta da religião ou por residir no contexto rural, a maioria respondeu que já sofreu preconceito por ser mulher ou pelo lugar que residem, ou seja, não isenta e muito menos impede que o Movimento de luta pela terra seja um reflexo dos problemas sociais vividos na sociedade patriarcal. Ao serem questionadas sobre a identificação delas com a luta das mulheres por igualdade nos direitos de ocupar os mesmos lugares que os homens e quais direitos elas consideram importantes para alcançar essa equidade, nos quais foram colocadas as opções 1) direito de concessão de uso da terra, 2) acesso à educação, 3) salário igual aos homens que exercem a mesma função e 4) terem oportunidades melhores após a maternidade.

Figura: Compreensão dos direitos pelas mulheres do Coletivo



Fonte: PONTES (2022).

Em síntese, as atividades como a criação de animais e a produção de alimentos extraídos do coco babaçu realizadas pelo Coletivo, bem como a produção de alimentos agroecológicos,

geraram uma melhoria na economia familiar, introduzindo em alguns casos seus cônjuges e filhos nas atividades. Muitas das integrantes, antes de participar do Coletivo, realizavam principalmente trabalhos domésticos e na lavoura, que na minoria dos casos é dividido com os integrantes da família, seja com os filhos ou cônjuges.

Considerações finais

Com o auxílio da bibliografia e da aplicação de um questionário com cada uma das onze integrantes do Coletivo de Mulheres Arte é Vida, pode-se fazer algumas considerações acerca da importância da figura feminina no processo das experiências agroecológicas. Compreendendo em paralelo o Ecofeminismo, a partir dos dados cedidos pelas mulheres do Coletivo “Arte é Vida” em Itapecuru Mirim.

Mediante ao exposto, foi possível compreender o Coletivo e a defesa do grupo é tornar cada mulher independente, principalmente financeiramente, e que elas possam viver integralmente desse trabalho. Já existem mulheres dentro do Coletivo ganhando um salário mínimo. O objetivo é permitir que todos extraiam valor dessa atividade sem ter que vender seu trabalho para terceiros.

As percussoras ecofeministas, de modo geral, partem do princípio da cooperação entre a sociedade e a natureza frente ao capitalismo. Elas defendem a diversificação das estruturas econômicas em conciliação com a agricultura livre de agrotóxicos- um dos princípios pregados pela Agroecologia. Além disso, existe a defesa da liberdade, dos direitos e do bem-estar das mulheres do campo. Com isso, percebe-se que as integrantes do Coletivo exercem atividades e práticas que as tornam um exemplo do Ecofeminismo, características essas que foram herdadas da liberdade proposta pelo movimento feminista e a defesa da Agroecologia empregada pelas mulheres do Coletivo Arte é Vida.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

- BERNAT, Isaac Giribet. **O Coletivo de Mulheres do Assentamento Cristina Alves – MST: organicidade política para uma produção de alimentos sem agrotóxicos.** São Luís: 2019.
- BRAVO MEDINA, Julio Cesar; GIRIBET BERNAT, Isaac; ARAUJO, José Ribamar Gusmão. **Luta pela Reforma Agrária no Maranhão:** a trajetória das famílias da Vila Cabanagem (Assentamento Cristina Alves/MST). In: FERREIRA, Marcia Milena Galdez; ROCHA, Cristiana Costa da (orgs.). **O rural no Meio Norte: terra, trabalho e cultura.** São Luís: Editora UEMA, 2022.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. **Lutas camponesas contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas: A diversidade das formas das lutas no campo. 11. ed. São Paulo: UNESP, 2009. 370 p. v. 2.
- GIRIBET BERNAT, Isaac. **A Regional Itapecuru do MST.** In: GIRIBET BERNAT, Isaac; FERREIRA, Marcia Milena Galdez; BRITO, Wendell Emmanuel (org.). **Maranhão: Campo e cidade (séculos XX-XXI).** São Luís: Editora da UEMA, 2019.
- KUHNEN, Tânia A.; ROSENDO, Daniela. **Ecofeminismos. Mulheres na Filosofia**, ano 2, v. 7, p. 16-40, 2021.
- MONTELO, Maria Alzerina Carneiro. **A Participação das Mulheres na Organização da Produção socioeconômico do Assentamento Cristina Alves, na Vila 17 de Abril no Município de Itapecuru.** 57 p. Monografia (Especialização em Educação do Campo) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus São Luís Maracanã, [S. l.], 2017.
- MORO, Carolina Corrêa Moro; MANTELLI, Gabriel

Antônio Silveira. Narrativas ecofeministas. **Justificando: Mentes inquietas pensam Direito**, 8 mar. 2017.

PONTES, Nathalia da Silva. **O coletivo de mulheres do assentamento Cristina Alves em Itapecuru-Mirim (MA): um exemplo do ecofeminismo nas experiências agroecológicas**. São Luís. Orientador: ProfºDr. Isaac Giribet Bernat. 2022. 90 p. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2022.

RUETHER, Rosemary Radford. Ecofeminismo: Mulheres de Primeiro e do Terceiro Mundo. **Estudos Teológicos**, Estados Unidos, p. 129 - 139, 1996.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E SEUS BENEFÍCIOS PARA COMUNIDADES DE POVOS TRADICIONAIS NO SUDESTE DO PARÁ: O CASO DA COMUNIDADE RIBEIRINHA DIAMANTE

Edina Silva Almeida
Beatriz Dutra Sarges
Airton dos Reis Pereira

Introdução

Na Amazônia, normalmente nas áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais, os recursos naturais são destinados à reprodução desses sujeitos. Portanto, o que cultivam na terra pode ser considerado de forma sustentável devido ao baixo nível de forças transformadoras que aplicam sobre o ambiente, diferentemente dos grandes empreendimentos, como o agronegócio, que utilizam ferramentas capazes de transformar completamente o espaço, afetando sua capacidade de restauração e absorção de impactos antrópicos (PEREIRA; DIEGUES, 2010).

A Comunidade Diamante, *lócus* deste estudo, possui características parecidas com as apontadas acima. Os camponeses que ali moram utilizam a área para pôr em prática seus cultivos como arroz, banana, laranja, abacaxi, maracujá que servem para a alimentação de suas famílias, como para abastecer o comércio na cidade de Itupiranga, uma vez o que é vendido é revestido como fonte de renda familiar. Mas os camponeses dessa comunidade têm como complemento da renda familiar o extrativismo da área de reserva de floresta nativa como a

colheita do ouriço da castanha-do-pará, açaí e outras frutas. No rio Tocantins e no Igarapé Vermelho, pescam peixe de forma artesanal.

O rio denominado Igarapé Vermelho corre manso entre as pastagens de grandes fazendas. Nesse trecho é possível constatar que as suas matas ciliares foram suprimidas, dando lugar ao capim. Mas na confluência desse rio com o rio Tocantins, região de várzea, onde está a Comunidade Diamante, áreas formadas por florestas nativas são bem preservadas, embora alguns problemas de assoreamentos, especialmente nas encostas onde as águas, durante as cheias, batem com força, às vezes, desmoronando parte dos barrancos. Ou seja, no espaço geográfico onde está a Comunidade Diamante as áreas de matas, incluindo as ciliares ou não são bem preservadas, podendo ser definidas como Áreas de Preservação Permanente (APPs), conforme o atual Código Florestal (Lei 12.651/2012). Conforme esse Código Florestal, APPs são áreas localizadas ao longo dos rios ou em qualquer curso d'água, sendo cobertas ou não por vegetação nativa, tendo como função ambiental a preservação e conservação dos recursos hídricos, como a paisagem, a estabilidade geológica, fluxo gênico da fauna e flora e biodiversidade (BRASIL 2012), no caso da Comunidade Diamante, essenciais na qualidade de vida dos ribeirinhos que ali residem.

O objetivo desse trabalho é, justamente, analisar os benefícios que as APPs vêm proporcionando aos camponeses dessa comunidade ribeirinha, especialmente aos seus cultivos, a preservação ambiental e a qualidade de vida das famílias, mas também descrever a problemática em torno dos conflitos agrários decorrentes da pressão dos grandes fazendeiros das proximidades.

Metodologia

Os nossos estudos centraram-se na investigação dos benefícios que as Áreas de Preservação Permanente da Comunidade Diamante podem oferecer aos cursos d'água, especificamente ao Igarapé Vermelho e ao rio Tocantins, mas também à organização social e à produção agrícola dos camponeses dessa comunidade. Por essa razão compreendemos que a melhor estratégia de pesquisa seria o estudo de caso, por se tratar de uma realidade singular, específica no sudeste paraense. Ou seja, essa comunidade de camponeses, que se autodenominam como ribeirinhos, está assentada numa região de várzea, justamente na confluência do Igarapé Vermelho com o rio Tocantins, no município de Itupiranga.

Grande parte dessas famílias são migrantes ou descendentes de migrantes, principalmente do Maranhão, que chegaram à região entre as décadas de 1940 e 1970. Algumas famílias que ali estão passaram por longas experiências de sofrimento, muitas vezes trabalhando de fazenda em fazenda em serviços temporários como no roço de juquira, na fabricação de cerca de arame ou mesmo como servente de pedreiros da construção civil em cidades e povoados. São camponeses que tiveram essas experiências em suas regiões de origem, mas também no sudeste paraense. Então, ocupar essa área de terras devolutas, foi uma forma que essas famílias encontraram para continuar cultivando a terra para sustentar as suas famílias (PEREIRA, 2015).

Vale explicar que o estudo de caso é uma estratégia de investigação sobre um caso que pode ser bem específico, concreto, como um indivíduo, um grupo, ou até mesmo uma organização (ROTHMAN, 1996). Trata-se de uma metodologia que possui várias etapas como a escolha, análise e interpretação de informações que podem chegar ao pesquisador por meio de uma variedade de fontes, como as orais, as hemerográficas, entre outras (MEIRINHOS; OSÓRIOS, 2010; ROTHMAN, 1996).

Considerando essas reflexões e, sobretudo, por privilegiarmos os contatos com as famílias de ribeirinhos, compreendemos que a metodologia da história oral seria a mais adequada por nos possibilitar a produção e análises das fontes orais. Ou seja, a história oral é um procedimento que trata de uma “produção especializada de documentos e fontes, realizada com a interferência do historiador e na qual se cruzam intersubjetividades” (NEVES, 2003, p.29). Estratégia de pesquisa esta que, além de registrar vozes que dificilmente seriam ouvidas se a pesquisa fosse realizada só com documentos de outras naturezas (documentos escritos, imagens etc.), nos possibilita ter acesso a narrativas de experiências práticas de pessoas e de grupos sobre a temática estudada.

Para Vilanova (1998), com relação à história oral,

O primordial das fontes orais é que nos devolvem o senso comum e a orientação das bússolas através dos acontecimentos e dos tempos, para abrir-nos as portas do caminho insólito e fascinante em direção do invisível, o qual, como os silêncios, resulta ser sempre a rocha sobre a qual se sedimenta uma interpretação senão certeira, ao menos, profíqua (p.9).

Em outras palavras, a história oral possibilita que vozes menos favorecidas da história oficial, sejam ouvidas e inseridas no cenário atual, para que sejam enfrentadas injustiças sociais (ALVES, 2016). Dessa forma, foram realizados registros dos relatos narrados pelos ribeirinhos da Comunidade Diamante com o intuito de mostrar o cenário atual em que esses camponeses vivem, seus modos de vida, seus cultivos, os conflitos e violência que vêm sofrendo por parte de alguns fazendeiros vizinhos. É importante destacar que esses conflitos refletem diretamente na produção desses camponeses.

Na história oral pode-se utilizar três formas de entrevistas: a *história de vida, temática e tradição oral*. Em nossa pesquisa trabalhamos com *entrevistas temáticas*, que segundo Delgado (2006, p. 22), “são entrevistas que se referem a experiências ou processos específicos vividos ou testemunhados pelos

entrevistados”. Para tanto, elaboramos um roteiro de entrevista. Mas junto com esse roteiro de perguntas, embora inicialmente não previsto, optamos pela aplicação de um questionário com perguntas “fechadas” porque seriam essenciais à coleta de informações sobre a produção agrícola daquelas famílias.

A primeira parte do roteiro foi composta por sete perguntas “abertas” (roteiro de entrevistas), conforme os procedimentos orientados pela metodologia da história oral (ALBERTI, 2013; DELGADO, 2006; MEIHY; HOLANDA, 2015). Já a segunda parte foi formada por perguntas “fechadas” (questionário). Ou seja, um tipo de entrevista que possibilita a amostragem probabilística e que permite obter respostas que possam ser comparadas com outros instrumentos de recolha de dados. Esse tipo de questionário facilitou o tratamento e a análise das informações, exigindo menos tempo no processo de pesquisa (CARLO MAGNO, 2018). Vale ressaltar, que além da autorização por escrito da presidente da Associação Ribeirinha Vale do Igarapé Vermelho, cada entrevistado autorizou a sua entrevista por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Autorização (TCLE).

Para a realização das entrevistas foi necessário a utilização de um gravador de áudio e um caderno de campo que nos permitiu fazer anotações de detalhes e informações importantes que poderiam ser perdidas no processo da pesquisa. Posteriormente as entrevistas foram transcritas e analisadas.

Comunidade Ribeirinha e Agricultura Familiar

As comunidades tradicionais podem ser definidas como grupos que possuem maneiras de vivência distintas da sociedade em geral, que estão “organizadas em torno de atividades econômicas primárias - como a criação, o cultivo ou a coleta -, fortemente marcadas por uma cultura própria” (VALENTIM; TRINDADE, MENANDRO, 2010, p. 280). Além disso, são autossustentáveis, mas necessitam dos recursos provenientes da

terra. Conforme o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que dita a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, comunidades tradicionais podem ser definidas como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Dentre os diversos povos e comunidades tradicionais, têm-se os ribeirinhos, que vivem às margens dos rios, igarapés, lagos entre outros. Esses camponeses retiram parte do seu sustento da pesca. Além disso, podem também realizar a prática da agricultura, do extrativismo e da pecuária (ALMEIDA, 2008, p.36). Ademais, os ribeirinhos possuem vários aspectos particulares ligados ao “uso do território, uso e manejo coletivo dos recursos locais, orientados por seus saberes e em bases comunicativas e cooperativas; no estabelecimento das relações sociais de trabalho, bem como, nas relações de compadrio e parentesco” (LIRA; CHAVES, 2016).

Assim sendo, os camponeses da Comunidade Diamante podem ser considerados como pertencentes ao que se denomina de povos e comunidades tradicionais por possuírem seus modos de vida diferenciados, por praticarem atividades de subsistência através da agricultura, por terem conhecimentos sobre a natureza e desenvolverem técnicas de uso e manejo dos recursos naturais, que normalmente são passadas de geração em geração. Além disso, os camponeses da Comunidade Diamante sobrevivem da agricultura familiar, com o cultivo de pequenas roças e com a prática do extrativismo vegetal (frutas, raízes, cascas) e do pescado.

A agricultura familiar é aquela na qual a mão de obra e a propriedade estão intimamente ligados à família, onde a produção pode ser destinada tanto para o consumo da família

como para o mercado (SAVOLDI; CUNHA, 2010). Pode ser compreendida como uma forma de inserir as minorias no meio econômico de forma assegurada e equilibrada (BUAINAIN, *et al.* 2014). Os camponeses da Comunidade Diamante valorizam a terra na qual estão inseridos cotidianamente, pois além de retirar parte do seu sustento, ela faz parte do seu modo de vida.

A referida Comunidade, com 210 famílias, está localizada numa área de várzea, na desembocadura do Igarapé Vermelho com o Rio Tocantins, a quinze quilômetros da sede do município de Itupiranga, no sudeste do Pará. Vale explicar que a vegetação de áreas de várzeas normalmente sofre influências de fatores hidrográficos, climáticos, edáficos e florísticos e depende bastante também da variável tempo de permanência de inundações nessas áreas por serem próximas a rios (BENATTI, 2016).

As partes localizadas às margens do Igarapé Vermelho e do Rio Tocantins, caracterizadas como Áreas de Preservação Permanente (APP), de uma forma geral não são apropriadas para o uso extensivo da agricultura, devendo sempre estar coberta pela vegetação original, ou seja, estando coberta, o solo fica protegido da poluição ou de possíveis impactos, preservando também a qualidade das águas subterrâneas e superficiais, além de atenuar os efeitos erosivos, lixiviação dos solos. Vale explicar ainda que as APPs contribuem na regularização de temperatura, na qualidade e parâmetros físico-químicos das águas e de seus reservatórios, ocasionando benefícios para a fauna, principalmente ecossistemas aquáticos que necessitam da estabilidade dos recursos hídricos para a sobrevivência (COSTA; SOUZA; BRITES, 1996).

Por se tratar de uma área essencial para a qualidade de vida dos ecossistemas e, possivelmente, também dos seres humanos, é necessário que os ribeirinhos por serem moradores tradicionais do território desenvolvam as suas atividades de forma sustentável, sem danificar as APPs existentes ali. Durante as entrevistas foi possível observar que as famílias daquela comunidade desenvolvem suas práticas sustentáveis:

Eu pratico a conservação do solo, faço adubação orgânica, já utilizei calcário, tenho uns 200m de área preservada, não pratico queimada, utilizo veneno e inseticida natural. Para a minha plantação eu utilizo água do poço, que eu considero como muito boa, pois não possui nascente, aqui tem apenas um Igarapé que é preservado. (SANTOS., ribeirinho, 39 anos – fevereiro de 2022).

Dessa forma, áreas preservadas são de grande valia para as comunidades tradicionais (caboclo, indígena, quilombola, pequenos produtores). Dela podem ser retiradas quase tudo que se precisa para o sustento, existindo apenas diferenças entre regiões. Porém, é necessário manter a conservação dessas localidades, pois a sua substituição causa escassez dos recursos naturais, como madeira, fármacos, matéria prima para artesanato, frutos, sementes, mel, resinas, gomas, inseticidas, animais silvestres, água, entre outros (JUCÁ, 2007).

Os ribeirinhos da Comunidade Diamante utilizam seus pequenos roçados para o cultivo de feijão, arroz, milho, batata doce, melão, abóbora, banana, inhame, tangerina, acerola, manga, cana, quiabo, maxixe, pepino, limão, abacaxi, açaí entre outros alimentos. Alguns deles produzem apenas para consumo próprio, outros produzem tanto para o sustento de suas famílias como para comercialização, para adquirirem uma renda extra para comprar roupas, calçados e outros alimentos que não produzem.

Planto arroz, abóbora, milho, maxixe, quiabo, cheiro verde, alface, feijão, farinha, batata doce, banana, mandioca, açaí, pimentão, cenoura e beterraba, eu tiro meu sustento é de lá (REIS., 70 anos, ribeirinho – fevereiro de 2022).

Plantamos tanto para comer, como para vender, porque temos que tirar nosso sustento de lá também, igual a banana, o milho, a mandioca, o arroz, tudo eu vendo, quando sobra, eu vendo para não perder, trago para Itupiranga e vendo, na orla, para os vizinhos (SOUZA., 48 anos, ribeirinho – março de 2022).

Além disso, os ribeirinhos utilizam o Igarapé Vermelho e o Rio Tocantins para a pesca e irrigação de suas plantações. Portanto, a proteção das APPs é essencial para a manutenção

e estabilidade das águas destes rios, visto que vegetação é capaz de evitar assoreamentos, erosões e o transporte de sedimentos para os cursos d'água, evitando que espécies aquáticas morram ou se desloquem de um local para o outro, levando em consideração que essas famílias utilizam da pesca para a subsistência. Além disso, a manutenção dessas áreas de cobertura vegetal traz diversos benefícios para os camponeses, além de promover a conservação da biodiversidade e, até mesmo, fornecer barreiras naturais contra pragas e doenças de cultivo agrícola (MONTEBELO et al., 2001).

Conflitos agrários que afetam a produção de alimentos

Os conflitos agrários no sudeste paraense se intensificaram em razão da expulsão e expropriação de antigos posseiros, ocupantes de terras devolutas, por parte de grandes fazendeiros e empresários, mas também devido às ocupações de grandes latifúndios improdutivos com títulos definitivos ou de aforamentos, por parte dos trabalhadores rurais que migraram para essa região em busca de terra para a prática da agricultura de subsistência de suas famílias.

Mas os fazendeiros passaram a proteger seus territórios com a contratação de pistoleiros para expulsar e assassinar os camponeses (PEREIRA, 2020). Ou seja, os conflitos ocorrem justamente pelos diferentes interesses ligados ao território e aos recursos naturais. Enquanto os interesses dos grandes proprietários estão associados à influência econômica, os camponeses, especialmente de comunidades tradicionais, estão mais focados nos interesses simbólicos que a terra pode proporcionar, que remete aos conhecimentos tradicionalmente acumulados, como crenças, costumes, valores, modo de vida, entre outros (GUEVARA; MOREIRA, 2020).

Para pôr em prática esses saberes historicamente acumulados, como plantar, colher, pescar e extrair vegetais que muitos camponeses vindos de outras regiões passaram a

ocupar áreas de terras devolutas. Foi neste cenário que surgiu a Comunidade Diamante, através de apropriações das terras desocupadas na confluência do Igarapé Vermelho com o rio Tocantins, por campesinos pobres que necessitavam da terra para sustentar suas famílias. Porém, depois de muitos anos residindo e cultivando o território, esses ribeirinhos, como se identificam, receberam da Superintendência do Patrimônio Público da União (SPU) um Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) daquelas terras para desenvolvimento de atividades agroextrativistas de forma sustentável por se tratar de uma área considerada como bens da União.

No entanto, mesmo com a aquisição deste termo, as famílias que ali residem vêm sofrendo com invasões no seu território por parte dos fazendeiros vizinhos que objetivam a expansão das pastagens para alimentação do rebanho bovino, já que a área da comunidade é rica em água e solo fértil, apresentando assim um grande potencial para a produção animal. Com a inexistência de cercados para fazer a divisa entre o território da fazenda e a área da comunidade o gado invade seus roçados e acabam com suas plantações, isto tem afetado diretamente a produção e o modo de vida dessas famílias.

O gado do fazendeiro come tudo, tem dias que choro lá dentro, porque olho meu milho, minha mandioca tão bonita, e ver que o gado comeu, tem dias que a gente não dorme um pingo, tangendo gado, a gente tange pro lado, pro outro, é um tormento para nós (REIS., 69 anos, ribeirinho – fevereiro de 2022).

O gado do fazendeiro entra nas plantações, uma tristeza pra nós, o gado entra e quebra as macaxeiras, o milho, acaba com tudo e fica por isso mesmo, a gente fica com prejuízo (SOUZA., 48 anos, ribeirinho – fevereiro de 2022)

Diante do exposto e de diversos outros conflitos que são gerados no campo que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) criou o Centro de Documentação, que tem como principal objetivo “registrar e denunciar os conflitos e as violências contra o trabalhador, a trabalhadora e seus direitos” (RIBEIRO et al. 2020). Essa entidade comprehende que precisa denunciar

todos os tipos de violência contra os camponeses porque utilizam a terra como principal meio de sua sobrevivência. Isso justifica, portanto, a luta e a resistência pela posse e uso da propriedade. Ainda segundo Ribeiro et al. (2020), para o Centro de Documentação da CPT, os conflitos no campo representam:

violências relacionadas à pistolagem, despejos, expulsões, grilagens, destruição de casas, roças, desmatamento ilegal, impedimento de acesso às áreas de uso comum, expropriação, ameaças de morte, assassinatos, tentativas de assassinatos, agressões, prisões e as mais variadas formas de violências contra os povos e comunidades (RIBEIRO et al., 2020).

Essa definição dos conflitos no campo nos ajudam refletir o que alguns ribeirinhos relataram durante as entrevistas afirmando que um fazendeiro contratou seguranças armados (pistoleiros) para ameaçar homens e mulheres de morte caso não desocupassem área. Relataram também que os pistoleiros derrubaram e queimaram várias casas com todos os seus pertences. Além disso, montaram uma barreira armada na estrada que dá acesso à comunidade para impedir que famílias saíssem ou voltassem para suas casas. Foram dias de tormento, mas tiveram que enfrentar o fazendeiro como forma de resistência para a conquista da terra.

Quando eu comecei a fazer minha primeira roça foi quando deu esse tiroteio, essa desavença lá, ele cortou as casas com motosserra, aquela confusão, até roubaram o meu celular, eu filmei lá onde o cortou de motosserra o barraco de um amigo meu (SILVA., 82 anos, ribeirinho – março de 2022).

Os fazendeiros eram violentos, mandaram os capangas dele derrubaram os barracos tudo com motor, fizerem medo pros meninos lá e eles vieram embora, deu uma confusão, mas depois eles acalmaram, mas ainda ficam implicando direto (CARDOSO., 78 anos, ribeirinho - março de 2022).

Segundo dados jornalísticos do MPF, um dos fazendeiros foi preso preventivamente pela Polícia Federal acusado de formação de milícia rural armada, mas um tempo depois o MPF recorreu e pediu à Justiça a reconsideração da revogação

da prisão preventiva. Os ribeirinhos revelaram que os fazendeiros, em liberdade, representam perigo para suas famílias, pois continuavam andando com homens fortemente armados em suas fazendas. Dessa forma, as famílias voltaram a ser intimidadas, e houve tentativa de ameaça para que elas assinassem um acordo e deixassem as terras.

Conclusão

Por fim, entendemos que os camponeses da Comunidade Diamante, na confluência do Igarapé Vermelho com o Rio Tocantins, podem ser caracterizados como parte do que se denomina de povos e comunidades tradicionais, uma vez que possuem formas próprias de organização social e uso da terra. Utilizam o território para o cultivo de maneira sustentável, uma vez que são áreas vistas como APPs, onde devem ser mantidas sua vegetação nativa, para proteger a qualidade dos cursos d'água, como o Igarapé Vermelho e o Rio Tocantins.

Além disso, fica claro a importância das APPs uma vez que viabiliza a produção desses ribeirinhos a longo prazo, associando a produção agrícola saudável, qualidade ambiental e o bem-estar das populações, levando em consideração que esse território é utilizado para subsistências das famílias que ali habitam. Como explicado ao longo do texto, para que esses ribeirinhos continuem tendo esses benefícios é necessário manter as boas práticas de cultivo da terra associadas à manutenção dessas áreas.

Apesar da comunidade possuir as terras, que são bens da união, os camponeses sofrem com os conflitos relacionados ao direito do território. Conflitos estes que acabam afetando diretamente a produção das famílias, pois o gado dos fazendeiros destrói as suas roças. Além disso, os ribeirinhos sofrem com as intimidações de pistoleiros e com as ameaças de liminar de despejo da Vara Agrária de Marabá.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.ª Edição, Manaus: PGSCA/UFAM, 2008.

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. In: IV SEMANA DE HISTÓRIA DO PONTAL – III Encontro de Ensino de História, 9., 2016, Uberlândia. *Anais eletrônico...Uberlândia: 2016* p. 2179-5665.

BENATTI, José Heder. Várzea e as populações tradicionais: a tentativa de implementar políticas públicas em uma região ecologicamente instável. In: ALVES, Fábio. (Org). **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: Ipea, 2016, p. 2-14.

BUAINAIN, Antônio Márcio.; ALVES, Eliseu.; SILVEIRA, José Maria da.; NAVARRO, Zander. (Orgs.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182 p.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n° 23.723, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal. *Diário Oficial da União* de 9/2/1934.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n° 6040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União* de 8/2/2007.

BRASIL. Presidências da República. Lei n° 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. *Diário Oficial da União* de 25/05/2012.

CARLOMAGNO, Márcio Cunha. Conduzindo pesquisas

com questionários online: uma introdução às questões metodológicas. In: SILVA, Tarcízio.; BUCKSTEGGE, Jaqueline.; ROGEDO, Pedro. (Org.). **Estudando cultura e comunicação com mídias sociais**. Brasília: IBPAD, 2018, p. 31-55.

COSTA, Thomaz Corrêa e Castro da.; SOUZA, Marília Gonçalves de.; BRITES, Ricardo Seixas. Delimitação e Caracterização de Áreas de Preservação Permanente, por meio de um Sistema de Informações Geográficas (SIG). In: VIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (SBSR), 8., 1996, Salvador. *Anais... Salvador*: INPE, 1996, p. 121-127.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral – Memória, Tempo, Identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUEVARA, Maria de Los Angeles; MOREIRA, Edma Silva. Conflitos socioambientais, a luta pela terra e território no sudeste do Pará. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo. Vol. 23, 2020.

JUCÁ, Fabiano Teixeira. **Marcos legais sobre reserva legal e áreas de preservação permanente: uma estratégia para conservação dos recursos naturais**. 45 f. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal) - Instituto de florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LIRA, Talita de Melo.; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**. Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. 2^a ed., 4^a reimp., São Paulo: Contexto, 2015.

MEIRINHOS, Manuel.; OSÓRIOS, António. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. **EDUSER: Revista de Educação**. v. 2, n. 2, 2010. Disponível

em: <<https://www.eduser.ipb.pt/index.php/eduser/article/view/24/27>> Acesso em 15 set. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF. Fazendeiro acusado de formação de milícia rural é preso preventivamente no Pará. Pará, 2020. Disponível em: <Fazendeiro acusado de formação de milícia rural é preso preventivamente no Pará — Procuradoria da República no Pará (mpf.mp.br)> Acesso em: 25 de ago. 2022.

MONTEBELO, Letícia Ayres.; CASAGRANDE, Cátia Andersen.; BALLESTER, Maria Victoria Ramos.; VICTORIA, Reynaldo Luiz.; CUTULO, Ana Paula Antonio. Relação entre uso e cobertura do solo e risco de erosão nas áreas de preservação permanente na bacia do ribeirão dos Marins, Piracicaba-SP. In: XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (SBSR), 2005, Goiânia, Anais...Goiânia: INPE, 2005, p. 3829-3836.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória e História: potencialidades da História Oral. **Artcultura, Uberlândia - MG, v.05 n°. 06, jan./jun., 2003, p.27-38.**

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará.** Recife: Editora da UFPE, 2015.

PEREIRA, Airton dos Reis. A luta pela terra no sul e sudeste do Pará, Amazônia Oriental. In: **REIS, Tiago Siqueira; SOUZA, Carla Monteiro de Souza; OLIVEIRA, Monalisa Pavonne; LYRA JUNIOR, Americo Alves de.** (Orgs.). **Coleção história do tempo presente: volume II.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, p.170-187.

PEREIRA, Bárbara Elisa.; DIEGUES, Antonio Carlos. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010.**

RIBEIRO, Ana Maria Motta.; ANTUNES, José Luiz

Cordeiro.; CAMELLO, Lândhor Borges.; SOUZA, Maria José Andrade de.; SOUZA, William Kennedy do Amaral. **Os cadernos de conflitos no campo da CPT. Trabalho Necessário.** V.18, n° 36 - 2020.

ROTHMAN, Franklin Daniel. O Estudo de caso como método científico de pesquisa. In: **Economia Familiar: uma olhada sobre a família nos anos 90. Anais do I Simpósio de Economia Familiar.** UFV/Departamento de Economia Doméstica, Viçosa: UFV, 1996. p. 246-255.

SAVOLDI, Andréia.; CUNHA, Luiz Alexandre. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Geografar.** Curitiba, v.5, n.1, p.25-45, jan./jun. 2010.

VALENTIM, Renata.; TRINDADE, Zeidi Araújo.; MENANDRO, Maria Cristina Smith. Memórias sociais de juventude entre quilombolas do norte do Espírito Santo. **Psicologia & Sociedade.** 279-287, 2010. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/psoc/a/pK47R3zbKpJ3wySh7gCY3by/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 24 de ago. 2022.

VILANOVA, Mercedes. A história presente e a história oral. Relações, balanço e perspectivas. Belém, **Páginas de História.** Laboratório de História/UFPA, v.11, n° 2, 1998, p. 01-15.

EM BUSCA DE TERRAS E DE UM LUGAR-IDEIA: FRONTEIRA AGRÍCOLA E MIGRAÇÃO NO CINEMA DE MURILO SANTOS

Marcia Milena Galdez Ferreira
Pamella Ferreira Paiva

Introdução

O documentário *Bandeiras Verdes* (1988) retrata um recorte temporal do interior do Maranhão que, graças ao cinema engajado e ao envolvimento do cineasta Murilo Santos tanto nos aspectos filmográficos quanto de pesquisa – juntamente à antropóloga Maristela Andrade que, apesar de não estar creditada no filme como diretora, foi parte da equipe que desenvolveu a pesquisa científica do assunto abordado na obra –, retratou e “recortou” o cenário campesino maranhense e as nuances de seus conflitos.

O documentário estampa este fragmento de realidade através de vários testemunhos de camponeses da região do Vale do Rio Carú do Maranhão, nos quais estes traçam suas jornadas de maneira que é possível identificar a trajetória que os levou a migrar para a região, e quais motivos os levaram a fazê-lo. Nossos interlocutores principais são Domingos Bala e Rosa, casal que decide migrar juntamente com seus filhos após processos de “sujeição” – que podem ser compreendidos como “perseguições” - experienciadas nas terras em que estavam morando, pertencentes a um grande latifundiário.

Cheguei no terreno de um homem muito rico: ele tem não sei quantas fazendas... não tinha quem contasse em quantidade as levas de terra que ele tinha. Me assituei lá. [...] Disse que eu estava lá nesse centrozinho onde eu estava, que eu já estava enricando, e o coronel não gostava de os camaradas enricarem nos terrenos dele [...] eu disse: mulher, você sabe de uma coisa? Vamos embora daqui

nós tem condição já de ir embora. “Para onde é que nós vamos?” Nós vamos embora, ouvi falar que tem mata para as bandas do Pará e nós vamos embora para lá, que era as Bandeiras Verdes (Bandeiras Verdes, 1988)

Bandeiras Verdes como horizonte de expectativa

As Bandeiras Verdes mencionadas por Domingos Bala, que dão o nome do documentário em tela, fazem parte de uma construção sociorreligiosa de implacável presença no campo brasileiro, ocupando o espaço inteligível, instaurando-se como uma representação mítica de um mundo ideal, conceptualizado através de uma profecia do Padre Cícero – figura importante no cenário agrário brasileiro, conhecido por envolver-se com a luta em defesa aos campesinos e, pratica de acolhimento deles juntamente à Igreja Católica durante momentos de disputa e instabilidade no campo.

É um lugar-ideia, na qual as pessoas não são capazes de apontar no mundo sensível sua localização, apesar de ter sido parte desta profecia atribuída ao Padre Cícero, como um local que idealiza a esperança dos migrantes em um “paraíso na terra”, assim construindo-se este El Dorado na mentalidade dos mesmos e fazendo com que, ao buscarem e desbravarem estas fronteiras, afastassem-se mais e mais do “cativeiro” que se encontravam.

No final dos tempo era pra procurar as Bandeira Verde no Pará. Padre Cícero avisava: as águas ia ferver, as fera iam sair de dentro d’água e comer os amasiado e os amancebado e as crianças não batizada também. O Chifrado ia destruindo a humanidade. Contava isso desde o tempo em que eu me entendi. Devemos nos preparar. (VIEIRA, 2001, p.152)

Como pode ser observado através do excerto da pesquisadora Vieira, comprehende-se que as Bandeiras Verdes se encontram num limiar de tempo apocalíptico, nas quais as mesmas equiparam-se à ideia da “terra prometida” que aguarda os bravos exploradores virem povoá-la. (Vieira, 2001) É neste limiar entre o caos e o equilíbrio que surge tal local de

esperança, e é desta maneira que a família de Domingos Bala acaba por se encontrar na região do Vale do Rio Carú, em meio às matas virgens. Vale mencionar aqui a palavra “Bandeiras” pode ser interpretada também na perspectiva dos bandeirantes, heroicizados na historiografia tradicional como responsáveis por desbravar, expandir e mapear os territórios do país.

Porém, o *manifesto futurista* mostra também como podemos passar do futurismo ao presentismo, ou como o futurismo é também (já) um presentismo. Quando Marinetti proclama: “O tempo e o Espaço” morreram ontem. Vivemos já no absoluto, pois já criamos a eterna velocidade onipresente”, o presente encontra-se “futurizado” ou não há mais senão presente. Pela velocidade, o presente se transforma em eternidade e Marinetti, no volante de seu carro de corrida, vê-se como um substituto de Deus. (HARTOG, 2013, pg.141)

Conforme o autor coloca, a “experiência” e a “expectativa” são as forças motrizes por detrás de certas movimentações humanas. É a partir deste horizonte – que, assim como a própria definição da palavra, nunca é alcançado – que seres podem ser mutáveis, inconstantes e sempre transformados. A experiência é concreta e não pode ser removida de seu aspecto extremamente físico, porém o “horizonte de expectativas” traz fluidez em sua natureza, fazendo com que, antes mesmo de essa expectativa cumprir-se, possa ser modificada.

O historiador alemão Reinhart Koselleck aponta que o conceito de tempo histórico nos leva a raciocinar sobre o próprio espaço compreendido como teoria histórica, visto que cada sociedade constrói entendimentos e sentimentos próprios sob o ritmo temporal ao qual está sujeita. Segundo ele, a distinção entre “passado”, “futuro” e “presente” está diretamente ligada às concepções pessoais de experiência e expectativa, ambos estão envolvidos em uma tensão, da qual manifesta-se uma experiência particular de tempo.

Seguindo os conceitos de Koselleck, o passado, que para os historiadores é acessado a partir de documentos, para a sociedade está estreitamente ligada à memória coletiva. Já as expectativas entrelaçam os anseios do presente ao anseio

do futuro. Nesse aspecto, é composto pelos desejos, anseios, esperanças, antecipações, confianças e desconfianças em uma teia expressa em um constante interesse pelo que está por vir, visto que, segundo o mesmo: “Cronologicamente, toda experiência salta por cima dos tempos, ela não cria continuidade no sentido de uma elaboração aditiva do passado” (KOSELLECK, 2006, p.311).

Diante disso, frente às constantes ameaças de dominação e expropriação por parte de uma elite latifundiária, os camponeses expressam seus anseios através de um horizonte de expectativas ligado à paz e à sobrevivência, à medida em que a busca pelas ditas “bandeiras verdes” é, na verdade, um êxodo rural, baseado na esperança de manter um estilo de vida calcado na economia rural de subsistência em um local prometido por forças espirituais.

Interpretando imagens e narrativas

Buscamos brevemente neste tópico traçar possibilidades de interpretação dos processos migratórios do campesinato maranhense e das transformações do campo com a implantação do desenvolvimentismo com o ingresso do agronegócio e dos grandes projetos no cenário e enredo trabalhados em Bandeiras Verdes (1988). Tal incursão dar-se-á pela interpretação de narrativas (testemunhos de moradores do Centro do Bala) e imagens selecionas no documentário em tela.

Figura 1- Cerca de ferro e madeira



Fonte: (SANTOS, 2022)

O conceito de “cativeiro” e “liberdade” é a antítese motora desses campesinos, que interpretam suas origens e sua situação de começo como época de cativeiro que deveria ser ultrapassada. No próprio documentário, quando o roteiro do narrador fala sobre as mazelas que os posseiros passam nas terras dos latifundiários, foi selecionado no pós-filmagem – ou edição – a gravação de uma cerca de ferro e madeira, que tem em seu horizonte a floresta. A filmagem destes elementos pode ter sido não intencional, porém sua seleção para acompanhar o roteiro elaborado faz todo o sentido.

Vários pesquisadores têm identificado à presença do binômio *cativeiro/liberdade* no imaginário das populações camponesas. O *cativeiro*, que tem como referência primeira escravidão, é associado a situações diversas de dependência e sujeição das quais os camponeses procuram escapar. Neste contexto, a existência de uma terra livre, abundante, aparentemente inesgotável, disponível para ser apropriada, torna a mobilidade espacial uma estratégia privilegiada para garantir ao mesmo tempo a sobrevivência e a liberdade (ANDRADE; SANTOS, 2009, p.18).

A dicotomia apresenta-se nesta imagem que, apesar de sua rapidez e simplicidade, explicita de maneira clara os símbolos mais presentes na narrativa.

Tendo isto em mente, os campesinos passam a desbravar áreas de mata virgem, e Dona Rosa em seu depoimento declara que pensou que lhe “tocaram para o meio de um buraco”, demonstrando grande espanto ao perceber a quão remota era essa nova área onde pretendiam assituar-se. Percorreram por diversos centros e trechos de entrada nos primeiros anos de sua migração e, no ano de 1979, fixaram-se num território, passando a fazer a abertura das matas para que pudessem iniciar sua roça e conseguir seu sustento financeiro e subsistência. Nos primeiros anos a caça, a migração de retorno para garimpos no Norte do país e a quebra do coco babaçu são fundamentais para a sobrevivência nessas áreas, para que consigam aos poucos e em seu devido tempo estabelecer a roça.

Visto o novo cenário e essa questão do “desbravar”, as falas das personagens são completamente envoltas em “cenários de inauguração”, construindo, portanto, uma clara divisão entre o presente – área aberta e trabalhada na qual se assituaram e passaram a conseguir sua subsistência – e o passado – mata virgem inexplorada, cheia de mistérios e potencial – criando-se assim uma certa noção de “tempo selvagem” que é trabalhada por Guimarães Neto (2006):

Imagens que circunscrevem e apresentam a nova terra, na qual os colonizadores irão distinguir-se através de sua capacidade de transformar e construir espaços sociais, traçando as marcas de sua própria história. Nessa configuração, combinando vários elementos, efetua-se uma separação entre o passado selvagem e o presente – representado agora pela figura dos “novos povoadores” em marcha, qualificada e heroica. A apropriação conquistadora desse espaço, impregnada de positividade, abrindo a natureza selvagem à possibilidade de civilização, produz, o tempo todo cenas inaugurais (GUIMARÃES NETO, 2006, p.36).

O conceito de divisão temporal e consciência histórica abordados por Cerri (2010), também podem ser destacados nessa noção:

Os pontos do passado coletivo que implicam situações de ruptura e violência acabam por gerar memórias ou esquecimentos traumáticos. Isso é ainda mais intenso quando os grupos contendores são patrícios, e sua luta implica também a definição da história nacional. (CERRI, 2010, p.10)

Este trecho remete ao ponto no qual discutimos sobre a divisão temporal criada por essas comunidades, nas quais, visando se compreender – ou se perceber – como inseridas dentro de uma linha temporal, criam divisões bem definidas de suas situações de vivência. O passado no cativeiro, o presente estável – ou buscando estabilidade – e o futuro das bandeiras verdes. É um padrão que se apresenta na fala de praticamente todos os narradores presentes na obra filmica em tela, onde podemos, portanto, identificar a consciência histórica trabalhado por Cerri (2011).

Podemos observar de maneira semelhante o destaque desta memória coletiva sendo instituída a partir do trauma e da violência, ou seja, a questão da partida com suas terras natais, o arranque de suas raízes e familiaridades, torna-se um ponto de ligação dessas comunidades. Estão conectadas neste trauma da separação onde, por motivos iguais – ou muito parecidos – sofrem um distanciamento com o mundo que conheciam através de uma ruptura profunda com suas raízes.

“O passado não está salvo das intenções do presente de dar tal ou qual significado ao tempo, aos personagens históricos, à nação. O presente – bem como o futuro – depende de um passado relativamente móvel, que possa ser relido” (CERRI, 2010, p.12), É através dessa movimentação que muitas pequenas comunidades afirmam-se e confirmam-se para si e entre si. É nessa criação e ressignificação que os mesmos podem se compreender como uma unidade, influenciada pelas mesmas ações, regida pela mesma linha do tempo, na qual o passado justifica a coalizão de pessoas nessa comunidade de história recente. Ou seja, independentemente de esta ser ou não uma ação intencional, o passado é utilizado pelos personagens históricos como afirmação de sua situação presente, até porque “temos a necessidade constante de atribuir sentido ao tempo, às origens do mundo, do nosso grupo e da humanidade” (CERRI, 2010, p.14).

Bala, ao instalar-se no Vale do Rio Carú, acaba formando e tornando-se líder de uma pequena comunidade ao passo que outras famílias vão chegando à sua entrada, até que o local conhecido como “Centro do Bala” passa a abrigar diferentes pessoas que, assim como a família de nossos interlocutores principais, começa a expandir sua produção para subsistência e comércio local, fazendo com que o centro cresça paulatinamente.

É neste momento, que o documentário introduz sua cena mais impactante. Filmada de maneira completamente diferente das outras, vemos a câmera enquadrar de forma frontal dois campesinos que têm seu olhar fixado diretamente

para as lentes da câmera, criando a ilusão de que estariam olhando diretamente nos olhos dos espectadores. Um deles – à esquerda da imagem a seguir – começa a declamar em forma de cordel sua história de vida, e de como passou a chamar o “centro do Bala” de lar.

Figura 2- Camponeses do Centro do Bala



Fonte: (SANTOS, 2022)

Esta cena, com pouquíssimos cortes, extremamente próxima de seus sujeitos e com uma duração consideravelmente maior que outros segmentos presentes na obra, pode ser enquadrada na categoria de filmagem de “grandes planos”. Nesta categoria, temos como principal característica o enfoque na face humana, que será utilizada para incutir na audiência sentimentos de proximidade e familiaridade com o sujeito em destaque.

Quanto ao grande plano, constitui uma das contribuições específicas mais prestigiosas do cinema [...] não se olha a vida, penetra-se nela. Esta penetração permite todas as intimidades. Um rosto, ampliado pela lente, pavoneia-se, revela sua geografia fervente... É o milagre da presença real, a evidência da vida, aberta como uma bela romã descascada, a vida assimilável e bárbara. Teatro da pele. [...] Evidentemente que é no plano do rosto humano onde se melhor manifesta a força de significação psicológica e dramática do filme e que este tipo de plano constitui a principal e, no fundo, mais válida tentativa de cinema interior [...] a câmara de filmar sabe, principalmente, explorar os rostos, ler neles os dramas mais íntimos, e esta

decifração das expressões mais secretas e mais fugazes é um dos factores determinantes do fascínio que o cinema exerce sobre o público (MARTIN, 2005, 48-49).

Tendo em vista a escolha do grande plano, vemos Seu Luís – interlocutor principal desta cena – declamar sua história de vida em formato de cordel, dirigindo-se de forma direta à audiência:

*Quando o homem tem coragem tudo pode enfrentar,
Regressa da sua terra que lá não pode ficar,
Sairá de mundo afora procurando outro lugar.
Quando eu saí de Codó, já vinha bem informado no lugar,
Centro do Bala, bastante aperfeiçoado.
Já se foi o bobo da mata, hoje é bem assituado,
então, quando eu cheguei nesse lugar que se fala pedi uma
hospedagem.
Me hospedei numa sala, depois pedi morada ao Senhor Domingos
Bala,
Então ele me respondeu: “Seu Luís, já estou aqui,
Chegou a ocasião de o senhor me pedir local para morar e já estou
pronto para lhe servir”.
Eu disse: “Senhor Domingos, que lugar mais interessante,
Quero dizer para o senhor agora nesse instante, acredito que
desse centro o senhor foi o assituante”.
Assituante quem é? Agora vou lhe explicar,
Será o primeiro homem a chegar em um lugar,
Faz a primeira abertura e começa a trabalhar,
Depois ele vai chamando aqueles de mais distante para vim para
seu local e trabalhar,
Mas todos reconhecendo que ele é o assituante.
O centro do Bala é bonito e Jesus abençoou,
Já foi mata bruta, Seu Domingos amansou,
Os homens que aqui mora, todos eles é lavrador
(Bandeiras Verdes, 1988, grifos nossos)*

Nesta declamação em forma de poesia falada, vislumbramos aspectos do processo migratório e ocupacional feito por Seu Luís até sua instalação permanente no Vale do Rio Carú. Exploraremos o processo de alargamento de um centro através deste segmento do documentário. Os “centros” são formados a partir de ocupações em áreas do interior da mata, que pouco a pouco vão sendo “abertas” e transformadas em áreas de vivência e subsistência a partir do trabalho braçal de um grupo inicial que organiza as terras. Desta forma, o local se torna propício ao plantio e outros agrupamentos vão ao encontro destas áreas – normalmente após ouvirem rumores sobre elas –, fixando-se e repetindo o processo. Vale ressaltar que os “centros” ainda não podem ser considerados como núcleos fixos de vivência, podendo estar em constante movimento e tendendo de forma imprevisível ao crescimento ou desaparecimento repentino. Outra característica específica à essas localidades é a figura do “assituante”, pessoa que possui certa autoridade local, fazendo a regulação, vigia e manutenção do espaço (ANDRADE; SANTOS, 2009, p.30).

Outro fator que delimita o processo de expansão de um centro aparece em uma das cenas que demarca a rota final do filme. É a vinda de grandes projetos, como o Programa Grande Carajás (PGC), demarcando uma fase da modernização conservadora no campo na qual a possibilidade da intervenção do Estado com suas estradas, madeireiras, usinas e empresas mineradoras torna-se cada vez maior.

Figura 3 - Estrada de ferro Carajás



Fonte: (SANTOS, 2022)

Avinda destes projetos e desta nova intervenção estadual representam uma valorização da importância econômica dessas áreas, chamando a atenção de grileiros e latifundiários para tais locais. Com estas mudanças, percebe-se o início de um “ciclo” no qual, apesar de esses campesinos terem tomado a decisão de sair de suas terras, fugindo da violência local que os ameaçava, no momento que se afastam e juntam-se a uma comunidade funcional e autossuficiente, a violência torna a persegui-los.

Aí, pegou apareceu umas pessoas grilando. Aí vem aparecendo dono de terra, dono de terra, que hoje nós estamos de uma maneira que o camarada não pode nem andar desarmado por dentro dessas matas. Se o camarada tiver ao menos uma foice pode botar à tira colo e andar com ela dum lado. Apareceu um fulano de pistoleiro, que isso aí no outro tempo não se ouvia falar em pistoleiro, né. O pistoleiro se veio falar de certos tempos para cá. Eu, daqui só posso ir mais para frente se me matarem e me levarem, mas que por hora enquanto eu não vou sair mais pra frente, por que eu já vivo cansado de correr sio, vivo casado de correr. (Bandeiras Verdes, 1988).

Felizmente, Domingos Bala, já no ano de 1985 havia conseguido a posse legalizada de suas terras, entretanto isso não o afastou do terror que os pistoleiros poderiam causar em seu território. A aparição desses pistoleiros é um efeito colateral dessa atenção que o centro – agora mais produtivo – passa a receber, fazendo com que o índice de violência local aumentasse exponencialmente.

Considerações Finais

A proposição da obra é de suma importância para a conceitualização da vida no campo brasileiro, abrindo uma janela para a possibilidade do debate sobre processos de luta pela terra que ocorrem no Brasil há séculos, e como este processo vem ocorrendo também no tempo presente.

Segundo Murilo Santos, durante as visitas a Santa Luzia do Tide, o objetivo não era fazer um filme e sim um texto de pesquisa de campo, mas, a sua experiência estruturante com o cinema o faz sempre registrar o material. A escolha foi por também ser muito didático, com a inserção de mapas, gráficos que eram exaustivamente explicativos sobre a condição de assentuante [sic], aquele toma posse da terra desocupada e a distribui para outros lavradores (COSTA, 2015, p.93).

Todos esses elementos vislumbrados através das lentes do documentário dirigido por Murilo Santos que, por meio dos agentes históricos da família de Domingos Bala e Rosa, consegue abrir ao expectador um leque de pautas sobre a vida no campo, as formas de vivência desses camponeses, as dificuldades de seu dia a dia e fragmentos de suas histórias, tornando a obra um clássico da cinematografia maranhense.

Referências

Fontes Audiovisuais

BANDEIRAS Verdes. Direção: Murilo Santos. Produção: Aida Marques, 1988. Disponível em: <<https://www.youtube.com/>>

watch?v=OIu2Wk-pm2E&ab_channel=LumeFilmesOficial>. Acesso feito em: 05 Ago. 2022.

FRONTEIRAS de Imagens. Direção: Murilo Santos. Produção: Murilo Santos, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7L92UxFNWCM&ab_channel=MuriloSantos> Acesso feito em: 10 Agos. 2022.

Bibliografia

ANDRADE, M. de P.; SANTOS, Murilo. **Fronteiras: a expansão camponesa na pré-amazônia maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2009.

BARROS, José D'Assunção. Cinema e história: considerações sobre os usos historiográficos das fontes filmicas. **Comunicação & Sociedade**, v. 32, n. 55, p. 175-202, 2011.

BARROS, José D'Assunção. Cinema e história: considerações sobre os usos historiográficos das fontes filmicas. **Comunicação & Sociedade**, v. 32, n. 55, p. 175-202, 2011.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. Gráfica e Editora Impacto, 2019.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Editora FGV, 2010.

COSTA, Alexandre Bruno Gouveia et al. **Cinema e filosofia: Um estudo da narrativa cinematográfica maranhense das Jornadas por meio da tríplice mimesis**. 2015.

DUARTE, R. M.. **Cinema & Educação**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. v. 1B. 130p.

FABRIS, Elí Henn. Cinema e Educação: um caminho metodológico. **Educação & Realidade**, v. 33, n. 1, 2008.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **Tendências da Economia Mundial e Ajustes Nacionais e Regionais**. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas UFMA, 1998.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. A invenção do eldorado maranhense em narrativas de migrantes nordestinos (1930-1970): aportes teóricos metodológicos. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 13, n. 21, p. 84-107, 2016.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. Configurando o espaço social no vale do Mearim: terra, trabalho e migração. In: FERREIRA, Márcia Milena Galdez, FERRERAS, Norberto O e ROCHA, Cristina Costa da (org.). **Histórias Sociais do Trabalho: Usos da terra, controle e resistência**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX**. EdUFMT, 2006.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, v. 25, 2006.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **À procura das Bandeiras Verdes: viagem, missão e romaria — movimentos sociorreligiosos na Amazônia Oriental**. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Campinas, SP: 2001. (Tese de doutorado)

FRONTEIRAS DE IMAGENS: O LABIRINTO DO AUDIOVISUAL NAS ESCOLAS

Marcia Milena Galdez Ferreira
Ludimila Soares Melo

Introdução

Fronteiras de Imagens consiste em um documentário produzido pelo cineasta e professor universitário Murilo Santos no ano de 2009. O documentário é fruto do premiado filme *Bandeiras Verdes* (1988), que foi produzido com a finalidade de abordar tensões e conflitos vividos no campo maranhense, no Vale do Rio Carú, localizado na Amazônia Maranhense (noroeste do estado) durante a década de 1980. Em *Bandeiras Verdes*, Murilo Santos fez uso do método de entrevistas e relatos das pessoas que ali viviam, afim de compreender os conflitos agrários e deslocamentos vivenciados por aquelas famílias, e em especial, a representatividade exercida pelo assituante Domingos Bala e sua família.

Após 30 anos dessa produção filmica, Murilo Santos rememora o percurso de produção do documentário e classifica *Fronteiras de imagens* (2009) como uma espécie de acervo de memórias, visto que faz uso de um compilado de suas fotografias e vídeos realizados entre os anos de 1979 e 1986. Tal acervo evidencia a relação afetuosa construída com os moradores do Centro do Bala no decorrer da pesquisa *Transformações econômicas e sociais no campo maranhense* (1979), vinculada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), na qual o cineasta possuía a função de fotografar o andamento da pesquisa de campo, formando uma espécie de acervo das experiências da equipe e de suas experiências pessoais naquele momento.

Do acervo de memórias à História Rural do Maranhão Contemporâneo

É importante salientar que um dos frutos dessa pesquisa foi o livro *Fronteiras: a expansão camponesa na Pré-Amazônia maranhense* escrito por Murilo Santos e pela antropóloga Maristela Andrade. Este livro constitui-se em uma etnografia das experiências de assituantes e moradores do Vale do Rio Caru, na qual se apresenta a organização interna dos centros, ou seja, “as regras de admissão dos chegantes, as relações internas de poder, a autoridade do fundador — o assituante - os diversos tipos de conflito entre os grupos familiares.” (ANDRADE; SANTOS, 2019, p. 19). Para além do auxílio prestado a Murilo Santos em sua pesquisa, Maristela Andrade desenvolvia na região do Vale do Rio Carú o trabalho denominado por Atividades Produtivas e Trabalho Feminino em uma Área de Fronteira, que possui a finalidade de “compreender como se dá a articulação dos domínios masculino e feminino no local, especialmente no trabalho agrícola, e qual é a participação das mulheres nas decisões políticas relativas ao centro”. (ANDRADE; SANTOS, 2019, p.19)

Era uma equipe de pesquisa contratada pelo Pe. Victor Asselin (então coordenador da CPT), uma equipe de sociólogos e antropólogos. [...] a ideia era ter uma visão antropológica e sociológica dos problemas do Maranhão. [...] [...]. Por isso a equipe foi dividida em várias regiões onde a CPT desenvolvia trabalhos, mas com questões específicas. Se passava muito tempo no campo pesquisando os problemas que aqueles grupos viviam. Vinham para São Luís discutir como montar instrumentos pedagógicos, instrumentos com os quais pudessem retornar e melhorar a discussão daqueles problemas com aqueles Trabalhadores. (Entrevista concedida por ANDRADE, Maristela. apud. SANTOS, 2017, p.81)

Para além dessa concepção de “acervo de memórias” que abrange antes e durante o período das gravações de *Bandeiras Verdes*, Murilo Santos inseriu neste documentário, vídeos e narrações do que acontecia por trás das câmeras, atribuindo assim um aspecto de naturalidade, e evidenciando, ainda, a

intima relação construída com aquelas famílias do Centro do Bala “foram vários anos de convivência com a família do centro, e eu fiquei muito próximo delas, fotografar ou filmar passou a ser algo muito natural” (*Fronteiras de Imagens*, 2009, 9’07”).

O documentário *Fronteiras de Imagens* deve ser interpretado também dentro do contexto histórico em que foi produzido: o contexto que propiciou a criação de *Bandeiras Verdes* (entre o fim dos anos 70, momento de ocupação do Vale do Rio Caru pelos assituantes do Centro do Bala, quando se iniciam as filmagens e a segunda metade dos anos 80, período em que se acirram os conflitos no campo, no Brasil e no estado do Maranhão, com o avanço da modernização no campo, com a intensa discussão na imprensa e na Constituinte sobre a Reforma Agrária no país e com a ampliação e sofisticação das estratégias de resistência camponesa acionadas): e um segundo momento, duas décadas depois do lançamento de *Bandeiras Verdes*, já nos anos 2000, quando a continuidade dos conflitos e deslocamentos no campo ensejam o cineasta a revisitá-la produção de *Bandeiras Verdes*. Logo, uma das motivações encontradas por Murilo Santos para a realização destes documentários, se concentra também na tentativa de dar voz aos campesinos em relação às diversas formas de desafios e violências enfrentados pelos homens e mulheres do campo.

Tais conflitos se originaram de disputas pela posse e propriedade das terras, de episódios de diversas formas de violência seguidos de impunidades e da omissão do governo em meio a tais circunstâncias. No Maranhão, a intensificação de tensões e conflitos no campo ocorre durante as décadas de 1970 e 1980, nas décadas imediatamente posteriores à aprovação da lei conhecida popularmente por Lei Sarney de Terras de 1969, que intensificou o “questionamento por muitos grileiros, fazendeiros e empresários agrícolas, ao sistema de uso comum da terra” (BARBOSA, 2015, p. 51). A partir de então a necessidade de comprovação do direito à terra condiciona-se à posse de documentos escritos, favorecendo a propriedade de terras

a grileiros e, consequentemente, a recorrência dos conflitos por terra e dos deslocamentos de famílias pobres da região. Logo, conforme Viviane Barbosa (2015), as terras ocupadas por camponeses ou consideradas devolutas, passaram a ser alvo de conflitos.

A Lei Sarney de Terras, no Maranhão veio a atualizar e legitimar o Estatuto da Terra, de nível federal, na medida em que dispõe, em seu artigo 24, que o processo de regularização de terras requeridas naquele estado será prelativo e sumário quando as mesmas equivalerem, por requererem, ao módulo estabelecido pela lei n.º 4.504, dispensando-se o custo de regularização. (BARBOSA, 2015, p.58)

Em meio a esse contexto de intensos conflitos por terra, um outro argumento e motivação pautada pelos grileiros, latifundiários e o governo, era a questão da política desenvolvimentista no campo. Conforme Jaciara Frazão (2019), essa política baseada na lógica capitalista estava sendo colocada em prática, e consistia em atribuir um caráter de improdutividade às terras que estavam sob domínio dos pequenos produtores, pois os mesmos não possuíam uma produção em larga escala, algo que a Lei Sarney de Terras considerava também como prioridade.

O campo maranhense foi brutalmente atacado por políticas que visavam os “grandes projetos” em detrimento da população campesina, que passou a ter que enfrentar grandes latifundiários que contavam com o poder do capital, utilizado em larga escala, e do apoio do Estado e de seus agentes, na empreitada de apoderar-se das terras públicas. (FRAZÃO, 2019, p. 129)

Dispondo de amplo material (gravações e fotografias), Murilo Santos decide montar documentários sobre acontecimentos (como o assassinato do líder sindical Elias Zi no município de Santa Luzia (MA), cujo velório foi filmado em 1982 e o filme- *Quem matou Eluas Zi?*, lançado em 1986), e experiências (como *Bandeiras Verdes*, que teve como protagonista

o assituante Domingos Bala e sua esposa/ viúva Rosa Bala, e *Fronteiras e Imagens*, sobre a *experiência* do próprio cineasta na produção de *Bandeiras Verdes*).

O cinema engajado de Murilo Santos e o ensino de História Rural

Fronteiras de Imagens traz reflexões e imagens que vão além da narração da relação afetuosa e do modo de contato entre a equipe e os informantes construída no Vale do Carú, mas também torna evidentes as lutas contra grileiros e as atividades desenvolvidas pela pesquisa *Transformações sociais e econômicas no campo maranhense* patrocinada pela CPT, com o intuito de instrumentalizar a consciência histórica e mediar a ação política campesina, além de produzir fontes e relatórios fundamentais para a memória das lutas no campo.

Imagen 01: Educação sindical



Fonte: *Fronteiras de Imagens* (2009)

A imagem 01 é uma ilustração utilizada por Murilo Santos, no intuito de representar os trabalhos de organização sindical desenvolvida pelos membros da pesquisa, onde buscavam fortificar as lideranças sindicais na região do Vale do Rio Caru, a

fim de que houvesse uma maior resistência contra as inúmeras formas de ataques e violência que os fazendeiros praticavam contra aquelas famílias.

Com o intuito de discutir e abordar de forma crítica o contexto histórico vivido pelos camponeses, o diretor Murilo Santos cita em *Fronteiras de Imagens* que os resultados obtidos dessa pesquisa eram representados através de cordéis, cartilhas e ou “filminhos”, materiais audiovisuais que traziam representações do cotidiano daquela comunidade. Dessa forma, os trabalhadores rurais conseguiam se reconhecer naquela realidade, visto serem a temática central daquelas produções, e assim, se tornava uma forma de “devolver aos trabalhadores o resultado das pesquisas.” (SANTOS, 2017, p 84), e principalmente, de promover uma educação popular naquela região, temática que consistia em uma das bases utilizadas por Murilo Santos em suas produções. A antropóloga Maristela Andrade e o cineasta Murilo Santos (1981), afirmam que após assistirem os “filminhos” as representações ali realizadas eram palcos de discussões a partir das identificações feitas pelos trabalhadores, momentos nos quais contavam histórias semelhantes às que foram retratadas nas projeções.

Imagen 02 Desenhos dos camponeses.



Fonte: *Fronteiras de Imagens* (2009)

Imagen 03 Exibição dos audiovisuais para a comunidade



Fonte: Fronteiras de Imagens (2009)

Murilo Santos e Maristela Andrade (2009) afirmam que essas produções citadas anteriormente sugeriram não só em função desse processo de devolução dos resultados, mas também com uma proposta de serem utilizados como material pedagógico, pois no ato de apreciarem os resultados, automaticamente os trabalhadores rurais detinham em suas mãos matérias que iriam auxiliá-los durante as lutas campesinas ali travadas. Mais uma vez, reforçando a ideia de educação popular, que seu conceito consiste em, conforme Brandão (1984), uma maneira de transformar os anseios sociais em um meio de conscientização e aprendizagem, resultando em uma construção do saber.

A discussão em torno da chamada “devolução” de resultados aos trabalhadores foi predominante e tida como questão obrigatória nas primeiras reuniões da equipe, isto porque a pesquisa se inseria no elenco de atividades de uma agência profissional, a Comissão Pastoral da Terra, que desenvolve um trabalho pedagógico junto aos trabalhadores rurais, e não mantinha qualquer vínculo com instituições do sistema de ensino que realizam projetos científicos nesse sentido. A pesquisa foi entendida sobretudo como um trabalho de educação sindical que se utilizava, entretanto de alguns instrumentos próprios das pesquisas em Ciências Sociais (ANDRADE; SANTOS, 1981, p.1)

Nesse sentido, propomos analisar a viabilidade e a finalidade do filme *Fronteiras de Imagens* (2009), em sala de aula no ensino de História e, se torna válido ressaltar que o documentário além de

estar relacionado a um acervo de memórias do próprio diretor durante a gravação do premiado *Bandeiras Verdes* (1989), permite ao telespectador compreender como se deram os processos de ocupação do Vale do Rio Carú, a relação estabelecida entre os habitantes daquela comunidade, como se dava sua organização perante as disputas por terra que rondavam aquela localidade e, em especial, revela como se deu o processo de gravação e montagem de *Bandeiras Verdes* (1988), trazendo consigo o caráter de making off. É adequado ressaltar que, em razão de *Fronteiras de Imagens* ter sido produzido a partir da construção de *Bandeiras Verdes*, é interessante que o professor trabalhe com os dois documentários simultaneamente, potencializando o ensino a respeito da questão agrária e a discussão do cinema como fonte histórica.

Na produção de *Fronteiras de Imagens*, além do diretor Murilo Santos fazer uso de trechos de vídeos para compor o documentário, ele faz uso de fotografias registradas durante 1979 e 1986, como método ilustrativo de sua fala. Trazendo para o ambiente da sala de aula, essa particularidade do filme dá suporte ao professor para trabalhar a fotografia com os alunos, motivando-os a terem a fotografia como fonte histórica, não apenas uma mera ilustração, mas em uma perspectiva para compreender de forma visual o contexto social que está sendo analisado.

É necessário destacar que o uso de fotografias – assim como outros documentos – no ensino de História, deve ser encarado em um viés não apenas metodológico, mas também epistemológico, na medida em que pressupõe uma nova perspectiva da própria História. A intenção, assim, não é apenas tornar as aulas mais atrativas e motivadoras, mas trabalhar a multiplicidade de perspectivas do conhecimento histórico. O uso mais frequente de fotografias no ensino é resultado tanto de sua maior circulação nos contextos sociais após a metade do século XX quanto do surgimento de perspectivas de ensino vinculadas à História Nova. (LUZ, 2003, p. 04)

Dessa forma, Lucimar da Luz (2003) aponta que essa análise crítica sobre as fotografias também diz respeito em observar esses registros de modo investigativo, a fim de obter informações para além de discursos já produzidos pela historiografia, mas sim procurar sinais nas fotografias referentes a questões culturais e de ordem social e política. Já que, conforme Susan Sontag (2004), a fotografia consiste em um momento estático referente ao tempo em que pertence, há também a associação com a realidade – assim como no cinema – entretanto, a autora afirma que esta fonte – assim como todas as outras – carrega consigo uma espécie de intencionalidade em sua criação. Sendo assim, é valido analisá-la com cautela e prudência, dando atenção a suas particularidades, detalhes e elementos que comprovem sua subjetividade, devido ao ângulo escolhido para ser registrado, e ter em mente uma ideia de percepção do que pode ter ocorrido após o registro.

A imagem fotográfica transcenderia a ela mesma, significaria mais do que ela se propõe inicialmente e mais do que o senso comum pode perceber. Seria o resultado de uma visão fragmentada e parcial do mundo, uma visão particular que reflete como os indivíduos pensam, organizam e selecionam suas experiências. Como criação do imaginário, as imagens fotográficas conseguem revelar formas de classificar e aprender, entre outras coisas, as relações sociais e as ideologias dos sujeitos que, de alguma forma, contribuíram para a sua produção. (CAMPOS, 1992 p. 103)

Para tanto, ao inserir as fotografias no contexto educacional, é primordial que o professor informe aos alunos que, aquele registro estático é apenas um fragmento de um instante, uma espécie de comprovação visual. Conforme Natália Germano Gejão e Ana Heloisa Molina, a fotografia está condicionada a uma interpretação “pois vemos através dos olhos do fotógrafo.” (GEJÃO; MOLINA, 2003, p.2), levando o aluno a se questionar sobre: O que levou o fotógrafo a registrar este momento em específico? Por quais razões ele escolheu este ângulo, indivíduo e ou cenário? O que ocorreu após esse registro? Enfim, diversas

indagações provocadas por uma única fotografia que pode ter diversos significados, representações e informações a serem extraídas.

Através das fotografias registradas por Murilo Santos e exibidas em *Fronteiras de Imagens* (2009), é possível localizar os aspectos citados e repassar aos alunos, fazendo com que eles tenham autonomia para realizar suas interpretações mediadas pelo docente. Possibilitando assim, adquirir múltiplas percepções a respeito do Centro do Bala, desde a luta contra os fazendeiros, grileiros e fazendeiros relatadas pelo diretor, através dos depoimentos e fotografias que compõe o filme, até os costumes e as práticas culturais dos personagens (moradores do Centro do Bala). Algo que pode se tornar marcante e que reforça o quanto a violência e a grilagem se faziam presentes na vida desses trabalhadores rurais é a conservação do bom relacionamento entre as famílias do Centro do Bala com os centros vizinhos, como cita Murilo Santos em *Fronteiras de Imagens* (2009), havia uma preocupação em haver uma saudável convivência com as famílias vizinhas, no intuito não apenas de manter a “política da boa vizinhança”, mas também para defender suas terras e famílias de atos de violência e também, com o objetivo de que o uso dos recursos naturais presentes na região fosse feito de forma responsável.

Imagen 04 Acordo entre o Centro do Bala e o Centro do Roberto;



Fonte: *Fronteiras de Imagens* (2009)

Murilo Santos além de trazer à tona toda a simbologia e a representatividade campesinas que compõem *Fronteiras de Imagens* (2009), transformando-o em um poderoso recurso pedagógico a ser trabalhado em sala de aula, é importante destacar que ele reforça a próspera relação que existe entre cinema e história. Jaciara Frazão afirma que “O cinema enquanto fonte tem constituído um campo rico e promissor em sala de aula. Tem possibilitado que outras leituras históricas sejam feitas por aqueles que consomem as produções filmicas, e nos permite refletir sobre esta mesma história.” (FRAZÃO, 2020, p. 06).

Em razão desta produção documental trazer à tona o processo de formação da comunidade do Vale do Rio Carú, e a educação sindical em uma região de intensa ocorrência de grilagem e os costumes praticados por aquelas pessoas, *Fronteiras de Imagem* (2009) se adequa aos requisitos para ser classificado como cinema engajado – particularidade na qual as produções do cineasta Murilo Santos se inserem. Pois através dos audiovisuais, o cineasta propõe uma interpretação do mundo rural por meio do cinema, onde é elencada como um eficaz meio didático para se trabalhar no ambiente escolar devido a aproximação já existente entre os alunos e a tecnologia contemporânea que está inclusa no cinema, o ato de fotografar e realizar vídeos.

Inserir tal documentário em sala de aula tem o intuito de promover o ensino da História Rural com ênfase nos conflitos agrários e deslocamentos de famílias pobres no campo. É tarefa urgente e profícua ampliar a abordagem de temas da História Rural nas salas de aula. Nota-se que há uma carência a respeito do ensino voltado para esta temática, principalmente a ausência nos livros didáticos, algo que dificulta para o docente abordar este conteúdo. Mariana Sulidade em “Ensino de História no Maranhão Contemporâneo e Produção do Paradidático “Terra

Livre” (2018), aborda de forma brilhante a respeito dessa carência existente no ensino de História e nos livros didáticos que circulam na educação brasileira.

A ausência das lutas camponesas no ensino, conforme Sulidade (2018), interfere de forma significativa para a construção e preservação de memória que permeia estes conflitos que fazem parte da realidade brasileira e que, conforme já apresentado, se intensificaram após a década de 1970/1980. Ou seja, “Tanto a memória quanto o esquecimento podem ser moldados a partir de interesses de grupos sociais que agem na conformação de uma narrativa histórica, na invenção de tradições e na construção de formas de ver o mundo.” (SULIDADE, 2018, p.23). A carência a respeito da luta por terra no ensino de história implica também, na falta de credibilidade ou consciência perante a luta, manifestação e resistência de inúmeras famílias e comunidades com relação às atrocidades que ocorreram e ocorrem no campo, que em sua maioria, possuem uma espécie de amparo oriundo de pessoas corruptas presentes na política e no que desrespeito a polícia local.

O fenômeno político entre terra e poder no Brasil é o ponto fundamental para reconstruir o conhecimento histórico sobre o país e se reconstruir enquanto sujeito histórico participante desse processo, uma vez que se trata do conhecimento de um conjunto complexo de vivências humanas, ligado à questão agrária do estado através do reconhecimento de diferentes relações com a terra. (SULIDADE, 2018, p. 24)

Conforme Mariana Sulidade (2018), o ato do historiador abordar a questão agrária no Brasil, que está ligada a secular má distribuição de terras e também, ao ampliação da violência no campo no período da Ditadura Militar, quando a repressão militar não se fez presente apenas na zona urbana, mas também no meio rural. Conforme Regina Bruno (2003) os primeiros anos da Nova República também se mostram intensamente perigosos ao homem e a mulher do campo, pela organização do patronato rural e pela ocorrência explícita de perseguições, ameaças, assassinatos e outras tantas formas de violência

contra os camponeses e os movimentos sociais do campo, onde posseiros e pequenos proprietários e quebradeiras de coco se tornavam vulneráveis, bem como lideranças dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Logo, a situação agrária do Maranhão – e de todo o Brasil – é simbolizada de forma sangrenta e violenta, e jamais deve ser negligenciada ou esquecida. Entretanto esse descaso sobre a ausência da abordagem do mundo rural (do século XIX ao tempo presente) no ensino de História faz com que temas sensíveis sejam esquecidos e/ou desconhecidos por parte da população.

Assassinatos, estupros, espancamentos, incêndios, destruição de bens materiais, expropriação e expulsão são algumas das muitas práticas presentes nas narrativas sobre o campo, sobre a luta pela terra. Nenhuma dessas práticas está presente no processo de construção do saber histórico em sala de aula, ou seja, nas formas de como o ensino de História se apresenta no movimento de construção da memória social do país e construção do conhecimento histórico escolar. Revisitar a historiografia sobre as lutas camponesas no Brasil e Maranhão diante de novas fontes¹¹ constitui um desafio para reconstrução da História do Tempo Presente, não se trata da dicotomia vítima x acusado, ou a judicialização do conhecimento histórico em sala de aula, mas não perder de vista a máxima de Peter Burke sobre a função social do historiador que corresponde lembrar o que a sociedade deseja esquecer. Desse desafio, o ensino de História não pode se furtar. (SULIDADE, 2018, p.2018).

Diante do que foi apresentado, os documentários produzidos por Murilo Santos pertencentes ao cinema engajado, é de contribuição imensurável para que o ensino sobre a luta campesina se torne mais presente e evidente no saber histórico escolar e na memória social da população. Em especial, nesta pesquisa destaca-se o filme *Fronteiras de Imagens* (2009), que com a sua “matéria-prima” *Bandeiras Verdes* (1988), formam um material ou recurso pedagógico riquíssimo para trabalhar com o ensino médio as lutas por terra, que se agravaram consideravelmente após o Golpe Militar de 1964 e, especialmente, nos anos 80.

Imagen 05 e 06: Registros da Luta camponesa;



Fonte: Fronteiras de Imagens (2009)

Considerações Finais

Por fim, é possível afirmar que a produção fílmica do Murilo Santos *Fronteiras de Imagens* (2009), possui uma utilidade singular para ser trabalhada em sala de aula, a fim de tornar o ensino de história mais dinâmico, atrativo e que, os alunos desenvolvam a sensibilidade de analisar não apenas produções escritas como fonte histórica, mas também fontes pertencentes ao mundo artístico, em especial o mundo cinematográfico e as fotografias. Além dessa aproximação do ensino com novas ferramentas pedagógicas, o documentário também possibilita que haja a aproximação entre as lutas camponesas com os estudantes do ensino fundamental e ou médio, visto que ainda é uma temática pouco trabalhada no ambiente escolar.

Referências

Fontes Audiovisuais

BANDEIRAS Verdes. Direção: Murilo Santos.
Produção: Aida Marques, 1988. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OIu2Wk-pm2E&ab_channel=LumeFilmesOficial

FRONTEIRAS de Imagens. Direção: Murilo Santos.
Produção: Murilo Santos, 2009. Disponível em: <https://>

www.youtube.com/watch?v=7L92UxFNWCM&ab_channel=MuriloSantos

Bibliografia

ANDRADE, M. de P.; SANTOS, Murilo. **Fronteiras: a expansão camponesa na pré-amazônia maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2009.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: Corrupção e violência em terra do Carajás**. Imperatriz-MA: Ética, 2009.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. Ocupação de terras maranhenses, grandes projetos e planos políticos. In. FERREIRA, Márcia Milena Galdez, FERRERAS, Norberto O e ROCHA, Cristina Costa da (org.). **História Sociais do Trabalho: uso da terra, controle e resistência**. ed. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, p. 45-71, 2015.

BARREIRO, Júlio. **Educação popular e conscientização**. Petrópolis: Vozes, 1980.

BRUCE, Fabiane; FACÃO Lucia; DIDIER Maria Thereza. História(s) e ensino de História. **Caderno de Estudos Sociais da Fundação Joaquim Nabuco**. Recife, v. 22, n. 2, p. 199-207, jul./dez., 2006

BRUNO, Regina. Nova República. A violência do patronato rural como prática de classe. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 5, p.284-310, jul-dez 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarión. Introdução - História e Paradigmas Rivais. In.: ____.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. 5^a ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997

CIRCE, M. Fernandes Bittencourt. Conteúdos e Métodos de ensino de história: breve abordagem histórica. In **Ensino de História: Fundamentos e métodos**. Ed. Cortez, p.59-95, 2005.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. A invenção do eldorado maranhense em narrativas de migrantes nordestinos (1930-1970): aportes teóricos metodológicos. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 13, n. 21, p. 84-107, 2016.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. Configurando o espaço social no vale do Mearim: terra, trabalho e migração. In: FERREIRA, Márcia Milena Galdez, FERRERAS, Norberto O e ROCHA, Cristina Costa da (org.). **Histórias Sociais do Trabalho: Usos da terra, controle e resistência**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez. Rumo ao Maranhão: Teias migratórias e memória dividida. **Tempos Históricos**, v. 23, n. 2, p. 342-374.

_____. **Construção do eldorado maranhense: experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim- MA (1930-1970)**. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História Social, 2015. (Tese de Doutorado).

FRAZÃO, Jaciara Leite. Conflitos agrários no Médio Mearim – MA: a experiência do Povoado Aldeia no Aos 1980. IN: BERNAT, Isaac Giribet, FERREIRA, Marcia Milena Galdez, SOUSA, Wendell Emmanuel Brito (org). **Maranhão: campo e cidade séculos XX-XXI**. São Luís; Editora UEMA, 2019. p. 123 – 148.

FRIEDEMANN, Marcos Roberto. **Ensino de História: O cinema como ferramenta didático-pedagógico**, 2013.

GEJÃO, Natalia Germano; MOLINA, Ana Heloisa. Fotografia e ensino de História: mediadores culturais na construção do conhecimento histórico. **Anais do VII seminário de Pesquisa em Ciências Humanas**, v. 17, 2013.

LIMA, Dayane Sousa. Conflitos de Terras no Médio Mearim-MA: resistência do Povoado Pau Santo (1985). IN: BERNAT, Isaac Giribet, FERREIRA, Marcia Milena Galdez, SOUSA, Wendell Emmanuel Brito (org). **Maranhão: campo e cidade**

séculos XX-XXI. São Luís; Editora UEMA, 2019. p. 149 – 181.

LUZ, Lucimar. O trabalho com fotografias no ensino de História. **VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica**: 21 a 25 de outubro de 2013/Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Campo Mourão/Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar. Campo Mourão: UNESPAR/NUPEM, 2013. (Org. Fábio André Hahn, Mônica Luiza Socio Fernandes e Ricardo Fernandes Pátaro).

MARTIN, Marcel. **A linguagem cinematográfica**; trad. Lauro Antônio. Lisboa: Dina livro, 2005.

SANTOS, Murilo. **Cinema Engajado**: Interfaces com a educação popular. Programa de Pós-graduação em Educação/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017. (Dissertação de Mestrado)

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SULIDADE, Mariana. **A luta pela terra em sala de aula: ensino de história no Maranhão contemporâneo e produção do paradidático “Terra Livre”**. São Luís: Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão 2018. (Dissertação de mestrado).

Parte II

Trabalho, Seca e Migração

MIGRAÇÃO, SECA E A IMPRENSA NO PIAUÍ (1877-1879)

Cássio de Sousa Borges
Francisco Gleison da Costa Monteiro

Introdução

As estiagens ainda continuam pertinaz nas análises dos historiadores, pois é incipiente os registros no Piauí para dar visibilidade e compreensão as diversas experiências que levaram uma quantidade de pessoas a abandonarem seus lugares de origem e praticar a migração. Também avaliamos que o norte do império ainda é desprovido de pesquisas que discutam e contextualizam como uma multidão de homens e mulheres se deslocaram para diversos lugares em busca de sobrevivência, sobretudo.

O foco deste artigo é analisar os jornais “A Época” e “A Imprensa”, ambos impressos no Piauí e pertencente ao acervo de memória da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. As demais fontes históricas pertencem ao Arquivo Público do Piauí e ao Núcleo de Pesquisa, História e Memória/UFPI.

Portanto, diante a consulta das fontes históricas, nos interessa o estudo da seca que ocorreu nos períodos de 1877/79. Essa provocou na vida quotidiana das populações uma das mais significativas calamidades da história do Piauí, que desestruturou a agricultura, a criação de animais ficou dizimada, as terras improdutivas e sem tê-las como cultivá-las migrar foi uma estratégia periódica.

Aliás, era exatamente as secas perenes que sobrecarregavam o parco tesouro provincial e levou estes dirigentes a registrarem nos seus balanços de gestão a “irregularidade das estações que ocasiona [vam] as séccas nos nossos sertões” (Relatório do Presidente da Província do Piauí, 01/07/1854. p. 15).

Os reclames do Dr. Antonio Francisco Pereira de Cavalcante, foram reverberados pelos gestores que o sucederam e nos documentos oficiais do Piauí oitocentista é comum encontrarmos registros em que os dirigentes do gabinete provincial alegavam que os “progressos materiais” da província estavam estagnados, a seca era um fator impactante, mas une-se a esse problema social a falta de braços especializados, sonegação do dízimo pelos criadores de gado, o “atraso” e a “incivilidade” de seus moradores.

Portanto, com o fim de controlar uma multidão que invadia o Piauí vinda do Ceará coube as autoridades e dirigentes provinciais criar mecanismos para conter os problemas trazidos pelos emigrantes. Com isso, foram criadas medidas de intervenção para que essas pessoas não trouxessem problemas sociais e não atrapalhasse a “boa ordem”. Como exemplo disso, houve a criação dos núcleos coloniais e a empregabilidade em obras públicas, cujo intuito foi afastar essa população migrante do espaço urbano para ocupá-los no trabalho regular e tirá-los da ociosidade. Para subsidiar o custeio e manutenção desses trabalhadores foi criada a Comissão de Socorros Públicos que tiveram orçamentos oriundos da Corte e alocados nessa pasta para aquisição de passagens, alimentos, vestuários e medicamentos (ARAÚJO, 1991, 2010; DOMINGOS NETO & BORGES, 1987).

Por essas exposições iniciais, esperamos apresentar nesse artigo os discursos dos proprietários e dirigentes provinciais frente a interpretação dessa população que se encontravam espalhadas pelas vilas da província, sendo que sua maior concentração se intensificou em Teresina. Assim, precisamos entender os meandros dessas vivências e as preleções nefastas narradas para legitimar essa população pobre como ociosa e adepta a “vagabundagem”.

A seca vira notícia

Ao analisarmos as notícias produzidas pela imprensa local procuramos nos atentar às intencionalidades contidas nas narrativas, bem como nos grupos que as produziram. Deve-se lembrar que os posicionamentos econômicos e políticos das notas variavam de acordo com o interesse do autor e da filiação (Liberais ou Conservadores) dos editores dos jornais. A partir dessa simetria partidária as notícias eram publicadas em forma de alternância: às vezes eram de apoio ao governo na administração da gestão da seca, noutras as matérias teceram severas críticas sobre as irregularidades na administração dos recursos. Para Neves, muitas vezes “nos jornais, predominava um tom de sensacionalismo, com o noticiário de misérias e acontecimentos bizarros envolvendo seres extenuantes pelo delírio da fome” (2006, p. 82).

Atento às sinalizações acima e percebendo o jornal como importante ferramenta para compreensão da sociedade, o primeiro jornal que iremos centrar na análise da sociedade piauiense é “A Imprensa”. Esse jornal surge como órgão comunicativo de grande importância naquele momento, segundo Leal: “configura-se como o jornal de maior vida útil, de 1865 a 1889, e, portanto, como o de maior importância como formador de opinião.” (LEAL, 2005, p. 4).

Esse era um periódico liberal que segundo Leal agitava as diversas questões políticas com os opositores locais. É interessante ressaltar que segundo essa autora, a forma de escrita variava de acordo com o posicionamento político, pois os jornais liberais apresentavam um tom menos agressivo “ao contrário dos conservadores, que chegam a parecer verdadeiros libelos, os jornais liberais são mais pacíficos. Isto não significa que não combatam a oposição, mas sim, que o fazem através de um diálogo mais cordial” (LEAL, 2005, p. 6).

O segundo jornal analisado é “A Época”, também foi um veículo de informação que teve uma contribuição intensiva relativo aos posicionamentos políticos do período oitocentista. Esse era de caráter conservador teve sua primeira impressão no dia 08 de abril de 1878, substituindo o jornal “A moderação”. Esse jornal apresentou diversas críticas aos políticos liberais durante o período da seca.

Ambos os jornais, reportaram os processos da seca de forma dinâmica e durante suas edições apresentaram diversas críticas aos políticos que governaram a província do Piauí, sobretudo, no período compreendido de 1877-79. Esse período, de fato, foi registrado pela imprensa como um momento particularizado, pois o “esgotamento de estoques e o avanço da estiagem” (BARBOZA, 2013, p. 88) promoveu uma leva de migrantes para a província do Piauí e avaliamos que houve vários embates entre as elites e as camadas pobres, com elas ampliaram não somente as indigências, mas também as epidemias. Essa visão ficou cravada nas análises das elites e autoridades e que era um desafio resolver esse problema social.

Diante disso, ao analisarmos diversas notícias publicadas nesses jornais, vamos percebendo como a província estava sendo vivida sob a óptica dos autores publicados nos jornais. A seca foi retratada nas páginas jornalísticas como uma calamidade desastrosa que se alargava cotidianamente, deixando vítimas nas vilas e na capital. O jornal “A imprensa”, por exemplo, publica em junho de 1877 uma notícia sobre a situação da seca que se agrava cada vez mais pelos sertões piauienses, surgindo a necessidade de que o governo tomasse medidas para conter, sob o olhar das elites locais, o problema. Nessa notícia, percebemos, que o jornal ao registrar a gravidade da situação solicita mantimentos para suprir as necessidades dos “flagelados” acometidos pela seca, cujos grupos familiares já vivem na miséria:

Na comarca do Príncipe Imperial a secca apresenta-se com aspecto inexorável, ameaçando acarretar as maiores calamidades. Dizem-nos d'alli que o governo faria bem se quizesse desde já socorrer aos flagelados, enviando-lhes mantimentos, - antes do que dinheiro, pois que com este só – não poderão evitar as terríveis consequências da fome, que promette exterminal-os em breve. (...) por aqui [Oeiras] só se falla na secca e nos seus effeitos assustadores. As populações de Jaicoz, Picos, S. João do Piauhy, S. Raimundo, e uma parte desse município [Oeiras] tem diante de si a perspectiva da miséria (Jornal *A imprensa*, 09/06/1877, p. 4)

A notícia anuncia para os dirigentes e demais autoridades que a calamidade estava se espalhando pelo território do Piauí e a preocupação quanto aos “effeitos assustadores” da seca era nítida e a população desprotegida, tendo “diante de si a perspectiva da miséria” e por isso as ações para atendê-las devia serem urgentes. Na medida em que se alastrava na província as assistências do governo se faziam necessárias para evitar que a população pobre pudesse sobreviver às estiagens. Dessa forma, as notícias que eram publicadas sobre o fenômeno da seca atentam, principalmente, pelas ações de assistências que deviam ser organizadas pelo governo provincial. Em notícia publicada no dia 10 de setembro de 1877, de autoria de Antônio Raimundo Silveira Sampaio, no jornal “A imprensa”, este descreve o contexto da seca que acarretava as províncias do Norte e a propagação desta pelo Piauí, destacando a necessidade da distribuição de recursos pelas autoridades para essas pessoas que chegavam a província em grandes quantidades, maltrapilhos e famintos, destacando que “os recursos médicos aqui são poucos, e por isso se S. Ex., não tomar na devida consideração, e tomar medidas preventivas, arderão estes infelizes em 3 fogos, fome, nudez e moléstias” (A Imprensa, 25/09/1877, p. 3).

Nota-se por meio da notícia que os emigrantes que vem do Ceará, quase “mil almas”, atravessam a Serra da Ibiapaba e chegam ao município de Piripiri, localizado ao norte da província. O lugar é de passagem e serviu (e ainda serve) para

interligar as províncias com a passagem de comboios, caixeiros, acesso a entrepostos, dentre outras ocupações que transitavam constantemente por essas regiões.

Dito isto, observemos que pela multidão dessas “almas” urgia uma medida preventiva dos dirigentes, pois “estes infelizes” estavam vulneráveis à “fome, nudez e moléstias”. Por isso, a constante preocupação quanto ao que seria planejado para ampliar as assistências, ocupar essa população e/ou ajudá-los a seguirem viagem para outras regiões. Para tal feito, ocorreu a distribuição de passagens para que os retirantes pudessem sair do Piauí e migrar em direção a novas perspectivas (ARAÚJO, 1991, p. 49).

Internamente, antes dessas ações e com receio de balbúrdia, os jornais evidenciaram a necessidade de destacamento policial para “manter a ordem pública, que já vai sendo perturbada” (A Imprensa, 25/09/1877, p. 3), notadamente, para aqueles que se fixaram na capital e estavam na ociosidade.

Na mesma edição do periódico “*A Imprensa*”, que a seca de 1877 conseguiu aglutinar um número significativo de pessoas que adentravam a província e produzindo um cenário de extrema miséria, assim também como uma série de indagações quanto ao modo como essas seriam protegidas e cuidadas pelas autoridades e presidentes provinciais. Como pode ser percebido nas matérias do impresso, o Piauí passou a ser visto como local de refúgio para esses migrantes:

A emigração aqui é excessiva, cada arvore em roda da cidade é uma habitação e todos os dias chegam famílias e famílias, cujos aspectos são os mais dolorosos possíveis, pois, além da fome que as devora, a nudez é extraordinária, a ponto de muitas mulheres não poderem aparecer! Ainda não tinha visto um quadro tão compungente! Com a notícia de que o governo as manda socorrer aqui, estão todos estacionados e não querem mais seguir, sendo certo que algumas ou a maior parte por ser impossível continuar a viagem (A Imprensa, 25/08/1877, p. 4)

Essa narrativa é comovente, mormente, quando se nota que “cada arvore em roda da cidade é uma habitação” e chega a ser mais desesperante quando se percebe que “Continua a emigração de um modo espantoso e nunca visto” (A Imprensa, 1877, p. 4). Por isso o destaque da seca do período em foco, pois ela foi desastrosa, conseguiu expulsar muitas famílias de seus lares.

Durante as correspondências que chegavam de diversas localidades (Oeiras, Piripiri, Parnaíba, Campo Maior, etc.) era notável as narrativas sobre os efeitos que essa seca tem provocado. Por outro lado, era visível nas matérias a ênfase de que a caridade pública estava procurando ser cumprida, entretanto, não era suficiente para solucionar o problema.

Os recursos recebidos pelas províncias do Ceará e do Piauí não eram suficientes para cumprir com as assistências a essa população migrante. Sem dúvida, a província do Piauí estava com responsabilidades porque era o lugar receptor desses emigrantes e que deveria ter mais recursos para ajudar essa gente. O que se viu, pela escassez de recursos públicos, foi a “caridade de nossos patrícios”, mas a generosidade de alguns piauienses “não pode [ia] remediar a tantos desgraçados nem suavizar tantos sofrimentos” (A Imprensa, 29/09/1877, p. 4).

Diante tantas “almas” espalhadas por estes sertões, mesmo com os recursos públicos e o altruísmo dos moradores na contribuição com alimentos e roupas para os emigrantes não foram suficientes para atender a demanda.

Sobre a questão da falta de recursos, essa foi encarada pela oposição como fortes argumentos para criticar os dirigentes provinciais e questionarem a quantidade dos gêneros alimentícios distribuídos que não sanavam a fome e as necessidades básicas dos retirantes. Assim destacamos a denúncia 9 de junho de 1877, cujo teor aborda o descaso por parte das autoridades aos “desvalidos”:

Nossa insistência sobre esse assumpto parece ter incommodado os nervos delicados de alguns servidores da presidência, pois não podem comprehendêr que estejamos a implorar socorros para os indigentes [...]. não nos admitiria por certo esse ardor fatalista de musulmano, se as condicções actuais da província não requeressem os mais sérios cuidados por parte dos que se arvoram em representantes das aspirações e necessidades publicas. Não é com hypocrita uncção religiosa, sem com palavras sentimentaes, ... que se alimenta uma população que vai morrendo a mingua, em pleno estado de miséria, sem esperanças de melhorias (A Imprensa, 09/06/1877, p. 3).

Como se vê, as publicações ao reforçarem os cuidados e o zelo com os migrantes fazia entusiasmar também o tom político quando enfatizam que estas denúncias “parece ter incommodado os nervos delicados de alguns servidores da presidência” e solicita a estes que entendam, pois os temas fixam apenas em “implorar socorros para os indigentes”. Aliás, os descasos estavam levando essa população ao desespero e sem opção para a subsistência vão “morrendo a mingua”.

Ainda no ano de 1878, quem também vai tecer críticas sobre o mau uso das verbas públicas pelos dirigentes locais e membros das comissões de socorros é o jornal “A Epoca”. Procuram registrar nas páginas as atrocidades com que agem as autoridades sob a administração dos efeitos da seca. Assim anotam:

Se hontem estigmatizavamos o governo pela incúria e desleixo com que deixava morrer à fome e a mingoa os infelizes emigrantes nesta capital e nos diversos municípios da província, hoje amaldiçoamos aquelle que, com a apparencia de economia e regularidade em seus actos, esbanjara os dinheiros públicos em favor de meia dúzia de íntimos, verdadeiros especuladores da miséria do povo, e para quem esta secca tem sido uma milagrosa mina (A Epoca, 27/04/1878, p. 1).

A “incúria e desleixo” com que os dirigentes administravam os emigrantes não foram vistas como ações prioritárias e resolutivas, ao contrário, a notícia induz o leitor a perceber que há indícios de desvios e uso inadequado dos recursos quando enfatizam que “esta secca tem sido uma milagrosa mina”.

Soma-se ao possível mau uso de verbas públicas, o modo como os migrantes eram recepcionados pelas autoridades, cujo comportamento é expresso nas páginas dos jornais podendo ser visto não como uma tentativa de “defender” os “desvalidos”, mas, também para atacar os opositores políticos:

O povo necessitado aglomera-se na porta onde estão os viveres guardados, esperando que chegue a vez de cada um receber a migalha que se lhes dá [...]. Não há muito o socorro era em pancadas, agora é em água, atirada a face dos que vivem morrendo de fome e de moléstias. [...] os desgraçados que estendem a descarnada mão para receber o obulso insignificante da caridade publica tem direito a melhor tratamento (A Epoca, 27/05/1879, p. 4).

Tal descaso não era denunciado apenas quanto à distribuição insuficiente de recursos como alimentos, remédios e outras “migalhas”, sobretudo, quando era “em pancadas” e com “água, atirada a face dos que vivem morrendo de fome e de moléstias”. Assim era o comportamento daqueles que estavam à frente da caridade pública.

Diante desse contexto, o jornal opositor “A Epoca”, denuncia também a situação que esses trabalhadores viviam nos núcleos coloniais, bem como se questiona a respeito da utilização das verbas que eram destinadas pelo governo para os cuidados com essa população:

E’ realmente doloroso, sinão inqualificável, ver-se a maneira porque são tratados os míseros emigrantes em alguns dos tais núcleos, quando se sabe que, no fim de cada mez, cada um dos contractantes recebe da thesouraria de fazenda a pingue somma de quatro contos e tantos para o sustento dos mesmos! Magros, famintos e nus, vagão elles pelos mattos à procura de côco e do palmito..., de sorte que não sabemos que applicação tem o dinheiro que recebem do governo os contractantes! Muitos fazem moribundos no leito da dôr accometidos de febres paludosas e de dysenteria, outros morrem a mingoa nos braços da miséria, porque nem ao menos recebem um tratamento regular por falta absoluta de comodidades e de medicamentos [...]. (A Epoca, 27/04/1878, p. 1)

As denúncias foram recorrentes e evidenciam o mau uso das verbas enviadas pelo governo central, pois esse expedia os recursos para serem executados, exclusivamente, com a ajuda

aos flagelados. Ao contrário desse fim, o que se via eram os contratantes utilizando os recursos em benefício próprio, pois não davam suporte necessário para os migrantes. Diante dessa situação o jornal denuncia o descaso das autoridades com os “míseros emigrantes”, pois mesmo sendo destinadas verbas para sua assistência, esta não chegava porque eram usadas para outros fins e enquanto os flagelados esperam por socorro muitos “morrem a mingoa nos braços da miséria”.

Ainda nessa perspectiva, o jornal *A Epoca*, denuncia em abril de 1878 o estado em que se encontravam os migrantes instalados em um núcleo colonial da província. A notícia ressalta que apesar de serem destinados recursos do império para manutenção desses núcleos e o sustento desses migrantes, mas inexistia planejamento por parte da gestão do presidente provincial, Cel. José de Araújo Costa. No interior das colônias os emigrantes moravam em condições lastimáveis alimentação e vestimenta eram insuficientes, ainda se via o agravamento de moléstias que acometia essa população:

E’ digno de lastima o estado a que se achão reduzidos os emigrantes em os diversos núcleos ultimamente reformados pelo Sr. Araujo Costa. Vivem famintos e semi-nús e muito nos consta já terem parecido a fome e a falta absoluta de medicação nas moléstias de que estão sendo accomettidos! E da thesouraria de fazenda sahem todos os mezes grossas sommas para manter estes núcleos – verdadeira mina tão deshumanamente explorada pelos respectivos contractantes, que muito tem lucrado com a secca. Ainda hontem grande numero destes infelizes emigrantes de um dos taes núcleos, na porta do Dr. Chefe de policia clamava por providencias no sentido de serem socorridas aqui, visto como no logar em que se achavão asylados nada se lhes dá, não recebem o mesmo socorro! Parece incrível isso! E a thesouraria despende mensalmente grossas somas para sustentação dos emigrantes dos núcleos contractados, e elles vivem neste misero e deplorável estado! (*A Epoca*, 13/04/1878, p. 4).

Como se vê, o jornal não poupa críticas em relação ao governo provincial, além do descaso com os flagelados, também se conjectura a utilização de práticas ilícitas com os recursos. A

assistência era primordial para prevenir a fome e as doenças que se alastrava entre essa população, mas, ao contrário disso, via-se os “pobres desvalidos” desprezados, “famintos e semi-nús”.

Em outras notícias, vê-se que os contratantes se utilizaram dos recursos recebidos do governo central em benefício próprio, fazendo dessa política assistencialista do governo um meio de enriquecer, de fato, a seca estava sendo uma “verdadeira mina tão deshumanamente explorada pelos respectivos contractantes, pois estes não estavam cumprindo com normas dos contratos que era ajudar aos “flagelados infelizes” a terem uma vida digna perante a essa calamidade.

Medite o Sr. Barros Pimentel com calma (...) de que a permanência dos actuais núcleos não tem razão de ser, - apenas exprimem outros tantos sorvedouros dos dinheiros públicos sem vantagem real para esses infelizes, aos quaes se busca socorrer; - mas somente em proveito de certos *espertalhões* que fazem da política – verdadeira mercancia (A Epoca, 04/05/1878, p. 2).

Diante disso, percebe-se que o cerco das críticas foi a administração do governo provincial do Dr. Sancho de Barros Pimentel, cujo perfil seguia o antecessor, não promovia a assistência aos migrantes e fazia da política uma “verdadeira mercancia”. Na edição de abril de 1878, A Epoca, apresenta uma narrativa estarrecedora sobre às práticas governamentais no período da seca, assinala forte acusação a uma administração de ilícitudes e a ausência de auxílios para aos “desvalidos”:

E’ eminentemente aterrador o nosso estado de cousas. [...] a população emigrante nesta capital arrasta-se faminta, nua e doentia pelas ruas da cidade a esmolar o pão da caridade; por que na casa em que se diz que o governo manda distribuir viveres para ella, só se os vende pelo mesmo preço que no mercado – onde vae achar dinheiro quem não tem um punhado de farinha de para comer, e um pedaço de panno para cobrir a nudez? Supporta os rigores da estação debaixo das arvores, nas praças publicas, e quando suas forças se abatem ao peso da miséria e da fome, e a morbidez de seu corpo a prosta em leito de dôr, só encontra por cama as calçadas da rua [...]. Forçados a comerem substancias nocivas a saúde, acossados pelas febres intermitentes os migrantes cearenses nesta capital

– nús e desabrigados apresentão um grado digno de lastima, que bem traduz a incúria deste governo que se diz salvador da honra do paiz! (A Epoca,13/04/1878, p. 1).

A circulação de pessoas nas ruas era evidente e o descaso do governo com “esses infelizes doentes” era um acinte para a sociedade. O cenário era apavorante, essa gente “arrasta-se faminta, nua e doentia pelas ruas da cidade a esmolar”, pois, que não recebiam alimentos, imaginem medicação para o devido tratamento dos achaques. Muitos chegavam a “morrerem de fome em pleno dia - defronte do armazém de viveres da comissão de socorros”. O registro dessa ação excludente se espalha nas páginas dos jornais, conforme podemos observar:

As noticias que nos chegão de todos os pontos são as mais constristadoras possíveis! Por toda parte, pelas ruas, pelas estradas, ... o quadro que se offerece a vista é tétrico e aterrador! Oeiras, Jaicos, Príncipe-Imperial, Independência, Pedro 2º, Marvão, S. Raymundo Nonato e quasi todos os municípios da província estão votados a completo abandono e aniquilamento. O povo vaga maltrapilho e faminto, e por toda parte, à todos os cantos se encontrão vitimas, que a fome atirou na sepultura. E o coronel tem tomado pomptas e econômicas medidas! (A Epoca,13/04/1878, p. 1).

A situação dos migrantes continuava sendo uma preocupação da elite local que não avaliava com positividade a gestão da fome e dos “maltrapilhos” que se multiplicavam pelas cidades e na capital do Piauí. Os municípios citados na notícia vivam à própria sorte, pois a preocupação estava centrada na capital. Aliás, era em Teresina que percebemos o quadro lastimável que se encontravam as pessoas paupérrimas rondando as ruas, vejamos:

Afflictivo e contristador é o aspecto que estes infelizes apresentão nesta capital: compunge vêr-se esses esqueletos ambulantes invadirem as casas dos particulares, estendendo a mão mirrada à esmolar as migalhas, com que esperam adiar por mais algumas horas a morte certa, imposta pela fome e pela nudez! (A Epoca, 22/07/1878, p. 2).

A mendicância foi a alternativa encontrada para garantir a própria sobrevivência e de seus familiares, pois, muitos ao chegarem recorriam a prática de pedir esmola como forma de tentar “adiar” a morte e a fazerem das “migalhas” uma forma de resistência, mas também um apelo às autoridades para a necessidade de atenção a essa gente.

Com o aumento dos “pobres e desvalidos” por diversas cidades do Piauí e com a inexistência de um governo provincial ativo ao atendimento, os flagelados, como forma de “aflição do povo, que vive a morrer de fome, chegou ao auge do desespero. Tem-no levado a assaltar os viveres [armazém do governo], quando são conduzidos do porto do desembarque para o depósito onde são guardados [os gêneros alimentícios]. (A Epoca, 18/01/1879, p. 4). Alguns, por arrogo de outrem, escreveram até cartas ao gabinete provincial e as comissões de socorros públicos suplicando auxílios, como foi o caso abaixo de,

Veronica Maria do Espirito Santo retirante da villa do Sauhá, Província do Ceará, viúva poperrima com cinco filhos de menor idade além de uma irman orfân de pai e mai que a supri e cria, vem implorar de vossa excelênci a caridade de mandalla suprir com o vestuário indispêncavel para si, filhos e irmã, bem como as comidas que vossa excelênci entender em seu coração philantrópico, visto que sendo a caridade, uma filha de Deus ella pode ser mandada destribuir por hum de suas filhas das quaes faz parte vosso excelentíssimo, nestes termos, espera a supre ser benignamente deferida (Fundo Palácio do Governo. Correspondências Recebidas, 1879).

A carta supracitada é apenas um exemplo de resistência que foram utilizadas pelos flagelados para chamarem à atenção das autoridades e fazerem notar que existiam muitas Verônicas perambulando pelas ruas e com necessidades de subsídios. A maioria com uma larga família, com perfil de “viúva poperrima”, acompanhada “com cinco filhos de menor idade além de uma irman orfân de pai e mai”. Por isso, muitos “vem implorar” às autoridades pela caridade pública.

No decorrer das análises não conseguimos identificar se as autoras das cartas foram atendidas pelas súplicas submetidas às autoridades. Vemos que algumas “vozes” foram silenciadas e que eram maltratadas pelos servidores do governo e pelos contratantes. Por exemplo, foi o caso do Sr. Newton Burlamaque, “presidente da commissão de socorros” que tinha comportamento desdenhoso com os migrantes. O Jornal A Epoca noticiou que este tratava os migrantes com uma “aspereza incrível”. E as vezes que os atendiam mandavam dar “algumas grammas de carne sem sal e sem farinha” (A Epoca, 22/07/1878, p. 2).

Ressaltamos que no contexto do noticiário relativo aos descasos com os flagelados o governo provincial estava sob a administração dos políticos liberais. Diante disso, o jornal A Epoca, órgão de cunho conservador, não amenizava as críticas dessas alianças políticas e seguem acusando essas autoridades dos desprezos e incutir nos leitores dúvidas acerca das condutas dos liberais com os emigrantes:

E’ assim que os homens, que se adornão com o pomposo titulo de liberaes, tratão o povo na sua maior miséria; ao povo com cuja credibilidade tanto tem especulado?! [...] Não seria melhor deixal-os morrer disseminados por todos os pontos da província, do que acumulal-os neste matadouro, abandonados a si mesmos, aumentando as nossas aflições e as nossas misérias?! Basta, Sr. Dr. Barros Pimentel [...]. Socorra S. Exc. ao infeliz, que a seca fez medigo: veja-o com os próprios olhos; desça desse palácio e venha testemunhar comosco as misérias que não conhece porque nada lhe falta, já que seus prepostos são surdos aos gemidos das victimas, às quaes respondem invariavelmente: non possumus (A Epoca, 22/07/1878, p. 2).

Os comunicados publicados na imprensa davam conta que os liberais estavam perdidos na administração dos emigrantes na província do Piauí, bem como denunciavam também os núcleos coloniais, que eram verdadeiros “matadouro” de gente “abandonados a si mesmos, aumentando as nossas aflições e as nossas misérias”.

Mediante as críticas que a imprensa piauiense fez projetar para o leitor no tocante à seca de 1877-79, é importante ressaltarmos que os meios de comunicação também atuaram como instrumento auxiliar para disciplinar e ocupar os flagelados. Fizeram campanha contra a ociosidade, mendicância e a vagabundagem causada exatamente por aqueles que estavam nas ruas e cabiam, enfatizava o jornal *A Imprensa*, em setembro de 1877, uma notícia orientando aos gestores e proprietários formas para ocupar essa população flutuante e promover o controle social, assim “como medida salutar a bem da manutenção da moralidade e boa ordem, convém que as comissões convidem os emigrantes ao trabalho nas obras de reconhecida utilidade pública em projeto ou andamento, afim de prevenir os maos effeitos da ociosidade” (*A Imprensa*, 25/09/1877, p. 4).

A notícia foi uma espécie de presságio, pois em pouco tempo se viu essa população desenvolvendo atividades nos núcleos coloniais e nas obras públicas. A estratégia, com o intuito de salvaguardar a “manutenção da moralidade e boa ordem” aconselhava as autoridades que às comissões de socorros estimulassem essas pessoas ao trabalho regular, cujo sentido disciplinador podia livrar os pobres dos roubos e da ociosidade.

Entretanto, devemos perceber que o trabalho não seria utilizado apenas como um meio para combater a vadiagem, mas também foi uma forma de aproveitar essa mão-de-obra barata, tão logo fosse recebido o auxílio do governo estes deviam contribuir em atividades nas diversas fazendas disponíveis para recebê-los. Assim, é observado pelo jornal *A Epoca*, em maio de 1879:

Logo que essa comissão começou a funcionar, a sua primeira deliberação foi dar qualquer ocupação aos emigrantes validos, por entender que a esmola aviltava, e seria um grande erro, se não um perigo futuro, em plantar por conta do governo a ociosidade em uma população, que ainda tinha certo pudor, e aceitava o trabalho, embora parcamente remunerado, como um grandioso beneficio do estado. [...] A comissão, socorrendo os inválidos, por moléstia e pela idade, aproveitava ao mesmo tempo o serviço dos que podião trabalhar [...] a comissão,

portanto, sem trahir aos seus deveres de socorrer aos necessitados [...] não descuidou de sua missão humanitária, mas a conciliou, [...] com a satisfação de uma necessidade publica indeclinável de que se ressentia essa villa [...] (A Epoca, 31/05/1879, p. 3).

Esse fato ocorreu na Vila de União, mas essa defesa foi uma concepção uníssona nas demais vilas e posições políticas sobre a “ocupação aos emigrantes validos”, quando era interpretado que somente o auxílio em si, sem uma contrapartida por parte do beneficiário, podia ser entendido como esmola e essa “aviltava” o probo homem.

Considerações finais

Enfim, durante as análises deste artigo o que se viu foi uma imprensa cambaleante, cujo sobre a seca e o posicionamento dependia muito de quais correligionários estavam no poder. Assim, liberais e conservadores podiam encontrar-se mencionados nas páginas dos jornais, bastavam estes terem discursos contrários aos editores dos jornais.

Por outro lado, nota-se que para além das denúncias relativas a administração dos recursos destinados para auxiliar os migrantes, sobretudo, as notícias que versaram sobre descaso e desvio de finalidade do orçamento, também destacamos a visão de ambos os jornais e dos documentos oficiais quando se referiam aos “emigrantes”. Nas narrativas vemos contundentes expressões que desprezavam essa população e os viam como ignóbeis, analfabetos e com frequência os termos de “infelizes”, “esqueletos ambulantes”, “desgraçados”, “famintos”, “paupérrimos”, “incivilizados”, “ociosos”, “desvalidos”, dentre outros, foi reverberado em diversos meio de comunicação e relatórios do governo.

As ações de auxílios aos migrantes da seca se fixaram no assistencialismo e no trabalho e nesse sentido, vemos que as autoridades e as elites locais analisaram a seca não somente como um fenômeno climático, mas social. O ponto fulcral dessa

visão estava no medo aterrorizante dessa população praticar roubos de gado, saques e a promoção de outros conflitos que pudessem criar um caos na ordenação urbana (NEVES, 2000).

Durante as análises foi possível percebermos a preocupação com a vigilância e o acionamento das autoridades policiais para proteger os proprietários quando estes se sentissem ameaçados. Logo, a urgência de implantar o assistencialismo através das comissões de socorros públicos foi uma estratégia para ocupar essa população e assim tirá-los da ociosidade, mas também houve a exploração por parte dos proprietários dos núcleos coloniais ao se utilizarem na força de trabalho dos migrantes.

Destarte, concluímos este artigo percebendo que foi utilizado o uso de barganhas pelas autoridades e os proprietários locais, pois estes se beneficiaram da tragédia da seca, lucrando com os desvios de mantimentos e dos orçamentos enviados pelo governo central para atender, exclusivamente, os flagelados. Enquanto isso, a população estava morrendo à mingua, seja pela fome e/ou pelas moléstias que se agravaram em meio as migrações. Enfim, sobre essa multidão que perambulava pelas ruas e das suas formas de resistência é necessário ampliarmos os estudos, tanto na discussão teórica, quanto na aparição de fontes para que possamos interpretar as diferentes formas de vida e trabalho ocupados por essa gente.

Referências

Fontes Primárias

A Época: Órgão Conservador, anos: 1878 a 1884.

A Imprensa: periódico político, anos: 1865 a 1889.

Fala com que o presidente da Província do Piauhy, Dr. Antonio Francisco Pereira de Cavalcante, abriu a Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Maranhão. Impresso na Tip. Do Conservador de F. M. de Almeida.

01/07/1854.

Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (requerimentos). Ano: 1876-1889. Caixa sem numeração.

Bibliografia

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010.

ARAÚJO, Maria Malfada Baldoíno de. **O poder e a seca de (1877 a 1879) no Piauí**. Teresina: Academia piauiense de Letras, 1991.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)**. Tese (Doutorado em História), PPGH-PUC/SP. São Paulo, 2013.

CASTELLO BRANCO, Francisco Gil. **Ataliba, o vaqueiro**. 11 ed. Teresina: Quixote, 2012.

CASTELO BRANCO, P. V. Imprensa e política no Piauí na primeira metade do período monárquico. **Revista Ágora**, v. 31, n. 1, p. 1-22, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/29161>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História: História e Imprensa**, São Paulo, v35, p. 253-270, dez. 2007.

DOMINGOS NETO, Manoel; BORGES, Geraldo Almeida. **Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense**. 2 ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

LEAL, Ana Regina Rêgo. Jornais monarquistas piauienses: mapeamento da temática republicana no final do Segundo Reinado. In: **3º ENCONTRO NACIONAL DA REDE**

ALCAR, Novo Hamburgo -RS., 2005.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPE. Recife, 2016.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. A ação política do governo provincial na construção da economia do Piauí na 2^a metade do século XIX. In: ARAÚJO, Johny Santana de Araújo (Org). **História e Novos Paradigmas**. Teresina: EDUFPI, 2017.

NEVES, Frederico de Castro. A miséria na literatura: José do patrocínio e a seca de 1878 no Ceará. In. **Tempo**, n°. 22, p. 80-97, 2006.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da Imprensa no Piauí**. 3^a Ed., Zodíaco/Albert Piauhy, Teresina, 1997.

RUDÉ, George. **A multidão na história: estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SILVA, Raimunda Celestina Mendes da. **A representação da seca na narrativa piauiense: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2005.

OS EFEITOS DA SECA DE 1877-1879 NO PIAUÍ NA NARRATIVA DO PERIÓDICO “A IMPRENSA”

Kátia de Araújo Silva
Maria de Lourdes Andrade dos Santos

Introdução

A seca de 1877-1879 atingiu algumas províncias da região Norte do Brasil. A paisagem sertaneja durante as estiagens muda, a vegetação perde suas cores expressivas, as plantações e os animais morrem. Esses fatores causam preocupação e trazem dificuldade a população que vivia no campo, nos sertões do Brasil. Por conseguinte, a população que era castigada pelos efeitos da seca vendo escassas as condições de sobrevivência em seu lugar de origem começam a se deslocar em busca de melhores condições de vida, pois temiam a fome e a sede. Entretanto, essas migrações para o campo e para cidades principalmente para o litoral e as capitais das províncias preocuparam as autoridades e as classes mais abastadas da sociedade, pois temiam as insurreições e a desordem social.

Propomos, neste artigo identificar e analisar os efeitos causados pela seca de 1877-1879 na província do Piauí a partir da narrativa do periódico piauiense “A Imprensa”, sobretudo evidenciar os problemas decorrentes das migrações massivas dos indivíduos que abandonavam seus lares em busca de sobrevivência. Além disso, pretendemos mostrar os diferentes seguimentos sociais atingidos pelo flagelo e as estratégias de sobrevivência usadas por estes.

A metodologia empregada para a construção deste artigo foi a pesquisa bibliográfica, no sentido de buscar compreender as questões relacionadas a seca de 1877-1879, tendo como foco os autores que tratam acerca dos migrantes, dos efeitos da

seca no Piauí assim como nas demais províncias do Norte do Império do Brasil. Dessa forma, dialogamos com Araújo (1991), Domingos Neto e Borges (1987), Dias (2019) e Neves (2000).

Além disso, realizamos também a pesquisa documental hemerográfica. Para tanto, utilizamos como fonte o jornal “A imprensa: Periódico Político (PI)” através das edições publicadas nos anos de 1877 a 1879, o qual foi coletado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o qual traz narrativas a respeito da seca, dos migrantes, das comissões de socorros públicos, do cenário social e político da época.

Os efeitos da seca narrados pelo jornal “A Imprensa”

Os anos de 1877 a 1879 marcaram de modo singular a história da região Norte do Império do Brasil. A seca atingiu grande parte das províncias do Norte gerando impactos distintos na referida região. Dentre as províncias mais castigadas com a irregularidade das chuvas estão: Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí. No caso específico do Piauí, no qual se concentra o foco deste trabalho os efeitos da seca foram sentidos de Norte a Sul da província. A tabela abaixo nos ajudará a ter uma maior dimensão da extensão da seca no território piauiense.

Quadro 1 — Distribuição espacial da seca de 1877/1879 na província do Piauí.

Localidades piauienses atingidas pela seca de 1877/1879	Regiões geográficas da Província do Piauí
Jeromenha, Villa Manga, Parnaguá, São Raimundo Nonato e Bom Jesus.	Sudoeste Piauiense
Picos, Oeiras, São João do Piauí e Jaicós.	Sudeste Piauiense
Amarante, Teresina, Valença, Pedro II, Campo Maior, Independência, Príncipe Imperial, Marvão, Vila do Livramento, Piripiri e Humildes.	Centro-Norte Piauiense
Parnaíba, Barras e Piracuruca.	Norte Piauiense

Fonte: Elaborada pelas autoras (2022) a partir da coleta de dados no jornal A Imprensa (1877-1879).

O quadro 1, foi elaborado a partir das informações obtidas no periódico “A Imprensa” (1877-1879) o qual nos permite visualizar a dimensão espacial da seca no Piauí. Desse modo, percebemos que a província do Piauí teve durante a chamada “grande seca” o seu espaço geográfico de Norte a Sul afetado pelos efeitos da prolongada estiagem. Com efeito, os impactos da seca em cada região ocorreram de forma particular.

De acordo com o jornal “A Imprensa” um dos primeiros agravantes da seca foi a emigração da população flagelada. Os emigrantes que vieram buscar socorro na província do Piauí em sua grande maioria, eram oriundos da província do Ceará (ARAÚJO,1991). Logo, o referido periódico piauiense começa a narrar a chegada dos migrantes nas cidades, vilas e freguesias do Piauí. Na edição do dia 03 de maio de 1877 sob o título de “Piracuruca, 29 de Abril de 1877” informa que:

Estamos em pleno mez de abril, que como sabe, é o mez mais chuvoso do inverno, e no entanto os legumes estão perdidos, os rios completamente seccos, e o próprio pasto morrendo! O interior da província do Ceará, está sendo flagelado pela horrível calamidade! Inumeros emigrantes d'aquele sertão, se tem refugiado, parte nas serras, e parte no litoral. A serra grande está apinhada de retirantes, e dizem que o mesmo acontece na Amarração. O senador Paula Pessôa, tem tido prejuiso considerável na criação do gado n'aquela província. Mandou pedir consentimento a fazenda desta comarca, para retirar algum gado para aqui: e procura comprar ou arrendar terras, para fazer soltas do gado que ainda lhe resta. Esta comarca, limitrophe com aquella província, virá a soffrer bastante os efeitos do terrível flagelo. Se o mal aggravar-se a ponto de haver verdadeira miseria, algumas pessoas terão de passar-se para a villa das Barras, aos menos temporariamente. (A IMPRENSA, 1877. p.02)

Apesar de o trecho acima não informar o remetente da correspondência, observa-se, que seu autor mostra-se apreensivo diante dos primeiros efeitos da seca. Pois, a falta de chuva no “mez mais chuvoso do inverno” ocasionou entre outras coisas a perda dos legumes, dos pastos, secagem dos rios, além dos deslocamentos em massa de pessoas que migravam do Ceará para a província limítrofe. A nota ainda enfatiza

que os terríveis impactos da seca trazem prejuízos a todos os seguimentos da sociedade, uma vez que, o senador Paula Pessôa de família abastada teve de recorrer a província vizinha para tentar salvar o seu rebanho numa tentativa de sanar os prejuízos com o gado. Além disso, reforça-se que por limitar geograficamente com o Ceará a comarca de Piracuruca viesse a sofrer as consequências do flagelo, tendo sua população que buscar refúgio em Barras.

A correspondência de Piracuruca traz um dado importante a respeito da emigração, pois ao mesmo tempo que notifica as autoridades sobre a presença de retirantes vindo do Ceará, também aponta para a possibilidade da migração interna dentro da província do Piauí, uma vez que os moradores de Piracuruca teriam de “passar a villa das Barras”. De igual modo, chega notícias a capital da vila de Independência notificando que “Nesta villa já à muitas casas abandonadas e no termo não se contão, havendo lugares onde já não mora ninguém.” Portanto, o agravamento dos efeitos da seca sobre o Piauí leva a população local a migrar para outras localidades em busca de sobrevivência.

A medida que o período de estiagem se prolonga, as publicações no jornal “A Imprensa” sobre a seca vão sendo cada vez mais frequentes. Diante disso, percebe-se, que o relato de Piracuruca sobre as migrações ocorridas em abril não é um fato isolado, mas que esses deslocamentos humanos vão ser constantes durante todo o período de 1877-1879. Evidentemente, que essas migrações assim como as demais consequências da seca não vão atingir todos os pontos da província na mesma proporção. Dessa forma, é possível inferir que algumas localidades tenham recebido um número maior de migrantes que outras. Sobre essa questão Araújo (1991) informa que:

Não existe, nos documentos oficiais, uma estimativa sobre o número de imigrantes que chegou ao Piauí, durante os três anos de seca. Sabe-se que alguns núcleos urbanos como Oeiras, Amarante, Jaicós e outros, tiveram sua população acrescida, conforme revelam as correspondências daquelas

localidades na época da seca. Cada correspondência que chegava à capital era com um número de migrantes diferentes, ficando, assim, difícil de avaliar, com precisão, sua população. (ARAÚJO, 1991. p.41-42)

Por conseguinte, dentre as inúmeras correspondências que eram enviadas do interior da província para a capital Teresina informando sobre as dificuldades que a população sofria devido à seca, destacamos a situação de Oeiras na edição do dia 1 de agosto de 1877 a qual traz o seguinte relato.

A respeito da secca – De Oeiras, em data de 23 do passado, escreverão-nos o seguinte: *Existem actualmente nesta cidade e pelos subúrbios, para mais de três mil emigrantes; e segundo informações fidedignas, muito maior é o número d'elles que ainda veem em caminho, luctando com toda sorte de dificuldades e privações para chegarem ao termo de sua longa e penosa viagem. É doloroso ver-se o estado em que aqui chegão, pela maior parte quasi nús e famintos!! V. S. prestarião a esses infelizes um relevantíssimo serviço, chamando a atenção do governo para este assumpto, sem duvida da maior importância; tanto mais quanto já se passão lougos dias consecutivos que não vem ao mercado público mantimento de qualidade alguma.

*Estamos por assim dizer, no começo da secca: avaliem o que está reservado a semelhante gente de setembro em diante. *Se o governo não os socorrer com dinheiro bastante, tem de perecer muitos a fome! (A IMPRENSA, 1877. p.06)

Através desse relato, podemos ter uma dimensão da quantidade de pessoas que chegavam ao Piauí fugindo da seca. Mesmo já se encontrando em Oeiras cerca de 3 mil migrantes, o autor ainda enfatiza que um número ainda maior de pessoas vem pelo caminho. Tendo em vista as longas distâncias percorridas os flagelados da seca chegam em Oeiras “nús” e “famintos”, em vista disso, pede-se das autoridades do Governo que socorra a essa gente caso contrário “tem de perecer muitos de fome”.

Não obstante, nos chamou atenção o fato de não haver gêneros alimentícios no mercado, ou seja, isso mostra um outro agravante da seca, a falta de alimentos. É importante

frisar que a situação enfrentada por Oeiras no tocante a falta de mantimentos era uma realidade pela qual outras partes da província passavam, conforme afirma Araújo “A escassez de alimentos atinge quase toda a população piauiense que, ao passar do tempo, tornava-se vítima da seca, fato que ficou na memória do piauiense até os dias de hoje.” (ARAÚJO, 1991.p.43)

A falta de mantimentos no mercado de Oeiras é uma realidade que aos poucos vai ocorrendo em outras regiões do Piauí. Isso porque o fenômeno da seca atingiu o setor da agricultura e as poucas chuvas que caíram não puderam garantir uma boa colheita. Desse modo, se faz importante lembrar que na segunda metade do século XIX a lavoura na província do Piauí era de subsistência, ou seja, produzia-se para o próprio consumo da população local (SANTANA,2001). Consequentemente, não havia na província piauiense um suporte para atender à grande demanda de solicitação de víveres para socorrer a população desvalida que padecia com a fome.

Em consequência da falta de gêneros alimentícios no mercado para consumo vai ter como principal efeito o aumento no preço dos cereais, de tal modo que nem todos da população vão ter condições de comprá-los. Como mostra a edição de 29 de setembro de 1877 no jornal “A Imprensa”.

Os legumes — isto é, farinha e milho, que é o que ainda aparece — sobem de preço com uma rapidez espantosa, e espera-se que no fim do anno e princípios do vindouro faltem absolutamente, ou subão de preço q' os ponha fora do alcance da pobreza. Os fazendeiros estão tristes e apprehensivos — os lavradores abatidos e desanimados; finalmente para qualquer lado que se olhe somente vê miseria, tristeza e desanimo. (A IMPRENSA, 1877)

A correspondência enviada aos redatores do periódico liberal “A Imprensa”, tem como remetente R. C. de Moraes do termo de Piracuruca. Em sua fala o autor enfatiza o desânimo que abatia os lavradores e a tristeza dos fazendeiros diante das cenas de miséria que se vê por todos os lados naquele termo. Além disso, nos chamou atenção quando Moraes ao falar sobre o aumento do preço dos cereais informar que a expectativa é

que estes venham a subir de valor ou até mesmo a faltar nesta província. Ademais, fica evidente em seu relato que a população pobre são os que mais sofrem com o flagelo da seca, tendo em vista que diante da carestia dos alimentos estes não teriam condições financeiras de comprá-los.

Em vista disso, elaboramos um quadro com a finalidade de mostrar o aumento “espantoso” dos gêneros alimentícios. Tomamos como exemplo a farinha, por ser um dos alimentos mais citados na fonte analisada principalmente nos ofícios do governo.

Quadro 2 — Variação no preço da farinha durante a seca nos de 1877-1878 na província do Piauí.

Gênero alimentício	Local	Valor	Ano
Farinha	Jaicós	28\$800	1877
Farinha	Teresina	110\$00	1877
Farinha	Oeiras	25\$00 a 30\$00	1878
Farinha	Piracuruca	10\$500	1878
Farinha	Parnaíba	10\$500	1878

Fonte: Elaborada pelas autoras (2022) a partir da coleta de dados no jornal *A Imprensa* (1877-1878).

Conforme mostra quadro 2, o preço de um mesmo alimento variava de um local para outro. A pesar do quadro mostrar somente a variação do valor da farinha, acreditamos que o mesmo acontecia com outros cereais. A depender da região o comprador sentiria um pouco mais o efeito da seca sobre os gêneros alimentícios, isso ocorria devido à pouca colheita nos anos de estiagem, ocorrendo por vezes de não se achar determinado produto disponível para comprar, pois, alguns gêneros ficaram escassos do mercado, a exemplo do arroz que em Jaicós “não tem por preço nenhum”. Diante disso, percebemos, que em face a triste realidade do flagelo da seca, muitos sujeitos se aproveitavam para tirar proveito através da venda dos alimentos por um preço muito elevado, ficando a população sujeita a tal situação (ARAÚJO,1991).

Em virtude da seca, outro setor importante não somente para a alimentação da população mas também por ser a principal fonte de renda da economia piauiense desde o período colonial e durante todo o século XIX, a pecuária que sofreu com a perda considerável de seus rebanhos. Desse modo, a falta de pastagem nos campos afetou a criação do gado vacum e cavalar. De Independência, chegavam notícias ao jornal “A Imprensa” informando as autoridades provinciais sobre a morte dos animais.

O gado vaccum e cavalar, morre para acabar-se e o que ainda existe não pode ser mais retirado, não só pelo estado de magreza, como pela longitude dos lugares onde à pasta. Os fazendeiros que de junho teem retirado, fazem uma enorme despeza e muitos teem chegado com metade do que condussem especialmente o cavalar. (A IMPRENSA, 1877)

A partir desse relato fica evidente a difícil situação dos criadores de gado. Tendo em vista que quando o gado não morria em suas terras ficava vulnerável a perecer nos longos caminhos do sertão em busca de pastagens. Consequentemente, a morte dos animais gerou grandes prejuízos para os fazendeiros bem como para a economia da província do Piauí. Não raro, se verá anúncios no jornal sobre a venda de animais com a finalidade de amenizar o prejuízo financeiro causado pelas mortes do rebanho em consequência da seca. Logo, Mariano Gil Castelo Branco coloca anúncio no jornal “A Imprensa” em março de 1879 colocando à venda “500 garrotes e novilhos” e mais ainda “20 burros capazes de todo serviço”. Observamos, durante a análise da fonte que atitudes como a de Gil Castelo Branco vão ser constantes entre os criadores piauienses nos três anos de seca.

Percebemos, que há uma construção de uma narrativa sobre a seca no periódico “A Imprensa” que busca mostrar os efeitos da seca sobre as classes abastadas, os redatores do jornal dão nota de que pessoas de melhores condições financeiras tiveram que migrar, dos fazendeiros que perderam

seus rebanhos. É inegável que a estiagem prolongada afetou todos os setores sociais direta ou indiretamente. Sabemos, no entanto que os mais afetados pelo flagelo foram as pessoas mais desfavorecidas economicamente. (GADELHA; LIMA. 2017).

A contínua falta de chuvas desencadeou o deslocamento em massa dessa população “desvalida”. Essa movimentação de migrantes levou o Piauí a receber muitos retirantes. Embora grande parte desses flagelados da seca tenham se fixado no território da província piauiense, ressaltamos que este não era o destino final a que desejavam chegar, pois, a população pobre e “desvalida” caminhava em direção ao Maranhão e Amazonas a procura de trabalho e sobrevivência. Desse modo, o Piauí seria apenas um lugar de passagem para que se pudesse refazer as forças através do descanso e da busca pela alimentação. (DOMINGOS NETOS; BORGES. 1987)

Devido a fragilidade física em que se encontravam os “retirantes” após percorrer longas jornadas a pé, assim como, o seu triste estado de desnutrição devido a fome muitos não conseguiam seguir viagem e ficavam pelo caminho. É imprescindível lembrar que os processos migratórios durante a seca ocorriam quando não havia mais esperança de chuvas:

O abandono de suas casas e plantações só acontecia quando as últimas esperanças de chuvas já se haviam desvanecido e os grãos, que ficariam para as sementes, sido consumidos. Isso significava que, logo no início da jornada, já era precário o estado de saúde e de nutrição das famílias. Já saíam famintos de suas terras. (NEVES, 2000).

As condições de viagem dos retirantes eram precárias. Sofriam com a elevada temperatura, com a fome e sobretudo, sofriam com doenças. Evidentemente, os migrantes chegavam nas vilas e cidades do Piauí enfraquecidos, “nus e famintos”. Constantemente, as narrativas do jornal “A Imprensa” pedem ao governo que socorra os “retirantes” caso contrário “muitos vão morrer de fome”.

Mesmo com as medidas que o governo tomou para socorrer as retirantes por meio da comissão de socorros distribuídas na capital Teresina e no interior da província, a seca de 1877-1879 fez muitas vítimas. Contudo, não há no Piauí registros que informem com precisão o índice de mortalidade entre os emigrantes, o que há são apenas relatos do crescente número de mortes no período em questão. (ARAÚJO, 1991)

Entretanto, observamos, a partir dos quadros demonstrativos a movimentação dos “retirantes” na província, que durante os meses registrados, houve um índice considerável de mortalidade em duas das enfermarias destinadas pelo governo a tratarem os emigrantes doentes. Tais dados podem ser constatados nos quadros 3 e 4, a seguir:

Quadro 3 — Movimento da Enfermaria de migrantes estabelecida no Quartel de Polícia em Teresina- jun./jul. 1879

Meses	Existiam	Entraram	Curados	Faleceram	Ficaram
Junho	143	117	100	43	117
Julho	117	31	73	30	61

Fonte: Elaborada pelas autoras (2022) a partir da coleta de dados no jornal *A Imprensa* (1879)

Quadro 4 — Movimento da Enfermaria de migrantes estabelecida na Santa Casa de Misericórdia em Teresina- jun. 1879.

Meses	Existiam	Entraram	Curados	Faleceram	Ficaram
Junho	107	38	41	37	68

Fonte: Elaborada pelas autoras (2022) a partir da coleta de dados no jornal *A Imprensa* (1879)

A partir da análise dos quadros 3 e 4, percebemos, que muitos dos emigrantes que deram entrada nas duas enfermarias da capital vieram a óbito. Apesar de não termos dados de outros locais que abrigavam os migrantes enfermos para tratamento, sabemos que muitos pontos de atendimento estavam espalhados pelo interior da província, pois encontramos na fonte diversos ofícios remetidos pelo governo provincial as comissões de socorros informando sobre o envio de remédios e ambulâncias

para tratar os doentes que ali se encontravam. O que nos leva a crer que nas vilas do interior a mortalidade tenha sido maior devido à demora para chegar os socorros, bem como pela falta de médicos em alguns lugares. Soma-se a isso o indicativo de que muitos emigrantes faleciam na travessia de uma vila a outra, devido à fome e sede.

Assim sendo, Dias (2019) ao analisar a seca no Ceará aponta como principais causas da mortalidade entre os retirantes a migração e as doenças epidêmicas que já existiam no Brasil durante todo o século XIX, mas que se intensificaram no período de estiagem. Nesta perspectiva, podemos inferir que devido as condições de insalubridade que viviam, a aglomeração de pessoas vivendo em um mesmo lugar e tendo uma alimentação precária, os “retirantes” ficavam mais vulneráveis ao contágio dessas doenças, como a febre amarela e a varíola, não resistindo aos seus sintomas na maioria da vezes, principalmente as crianças que eram o grupo etário mais atingido pelas enfermidades.

Diante da situação de crise socioeconômica pela qual passavam as províncias do Norte, o Governo Imperial adotou medidas de caráter assistencialista para socorrer os retirantes. Dessa forma, o governo provincial nomeou comissões de socorros públicos na capital Teresina e nas demais localidades do interior do Piauí. Todavia, os socorros não chegaram de imediato aqueles que padeciam com a calamidade da seca. De acordo com Araújo “Somente a partir de maio é que foi liberada aos presidentes das províncias a ordem de distribuição de alimentos. A essa altura a seca já estava transformada numa catástrofe humana. No Piauí, só em agosto de 1877, é que começa a liberação de recursos (...)” (ARAÚJO, 1991.p.69).

Com o atraso da liberação dos recursos destinados a socorrer os que sofriam com a seca, alguns indivíduos passaram a praticar a caridade com os retirantes. Os redatores do jornal “A Imprensa” veem essa atitude como um “ato louvável”, “nobre”, de “generosos sentimentos”, desse modo, as notícias destacam duas formas de caridade: a primeira se refere a distribuição

de alimentos com os retirantes e a segunda era o abrigo dos migrantes em suas propriedades, a exemplo do tenente-coronel Miguel Pereira de Araújo que abrigou no seu sitio Bentos 105 emigrantes.

Diante disso, questionamos se ato de caridade do tenente-coronel não o traria benefícios próprios, tendo em vista, que nessa época se construiu o discurso pela elite e pelas autoridades de que a população livre do Piauí era arredia ao trabalho, de que faltavam braços para trabalhar na lavoura (MONTEIRO,2016). Desse modo, supomos que fosse vantajoso para o proprietário manter um número significativo de retirantes em sua propriedade, pois, dessa forma, ele teria mão de obra barata para cultivar a terra.

Além disso, o espírito de caridade entre os grupos de elite está intrinsecamente relacionado ao sentimento religioso, pois a Igreja Católica enfatizava nos sermões da missa que a caridade era uma via pela qual se podia alcançar a salvação (ARAÚJO,2010). Porém, o jornal “A Imprensa” também salientava que a caridade pública existia, mas que não era capaz de conseguir solucionar todos os efeitos advindos da estiagem, sendo necessário a ajuda do governo.

Enquanto há no jornal “A Imprensa” notícias que exaltam as atitudes de caridade das elites, não se pode dizer o mesmo a respeito dos migrantes. Observamos, que se constrói um discurso no qual os mais afetados pela seca são representados de forma pejorativa. Nesse sentido, nos discursos do jornal do partido liberal o “retirante” é definido como um agente da desordem, que pratica roubos, que gera insegurança e temor nos demais seguimentos da população. (FOUCAULT,2012) O sentimento das elites passa a ser de insegurança, conforme mostra o trecho a seguir:

Os emigrantes aglomeram-se aqui pelo engodo dos socorros que vão recebendo; e que em outras partes não hão encontrado. Existem por debaixo das arvores dos

arredores da cidade 4 a 5 mil pessoas, e são exíguos os meios de que dispõe a comissão, que por isso não pondera em supri-los por muito tempo.

Com bons fundamentos, receamos que a mão mirrada do indigente se arrume para roubar e assassinar, quando lh' a não podermos encher de pão; por isso a população está sobre-saltada e pede segurança. Por outro lado, reccio muito dos destacamentos. Os que estão em Picos e Jaicós vivem fazendo garndes desordens e roubos. Andão constantemente escoltas d'aquelas villas para aqui, com presos, e não uma só viagem de taes defensores da pátria — em que não cheguem ao meu conhecimento factos desta natureza. Tirão lenha das cercas, para queimar, a vista dos donos; matão-lhes as creações e afinal espancão! (A IMPRENSA,1877).

Esse relato remetido de Oeiras nos mostra o temor em que se encontrava a população daquele termo diante do aumento de indigentes ali estacionados. Diante da escassez dos gêneros pela comissão de socorros teme-se que a medida em que os mantimentos escasseassem os “retirantes” cometessem crimes como já ocorria em Picos e Jaicós. Compreendemos, que a prática de roubo pelos retirantes era uma estratégia de sobrevivência, ou seja, como os recursos remetidos as comissões de socorros não eram suficientes e posto que a caridade particular era cada vez mais rara, os migrantes seguiam o caminho do crime, outros ainda recorriam a prática da mendicância para conseguir alimento.

De fato, não se pode negar que os números da criminalidade, tais como roubo, homicídios e brigas aumentaram consideravelmente com a presença dos emigrantes, sobretudo na capital da província. No entanto, o que os detentores do poder não levavam em conta que possivelmente esses crimes aconteciam em grande medida devido a situação miserável em que se encontravam os indigentes da seca, tendo estes de recorrer a uma vida marginal e de mendicância. Nessa perspectiva, Araújo (2010) nos diz que “a criminalidade, como manifestação de tensão social, era gerada pela extrema miséria na qual viviam essas pessoas”.

O sentimento de insegurança e medo da desordem causada pela multidão de emigrantes, fez com que frequentemente chegasse ao governo provincial solicitações de aumento nos destacamentos policiais. Embora, conste que várias vilas do Piauí receberam os “retirantes” da seca percebe-se que no tocante ao aumento da criminalidade o jornal “A Imprensa” nos sugere que em Parnaíba, Oeiras, Independência, Jaicós, Piracuruca, a capital Teresina e Príncipe Imperial foram os mais atingidos pelo efeito da violência, sendo esses lugares os que mais solicitavam policiais ao governo.

Diante disso, podemos compreender os percalços vivenciados pelos diferentes seguimentos sociais do Piauí nos anos de 1877-1879 em consequência da seca. Além disso, analisamos os efeitos da seca em diferentes pontos da província, tendo uma dimensão territorial do alcance da seca e seus impactos sobre a sociedade, os meios de subsistência, a mortalidade entre outros fatores.

Considerações Finais

Percebemos, que o jornal é um importante veículo de comunicação da época e nos deixou muitos indícios que nos permite compreender esse período da história. Ressaltamos, no entanto, que a produção da fonte apresenta o ponto de vista e a intencionalidade de quem a produziu, desse modo, os discursos mostram a visão das autoridades e da elite piauiense sobre os “retirantes” e a seca. Portanto, observamos que a seca é representada no jornal “A Imprensa” a partir de cenas de miséria, fome, mortes, perda de rebanhos, narrando de modo particular sobre migrantes sendo estes representados de forma pejorativa e preconceituosa.

Enfim, essa pesquisa nos fez perceber a importância do uso dos jornais como fonte histórica. Sabemos que os discursos presentes nesse meio de comunicação apresentam a visão de mundo de quem as produziu, é um olhar da elite,

das autoridades sobre os demais grupos sociais e sobre os acontecimentos. Dessa forma, se fez necessário uma análise crítica da fonte. Diante disso, essa pesquisa tem por objetivo a ampliação das discussões sobre o tema da seca, buscando contribuir para as produções historiográficas referentes ao Piauí oitocentista.

Referências

Fontes

JORNAIS – BIBLIOTECA DIGITAL DO RIO DE JANEIRO:
< <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em:
30/04/2022.

BN/HDB. Jornal “A Imprensa: Periódico político (PI) – 1865 a 1889”. Ano 12, n°507, 03/05/1877. p. 2.

BN/HDB. Jornal “A Imprensa: Periódico político (PI) – 1865 a 1889”. Ano 12, n°514, 01/08/1877. p. 6.

BN/HDB. Jornal “A Imprensa: Periódico político (PI) – 1865 a 1889”. Ano 12, n°519, 25/08/1877. p. 3

BN/HDB. Jornal “A Imprensa: Periódico político (PI) – 1865 a 1889”. Ano 12, n°516, 31/08/1877. p. 4.

BN/HDB. Jornal “A Imprensa: Periódico político (PI) – 1865 a 1889”. Ano 12, n°519, 29/09/1877. p. 2.

BN/HDB. Jornal “A Imprensa: Periódico político (PI) – 1865 a 1889”. Ano 12, n°524, 19/11/1877. p. 4.

BN/HDB. Jornal “A Imprensa: Periódico político (PI) – 1865 a 1889”. Ano 14, n°586, 23/03/1879. p. 6.

Bibliografia

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **Cotidiano e pobreza:**

a magia da sobrevivencia em Teresina. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **O poder e a seca de 1877/79 no Piauí**. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991.

DIAS, Dayane Julia Carvalho. Mortalidade e migração no período da seca de 1877-1879 na freguesia de São José (Fortaleza/CE). **Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v.27, n.2 [38], p. 175-194, jul./dez/ 2019.

DOMINGOS NETO, Manoel; BORGES, Geraldo Almeida. **Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense**. 2 ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GADELHA, Georgina da Silva; LIMA, Zilda Maria Menezes. Cortejo de miséria: seca, assistência e mortalidade infantil na segunda metade do século XIX no Ceará. **História e Cultura**, Franca, v. 6, n. 2, p. 101-118, ago-nov. 2017.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFHI/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2º ed. 2º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

SANTANA, R. N. Monteiro de. **Evolução Histórica da Economia Piauiense**. 2º edição; ed. Academia Piauiense de Letras – convênio com o Banco do Nordeste: Teresina, 2001.

UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE OS TRABALHADORES LIVRES E MIGRANTES DA SECA NO PIAUÍ OITOCENTISTA (1877-1879)

Luciane Azevedo Chaves
Lucas Clementino Feitosa Pinheiro

Introdução

Por muito tempo a historiografia não direcionou seu olhar histórico para o Piauí – palco de muitos acontecimentos que influenciaram a formação e a compreensão que se tem do Brasil hoje. Dessa maneira, a escrita da história deste Estado acabou sendo deixada de lado por influência de uma tida história oficial que era muito presente no IHGB que prezava pelo conceito de civilização. Este conceito foi muito utilizado pelos intelectuais do IHGB, no sentido de interceder nas formas de olhar e caracterizar a nação brasileira, nos textos de escrita da História do Brasil, em meados do século XIX.

Mas antes de falar como se deve escrever a História do Brasil, é necessário que se faça uma breve introdução acerca da ideia do conceito de historiografia para podermos entender melhor como se faz a escrita da nossa história. Dessa forma, o que essa palavra “historiografia” quer dizer? A historiografia é um conceito formado pelo historiador, pelo pensamento histórico (ou melhor, pela consciência histórica), pelos documentos históricos e pela escrita. Em outras palavras, a historiografia é constituída por um conjunto que tem que estarem unidas para se fazer a escrita da história.

Desse modo, não se faz história sem documentos históricos. Assim, essa foi uma das primeiras preocupações do IHGB no momento em que estavam se situando como instituição de pesquisa. Portanto, a ideia inicial era de elaborar documentos

para se fazer uma História do Brasil, uma História inicial voltada para os grandes “heróis”. Ora, a influência iluminista foi muito marcante na forma da escrita da História do Brasil naquele período, por isso essa história das grandes personalidades.

É nesse sentido que o IHGB encaminhou a historiografia que definiu a Nação brasileira: uma nação homogênea como forma de uma roupagem política. Isto posto, o conceito de civilização por eles utilizados interferiu no modo como percebíamos esses povos não pertencentes àquela ideia de Nação por eles construída, “eminentemente restrito aos brancos” (GUIMARÃES, 1988, p. 3).

Embora esses historiadores tivessem a ideia de fazer uma história nacional escrita por historiadores nacionais, na qual eles argumentavam o seguinte: “As nuvens que impedem uma boa visão da realidade, causadas, sobretudo por obras de autores estrangeiros, devem ser dissipadas pelos historiadores do Instituto. (CÉZAR, 2004, p. 15). Porém, percebemos o quanto eles ainda mantinham a visão iluminista em seus escritos. Em outros termos, essa ideia de homogeneizar o pensamento acabou elegendo uma forma de pensar o Brasil para se adequar aos interesses políticos da época. Logo, o conceito de civilização nos seus textos atrapalhou e muito para a compreensão desses povos que acabaram sendo marginalizados, até mesmo excluídos na História. Mas hoje a escrita da História é diferente, se tem um processo de resgate da história desses povos.

Assim sendo, o objetivo do presente texto é direcionar nosso olhar para uma história regional com atenção voltada para as pessoas simples. Adicionado a isso, o propósito deste artigo é tratar acerca da gente comum nos moldes da metodologia da história vista de baixo do historiador inglês Edward Palmer Thompson (2012), com foco nos trabalhadores livres e migrantes na seca no Piauí oitocentista (1877-1879), a qual esses indivíduos foram muitas vezes desclassificados pelas organizações políticas e econômicas de seu período, cujo ocasionava um empecilho

para que esses sujeitos tivessem um acesso à terra - como no caso dos posseiros, agregados, vaqueiros, pequenos agricultores, escravizados e retirantes.

Nossa intenção é fazer que as histórias destes excluídos da história (PERROT, 2017) ganhe cada vez mais espaço nos debates acerca dessa temática. Nesse sentido, como escrever a história acerca da vida desses indivíduos sem rostos, desconhecidos? A multidão na história, que tanto nos fala George Rudé (1991), pode ajudar a revolver esse questionamento.

A seca de 1877-1879: Um problema social

A seca castiga o Brasil, principalmente o Nordeste (devido a sua localização geográfica de clima semiárido), desde o período colonial. A estiagem provocada pela escassez de água pode durar meses ou anos. Essa falta de água pode ocorrer devido às questões atmosféricas que são responsáveis pelas chuvas, pelos abastecimentos de rios, riachos, lagoas, açudes, etc. Assim sendo, entende-se que no período colonial, onde não havia ainda uma grande política de abastecimento de água por todo o território, a migração era iminente quando chegavam esses períodos de escassez prolongada, pois

(...) a ocorrência de uma seca não se alastra por todo o território Semiárido, mas apenas em partes dele. Assim, nos primeiros séculos da colonização, os relatos pontuam episódios nos locais onde o cronista mora ou por onde passou. Notícias de secas que se estenderam por partes significativas do território Semiárido, ou mesmo em toda a sua extensão, só foram identificadas a partir da metade do século 17, com o aumento da ocupação dos sertões. (LIMA; MAGALHÃES, 2018, p. 193).

Além disso, essa seca ocorrida pelas causas climáticas e todos os seus desdobramentos são justificados dentro do contexto histórico do Brasil colonial. Porém, já no século XIX, período da Proclamação da Independência e da constituição do Brasil como império, faz-se uma necessidade de distinguir dois tipos de secas: “Há a seca meteorológica, que é a diminuição

da quantidade de chuva, e a seca hidrológica, que acontece quando o sistema de abastecimento de água é insuficiente para salvar a safra. A seca hidrológica traz sempre uma história social.” (SECRETO, 2020, p. 36). Ou seja, naquele período, foi-se necessário voltar sua atenção para as secas para resolver esse problema que tanto assolava o sertão nordestino.

Ademais, o saneamento básico foi tema de discussão nesse período, principalmente por parte das elites que também sofria com uma falta de uma rede de água encanada. Somado a isso, tinha também uma preocupação com a saúde, dado que, com essa falta de água, a higiene também foi tema de debate. É nesse sentido que as autoridades imperiais começaram a se preocupar em pensar em obras que pudessem resolver esse problema. “No entanto, isso só ocorreu três séculos depois, após as secas de 1877 e 1888, com a construção do primeiro grande açude público, o Cedro, concluído somente em 1906.” (LIMA; MAGALHÃES, 2018. p. 195). Assim, diante das secas, foram pensadas políticas públicas em “combate às estiagens”.

A enorme seca do triênio de 1877-1879 não assolou somente o Brasil, alcançou outros diversos países. Mas o que chama a atenção diante da análise desse evento histórico é que naquele período os historiadores (apesar de não terem muitos) não se debruçaram sobre esse fatídico episódio e que só, posteriormente, foi dada uma devida atenção para esse acontecimento histórico.

Essa dimensão global, que passou despercebida por mais de um século para nós historiadores, não o foi para muitos dos viajantes, cronistas, economistas, políticos que, no final da década de 1870, analisaram, escreveram, fotografaram, relataram a “calamidade da seca”. (SECRETO, 2020, p. 34).

Essa Grande Seca ceifou a vida de milhares de pessoas de fome. O escritor americano Herbert Smith (1879), durante sua viagem no Brasil, registrou em seu livro as consequências dessa seca e que as mortes ocasionadas por essa situação de

calamidade teriam sido causadas por sede, fome, doenças, intoxicação alimentar e um grande surto da varíola. (SMITH, 1879).

Contudo, com a devastação que essa seca trouxe nesse período veio também os problemas sociais que afetaram fortemente as classes mais baixas. Porém, deve-se entender que nem sempre esses problemas de falta d'água são causados pelos eventos climáticos. Assim, vários estudiosos começaram a calibrar o olho em relação a isso e perceberam um fato interessante: o que ocorria e ocorre no Nordeste é uma irregularidade das chuvas. Sendo assim,

A grande maioria das crises ocorria apenas em determinadas localidades, apesar de seus reflexos se estenderem por espaços maiores. No Piauí, há casos de municípios que sofrem de forma notória estas irregularidades; enquanto que alguns agricultores têm a produção garantida, seus vizinhos, com as mesmas culturas e na mesma época, vêm suas plantações perdidas (...) Em suma, o que ocorre no Nordeste, em termos de pluviosidade, é uma irregularidade muito acentuada. No geral, chove bastante, executados aos anos realmente excepcionais em que a precipitação deixa realmente de ocorrer (...) A distribuição de chuvas no espaço físico e no espaço de tempo é que, face às condições em que é praticada a atividade agrícola, causa a perda da produção e desencadeia o drama social. (DOMINGOS NETO, 1983, p. 30-31).

Pelo que foi dito anteriormente, considera-se que o problema da “seca”, como bem defende o historiador Manuel Domingos Neto (1893), não se reduz somente às questões climáticas. De fato, houve períodos de seca e estiagens, mas muitas vezes, principalmente já na passagem do período imperial para a república, houve também uma falta de uma política pública que discutisse acerca das crises hídricas que sucedia e sucede ainda hoje no sertão nordestino. Por consequência, houve migrações em massa para fugir dessa crise e não perecer diante dessa calamidade, acarretando um grande problema social.

Como causa da saída, podemos considerar a ausência de chuvas, a seca, desnudando motivos mais profundos que se relacionam com a questão agrária e que, no momento da falta de chuvas, se apresenta como uma crise agrícola. Devemos salientar que o que ocasiona a saída não é um fenômeno natural, mas social: a concentração da terra, a falta de defesas hídricas etc. (SECRETO, 2020, p. 36).

Acerca da terra, o ambiente se transforma com as faltas de chuvas em seu solo. A paisagem muda, a terra expulsa os homens e o habitat se adapta a realidade que lhe é imposta. Com o clima semiárido, as temperaturas são muito elevadas deixando o ar com uma baixa umidade. Já a sua vegetação é caracterizada pelas plantas xerófilas adaptadas a esses longos períodos de chuvas, ou seja, com a presença de poucas folhas, há uma maior concentração de reserva de água. Plantas como cactos (mandacaru, xique-xique e facheiro) são ótimos exemplos de adaptações dentro da caatinga.

Apesar disso, o sertão, quando chega os períodos de chuvas, transforma-se, tanto a terra como o homem, trazendo alegria e esperança para esse povo que tanto depende desse solo para sobreviver.

Um olhar literário sobre a seca

É diante dessa metamorfose natural que acontece em ciclos que a literatura se debruçou sobre esses eventos e que, por mais que sejam produções literárias – romances e poemas – estas podem servir como fontes históricas e ajudam a compreender esses momentos de seca. Autores como Euclides da Cunha (2019), João Cabral de Melo Neto (2010), João Guimarães Rosa (2021), Graciliano Ramos (1996), entre muitos outros, são leituras de suma importância a nível nacional. E em referência à literatura piauiense, temos autores que retrataram a seca da nossa região em seus romances, a qual merecem destaquem o Francisco Gil Castelo Branco (2010) e o Fontes Ibiapina (1998).

O Euclides da Cunha (2019) fez um importante trabalho ao se debruçar sobre a expedição de Canudos, mas o que nos interessa aqui são suas análises geológicas sobre a terra naquele período, pois foi naquele momento que o autor conseguiu identificar a grande seca (1877-1879) que assolava aquela região (2019, p. 45). Ou seja, além das descrições do ambiente, o autor também faz análise acerca das transformações do sertão que vai “da extrema aridez à exuberância extrema...” (CUNHA, 2019, p. 61). Nesse sentido, o sertanejo terá que se adaptar à essas mudanças climáticas que são imprevisíveis nessa região, como bem defendeu o Domingos Neto (1983). Assim, o homem é “um agente geológico notável” (CUNHA, 2019, p. 62). Portanto, para subverter a ordem natural, ganha destaque o vaqueiro – uma das profissões exercidas pelos trabalhadores livres no Piauí ao longo do século XIX (CABRAL, 2018) e que permanece até os dias atuais.

Desse modo, percebemos que a vida do sertanejo não é fácil. Desde cedo luta pela sua sobrevivência. Entretanto, não se pode ter uma visão romantizada desses indivíduos, tal como o Euclides da Cunha (2019) fez ao dizer que o sertanejo é o único que não teme essas catástrofes climáticas.

Porém, o que a história nos mostra é algo bem diferente. Houve diversas migrações ao longo da história do Brasil para fugir da seca. O homem não a enfrenta de peito aberto, foge para sobreviver. “A seca é inevitável” (CUNHA, 2019, p. 132), como o próprio autor diz.

É por esse motivo que as migrações em massa surgiram para fugirem da seca. Em busca de um pedaço terra, esses sujeitos saiam rumo a localidades que não estivessem sido castigados pela estiagem ou que estas já tivessem um sistema hídrico que fosse capaz de suprir as necessidades tanto da população local como desses retirantes que vinham de diferentes áreas. No caso do Piauí, muitos se direcionaram para Teresina. Logo, esses migrantes muito se parecem com o Severino que tanto o João Cabral de Melo Neto (2010) fala em seu poema “Morte e Vida

Severina". Severino que tanto fugiu da seca para não morrer; que tanto procurou um pedaço de terra para sobreviver, acabou encontrando somente em seu leito de morte. "Só a morte tem encontrado quem pensava encontrar vida" (NETO, 2010, p. 96).

Por conseguinte, além dos migrantes, entra nessa questão os trabalhadores livres, que "(...) de profissões liberais que não se libertaram jamais" (NETO, 2010, p. 119), e, mesmo que suas ocupações fossem temporárias, "mas o que se vê não é isso: é sempre nosso serviço crescendo mais cada dia; morre gente que nem vivia" (NETO, 2010, p. 123).

Houve uma exploração no trabalho desses sujeitos, que, segundo o pensamento daquela época, havia uma distinção social e esses retirantes "tinham a obrigação de trabalhar para os outros, naturalmente, conhecia o seu lugar. Bem. Nascera com esse destino, ninguém tinha culpa de ele haver nascido com um destino ruim" (RAMOS, 1996, p. 96). Portanto, Graciliano Ramos (1996) através de seu romance "Vidas Secas", faz essa denúncia desse fenômeno social em que essa grande massa anônima era explorada pelos governos das províncias e pelos grandes fazendeiros.

É diante desse cenário que a historiadora Maria Malfada Balduíno de Araújo (2010) faz uma análise da pobreza e da sociedade que esses indivíduos estavam inseridos na capital Teresina, principal destino desses retirantes para se refugiarem da seca. Mas esses indivíduos não foram bem vistos pela elite daquela região que estavam com medo e tinham preconceitos contra esses sujeitos.

O cenário criado pelos migrantes, na Capital, mostrou-se ameaçador pelo grande número de pobres, sem ocupação, que perambulavam pelas ruas da cidade. No imaginário dos governantes, essa afluência de pobres era ocasião para a desordem, e, por conta disso, tomavam duas providências: estimulavam a saída dessa população sem trabalho e meios de sobrevivência para outras regiões e criavam estratégias de trabalho para a população nômade restante, através de obras públicas e núcleos coloniais. (ARAÚJO, 2010, p. 76).

Nessa segunda providência, ganha destaque os trabalhadores livres, a qual essa classe de trabalhadores ganhou diversas conotações nada agradáveis e que merecem serem problematizadas. Assim, antes disso, é importante pontuarmos quais trabalhos esses sujeitos exerciam. Para tanto, Francisco Gleison da Costa Monteiro (2020) fez um ótimo trabalho ao mapear as “profissões ou empregos” desses trabalhadores livres, que são estes:

alfaiate, agência, agregado, caixeiro, carcereiro, carpina, coletor, creador, curtidor, empregado, fazendeiro, feitor, ferreiro, lavrador, marchante, negociante, ouriveres, oleiro, pedreiro, pescador, proprietário, roceiro, sachrista, sapateiro, tamoeiro e vaqueiro. (MONTEIRO, 2020, p. 140-142).

É diante dessa pluralidade de serviços exercidos por esses trabalhadores tido livres que estes começaram a ganhar conotações que expressavam um desprezo por essa classe: “vivem de algo e não do seu trabalho, porque essa designação afastava-os do escravo, por terem rendas próprias e serem autônomos em seus negócios.” (MONTEIRO, 2016, p. 118).

Dessa forma, entende-se que um dos motivos da elite em menosprezar esses homens estavam no modo como esses sujeitos ganhavam seu pão. Esses trabalhos eram exercidos de modo irregular, e isso aborrecia muito essa fidalguia, pois, supostamente, essa “liberdade” rompia com a hierarquia social, dado que, como herança da sociedade colonial, “os homens pobres deveriam ser submissos aos membros da elite”. (MONTEIRO, 2016, p. 88).

Sobre as obras públicas que esses indivíduos foram direcionados que, a princípio, por uma vaidade por parte das elites em querer se livrar desses sujeitos que estavam circulando pela cidade, a Maria Malfada Balduíno de Araújo diz o seguinte (2010):

Pelo discurso da elite, notamos uma preocupação quanto à questão do trabalho. Tal preocupação é concretizada através de leis, de códigos de posturas repressores da vadiagem, que obrigavam os homens livres pobres a trabalhar. Segundo Sidney Chalhoub, no Brasil a vadiagem representava uma ameaça ao progresso, à moral e aos bons costumes. Acrescenta ainda que, no processo de construção da ideologia do trabalho, foi também elaborado o conceito de vadiagem. Nessa perspectiva, a ociosidade das classes pobres, apontada com uma porta aberta para o crime impunha a necessidade e a urgência de sua repressão. (ARAÚJO, 2010, p. 78).

Além disso, soma-se a questão da modernização que o Brasil estava inserido, ou seja, seguindo um padrão europeu, a elite segregava a sociedade e mantinha um padrão na cidade excluindo aqueles que desregulavam a ordem, a beleza e a harmonia, assim como fez a elite do Rio de Janeiro no início da república, como bem mostra o historiador Nicolau Sevcenko (1998) ao analisar os discursos do João do Rio e Lima Barreto.

Ademais, quando esses sujeitos foram direcionados para os empregos propostos pelas autoridades, percebe-se que esses trabalhos onde esses homens eram empregados se tratava de ocupações temporárias, tendo em vista que esses migrantes estavam fugindo da seca do triênio de 1877-1879 à procura de qualquer emprego que pudesse alcançar o seu sustento através do suor do seu trabalho. Todavia, ao analisar as fontes, se percebe que essas ocupações temporárias para esses indivíduos tinham uma outra função: a de mantê-los longe das elites, pois estes estavam com medo de saques de uma aglomeração de pessoas que circulavam pelas vilas e acabaram tendo como destino principal a capital Teresina, como bem mostrou o literato Abdias Neves (2000) através de seu romance histórico “Um Manicaca”.

Acerca dessas ocupações que esses trabalhadores livres foram direcionados, como se não bastasse a condição miserável que esses indivíduos estavam insertados, se tinha a exploração da mão de obra (exploração do homem), das políticas públicas e da seca. A começar pelo homem, como já foi dito anteriormente,

esses indivíduos foram direcionados para as obras públicas longe das elites, mas, além disso, houve uma estratégia por parte dos governos provinciais e dos proprietários para a alocação desses roceiros em serviços privados e públicos. Sendo assim, essas autoridades se aproveitaram desse contingente populacional para explorá-los nos trabalhos das colônias e das obras públicas, oferecendo-lhes apenas uma miséria de proventos em que mal dava para alimentar suas famílias.

As políticas de socorros públicos e a seca

A criação dos Socorros públicos tinha como objetivo destinar ajudas para essa grande massa de migrantes. Todavia, com uma falta de uma fiscalização rigorosa por parte das autoridades para verificar se essa ajuda realmente chegaria ao seu destinatário final, houve uma exploração por parte dos grandes fazendeiros e comerciantes que acabavam desviando esses alimentos e obtiveram lucros às custas de verbas públicas.

Assim, tratando-se da questão de fornecimento e distribuição de viveres aos núcleos, observa-se que, desde sua criação, até sua extinção, depara-se com dois problemas: O primeiro, o não estabelecimento criterioso, nos primeiros contratos, do quanto deveriam os contratantes receber e doar e o segundo, embora fossem os contratos mais bem definidos, numa etapa posterior, permitiam, sobremaneira, os abusos mais desastrosos. (ARAÚJO, 1991, p. 89).

Sobre esses casos de desvio de ajudas públicas fica evidente quando ao analisarmos as fontes da época, pois constatamos que em alguns documentos há relatos de atrasos da chegada dos viveres para serem destinados aos necessitados, como é o caso dessa correspondência do procurador Vitalino d'Oliveira Costa:

Communico a VEx^a. que o nucleo de emigrantes do meu sitio morro desde sua reação até hoje só tem sido fornecido pelo Governo com o mismero de oito quartas de farinha, não obstante ser o Governo obrigado, por contracto de 3 de janeiro do corrente anno à fornecer ,mensalmente, 40 quartas de 50 litros de viveres para o

sustento dos ditos emigrantes, em consequencia arrimo na necessidade de ceder-lhes uma róça de mandioca, de que os emigrantes servirão-se, tendo constantemente supprimido os mesmos com carne, até a presente data; nestas condições não me sendo possível continuar com o suprimento de cereas, por adiantamento, dos que o Governo devia ministrar, venho rogar a VEx^a sinar-se ordenar comissão de socorros publicos, que me entregue os viveres que já devia ter recebidos na forma do referido contracto, do contrario declaro que delle desisto, desde já.¹³

À vista disso, devemos perguntar qual era intenção desse cidadão ao ceder uma roça de mandioca para esses migrantes? Será se ele realmente tinha a intenção de ajuda-los? Não sabemos, mas o que a história e as fontes nos mostram é que muitos desses homens tidos como bons samaritanos acabavam se aproveitando dessa condição precária dos migrantes que estavam fugindo da seca. E para onde foram esses viveres que já deveriam ter sido entregues para ser feito a distribuição para esses famintos? Também não sabemos o seu destino, porém naquele período houve muito desvio de alimentos para revenderem e lucrarem. Com isso, esses proprietários se enriqueciam do suor e da fome desses trabalhadores livres e migrantes da seca.

Considerações finais

Portanto, diante do que foi exposto, esse trabalho é fruto de análises, leituras e transcrições da documentação da Comissão de Socorros Públicos no Piauí. Desta maneira, percebemos que a seca no sertão nordestino não deixa de ser um fenômeno nefando que obriga a natureza e o homem a se modificarem, no caso deste último, é obrigado a buscar refúgio em outros locais, bem como lhe conceder um pedaço de terra e/ou um

13 APEPI. Fundo do Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Ano: s.d. Caixa 113.

trabalho durante os períodos de estiagem afim de sobreviver a esses períodos difíceis de estiagem. Desse modo, consiga sustentar o sonho de voltar para casa.

No entanto, no decorrer das análises das fontes e de seus cruzamentos com outras obras que trabalham essa temática, percebemos a desumanização por parte dos governos provinciais ao pregar um falso assistencialismo, atrelado a ideia de progresso, como justificativa para a exploração dos trabalhos a que eram sujeitados os trabalhadores livres e os migrantes.

É nesse sentido que buscamos entender os meios de assistencialismo no período de seca de 1877-1879 no Piauí. Percorrendo o caminho dos migrantes, tendo um olhar crítico sobre os trabalhos oferecidos, como também as barganhas concedidas entre os poderosos locais, que se beneficiavam da tragédia da seca, lucrando com os mantimentos enviados pelo governo. Período esse que modificou a vida de muitos sertanejos pobres, acometidos de fome, doenças e exploração. Portanto, um dos objetivos deste texto é tirar do anonimato “(...) este homem esquecido, o trabalhador livre nacional.” (EISENBERG, 1989, p. 237).

Referências

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduíno de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina.** Teresina: EDUFPI, 2010, p. 78-76.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduíno de. **O poder e a seca de 1877/79 no Piauí.** Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991, p. 89.

CABRAL, Ivana Campelo. **Sertanejos piauienses: trabalhadores livres no Piauí rural escravista, 1850- 1888.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/110722958-Sertanejos-piauienses.html>. Acesso em: 27 set, 2022.

CEZAR, T. Lição sobre a escrita da história historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, v. 8, n. 1, p. 11 - 29, 8 jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38021/19772>. Acesso em: 27 set, 2022.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: UBU Editora, 2019, p. 45-132.

DOMINGOS NETO, Manoel; BORGES, Geraldo Almeida. *Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense*. 2 ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987, p. 30-31.

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil- séculos XVIII e XIX*. Campinas: UNICAMP, 1989, p. 237.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1998. p. 3. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>. Acesso em: 27 set, 2022.

LIMA, J. R. de; MAGALHÃES, A. R. Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21, *Parc. Estrat.*, v. 23 (46), p. 193-195, 2018.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. Homens livres na província do Piauí. In: “[...] cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Recife: UFPE-PE, 2016. p. 88-147. (Tese de doutorado em História – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CFCH, 2016), p. 88-118. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18746#:~:text=cumprindo%20ao%20homem%20ser%20trabalhador,do%20Piauí%20\(18501888\)&text=Abstract%3A,livres%20pobres%20nos%20sertões%20piauienses](https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18746#:~:text=cumprindo%20ao%20homem%20ser%20trabalhador,do%20Piauí%20(18501888)&text=Abstract%3A,livres%20pobres%20nos%20sertões%20piauienses). Acesso em: 27 set, 2022.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. Profissões ou empregos nas províncias do Piauí. In: LIMA, Nilsângela (Orgs). **Páginas da História do Piauí colonial e provincial**. Teresina: EDUFPI, 2020, p. 144-142.

NETO, João Cabral de Melo. **Morte e Vida Severina**: e outros poemas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, p. 96-123.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 71^aed. Rio, São Paulo: Record, 1996, p. 96.

RUDÉ, George. **A multidão na história: estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730 1848**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SECRETO, María Verónica. A seca de 1877-1879 no Império do Brasil: dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e mercado. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.27, n.1, jan.- mar. 2020, p.34-36. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/ynZxC9TkBJS5GdCnjKXmGKd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 set, 2022.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In:

SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil; vol. 3). p. 544.

SMITH, Herbert. **Brazil, the Amazonas and the Coast**. New York: Charles Scribner's Sons. 1879.

INFLUÊNCIA E SUBVERSÃO SOBRE O CARÁTER DO SERTANEJO DURANTE A SECA DE 1932 : A REPRESENTATIVIDADE EM VIDA GEMIDA EM SAMBAMBAIA, DE FONTES IBIAPINA

Lueldo Teixeira Bezerra

Raimunda Celestina Mendes da Silva

Considerações Iniciais

O estado do Piauí possui um clima que se dividi em semiárido, transição semiárida e transição subúmida. Sua localização se encontra em um local que é passagem para quem vem do estado do Ceará para o estado do Maranhão. Nos tempos das secas, os estados do Nordeste que mais sofriam com essa moléstia eram Paraíba, Ceará e o Piauí. Como escape, aqueles que vinham do Ceará, procurando as terras do Maranhão, cujo clima era mais saudável e menos árido, passavam por dentro do estado piauiense. Assim, muitos retirantes passaram pelo Piauí fugindo da seca. Alguns chegavam a tentar escapar junto ao Vale do Parnaíba¹, procurando se tornarem agregados das fazendas dos grandes coronéis da época, mas nem todos conseguiam fixar moradia nas grandes fazendas.

As fortes secas nordestinas causaram marcas crueis na história do povo nordestino. Inúmeras famílias viram o solo onde pisavam racharem por conta da falta da chuva nas terras que habitavam. Esse triste fenômeno se repetiu por diversas vezes, a saber: 1824, 1845, 1877, 1898, 1915, 1932, 1951, 1953. Em todos esses períodos, nordestinos clamava à “Corte do Céu”, nas palavras do escritor piauiense Fontes Ibiapina, para que os

1 Região em que o Rio Parnaíba se encontra com o mar.

santos mandassem chuva para molhar a terra e assim surtir o provimento que seria o alimento dos nordestinos e dos animais que eles criavam para o próprio sustento, bem como para a comercialização.

Os relatos da seca trazidos para o campo literário têm gerado grandes narrativas que ficcionalizaram as dores dos nordestinos ao enfrentarem um tempo de escassez e miséria nos vastos campos embranquecidos pelos açoites das secas que por ali passaram. A representação dessa temática por meio de textos ficcionais fez com que alguns autores da literatura brasileira se destacassem no ciclo que ficou conhecido como Literatura das Secas, cujo surgimento data do final do século XIX. Essa vertente foi criada a partir de perspectivas do contexto espacial, social e cultural do sertão nordestino, em especial, as características advindas da seca.

Literatos como Euclides da Cunha, Guimarães Rosa, José Lins do Rêgo, Rachel de Queiroz, Rodolfo Teófilo, Fontes Ibiapina, dentre outros tomaram como tema a seca para suas criações literárias. Foi no Romance de 30 ou romance regionalista que a seca passou a ser discorrida como um dos principais elementos paisagísticos do Nordeste. Na literatura de autores piauienses não foi diferente. Francisco Gil Castelo Branco, com o romance *Ataliba, o vaqueiro*, inaugura a geração do romance da seca no estado em 1878 com a publicação do seu livro. Em sua obra clássica, Francisco Gil Castelo Branco descreveu a seca que devorou o estado do Piauí na segunda metade do século XIX, especificamente em 1877.

A literatura piauiense, cuja temática está centrada em temas regionais, bem como na seca, escreve a História discutindo, em sua tessitura narrativa, os caminhos ficcionais seguidos pelos escritores que, com isso, procuraram estabelecer um jogo com o leitor. Tal procedimento conduz muitos críticos, ao dialogarem com essas obras, a contemplarem-nas como produção e dizerem que “elas têm feito da história motivo de reflexão e tema de reescrita” (REIS, 1994, p. 171).

João Nonon de Moura Fontes Ibiapina, escritor modernista do estado do Piauí, como parte de seu projeto escriturário, conhecido também como uma temática regional, traz em sua ficção a narrativa da seca ilustrando os açoites da estiagem em parte da população piauiense. A análise de sua obra aplicada a aspectos literários específicos, como voz narrativa, tempo da diegese, fatos históricos, dentre outros, revela um mundo ficcional criado pelo próprio escritor. Segundo Fontes Ibiapina (1974, p. 3), “a melhor forma de dizer a verdade é na ficção de mentira”. A respeito, Costa Lima (1989, p. 76) afirma que “a ficção é uma figura ambígua. Sem ela, não há possibilidade de descoberta de um sentido para a vida humana. A ficção engendra uma proposta pela qual nossas vidas podem alcançar um caminho”.

Dessa maneira, ocupando lugar de destaque na ficção modernista piauiense, Fontes Ibiapina partilha com o leitor a ambiguidade que sua obra revela, uma vez que tem na História o ponto de partida para a maioria de suas narrativas, o que lhe fornece o caminho para a sondagem dos fatos documentais e da realidade ficcional, produto do processo de criação artística do escritor.

Fontes Ibiapina buscou, ao longo de sua produção literária, representar o sertanejo em seu habitat, demonstrando os aspectos sociais, culturais, históricos e políticos desse sujeito que lutava diariamente para sobreviver em um espaço, no qual era esquecido pelos representantes políticos da época e até mesmo nos dias atuais. A literatura de Fontes Ibiapina traz a voz do sertanejo que não era ouvida pelo poder público da época. Eles eram esquecidos e subalternos do projeto político do estado piauiense.

Partindo dessa discussão, o presente estudo tem o objetivo de analisar a obra *Vida Gemida em Sambambaia*, de Fontes Ibiapina, publicada em 1985, sob o prisma da influência

e subversão sobre a personagem Alonso dentro do romance, causadas pela seca de 1932. Esta análise literária parte da filiação da historiografia com a ficção.

Em *Vida Gemida em Sambambaia*, o espaço ficcional evidencia a seca e o sertanejo piauiense, que por ela é castigado, e se vale de suas credices a tentar adivinhar se haverá chuva no ano vindouro. O romance abrange um percurso temporal que vai de 1932 até 1953, período marcado pelas desventuras da seca e pela esperança de uma providência da “Corte do Céu”. Nas linhas ficcionais da obra, percebe-se que a personagem Alonso, ao ver sua família passando fome, logo procura uma solução para alimentar a sua família. Para tanto, ele começa a praticar atos que a sociedade julga como ilícitos. Assim, surge o início da subversão da personagem mediante os açoites da seca de 1932.

A seca de 1932 foi considerada tal qual a seca de 1915. Tal fato refletiu-se nos jornais piauienses da época, bem como na literatura do estado, de modo a narrar a seca, bem como seus impactos na sociedade. Assim, esta pesquisa surge da necessidade da compreensão da narrativa da seca no Piauí, de modo a analisar as influências que a seca de 1932 teve sobre o sertanejo, sobretudo sobre a personagem Alonso, bem como as subversões sobre o sujeito sertanejo.

Em uma análise comparativa entre o real e ficcional, levantou-se apontamentos de como Fontes Ibiapina ficcionalizou em sua obra um dos fatos que mais marcou a população do sertão piauiense: a seca do citado período, relatando as influências que ela teve sobre o comportamento do sertanejo, sobretudo da personagem Alonso. É o que será discutido nesse estudo.

Anarrativa da seca de 1932 em *Vida Gemida em Sambambaia*

No período das grandes secas do Nordeste, bem como a de 1932, houve expansão literária e significativas transformações sociais, políticas e econômicas, conduzidas por facções quer

da direita, quer da esquerda. O produto literário dessa época, divididos em dois gêneros literários, a saber: poesia e prosa, revela a versatilidade de autores que tomaram como pano de fundo os períodos de estiagem em terras nordestinas.

A década de 1930 marcou destino de muitos piauienses e suas sobrevivências em meio ao flagelo da seca. Prenunciada em 1931, a seca foi confirmada em 1932 quando a ansiosa espera pelas chuvas que viriam no dia 19 de março, dia de São José não bateu no solo de parte do Nordeste brasileiro. A partir de então, inicia-se um longo período de estiagem. Parte piauienses deixam sua terra rumo ao estado do Maranhão, outra parte migra para o sudeste do país, todos em busca de sobreviver aquele período que a falta da água roubava o seu sustento.

A temática da seca, nas narrativas do Piauí, requer que os narradores, na organização do processo escriturário da ficção, posicionem-se de forma a seduzir o leitor, apesar de problemas sociais e culturais do momento o satisfazerm. Mas será a combinação do tema com sua elaboração que fará das histórias narradas motivo de atração e interesse para o leitor.

Nos romances que contextualizam que contextualizam a seca piauiense, deve-se considerar o tempo marcado pelo desenrolar da narrativa, que abrange um período histórico de aproximadamente um século, se se considerarem as relações metadiegéticas que envolvem a voz narrativa.

Fontes Ibiapina, em 1958, publicou o livro *Chão de meu Deus*, composto por onze contos, que constitui um estudo sociológico do homem nordestino em que

[...] das páginas boas de ler desse livro gostoso, tudo salta num prodígio admirável de simplicidade. O encontro com a seca, por exemplo, encontro manso, tão por fora dos encontros com o eterno problema da região a que nos habituaram outros literatos afeitos, trágicos... e, o interessante é que há aflição e tragédia na conversa de Fontes Ibiapina mas de maneira tão simples e mansa como o próprio nomezinho pelo qual todos conhecem o escritor: Nonon! Só Nonon! Nem doutor, nem magistrado, nem excelência... Nonon! (SANTOS, 1965, p. 4)

Trinta e dois, conto publicado na revista Alterosa, posteriormente no livro *Chão de meu Deus*, foi ponto de partida para que Fontes Ibiapina começasse a escrever *Vida gemida em Sambambaia*. O livro trata de um ciclo da seca de 1877 a de 1932, ciclo de maior calamidade, percorrendo até os idos de 1953, o que ilustra a trajetória do sertanejo: a sua constante luta contra a natureza, sua vida, intercalada por dramas e alegrias, refletindo a realidade daquela gente que tão bem foi descrita nas páginas do livro.

Em *Vida gemida em Sambambaia*, o tempo da narrativa é apresentado de forma que se intercala entre o tempo cronológico e o psicológico. O tempo cronológico, como um tempo exterior, na obra de Fontes Ibiapina, deixa claro a sucessividade cronológica do antes, do durante e do depois, como se percebe no trecho:

1953 prometeu cantar mais uma canção triste, melhor dizendo: um bendito de defunto, nas caatingas secas de Sambambaia. Se apenas prometer, não seria nada. O danado foi que prometeu e cantou mesmo. E o pior do que todas. Uma seca quase que escanhada noutra seca. Duas secas com um inverno fracateado entre as pernas. Em pleno janeiro, e a mata completamente desfolhada. [...] Toda a terra assim como se uma fornalha. Fornalha maior do que as fornalhas dos grandes engenhos dos tempos da escravidão negra emendadas umas às outras. [...] Arre diacho!... que aquela era tal a de que os mais velhos falavam, que ainda era por informações, de 1723 a 1727 (IBIAPINA, 1998, p. 144-145).

Pelo exposto, vê-se a linearidade do tempo bem marcada no romance. Fontes Ibiapina usa a linearidade como marca temporal em sua obra. A diegese mostra o ciclo que vai da seca de 1932 até a de 1953, porém o tempo do discurso apresenta-se ao leitor de várias formas: às vezes através do monólogo interior; outras, mediante recordações da infância do narrador, ou através das digressões de personagens sobre um momento distante daquele em que vivem, ou de um salto para o futuro, na previsão de melhores condições de vida, fugindo daquela saga que os opõe.

Assim, o esquema temporal apresentado por Fontes Ibiapina, em *Vida gemida em Sambambaia*, mescla elementos diferentes do eixo temporal: presente, passado e futuro, de tal forma que se vive o presente buscando sinais de como será o amanhã olhando para a experiência do passado. Eis uma passagem do primeiro capítulo:

Dezembro, dia 14. A matutada sambambaiense amanheceu de crista caída. A experiência das pedrinhas de sal que lhes trouxera um recado fúnebre. [...] Muitos já o sabiam, porque as chuvas-dos-cajus não vieram. E, quando as chuvas-dos-cajus não assinam ponto, pode se tirar o cabelo da vento – não vai haver inverno. [...] calamidade tão pesada, que apenas numa letra há diferença para a casa do Diabo – não havendo inverno, há inferno.

Mas a matutada sambambaiense não perde assim a esperança de uma hora pra outra. É preciso ver para crer: - O desengano das vistas é furarem-se os olhos (IBIAPINA, 1998, p. 13).

No trecho acima, nota-se as personagens no tempo presente buscando saber como será o futuro próximo de Sambambaia. O passado, na obra, mostra a experiência advinda de outras secas que os nordestinos enfrentaram. Assim, há na narrativa um entrelaçamento dos três tempos quando se busca saber se haverá inverno ou não. Contudo, como o próprio narrador afirma, os sambambaienses não perdem a esperança facilmente. Eles ainda recorreriam à Corte do Céu para pedir socorro e auxílio para enfrentarem a seca que se aproximava. Essas divagações é o que Carlos Reis chama de tempo humano. Eis

O romance moderno parece tomar consciência da sua função própria, que não é de contar uma história, analisar um estado de alma ou descrever costumes, mas sim antes de tudo dominar a vida assumindo a condição humana, pondo em evidência o meio temporal em que o homem se debate (REIS, 1988, p. 296).

Essa forma de apresentar o romance moderno fascina o leitor, pois, ao observar o fenômeno da temporalidade do discurso literário a partir da ficcionalidade originada de dados concretos – a ausência de chuvas de 1932 a 1953 no Piauí – sabe

que o mundo criado pelo autor é imaginário, assim como é imaginária a sua representação e todos os elementos envolvidos no ato de comunicação.

Fontes Ibiapina presenciou a seca de 1932, pois estava com onze anos de idade, vivendo ainda na fazenda onde nascera. Sobre a seca de 1932, o próprio autor relata: “Era uma seca de não cair uma gota d’água”. Como testemunha ocular da história, mesclada com as histórias de Trancoso que as negras velhas lhe contavam quando menino, os casos relatados pelos vaqueiros e peões da fazenda, sua ficção torna-se algo vivo, que prende a atenção do leitor, fazendo-o viver com as personagens todo o desenrolar dos acontecimentos.

Diante do flagelo da seca de 1932, os nordestinos que sofriam os açoites da citada seca saíram de suas terras em busca de sobreviver aquele período. Mas, durante o percurso de sua longa caminhada, ao ver que a seca se alastrara por quase todo o Nordeste, muitos retirantes perdiam a fé de conseguir encontrar a tão desejada terra do Maranhão. Observa-se tal discurso no trecho a seguir:

-Para onde vão?

-Pra o Maranhão. Pra terra onde Deus tira de seus cuidados e dá chuva para os pobres. Mas já estou quase vendo que lá não boto. Eu até saí com muita fé. Vinha mesmo com esperança de um dia voltar com uma ponta-de-recurso. Mas já perdi a esperança. Já perdi até a fé (coisa que nunca pensei de um dia perder na vida) (IBIAPINA, 1998, p. 19).

Assim, muitos dos retirantes que fugiam da seca de 1932 se sentiam ao assistirem todo aquele cenário marcado pela sequidão que se colocava defronte a eles. A fome, a sede e até mesmo a morte perseguiam eles durante o trajeto percorrido debaixo do escaldante sol do Nordeste. Muitos chegavam a desfalecer por não resistir a intensidade do sofrimento decorrido da seca.

Na narrativa de Fontes Ibiapina, a seca recebe uma personificação que denota ações praticada por ela que levavam a população de Sambambaia sucumbir perante o sofrimento que enfrentavam diariamente.

A secona danada entrando. O céu amanhecia e anoitecia, anoitecia e amanhecia, sem mostrar sequer uma mancha de nuvem naquele seu rostão chato. Chato mesmo! Animais definhando, caindo, morrendo, homens também definhando, morrendo, emigrando-se. Fome a cada dia aumentando o lastro (IBIAPINA, 1998, p. 145).

A seca de 1932, assim, casou um vasto impacto em terras nordestinas. Flagelados que se tornavam retirantes perdiam suas vidas por não suportarem os açoites daquela que devastou plantações, animais, caráter e até mesmo a identidade daqueles que sentiram na pele o que é enfrentar a seca.

Quase no final da narrativa, no capítulo 35, o narrador faz uma cronologia das secas que castigaram os nordestinos: “1953 miserável! Maldita repetição de 1824! Infeliz irmão de 1845! Cópia infame de 1877! Amaldiçoado retrato de 1898! Ampliação excomungada de 1915! Amaldiçoada imitação de 1932! Seca maldita!”. E continua a excomungar a seca: “Época de fome, tristezas, desalentos, tormentos, incertezas e de mais tudo o quanto não presta em cima da terra.” Percebe-se que o narrador se apropria do sentimento de quem sofreu com a seca e externaliza um desabafo de repúdio a todas as secas que açoitaram o povo nordestino.

Diante do exposto, é importante salientar que a atividade narrativa de Fontes Ibiapina adota uma perspectiva de narrativa diferente, pois, com isso, suas personagens podem se movimentar, para contarem um aspecto da história do Piauí, despertando o leitor para o problema da seca, através das diversas vozes que conduzem o fio narrativo e influenciando os vários discursos, que induzirão o leitor a assumir postura crítica diante do drama social focalizado.

O confronto entre o sertanejo (Alonso) e a Seca

A célebre frase: “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”, de Euclides da Cunha, caracteriza o homem que é fruto do sertão e traz em si as marcas do meio que nele habita. Albuquerque Jr., em seu livro *Nordestino, uma invenção do falo* (2003), caracteriza o homem quanto à representação da sua imagem apontando uma perspectiva triangular, quando categoriza o ser em “homem eugênico”, que tem sua imagem delineada a partir da sua raça, “homem erudito”, sua imagem representada como fruto da sua cultura, e por fim, o “homem rústico”, que tem sua representação imagética a partir do meio o qual está inserido.

Os três aspectos, a saber: a raça, a cultura e o meio, segundo Albuquerque Jr. é o que pode determinar a formação identitária do homem em sua formação social. Considerando a personificação do sertanejo na literatura regional de Fontes Ibiapina, pode-se considerar que o homem do sertão se encontra na categoria do “homem rústico”, como se pode observar no trecho de *Vida Gemida em Sambambaia* que segue: “Alonso era mesmo um produto danado de rígido daquelas caatingas. Rígido como a própria região, como a terra. Rígido como as secas.” (IBIAPINA, 1998, p. 26).

Percebe-se que o meio o qual Alonso está inserido o leva a uma formação consequente das adversidades que o sertanejo enfrenta para poder sobreviver em um espaço que, em determinados momentos, é castigado pela seca e, consequentemente, pela escassez de alimento. Sobreviver no sertão nordestino é questão de força e persistência.

O sertanejo, homem forte por imposição da natureza externa, e não interna, vê-se frente a mais uma seca, uma das situações que mais lhe metia medo, pois tratava-se de um fenômeno da natureza que devastava a natureza, os animais e o ser humano, como se pode observar no trecho a seguir retirado de *Vida Gemida em Sambambaia*

Todo mundo esmorecido. 1932 plagiaria, ao pé da letra, com todos os efes e erres, o maldito e nunca esquecido 1915. Sinal de tristeza. Sinal de tristeza, que naquelas caatingas não se pode mesmo haver coisa outra tão grande em misérias quanto um ano de seca. Calamidade tão pesada, que apenas numa letra há diferença para a casa do Diabo – não havendo inverno, há inferno (IBIAPINA, 1998, p. 13).

A Seca de 1932 chegou no sertão piauiense devastando os vastos campos verdejantes, transformando-os em campos secos e sem vida. O sertanejo via o que estava a sua frente se desfazendo. A morte, quando não colhia a vegetação ou até mesmo um animal, vinha colher um sertanejo que já não tinha mais forças para duelar com a maldita Seca de 1932. O forte sertanejo, aos poucos, ia se desfalecendo naquela queda de braço tão desleal que ceifava tudo aquilo que tinha vida.

Fontes Ibiapina, descrevia o estado do Piauí durante a Seca de 1932 com as seguintes palavras:

O nosso velho Piauí sofrido parecia querer pegar fogo de uma vez. No município dos Picos, celeiro-mor do Estado, dona Miséria encarapitada no cavalo da fome, era como se batesse palmas, dançasse, gargalhasse naquelas choupanas de taipa e chão-batido. E aquelas vivalmas sem destino certo. (IBIAPINA, 1998, p. 17)

Este cenário de miséria já estava gravado em outros estados do Nordeste brasileiro como no Ceará e Paraíba. No Piauí, repetia-se mais uma cena causada pela Seca de 1932 – o sertanejo ia embora de sua terra em busca das terras maranhenses que eram banhadas por águas – coisa que não estava acontecendo em terras cearenses, paraibanas e tampouco piauienses.

Na localidade de Sambambaia, região interiorana do município de Picos, cidade ao sul do estado do Piauí, muitos sertanejos foram embora com sua família, deixando para trás sua terra, sua casa, levando consigo as boas memórias daquele lugar e a esperança de um dia voltar. É o que o autor de *Vida Gemida em Sambambaia* relata a seguir:

Lá se vinham começando as arribadas para o Maranhão. De quando em vez, via-se um pobre pai de família arrumar os cafiotes, adereçar os teréns, fechar as portas do rancho,

lançar assim um olhar triste para a caatinga nua da cabeça aos pés, jogar os cacarecos na cabeça e pisar na tábua do mundo. Lá se ia com a raça toda! Mas sempre naquela esperança besta de um dia feliz voltar. Voltar para morrer em Sambambaia, porque quem em Sambambaia nasceu só em Sambambaia deve um dia terminar os seus dias de vida. (IBIAPINA, 1998, p. 17)

Esses migrantes foram esquecidos pelos representantes políticos que estavam a frente do combate à Seca de 1932 no estado do Piauí. Desassistidos por políticas públicas, sem ter com quem contar, além de Deus, para os ajudarem, muitos deixaram suas casas rumo ao Maranhão e São Paulo. As políticas assistenciais desse período nada mais era que um jogo de cartas marcadas, ocasionando aos excluídos os açoites da seca. Era preciso fazer parte do curral político para receber a ração, eis o lema da política de combate à seca.

Ao confrontar-se sobre aquela situação, Alonso explana:

Não há quem me meta na cabeça que seja crime se pegar no alheio pra crianças inocentes não morrerem de fome. Só se Deus não fosse Deus! Crime, e até pecado, é a gente deixar os filhos se acabarem da barriga pregada no espinhaço, tendo um meio pra evitar. Ai sim!...Deus não perdoaria a um desgraçado desses (IBIAPINA, p. 120).

Alonso, em momento de conflito consigo mesmo, busca a Deus para se justificar de suas práticas subversivas.

– Meu Deus, eu tenho muitos defeitos, vóis sabeis que sim. Mas roubar nunca foi o meu feitio... Também Senhor, vós empurra uma seca braba na gente, cuma vou deixar minha mulher e meus filhos morrer de fome? Vós haveis de me perdoar. Além do mais as tripas roncando, roncando, eu só matutando, olhando pras roças, tudo seco de fazer dó... Só essa mata cinzenta diante da gente...

De repente o bodinho passou na minha frente. Parti meu coração Senhor, me perdoa, foi o jeito, né?! (IBIAPINA, p. 127)

A prática do roubo, ação pertencente ao personagem Alonso, não era pensada para benefício próprio, mas para beneficiar sua família “matando” aquilo que tanto os maltratava: a fome.

– Como é Qui tu ainda tem fôlego pra me perguntar? Bota logo o bicho no fogo, mulé, vamo matar essa fome que tá nos matando! (olhando pros filhos) Vêm cá meus moleques. Num é pra ninguém saber que tamo cumendo carne. É pecado mortal o povo saber que este ou aquele pobre tá comendo carne em tempo de seca. O que bater com o badalo tomará por conta uma pola das boas, e tão grande de num ver o começo nem o fim. (IBIAPINA, p. 150)

Fontes Ibiapina representa a força do sertanejo a partir da personificação de Alonso. Um homem forte que busca se sobressair diante da Seca de 1932, de modo a não deixar sua família sucumbir diante da falta do que comer. Ao ver seca batendo a sua porta, Alonso afirma:

De fé e milagre, que quem em Deus tem fé não morre de fome. Os poderes de Deus são maiores que os poderes da seca. Maiores até mesmo que os poderes dos homens grandes que se julgam donos do mundo. Eu só queria que você visse pra melhor acreditar... Que Deus me perdoe, mas às vezes eu acho até graça os meninos comendo o sobejo do gado – macambira. Mas a fé que tenho naquele Pai, que está lá em cima olhando pra nós, é grande. De fome não morrerei desta vez, nem a velha, nem os meninos. (IBIAPINA, 1998, p. 27)

Alonso, ao ser questionando por pela vizinhança como estaria escapando durante o período da seca afirmaria o argumento apontado na citação acima. Ele, na função de sertanejo, tinha o foco, força e fé: foco no objetivo de ter que conseguir alimentar sua família, a força do homem valente do Sertão nordestino e a fé em Deus que aqueles dias maus passariam.

Dante do retrato da seca, Alonso ver como única saída roubar caprinos para alimentar sua família. Começa então uma fase de roubo na região de Sambambaia. Um roubo aqui, outro acolá. O sertanejo ora esquecido não espera que alguém venha socorrer a ele e a sua família. Maria do Céu, esposa de Alonso, ao ver seu marido chegar em casa com carne roubada, mesmo fazendo usufruto do alimento, aconselhava seu marido a parar de roubar, como se pode observar no trecho a seguir:

- Quando um dia feliz a maldita desta seca tiver o seu fim, meu velho, você vai deixar de pegar no alheio que é pra Deus nos ajudar.

- Não tenha um tico de medo. Só roubo porque a necessidade me obriga.

- Muito bem! Eu acho que roubar não é pecado, quando se rouba pra não morrer de fome. (IBIAPINA, 1998, p. 29)

Percebe-se que Alonso sofre as influências impostas pelas circunstâncias representadas pela seca, que consequentemente castigava aqueles que ele mais amava: a sua família. Para o personagem, a sua dignidade ainda se existia, uma vez que ele só roubava para não perder sua família para a seca. Assim, nota-se que a subversão da personagem se dá mediante aos açoites da seca de 1932 e ao silenciamento do poder público para os mais pobres, bem como os fazendeiros que se recusava a ajudar a classe pobre que estava sofrendo as mazelas da seca.

Considerações Finais

Em *Vida Gemida em Sambambaia*, de Fontes Ibiapina, faz-se possível uma análise comparativa entre o real e ficcional das marcas da seca de 1932 sobre o sertanejo. Os jornais que noticiaram a seca de 1932 trazem apontamentos que subsidiaram Fontes Ibiapina no processo de ficcionalização do referido fato histórico, um dos fatos que mais marcou a população do sertão piauiense. Na obra considerado como objeto deste estudo, é perceptível as influências que a seca de 1932 teve sobre o comportamento do sertanejo, sobretudo da personagem Alonso.

Diante do que foi exposto neste estudo, considera-se que a atividade narrativa de Fontes Ibiapina adota uma perspectiva de narrativa diferente, pois, com isso, suas personagens podem se movimentar, para contarem um aspecto da história do Piauí, despertando o leitor para o problema da seca, através das

diversas vozes que conduzem o fio narrativo e influenciando os vários discursos, que induzirão o leitor a assumir postura crítica diante do drama social focalizado.

Os açoites da seca de 1932 refletem no sertanejo uma postura manipulada. Diante da realidade imposta pela seca, o sertanejo Alonso passa a sofrer uma mudança não apenas no comportamento, mas antes na forma de pensar. Para a personagem, do que adianta ter dignidade perante a sociedade e ver sua família morrer de fome, sem nada para comer. Antes de tudo, Alonso que acreditava que seu compromisso era, primeiramente, com sua família.

A seca é capaz de fazer o sujeito a questionar seus próprios valores. Esses valores, em sua maioria, são impostos pela sociedade, mas não por toda ela, mas por aqueles que assumem lugar de respaldo, consequência do poder capitalista. Alonso, por cometer roubo de caprinos para poder alimentar sua família durante o período da seca de 1932, foi preso como um sujeito que não condizia com o comportamento comum à sociedade.

Vê-se que a seca de 1932 tirou de Alonso a sua dignidade e o direito de viver no lugar que ele mais gostava – Sambambaia. Alonso foi visto como um ladrão e não como um pai de família que estava tentando alimentar sua família naquele período que muitos estavam sendo devorados pela seca. Alonso foi considerado um sujeito de atos desvirtuosos e não como um homem que não queria ver sua esposa e seus filhos sofrendo com a fome.

Alonso não mediu esforços para buscar solução para aquele problema que parte do Nordeste, sobretudo o sul do Piauí estava sofrendo – a seca. Antes de tudo, o que valia era ele ver as pessoas que ele mais amava vivos perto dele. Um homem, pai de família, que ama sua casa, para vê-los bem, é capaz de esquecer o que a sociedade julga como correto. Foi o que Alonso fez diante dos açoites da seca de 1932.

Referências

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2001.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **Nordestino, uma invenção do falo, uma história do gênero masculino (Nordeste 1920 1940)**. Maceió: Catavento. 2003.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Cultrix-MEC, 1973.

IBIAPINA, João Nonon de Moura Fontes. **Vida gemida em Sambambaia**. 2. ed. Teresina: Corisco, 1998.

LIMA, Luiz Costa. **A aguarrás do tempo: estudo sobre a narrativa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

REIS, Carlos. Romance e história depois da Revolução: José Saramago e ficção portuguesa. In: **Atas do XVI Encontro de Professores Universitário Brasileiro de Literatura Portuguesa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário da teoria da narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

SANTOS, João Felício dos. IN: IBIAPINA, João Nonon de Moura Fontes. **Chão de meu Deus**. 2. ed. Teresina: Caderno de Letras Meridiano, 1965.

APONTAMENTOS SOBRE MIGRAÇÕES E COTIDIANO FABRIL RURAL NO ENTRERIOS

Lia Monnielli Feitosa Costa

Introdução

Os estudos sobre migração constituem uma importante faceta do rural brasileiro, em virtude das diversas imbricações resultantes dos deslocamentos de homens e mulheres neste espaço, constituindo constantemente processos de territorialização, alterando profundamente seus modos de vida, suas expectativas de sobrevivência e possibilidades de trabalho. Entendemos também que tais processos ocorrem simultaneamente, e no caso particular da migração de cearenses, vários outros destinos possíveis se figuravam no horizonte de expectativas dos migrantes.

Ao estudar a migração de nordestinos para a região sudeste, por exemplo, muitos pesquisadores embasaram suas ideias na dualidade moderno/arcaico, atraso/progresso, reduzindo as razões da emigração para reflexos naturais (seca) ou resquícios de clientelismo político, e a imigração ao fator industrialização como principal elemento atrativo. Aqui a industrialização implica na geração de empregos desvinculados da perspectiva rural que até então aqueles sujeitos estavam inseridos. De acordo com Regina Weber (2017, p.4) tais estudos “assinalaram a passividade política dos novos operários migrantes.”

Uma dessas pesquisas promissoras que vai de encontro a esta perspectiva é a do historiador Paulo Fontes. Ele entende que os motivos da migração de Nordestinos não se constituem unicamente apenas por razões econômicas externas, mas que eles tomaram para si a modelagem do seu próprio processo migratório. Um dos elementos atrativos que se figurou como

motivo da migração teria sido expectativa de recebimento dos direitos trabalhistas, que despontava como uma novidade frente às relações de trabalho patriarcais existentes no meio rural. Sobre isto o autor acrescenta que, “para muitos, significava escapar das relações de dominação e exploração a que estavam sujeitos nas áreas rurais, e nesse sentido, a migração teve papel destacado para ‘erodir poderes dos grandes proprietários rurais’ nordestinos”(FONTES, 2008,p48).

A “cultura do apadrinhamento”, uma dessas relações de dominação mencionadas pelo autor, foi bastante afetada pelas estiagens, uma vez que se consiste em uma aceitação da “existência de ricos e pobres, fortes e fracos, na medida em que o potentado é visto como aquele que tem a obrigação de proteger o despossuído...É cultivada a ideia de que Deus fez o rico para proteger o pobre. Em troca, o pobre deve obediência ao rico.” (RIOS,2006, p31). Fontes destaca dessa forma um importante fator de emigração, cuja característica, o erodir de relações de trabalho, será o elemento modelador de deslocamentos de outros grupos para outras regiões do Brasil. As razões que movimentam estes grupos para outros Estados ou outras regiões justificam-se mais pela procura de melhores condições de vida, no que esteja no raio de ação e expectativa do projeto de migração de homens e mulheres. Dessa forma, entendemos que além da região Sudeste, dentro do próprio Nordeste, tratando particularmente do Estado do Piauí, figura-se como lugar atrativo, aliando terras férteis, outros patrões, disponibilidade de água, enfim espaços onde os migrantes pudessem reproduzir sua obtenção dos meios de vida.

Neste texto pretendemos abordar alguns apontamentos sobre a migração cearense e a fábrica GECOSAS/A no povoado Novo Nilo, situado no município de União. A fábrica inicia o beneficiamento do coco babaçu a partir da década de 1940, produto este que se torna o carro chefe da produção anos mais tarde, quando a partir da década de 1960 a empresa ingressa na fabricação de óleos comestíveis. O processo de territorialização

desta localidade específica do EntreRios definiu-se entre as matas densas de babaçuais e os limites das propriedades da família Costa, que ao instalar a fábrica em suas posses, estende seu poder sobre a mão-de-obra camponesa, empregando pessoas que viviam do cultivo nos roçados e que passam a ser também operários da fábrica. É neste comungar de expropriação da força de trabalho camponesa e crise do extrativismo no Estado que pretendemos realizar este estudo.

Migração e os cocais

Em pesquisa para a dissertação de mestrado, investigamos algumas razões que motivaram a migração de cearenses para o Piauí. Procurando averiguar o porquê destes deslocamentos se direcionarem para outro Estado pobre situado no Nordeste, descobrimos à luz de narrativas orais, outros motivos que nos permitiram vislumbrar um pouco mais sobre os modos de vida que estas pessoas tinham em seus municípios de origem, e o que buscavam em localidades diversas do EntreRios. Entre anseios de melhorias de vida, fuga de prejuízos ocasionados pela seca a colheitas e criações, e desarranjos familiares, verificamos uma travessia dificultosa mas nem por isso pensada de forma desajeitada; pelo contrário, se trata de um projeto cuidadosamente planejado, contando não apenas com o elemento que chama para o destino (um parente na maioria das vezes), mas também com pontos de apoio ao longo do caminho. Conforme pontua Fontes (2008p.55) “A mudança, decisiva para a vida dos envolvidos, era, na maioria das vezes, meticulosamente pensada e preparada da melhor forma possível tanto no âmbito familiar como no da comunidade”.

Um dos efeitos pontuados como significativos da estrutura social na migrações de cearenses para a região do EntreRios foi a vegetação de babaçuais característicos dessa região denominada à época de Meio Norte, um elemento atrativo, além das terras férteis e melhores condições de vida. Ao analisar

os relatos de migrantes cearenses, percebi que o imaginário vislumbrando o denso cocal se imbuía de sentimentos de esperança contrastando com as agruras vividas na longa travessia da localidade de origem , conforme evidencia Cristina Frota nesta fala sensível:

Por causa da precisão, vinha embora tocando jumento e comendo coisa velha no caminho. Comendo jatobá, chegava nos pezões de jatobá derrubava e enchia os bolsos, e botava nos braços e roía, porque vinha precisado de fome. Tocando jumento. E era muitos dias de viagem, aí na hora que chegava no interior criava outras asas viu? Porque olha o coco logo. (CRISTINA, 2017)

No imaginário da narradora Cristina Frota, os verdes babaçuais representavam não apenas esperança de sobrevivência; mas também a chave para o incremento familiar, onde o produto poderia ser vendido em armazéns e dessa forma possibilitar por meio da venda a compra de produtos necessários que a família não obteria através somente do trabalho de subsistência. Mas se Cristina olhou e sentiu o refrigerério que aquela paisagem poderia trazer à família depois de tão longa travessia, certamente conhecia o poder econômico deste importante produto, seja para o uso doméstico próprio, ou para venda. O babaçu (nome científico: *Attalea ssp.*) é uma palmeira nativa da região Norte e das áreas de Cerrado. Encontra-se em formações conhecidas como babaçuais, que cobrem cerca de 196 mil km² no território brasileiro: No Meio Norte ocorrem os decantados cocais de babaçu (Maranhão), e os palmares de carnaúba, no Piauí, e os cerrados, contrastando com a caatinga do sertão semiárido. (FERREIRA et al).

A chamada Mata dos Cocais constitui se em uma zona de transição entre Caatinga, Cerrado e Amazônia. Durante muitas gerações famílias aproveitaram a palmeira para diversos usos; desde a madeira e palhas para construção de casas, móveis e utensílios, até o fruto, donde extrai-se os principais produtos, azeite, óleo (processo de extração diferenciado) e

casca (aproveitamento como carvão). Contudo, a partir da Primeira Guerra Mundial inicia-se sua procura no mercado internacional, conforme veremos a seguir.

Empresas nacionais extractivas e o comportamento do mercado

Pretendemos aqui fazer um breve resumo do comportamento das empresas extractivas de babaçu nos Estados que continham a maior parte desta vegetação nativa no Nordeste, Maranhão e Piauí, e também com o cuidado de perceber semelhanças e diferenças nestas duas cadeias produtivas. A literatura Maranhense é bastante rica no tocante a este tema nas mais diversas áreas, destacando não apenas as potencialidades deste produto, mas todas as questões sociais que gravitam em torno de sua extração. Destacamos aqui a obra do economista Jair do Amaral Filho intitulada *A economia política do babaçu; um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências*. O autor faz a seguinte classificação analisando a cadeia produtiva maranhense:

É possível caracterizar três fases do extractivismo do babaçu, durante a trajetória maranhense:

A primeira pode ser denominada “Fase de predomínio do auto-consumo do babaçu”; nesta fase, o produto não tinha quase algum valor de mercado, e portanto, predominava de forma ampla o valor-de-uso, pra os produtores imediatos rurais, que exploravam o coco;

A segunda, é a fase em que o babaçu, ou melhor, a amêndoia, adquire valor-de-troca e sua produção assume um caráter social. ao mesmo tempo, vamos encontrar a presença da hegemonia do capital comercial na organização da produção extractiva da amêndoia. (...)

A terceira fase, tem, como característica marcante, a hegemonia do capital industrial na organização geral das atividades ligadas ao complexo babaçueiro. (...) Neste caso, pode-se abandonar a categoria “extractivismo do babaçu”, e substituí-la por extrato-indústria do babaçu”. Esta fase,

portanto, tem seu início a partir de 1960 e podemos denominá-la de “Fase da hegemonia do capital industrial”. (AMARAL FILHO, 1990p.23-24)

O autor alerta para pensar tais fases não como uma sucessão de processos, mas como uma sobreposição onde determinado comportamento de cada fase não anula a outra. Assim o complexo extrato -industrial engloba tanto a figura do trabalhador rural que extrai para subsistência quanto as grandes empresas e o capital industrial.

É possível a partir destas definições pontuais de mudanças pelas quais a organização da produção da amêndoia passou e investigadas por Amaral Filho, estabelecer conexões com a cadeia produtiva piauiense?

Talvez as complexidades desta questão possam ser mais bem aprofundadas em outros artigos, uma vez que carecemos de estudos voltados para esta indústria no Piauí e tampouco saberíamos qualificar se de fato houve um “complexo extrato-industrial” em terras piauienses.

A ascensão da amêndoia do babaçu como produto de interesse do mercado externo inicia-se com a Primeira Guerra Mundial, destacando-se na indústria oleaginosa estrangeira como uma alternativa frente à crise de matérias-primas no mercado internacional provocado pela guerra. Em *Piauí: da pecuária ao extrativismo*, Teresinha Queiroz tenta pontuar as principais características deste produto neste contexto de guerras. Após a Primeira Guerra, confirma-se que o babaçu junto à extração da cera da carnaúba passa a ser as atividades econômicas mais importantes do Estado. À luz de literatura especializada, no entanto, suas conclusões são um pouco vagas.

Analizando-se o caso do Piauí, consideram que a colocação da amêndoia no mercado internacional teria cessado por volta de 1950 e que a partir dessa década o consumo do centro-sul teria permitido a continuidade das exportações. Acrescentam que essa circunstância teria dado ao babaçu maior estabilidade de mercado. É sabido que isso não ocorreu aos demais produtos do extrativismo piauiense. (QUEIROZ,2006p.49)

A autora relaciona ainda alguns recortes temporais para entrever a evolução do preço do babaçu, tais como a crise de 1929, revelando o crescimento da importância do produto no mercado europeu, e ainda, a crescente exportação de produtos derivados da amêndoia, evidenciando as tentativas de industrialização já na década de 20, tais como a fábrica a GECOSA no povoado Novo Nilo, e outras. Entretanto, as informações ainda são inconclusas com relação às demandas do mercado interno. O estudo deste comportamento de mercado é necessário em pesquisas futuras, uma vez que após o surto extrativista que manteve produtos como a amêndoia do babaçu e a cera da carnaúba como os principais produtos sustentadores da economia piauiense, a partir da segunda metade do século XX verificou -se um declínio das exportações. Contudo, a fábrica GECOSA seguiu investindo em maquinário e no beneficiamento de babaçu, gerando derivados e mantendo-se no mercado ainda por várias décadas. Na contrapartida de um Piauí novo “urbanizado, modernizado” que abria portas para investimentos no agronegócio, no campo ainda imperava relações tradicionais expropriativas, onde o trabalhador rural acaba cerceado de várias formas, conforme veremos no tópico a seguir.

Trabalhadores rurais e a fábrica

A mão de obra camponesa que utiliza o babaçu como obtenção dos meios de vida tem sido objeto de muitos estudos, concentrando-se no Maranhão, Estado com maior número de babaçuais, cerca de 10,3 milhões de hectares. Dentre estes estudos, destacamos a atenção sensível às quebradeiras de coco, mulheres, mães, trabalho feminino e infantil, invisibilizado, indissociável da questão de gênero, ou conforme aponta Viviane de Oliveira Barbosa (2013p.22): “Dentro dos estudos de gênero, o tema da maternidade e do maternalismo ganhou

visibilidade, e no universo das quebradeiras de coco, provoca debates significativos quando se observa as relações de trabalho e constituição de um sujeito político”.

As várias camadas de invisibilidade que cobrem o trabalho das mulheres quebradeiras de coco é uma característica que se espalha para todos estes trabalhadores rurais vinculados a esta prática econômica, endossando o elemento de cativos da terra em atividades diversas do cotidiano, como veremos na fala reproduzida a seguir:

Comercializava tudo nos Matões...Tecido, e comprava muitos cereais, tinha o Gervásio Costa no Novo Nilo, nós vendia toda a produção nossa pra lá... O velho Antônio Gomes pra lá tinha rixa, muita rixa, muita raiva de nós porque a nossa lavoura era grande, fazia 350 quartas de farinha e 150 de goma, 120, Antônio Gomes não podia comprar, liberava pra nós vender no Armazém do Velho Gervásio Costa...Ele comprava 10 cargas de farinha, três de goma, feijão arroz, farinhalevava tudo pra lá.(DAMIÃO, 2017)

Este trecho revela mais do que a possibilidade de fartura num contexto de relação de trabalho baseada em acordos verbais, portanto sujeitas a exploração do trabalhador. Trata também de algo que atrela todas as relações de trabalho no campo piauiense em torno da qual gravitam os conflitos agrários existentes nesta região denominada EntreRios: a terra. A rixa entre o proprietário Antônio Gomes e Gervásio Costa vai além de empregados que podem ou não vender seus excedentes em outro armazém, mas também revela os vários mecanismos que estes proprietários se valiam para cercear o raio de ação destes trabalhadores.

Vamos falar de 2 “personagens” apresentados neste relato. O Coronel Gervásio Costa fundou em 1912 a Fábrica GECOSA S/A, responsável pelo beneficiamento de vários gêneros alimentícios. A partir da década de 1940, inicia o beneficiamento de milho e coco babaçu, este último se tornando o carro chefe da fábrica. Damião Feitosa da Silva, migrante cearense veio para o Piauí na década de 1940 (junto ao seu irmão Cosme Feitosa da Silva)

saindo da cidade de Nova Russas e se instalando no município piauiense de Miguel Alves, na localidade Matões, margeado pelo rio Parnaíba, guiados pela expectativa de melhores condições de vida alimentada por parente que lá residia.

Antônio Gomes e Gervásio Costa, grandes proprietários de terra da região, estendem os tentáculos do clientelismo extrapolando os limites da localidade Novo Nilo por onde houverem títulos de propriedade. A condição em que a mão de obra camponesa vai se constituindo migrante, sobrevivendo da agricultura de subsistência e da coleta do coco, acentua não só a invisibilidade desses sujeitos, mas também a pauperização do trabalhador rural, um esquema que não cessa mesmo com o assalariamento deste trabalhador, proporcionado pela implantação da fábrica.

O ideal desenvolvimentista proporcionado pelo discurso pós -64 atrelado à ideia de progresso tomou conta dos governos subsequentes, que se empenharam não apenas em conduzir projetos modernizantes para a capital, mas dar continuidade à fixação do homem no campo de maneira racional, e por extensão conduzindo vias para que o agronegócio penetrasse no meio rural piauiense. Assim, o modo de vida camponês é constantemente rechaçado no discurso oficial²

2 “Proseguiu o Governo, no correr de 1937, nos trabalhos de incentivo à produção agrícola, por melhorá-la em qualidade e quantidade. Para isso, além de ampliar a área dos campos de demonstração e sementes, de alguns municípios, resolveu, mediante administração direita, ou em cooperação com particulares e com a União, preparar novos campos de cultura, nas mesmas ou noutras localidades, afim de patentear, pelo exemplo, na melhor e mais convincente das comprovações, as vantagens dos métodos racionais sobre os rotineiros, tanto em relação ao rendimento da terra, por unidade de superfície, quanto de referência ao valor do produto obtido. Certo, não poderia obter, como não se deverá esperar, no curso de rápidos dias, a transformação radical que, é de desejar, se opere nas nossas atividades agrárias. Não seria possível anular ou substituir, de súbito, velhíssima convicção que se há transmitido, através de gerações sucessivas, aos nossos lavradores. Para alcançá-lo, faz se indispensável, sobretudo, persistência. As ideias errôneas irão, aos poucos, cedendo à

em detrimento das modernas técnicas de cultivo e sendo responsabilizado como um dos principais causadores da pobreza.

Reforçando a ideia de progresso, os espaços das cidades iam se (re)organizando personificados em intervenções que afastassem a ideia de atraso, sobretudo na capital, Teresina. Gilmar Arruda, ao estudar a polarização cidade-sertão existente com base em análise das regiões de São Paulo e Mato Grosso do Sul, afirma que

O processo de transformação ou de “modernização” não se restringia ao Rio de Janeiro e às reformas urbanas. A ideia de “progresso” estava bastante generalizada no país e era anterior à própria república. Não se limitava espacialmente ao eixo Rio- São Paulo ou à transformação urbana, mas através das construções de novos eixos ferroviários e de telégrafos, pretendia interligar os interiores com a capital do país. Essa ação do Estado sobre o território e a sociedade carregou, como não poderia deixar de ser a mística do progresso de que ela seria o avanço da “civilização” (ARRUDA 2000, p. 103).

As fotos abaixo evidenciam o que se esperava sobre o futuro do Piauí, futuros projetos e empreendimentos.

evidência dos benefícios colhidos com a adoção, continuada, dos processos de cultura intensiva”. FONTE: (Piauí. Interventor, 1940, Leônidas de Castro Melo. Relatório apresentado ao Exmo Snr. Presidente da República pelo Interventor Leônidas de Castro Melo em 1940. Teresina: Imprensa Oficial, 1940).

Foto 01: Propaganda do governo mostrando projetos e obras em andamento



FONTE: Jornal “O Dia”, 15 de março de 1972 p.04

Foto 02: Propaganda para investimentos no Piauí



FONTE: Jornal “O Dia”, 15 de março de 1972 p.04

Entretanto o foco de modernização do estado parecia não contemplar todos os setores. A indústria extrativa, que na primeira metade do século XX tanto rendera aos cofres públicos do Estado, entrava em declínio e disputava espaço frente a outras culturas, conforme evidencia o Projeto encaminhado pela GECOSA em 27 de outubro de 1982 ao BNDES PAR – BNDES PARTICIPAÇÕES S/A, com o intuito de solicitar modernização e ampliação da produção do babaçu, frente às necessidades que surgiam com a decadência da economia extrativista. O projeto dá informações precisas sobre o histórico da fábrica,

bem como estatísticas, projeções de empregos, planejamentos, o avanço do agronegócio tensiona a disputa de espaços da produção do babaçu:

Ocorre, entretanto que, financiados e incentivados pelo próprio estado, um número crescente de projetos agrícolas e agropecuários avança a cada dia na derrubada dos melhores babaçuais para introdução de culturas de outras regiões, como o eucalipto e o pinho, além de outras já da própria região, como o caju, o coco da praia, a cana-de- açúcar (para o PRO-ALCOOL). Em contrapartida não existe uma única linha de crédito em nossa rede bancária, nem incentivos de qualquer natureza, para que se conserve e racionalize as nossas matas de babaçu, numa demonstração de que a palmeira não é reconhecida como alternativa econômica. (GECOSA, 1982, p.113)

O documento, que objetiva solicitar subsídios junto ao BNDES, orquestra-se em um tom de revelar as potencialidades da produção de babaçu e porque ainda vale a pena investimentos na região por parte do Estado. A modernização crescente também precisa ser melhorada, uma vez que a fábrica previa no projeto uma maior diversificação de produtos fruto do beneficiamento da amêndoa.

Se o projeto da GECOSA por um lado enaltece o maquinário existente na fábrica, mas sempre no sentido de que precisa ser reforçado, por outro lado invisibiliza os seus principais agentes que estão presentes desde a coleta do coco babaçu até a etapa final de venda: os trabalhadores. A invisibilidade do trabalho extrativo feminino também toma forma no trabalho na fábrica, predominantemente masculino, onde operários quando aparecem no projeto, são mencionados como um elemento de vantagem para a escolha do povoado Novo Nilo como sede operacional da fábrica: “Vale, entretanto, comentar algumas vantagens locacionais que não influíram em escolha de localização, mas que ofereceram elevado grau de viabilidade do Projeto”(GECOSA,1982p.86). Segue-se uma enumeração de alguns fatores inerentes à localização do povoado Novo

Nilo para a instalação da fábrica. O excerto citado abaixo é uma das poucas partes do documento inteiro que menciona indiretamente os trabalhadores fabris:

Mão-de-obra: para atender as solicitações de mão -de-obra não especializada a empresa não terá dificuldades, uma vez que o grande problema da região é o desemprego e, para a mão -de-obra semiespecializada e especializada, o Piauí conta com uma unidade de preparação de profissionais de nível médio, a Escola Técnica Federal do Piauí e a Fundação Universidade Federal do Piauí, atuando em harmonia com o Governo Estadual, vem formando os profissionais da área técnica. Além disso, as instituições como SENAC, SESI e CEAG-PI oferecem um apoio seguro aos empresários, cujas unidades industriais exigem certas especializações. (GECOSA,1982, p.86).

A empresa destaca o desemprego como um elemento definidor para as instalações da fábrica naquele povoado específico. Se coloca como uma alternativa “salvadora” frente a este problema estrutural da região. Entretanto, questionamos a respeito das causas desse desemprego. Os fatores arrolados podem ser vários: primeiramente a própria desestruturação da obtenção dos meios de vida daquelas pessoas. Viver do trabalho de subsistência e extrativismo é mais insuficiente à medida que o trabalhador se encontra cada vez mais cativo à terra, seja através da obrigatoriedade do pagamento de renda ao proprietário, ou com movimentos cerceados conforme testemunhado no relato de Damião. O capital ao penetrar no campo também provoca anseios de uma vida desprendida do trabalho na terra, somente possível por meio do trabalho assalariado. Na contrapartida desses elementos, encontramos o próprio fator da migração, ampliando o contingente populacional, em descompasso com a oferta de empregos que a cidade é capaz de suprir.

Outro aspecto que nos chama atenção diz respeito à instrução dos operários na fábrica. Desconsiderando aqui dados como índice de alfabetização de adultos na população da época, o que por si só já seria um fator de seleção para o acesso aos referidos cursos. De fato, tais instituições são referências nesta formação técnica, mas como o trabalhador teria acesso

ao mesmo? O documento não esclarece os meios, deixando subentendido que o interessado deveria se deslocar até a sede destas instituições, localizadas na capital Teresina, portanto a mais de 60km via estrada rural. As instruções técnicas e domínio do maquinário são reportados boa parte no documento a engenheiros e químicos, dentre outros profissionais formados na área, entretanto pouco nos diz sobre a situação destes trabalhadores, que recebem instruções de como operar tais máquinas e aos poucos vão eles próprios construindo seus saberes de acordo com suas experiências no labor.

Considerações Finais

O deslocamento de pessoas seja de uma região do país para outra, ou seja de um estado para outro em uma mesma região, constituem-se em projetos de vida planejados que marcam a vida dos sujeitos profundamente. Ainda que as pessoas não desenvolvam elos maiores de pertença com as comunidades de origem conforme verifica-se em outras regiões do país, pois como bem nos lembra Regina Weber(2017p.05) “nem toda migração conduz a uma identidade coletiva”, as relações de trabalho que vão se forjando no território de destino vão aos poucos formando o sentimento de classe, fortalecido cada vez mais pelas redes de solidariedade que se tecem por meio de estratégias de sobrevivência.

O espaço dos babaçuais é não só o lugar de obtenção de meios de vida destas famílias, mas também aqui aos poucos vai se configurando como um espaço de lutas, onde à medida que camponeses tornam -se operários, percebe-se que a ideia de progresso que se traduz nas máquinas e no discurso de racionalizar o cultivo de lavouras, não é válida para melhoria de vida dos trabalhadores, que continuam cativos à terra e presos a redes de favores com proprietários, reforçando elementos estruturantes da pobreza.

Referências

Fontes

CRISTINA Frota, Entrevista concedida à Lia Monnielli Feitosa Costa em 22.01.2017 na cidade de Miguel Alves-PI.

DAMIÃO Feitosa da Silva, Entrevista concedida a Lia Monnielli Feitosa Costa em 28.12.2017, na cidade de Teresina-PI.

GECOSA, Indústrias Integradas Gervásio Costa S.A. Projeto Apresentado ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Piauí, 1982.

Piauí. Interventor, 1940, Leônidas de Castro Melo. **Relatório apresentado ao Exmo Snr. Presidente da República pelo Interventor Leônidas de Castro Melo em 1940.** Teresina: Imprensa Oficial, 1940

-Jornal “O Dia”, março de 1972. Local de guarda: Arquivo Público do Piauí “Casa Anísio Brito”.

Bibliográficas

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões.** Bauru, SP: EDUSC, 2000.

AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências.** São Luís: SIOGE, 1990.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do Babaçu: Gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão.** 2013. Tese (Doutorado) –Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito- Estudo**

sobre o caipira paulista e as transformações dos meios de vida. 4º edição. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977

COSTA, Lia Monnielli Feitosa. Novos tempos e doces deleites: análise dos hábitos e espaços alimentares em Teresina(1970-1972).Monografia(Licenciatura em História)-Universidade Estadual do Piauí.Teresina,2012.

----- . **Novos tempos e doces deleites: análise dos hábitos e espaços alimentares em Teresina (1970-1972).** Monografia de conclusão de curso, UESPI: Teresina, 2012.

FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo:** Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista(1945-66).Rio de Janeiro: Editora FGV,2008.

FERREIRA, Jurandyr Pires; FAISSOL, Speridião; Dyrno Pires Ferreira, et al. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: Maranhão e Piauí. III Volume. Rio de Janeiro:IBGE, 1957

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. Construção do Eldorado Maranhense: Experiência e narrativa de migrantes Nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA. (1980-1970). Tese (Doutorado) –Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

MARTINS, José de Sousa. **O cativeiro da terra.** São Paulo: Hucitec,1996.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Economia Piauiense:** da pecuária ao extrativismo.Teresina. EDUFPI, 2006.

ROCHA, Cristiana Costa da. **A vida da Lei, A Lei da Vida:** conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente. Tese (Doutorado) –Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Ceará:** isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: museu do

Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

SANTOS, Marcos Oliveira dos. Uma fábrica no campo: experiências de trabalhadores na fábrica GECOSA em Novo Nilo - Piauí (1980-1990). Monografia(Licenciatura em História)-Universidade Estadual do Piauí.Teresina,2021.

THOMPSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. Projeto História, São Paulo, abril de 1997, p. 51-71.

THOMPSON, Alistair. **Recompondo a memória:** questões sobre a relação entre história oral e as memórias. Projeto Históri, São Paulo, abril de 1997, p. 51-71.

WEBER, Regina. Pesquisas sobre migrações e etnicidades: conhecimento sobre identidades coletivas. História (São Paulo). São Paulo. Vol. 37 (2018), 19 p.

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: OS CASOS DE SUBMISSÃO DA POPULAÇÃO RURAL PIAUENSE À CONDIÇÃO DE ESCRAVIZADOS POR AGROINDÚSTRIAS NO ENTRE RIOS, 1980 A 2010

Ádysion Lucas dos Santos Oliveira
Cristiana Costa da Rocha

Considerações Iniciais

O Brasil, a partir da década de 1970, viu acelerar o número de denúncias de escravidão contemporânea no meio rural amazônico com uso recorrente de trabalhadores migrantes de Estados do Nordeste e Centro-Oeste. Em 1995, o governo de Fernando Henrique Cardoso reconheceu, após denúncia à Organização dos Estados Americanos – OEA, a existência do trabalho escravo no país. Durante a década de 1990 o Brasil viveu um período em que as denúncias de escravidão se tornam mais evidentes e amplamente divulgadas em esfera internacional. No caso do Piauí, as denúncias de escravidão sempre passaram por um processo de invisibilidade, atribuída à falta de investimentos financeiros e de recursos humanos nos órgãos de fiscalização.

O presente artigo visa discutir os casos de trabalhadores rurais piauienses submetidos a condições de trabalho escravo em agroindústrias locais, na região Entre rios³, entre 1980 e

3 Área definida como território de desenvolvimento do Piauí (Seplan), constituída por 31 municípios, incluindo a Capital do Estado: Teresina, Alto Longá, Altos, Coivaras, José de Freitas, Lagoa Alegre, Miguel Alves, Nazária do Piauí, Pau d'Arco, União, Beneditinos, Curralinhos, Demerval Lobão, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Agricolândia, Água Branca, Amarante, Angical, Barro Duro, Hugo Napoleão, Jardim do Mulato, Lagoinha do Piauí, Olho d'Água do Piauí, Palmeirais, Passagem

2010. Os casos analisados referem-se a ações movidas contra as agroindústrias COMVAP e GECOSA, ambas localizadas no município de União.

A identificação dessas empresas e a análise da situação desses trabalhadores nos permite discutir introdutoriamente, o padrão desenvolvido por essas empresas, bem como a constituição desses trabalhadores enquanto classe a partir das experiências comuns nas atividades laborais e ações na Justiça do Trabalho (THOMPSON, 1998). Em linhas gerais, o uso das fontes da Justiça do Trabalho pode nos revelar a presença ativa de trabalhadores, em particular os trabalhadores rurais, enquanto sujeitos capazes de reivindicar direitos e mobilizadores de ações.

Escravidão contemporânea

Com a “abolição” da escravatura através da assinatura da Lei Áurea, o Brasil inaugura uma nova referência para as relações de trabalho, pautada no trabalho “livre”. Por sua vez, o dispositivo meramente institucional não se desdobrou na libertação real da população negra do país. Segundo Martins (2018), o mecanismo de transição da escravidão legal para o trabalho livre fez sublevar estratégias de manutenção do sistema de exploração de trabalhadores e trabalhadoras, em particular no campo, aos moldes da escravidão. Na prática, as relações entre patrão e empregado a partir do trabalho “livre” seguiu aplicando formas definidas pelo autor como pré-capitalistas para a produção de riquezas. O avanço do capitalismo no campo brasileiro é marcado por uma série de ações, que alteraram de forma substancial o modo de vida das populações rurais, são elas: expulsão do campo, migração forçada, exploração

Franca do Piauí, Regeneração, Santo Antônio dos Milagres, São Gonçalo do Piauí e São Pedro do Piauí.

e escravização da mão de obra, acirramento de conflitos no campo. O meio rural se configura como zonas de alto índice de vulnerabilidade social.

As denúncias de escravidão contemporânea no Estado brasileiro, principalmente na região da Amazônia Oriental, são especialmente atribuídas à Comissão Pastoral da Terra – CPT⁴. O reconhecimento do trabalho escravo no país, em 1995, desdobrou-se em medidas para fiscalização e punição pelo crime de trabalho escravo. Dentre tais medidas está a criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, criado em 1995 por duas portarias, 549 e 550.⁵ Da fundação até o ano de 2020, o grupo já havia resgatado mais de 56 mil trabalhadores de regimes de escravidão.

No ano de 2003 o artigo 149 do Código Penal Brasileiro ganhou alteração, deixando mais evidente a definição de trabalho escravo. Assim, a redação final define como condição análoga a de escravo toda forma de trabalho degradante que compromete a liberdade do sujeito, cuja pena pode ser de dois a oito anos de reclusão, e multa, além de pena correspondente à violência.

A escravização de trabalhadores na contemporaneidade está para além para além do cerceamento da liberdade, sendo caracterizada seja por trabalho degradante, ou jornada exaustiva, ou servidão por dívida, ou através do trabalho forçado. Basta uma das situações mencionadas, cuja prática é mesclada com a violência física e psicológica. (CDVDH/CB; CPT, 2017).

O estado do Piauí é reconhecido como fornecedor de trabalhadores escravizados em áreas de fronteira agrícola. Segundo o Observatório de Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de pessoas⁶, o Estado apresentou o total de 903

4 Entidade Pastoral fundada no ano de 1975.

5 O Grupo Especial de Fiscalização Móvel passa a englobar o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, criado em 2003.

6 O site é uma iniciativa conjunta do MPT e da OIT Brasil para o

pessoas que passaram por fluxos migratórios, seja para áreas do próprio estado, como para outros estados brasileiros. Isso se justifica

Por ser um estado secularmente marcado pelas contendas entre patrões-proprietários e trabalhadores rurais, em tempos mais recentes levadas à decisão do poder judiciário, há evidências de permanência de resquícios do mandonismo local que dificulta o acesso à terra pelo trabalhador rural e maiores perspectivas econômicas para a pequena agricultura. E, diante de um quadro de extrema pobreza, a migração se apresenta como uma forte alternativa de sobrevivência. (ROCHA, 2016)

A invisibilidade do trabalho escravo no estado do Piauí, pode ser atribuída a falta de recursos para as fiscalizações e autuações de empregadores que reduzem seus funcionários ao regime de escravidão. Em relação ao combate da escravidão contemporânea, Ricardo Rezende comenta:

Houve avanços nas políticas públicas brasileiras, muitas empresas foram punidas e o padrão de violência física diminuiu sensivelmente. Mas tudo pode retroceder. Os tempos têm se tornado mais turvos e inquietantes para quem combate esse crime. Houve, por exemplo, a promulgação da Lei 13.467/2017, a reforma trabalhista, cuja proposta desconstrói as leis protetoras dos mais vulneráveis, fazendo com que o “negociável” se sobreponha ao “legislado” em diversas circunstâncias (FIGUEIRA, 2020, p. 66).

Os detentores do poder político e econômico do país sempre procuram brechas na lei para que a efetiva punição do crime possa ser contornada o que beneficia grandes grupos empresariais do agronegócio. A realidade da escravidão contemporânea vai se inserindo não mais como caráter contraditório do sistema capitalista, e sim como um dos pilares que dão sustentação ao sistema vigente, abrindo a possibilidade do enriquecimento de alguns poucos a partir da submissão de uma maioria histórica de *desclassificados sociais*⁷.

fornecimento de informações diversas, dentre elas, os dados sobre trabalho escravo e fluxos migratórios dos trabalhadores.

7 Terminologia que remete à obra Os Desclassificados do Ouro (1982), de

Trabalhadores escravizados no Entre rios

Durante a digitalização e análise de processos trabalhistas do TRT – 22^a Região, movidos por trabalhadores rurais contra agroindústrias instaladas em território piauiense, percebemos que tais processos apresentam características para além de reivindicações de direitos⁸, em linhas gerais apontam para a permanência da redução de pessoas a condição de trabalho escravo, reconhecida nos autos do processo.

Os processos são referentes a agroindústrias instaladas no território denominado de Entre Rios, região que apresenta um alto índice de vulnerabilidade social de acordo com o levantamento do Ipea (2015) entre os anos de 2000 e 2010. Entre os processos analisados, chamou-nos atenção os processos atribuídos à Agroindústria COMVAP – Companhia Agro Industrial Vale do Parnaíba, produtora de açúcar e álcool, no município de União-PI, foco de Inquérito Civil Público em 1993, que visava apurar

[...] dentre outras práticas, da exigência excessiva jornada de trabalho [sic] e de produtividade, não pagamento de pelo menos um salário mínimo legal, efetivação indevida de descontos salariais inclusive no tocante às ferramentas de trabalho, transporte inadequado de trabalhadores para os canaviais, não fornecimento de alimentação gratuita e de água potável aos obreiros, alojamentos inabitáveis, não concessão de equipamentos de proteção individual, constrangimentos e agressões caracterizados pela atuação de capatazes armados e policiais militares, não pagamento dos títulos salariais devidos e coação para assinatura de documentos. (BRASIL, 1994, p. 21)

Laura de Melo e Souza.

8 A digitalização do acervo do TRT-PI, 22^a Região, visava fazer o levantamento de fontes documentais, tratando-se de processos trabalhistas contra agroindústrias locais movidos por trabalhadores rurais. Essas fontes subsidiarão pesquisas no campo da História Social do Trabalho. A partir do estudo dos processos mobilizados pelos trabalhadores rurais, é possível traçar um perfil dos envolvidos, além de refletir sobre as diferentes percepções acerca das leis e da justiça.

O inquérito surgiu a partir de denúncia protocolada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí – FETAG em setembro de 1993, cuja sustentação deu-se em face dos relatórios de fiscalização realizadas pela Delegacia Regional do Trabalho – DRT desde a década de 1980. Após apuração e comprovação dos fatos apresentados, o Ministério Público do Trabalho – MPT protocola em 1994 uma Ação Civil Pública apontando que “apesar da veemente negação de seu proprietário, desatende direitos elementares do ser humano trabalhador, praticando atos que reduzem os obreiros a condição análoga à de escravo.” (BRASIL, 1994, p. 3)

Em depoimento prestado à Procuradoria Regional do Trabalho pelo Presidente em exercício da FETAG, Sr. Adonias Higino de Sousa, fica evidente que as denúncias de exploração do trabalho na empresa já se acumulavam a períodos anteriores a 1993.

Sob perguntas, respondeu o seguinte: que não tem notícia da existência de Inquérito da Procuradoria-Geral do Trabalho, mas que a FETAG, através da CONTAG já fez inúmeras denúncias a órgãos públicos, referentes a irregularidades existentes na COMVAP. Afirmou que os fatos descritos na Portaria que instaurou este Inquérito Civil Público, de forma resumida, refletem o que vem acontecendo na COMVAP, isto é, a exploração de trabalho em condições semelhantes à escravidão. (BRASIL, 1994, p. 58)

O depoimento do Presidente da FETAG nos remete a uma análise da mobilização por parte dos órgãos de justiça, cuja atuação no combate ao trabalho escravo contemporâneo no Piauí, vivencia historicamente um processo de invisibilidade, reforçada pela ausência de fiscais do trabalho e recursos financeiros para a realização das autuações, ocorrendo também a descentralização do número total de trabalhadores que foram escravizados. Além disso, seu relato denuncia a prática cotidiana de “agressões e arbitrariedade cometidas a mando do dono e do gerente da empresa, chamados Ari Magalhães e Expedito Leite, respectivamente [...]” (BRASIL, 1994, p. 58).

Segundo Rocha (2015, p. 114), “o trabalhador rural escravizado no tempo presente se circunscreve em relações de trabalho, caracterizadas por um conjunto de práticas: o cerceamento de liberdade, o constrangimento, que acompanham violações das leis trabalhistas, a não assinatura da CTPS.” Essas são práticas comuns na COMVAP, como aponta a reportagem do Diário do Povo de 30 de setembro de 1993. Nela um ex-funcionário da empresa, na Fazenda Sítio, diz que foi ameaçado e, nas proximidades dos canaviais, existe um local onde os boias-frias⁹ são torturados quando desobedecem ao patrão. (DIÁRIO DO POVO, 1993 apud BRASIL, 1994, p. 39)

Em relação ao regime de escravidão na contemporaneidade, é importante considerar que tal prática não ficou no passado escravocrata da sociedade brasileira. Pelo contrário, as relações de trabalho contemporâneas aprimoraram as práticas de exploração da mão de obra da classe trabalhadora. Nesse sentido, mesclam-se as relações de trabalho historicamente atrasadas com o trabalho “livre”, gerando relações de trabalho intermediárias. Segundo Linden (2013, p. 31), “[...] o que encontramos no capitalismo é uma variedade quase infinita de tipos de produtores, e as formas intermediárias entre as diferentes categorias são definidas de formas mais fluidas do que nítidas”.

Reflexo da não percepção das modernas formas de exploração, a falta de fiscalização e negação do conflito são as discrepâncias em relação aos dados de resgate de trabalhadores no Piauí. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra – CPT, entre 1995 e 2010, 681 (seiscentos e oitenta e um) trabalhadores piauienses foram escravizados, enquanto a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho – SIT, vinculada ao Ministério da Economia, evidenciou somente 595 (quinhentos e noventa e

9 Trabalhadores que executam trabalhos nas zonas rurais sem que se tenha vínculo empregatício. São pessoas que não possuem os meios de produção e prestam serviços a terceiros em suas terras.

cinco) trabalhadores resgatados no mesmo período. Contudo, ao acessarmos os processos movidos na Justiça do Trabalho, constatamos que a existência de trabalhadores em regime de escravidão é bem maior do que os veiculados. No caso COMVAP, foi constada a existência de mais de três mil trabalhadores em regime de escravidão.

Além da referida empresa, a agroindústria GECOSA – Indústrias Integradas Gervásio Costa S.A., localizada no povoado Novo Nilo, zona rural da cidade de União-PI, é também uma das agroindústrias reclamada em outros 16 processos trabalhistas, dentre os quais três são de ações movidas pelo Ministério Público do Trabalho.

A GECOSA insere-se no meio rural e implanta um novo desafio, de transformar trabalhadores rurais, da roça, em trabalhadores de fábricas. Santos e Rocha (2021, p. 248), ao descreverem sobre a experiência de um trabalhador na empresa, destacam que “a partir desse momento surgiria uma nova ferramenta de trabalho para esse homem do campo que iria mudar definitivamente a sua percepção sobre o tempo, saindo do tempo da roça para o tempo fabril.”

Essa análise nos remete ao pensamento de E. P. Thompson (1991, p. 271-272). Segundo o autor:

O camponês ou trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo, na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre o “o trabalho” e “a vida”. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa – e não há grande senso de conflito entre o trabalho e “passar do dia”. Terceiro, aos homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, essa atitude para com o trabalho parece perdulária e carente de urgência.

A inserção do ideário fabril imposta pela GECOSA reflete na mudança do modo de vida do trabalhador rural, ou camponês. Agora, esse trabalhador será movido pelo tempo

da fábrica, sua força de trabalho, aplicada no trato com a roça na esperança de uma boa lavoura, será aplicada em troca de um salário (SANTOS E ROCHA, 2021).

Em ação Civil Pública movida no ano de 2004, o MPT declara:

1 – A empresa ré vem constantemente infringindo a legislação trabalhista, como demonstram os 03 (três) Relatórios de Fiscalizações do Trabalho realizadas, respectivamente, em outubro/2001, julho/2008 e dezembro/2008 (docs. 1, 2 e 3). (MPT, 2004, p. 02).

Era recorrente a indiferença da empresa para com seus empregados, deixando de pagar salários nas datas corretas, não pagamento de adicional de insalubridade, não concedia descanso intrajornada, realizava descontos indevidos nos salários dos seus empregados, induzia os funcionários a utilizarem o armazém ou serviços mantidos pela empresa, cujos descontos exorbitantes eram feitos durante o pagamento dos salários.

Tais práticas não foram reconhecidas pelo MPT como trabalho em condições análogas a de escravo, no entanto, como já citamos, a escravidão contemporânea apresenta-se como um efeito intermediário. A CDVDH/CB; CPT (2017) destaca que

O trabalhador escravizado se circunscreve em relações de trabalho caracterizada por trabalho degradante; ou jornada exaustiva; ou servidão por dívida; ou trabalho forçado. Nesse sentido, não é necessária a identificação de todas essas situações para configurar trabalho escravo, basta uma delas. Esse quadro associa maus tratos, condições precárias de alimentação e moradia, ameaças e assassinatos. (CDVDH/CB; CPT, 2017 apud ROCHA, 2022, p. 299)

Em face da GECOSA, era comum a prática de contratar empregados sem a assinatura da CTPS, sendo esta assinada próxima da demissão do trabalhador, no intuito de ter acesso ao mínimo possível dos direitos garantidos por lei. Também era de praxe da empresa a contratação de menores de idade. Pegamos o caso de Antônio Soares¹⁰ como exemplo:

10 Pseudônimo utilizado para a preservação da real identidade e integridade física do reclamante.

O reclamante foi contratado pela reclamada em Julho de 1991, quando tinha apenas 14 anos de idade, para exercer a função de AUXILIAR DE PRODUÇÃO, contudo, o reclamante só teve sua CTPS anotada, como determina o Art. 29 da CLT, em 01 de Abril de 2001.

O reclamante, durante o período trabalhado, recebeu como maior remuneração o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensal, trabalhando das 7:00 às 20:00 horas de Segunda a sexta feira, [sic] com intervalo para almoço de 1 (uma) hora, e das 7:00 às 15:00 aos sábados, muito embora, o reclamante nunca tenha recebido pelas horas extras trabalhadas.

O reclamante, ainda trabalhava aos domingos e feriado, sem ter o direito constitucional do Repouso Semanal Remunerado. (BRASIL, 2004, p. 03)

O processo nos possibilita refletir acerca das estratégias de submissão e exploração dos trabalhadores contratados pela empresa. Como já mencionado, era frequente a estratégia de não assinar a CTPS dos funcionários, usufruindo, portanto, de mão de obra barata pelo tempo que quisessem. Em vista dos casos de menores de idade, Santos e Rocha (2021) relatam que era comumente aceita entre a população rural a inserção de trabalhadores ainda na infância nas práticas laborais, aspecto muito bem aproveitado pela empresa para explorar mão de obra.

Não se trata de uma particularidade da GECOSA, a agroindústria COMVAP também usufruía da estratégia de contratar menores de idade. Dentre os vários casos de menores nos canaviais da COMVAP, citamos o caso de Antônio Carlos de Sousa, localizado no Dossiê COMVAP (1991):

Antônio Carlos de Sousa, bôia-fria da Comvap, 10 anos de idade, que residia na localidade Meruoca, está na geladeira do Instituto de Medicina Legal - IML -, à espera de parentes desde a tarde de domingo, quando morreu de gangrena na Unidade de Tratamento Intensivo do Hospital Getúlio Vargas.

O menino trabalhava há um ano cortando cana na Comvap, a 30 quilômetros de Teresina, e há dezoito dias estava na Scânia que conduzia trabalhadores e envolveu-se em um acidente, que deixou no local, sete mortos e dois morreram a caminho do hospital.

[...]

ARY MAGALHÃES – O dono do canavial Comvap, foi ouvido pelo delegado de União, capitão PM, Francisco das Chagas, que preside o inquérito. O delegado já ouviu doze pessoas, e tem até o dia 17 próximo para concluir as investigações e mandar o caso para ser julgado na Justiça. Por outro lado, os motoristas ainda não apareceram. (DIÁRIO DO POVO, 1991 apud ALMEIDA e GONÇALVES, 1991, p. 39)

No Inquérito Civil Público e na Ação Civil Pública movida contra a empresa pelo MPT, também foram feitas denúncias sobre a prática de contratação de menores, exigindo, dentre as solicitações do que não fazer, que a empresa parasse de contratar menores de idade para o trabalho na empresa.

Em sua maioria, os processos movidos contra essas agroindústrias, seja a COMVAP ou GECOSA, os trabalhadores obtiveram sucesso em suas ações. Contudo, enfrentaram resistência por parte dos órgãos de fiscalização e justiça. Valendo-se das posições de poder e influências políticas, os donos das empresas articulavam-se no intuito de barrar as investigações. Ary Magalhães, à época Deputado Federal, conseguiu nomear sua sobrinha, Audrey Magalhães, para o cargo de Delegada Regional do Trabalho.

Imagem 1: DRT para de combater escravidão no Piauí

Trans Am. 112: 1009-1016, 1999.

© 2012

O FAIS-1

DRT pára de combater escravidão no Piauí

Sobrinha de deputado acusado de explorar trabalho escravo dirige órgão responsável pela fiscalização

afins (Conselho), encarada de engajar iria nos trabalhos de reuniões de comitês executivos.

Na noite de sexta-feira, 23, a manifestação dos movimentos não beneficiários apurou a Caspaz, na avenida Congonhas, periferia sul, contra o Jataí Bento, de setor administrativo da CPTM, e contra o presidente da CPTM e seu vice, Zélio Sá. Ato que, juntamente com o ato da Sibon Atiá, o grupo Jataí Leste realizou atos de criação de assentos de 10 mil famílias no entorno de sua base.

Em resultado, assim de reuniões realizadas a抽tiva, a Igreja Luterana ou o vice-governador de Piau, Dr. Jairinho

Peruano Henrique Cardoso é
dissidente estratificado por representantes
de 14 entidades, não
incluindo *dez* Magistrados como
o treito de trabalhadores em
direitos irregulares" e argua-
do por este motivo o Conselho
estávole estabelece para o cargo
um gasto líquido a expensas, ou
da metade do depósito.

e o secretariado da CPC em São Paulo e em regiões vizinhas de outras seções ou seccões. Segundo ele, este é o que se passou com a apuração das investigações da DPC.

mento contra o expresso da Igreja. Aí, a Igreja responde. Andrey Moreira Magalhães considera as denúncias da CPT e da Terceira. Elas suspeitam de boatos estivais. Contudo, a não necessidade que investigar.

— Meu entendimento é que a Igreja deve lembrar que é de Deus a Igreja. A Igreja é cristã, é de Deus, é da Igreja. — Conclui.

Na verdade, que, mesmo com a Igreja, a Igreja deve lembrar que é de Deus a Igreja. A Igreja é cristã, é de Deus, é da Igreja. — Conclui.

**DE PLÁ
O FILME**



36 Páginas
Agrícola

3,85

Impresso em cores 100% FSC
Natal de 2008 para sempre

dePlá
FOLHAPRINT

Fonte: Acervo O Globo

TB 4B 4LHC ESCB 4LHC CONTEMPORARY

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO:
OS CASOS DE SUBMISSÃO DA POPULAÇÃO RURAL PLAIENSE À CONDIÇÃO DE ESCRAVIZADOS POR
ACRÔNOMIAS NO ENTRE RIOS, 1880-1920

A manchete do jornal *O Globo* (1996) demonstra como a indicação da sobrinha do proprietário da empresa, favorecia não só ao seu tio, mas outros empresários que estavam sob investigação por escravização ou superexploração de seus empregados. Em 1991 o então Deputado Federal Ciro Nogueira, proferiu discurso em sessão da Câmara dos Deputados para defender Ary Magalhães, então proprietário da agroindústria Comvap, devido as denúncias de negligência em relação a tragédia de 1991, em que vitimou Antônio Carlos de Sousa:

Fez o meu nobre colega, no bojo do seu pronunciamento, alusão a fato lamentável ocorrido na Comvap, no meu Estado, o Piauí. Não pretendo polemizar com o Deputado Tonelli. Gostaria, no entanto, de esclarecer fato apontado pelo Deputado paranaense, um acidente rodoviário, no qual trabalhadores daquela empresa, infelizmente, perderam a vida.

A Comvap não mantém transações com o Banco do Brasil ou qualquer outra instituição creditícia oficial. Ela é mantida com recursos próprios do seu acionista majoritário, o Sr. José de Arimatéia Martins Magalhães.

O acidente foi uma fatalidade e, no caso, o Sr. Arimatéia Magalhães não poderia ter tido outra atitude senão oferecer o apoio que deu aos acidentados e seus familiares.

O Sr. Arimatéia Magalhães procura oferecer as melhores condições de trabalho aos empregados, assim como de moradia.

Arimatéia Magalhães tem prestado, como empresário, relevantes serviços à minha terra, na busca de levar-lhe o desenvolvimento econômico com resultados expressivos no aumento de oportunidades de trabalho, com mais qualidade de vida. (BRASIL, 1991, p. 125)

A indicação da sobrinha de Ary Magalhães para ocupar cargo na DRT e a defesa do deputado evidenciam como as relações de poder e influências, sejam elas políticas e/ou econômicas, conseguiram garantir que as empresas fiscalizadas não fossem punidas de imediato. Nesse sentido, a lei também funciona como uma aliada, pois está a serviço da segurança da propriedade privada e da classe dominante.

Todavia, E. P. Thompson (1987), em estudo sobre a Lei Negra do século XVIII, na Inglaterra, relata que a Lei, apesar de existir em favor da classe dominante, assegurando sua propriedade privada, contraditoriamente, também afreia nos limites da própria lei que a favorece. Isso implica dizer que as classes trabalhadoras, em particular a população rural, têm a possibilidade de vitórias nos limites da lei, obtendo a garantia mínima de reparações e acesso a direitos negligenciados.

Considerações Finais

A temática da escravidão insere-se em um sistema já marcado pela superexploração das classes trabalhadoras, ou seja, faz parte do *modus operandi* do capitalismo. A escravidão vai apresentando diversas facetas que buscam ser mascaradas por relações de trabalho das mais diversas, podendo surgir através da cobrança de dívidas, retenção de documentos, ameaças etc.

Na atualidade, as formas de escravidão no meio rural estão fundindo-se com os espaços comumente encontrados no espaço urbano. As agroindústrias unem práticas rurais e urbanas e geram novas formas de exploração da população rural. Os casos são diversos e ainda muitos não puderam ser localizados devido a fragilidade dos órgãos competentes, resultado das mobilizações políticas buscando frear a fiscalização de grandes empresários, responsáveis pela permanência do regime.

Os processos trabalhistas movidos pelos trabalhadores rurais nos permitem refletir que a consciência de um sujeito enquanto pertencente a uma classe surge “como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 1987. p. 10).

As experiências vividas por esses trabalhadores no contexto descrito se fizeram a partir das estratégias de resistência mobilizadas no interior da classe. A esse contexto cabe considerar

a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR e de entidades, em particular a CPT, no processo de mobilização de sujeitos do campo, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais, frente ao fenômeno crescente da escravidão contemporânea.

Referências

Fontes

ALMEIDA, Amália Rodrigues de; GONÇALVES, Francisco Willams de Assis Soares. Dossiê COMVAP: uma história de suor e sangue. CEPAC: Teresina, 1991.

BRASIL. Ação Civil Pública nº 249/1994, COMVAP – Açúcar e Álcool LTDA. MPT/Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região.

BRASIL. Ação Civil Pública nº 945/2004, GECOSA – Indústrias Integradas Gervasio Costa S.A. MPT/Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região.

BRASIL. Reclamação Trabalhista nº 1104/2004, GECOSA – Indústrias Integradas Gervasio Costa S.A. Antônio Soares.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, ano 46, n. 106, 28 de agosto de 1991. Disponível em:

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Perfil Territorial Entre Rios – PI. Disponível em: Acesso: 06.ago.2021.

CPT. Síntese dos dados – panorama provisório do trabalho escravo até 2020. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/>. Acesso: 16. jan. 2022.

GUIMARÃES, Joel Santos. DRT para de combater escravidão no Piauí: Sobrinha de deputado acusado de explorar trabalho escravo dirige órgão responsável pela fiscalização. O Globo, Rio de Janeiro, 13 de fevereiro

de 1996. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Índice de Vulnerabilidade Social**.

Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: https://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=357. Acesso: 11. Nov. 2020.

ROCHA, Cristiana C. Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão – Raice. Relatório de Pesquisa Piauí apresentado à CPT, 2016.

SIT – Subsecretaria de Inspeção do Trabalho. Portal da Inspeção do Trabalho. Trabalho Escravo – com situação de trabalho escravo rural. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/#>. Acesso: 06. Ago. 2021.

Bibliografia

CDVDH, CPT. Entre Idas e Vindas: novas dinâmicas de migração para o trabalho escravo. 1^a ed. São Paulo: Urutu-Branco, 2017.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. O trabalho escravo após a Lei Áurea. In: **SAKAMOTO, Leonardo.** Escravidão Contemporânea. São Paulo: Contexto, 2020. 192p. **LINDEN, Marcel van der.** **Trabalhadores do mundo:** Ensaios para uma história global do trabalho. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra.** 9^a ed., 4^a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

ROCHA, Cristiana Costa. **A vida da Lei, A Lei da Vida:** conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

ROCHA, C. C. Moradores, Cativos da Terra e Migrantes:

escravização de trabalhadores rurais do Meio Norte na Amazônia Oriental (1970 a 2000). In: FERREIRA, M. M. G.; ROCHA, C. C. (org). *O rural no meio norte: terra, trabalho e cultura*. São Luís: Editora UEMA, 2022.

SANTOS, M. O.; ROCHA, C. C. Experiências de trabalhadores da fábrica GECOSA (Novo Nilo, Piauí, 1980-1990). In: MARINHO, J. Z. S.; MARTINS, T. G. A.; VILANOVA, F. R. S. (org). *A construção da história e a memória revisitada: perspectivas plurais de pesquisa*. Teresina: Cancioneiro, 2021.

THOMPSON, E.P. “Domínio da Lei”. In: *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa I: A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL NO SÉCULO XXI: EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS DE TRABALHADORES DO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA/PIAUÍ

Daniel Vasconcelos Solon

Introdução

Este artigo apresenta resultados iniciais de uma pesquisa em curso sobre pessoas encontradas em condição de trabalho análogo ao escravo no Brasil contemporâneo. Como recorte de nossa pesquisa em âmbito de doutoramento, teremos o final do século XX e a primeira década do século XXI, momento em que se vê uma grande expansão do agronegócio brasileiro, o acirramento de conflitos por terra e a efetivação das primeiras medidas reativas do Brasil no combate ao trabalho escravo contemporâneo, a partir de pressão da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos movimentos sociais.

Ao eleger o Brasil contemporâneo no geral, e ao Piauí, em particular, a tese em construção não se esquia de trazer questões relacionadas ao processo de colonização brasileiro profundamente inscrito em sangrentos conflitos pela posse da terra e pela utilização de distintas formas mais ou menos violentas de exploração do trabalho compulsório de indígenas, negros e ainda brancos pobres. Por isso, no primeiro momento da tese, com um apelo à longa duração, busca-se visualizar como se deu o processo de domínio de terras (e a consequente concentração fundiária) como continuidade que configurara fortemente não apenas o mapa e fronteiras de uma nação ou dos estados da federação republicana atual, com formas de exploração de trabalho livre e “não-livre” (LINDEN, 2013).

Ao reportar à escravidão legal até o século XIX, ao processo abolicionista e ao pós-abolição (1888), e ao ambiente predominante de uma ideologia racista que deu cor a uma suposta superioridade entre pessoas de distintas tonalidades de pele, esta tese busca compreender como socialmente as marcas dos relhos sobre corpos não-brancos ainda estão em carne viva, haja vista uma simples leitura de estatísticas sobre as desigualdades sociais, com seus recortes étnico-raciais, em que mostram a situação de exclusão de pretos e pardos à cidadania (IANNI, 1972; MARTINS, 2016).

Sem este breve mergulho sobre o século XIX e ainda ao século XX, seria incompleto estudar questões como a do trabalho análogo ao escravo no tempo presente no Brasil, tendo em vista a conexão direta ou indireta deste tema com aspectos relacionados ao passado. Afinal, como desprender da contemporaneidade o papel desempenhado pelo país em escala global, ao longo da história, tendo em vista as heranças de um sistema de exploração que fez das colônias um paraíso do uso de trabalho não-livre (NOVAIS, 1989).

A temática da tese, portanto, é a exploração do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, mas dando especial atenção à realidade dos trabalhadores do Piauí devido à peculiaridade de este estado pertencer à lista dos maiores “exportadores” de mão-de-obra escrava no país, e por ser uma das últimas “fronteiras agrícolas” no Brasil, com grande concentração fundiária (ANDRADE, 2015). É também o estado federativo em que atuo profissionalmente.

Trabalho não-livre enquanto continuidade

O trabalho escravo contemporâneo é uma questão emergente na pauta dos investigadores acadêmicos que – por sua grande importância social, vem sendo estudada nacionalmente em diversas áreas (FIGUEIRA, 2004; GOMES, 2007; SAKAMOTO, 2007; ROCHA, 2015; GOMES, GUIMARÃES

NETO, 2018) e em outros países, com linhas de pesquisa desenvolvidas a partir do debate sobre trabalho sob coerção extraeconômica, trabalho não-livre e trabalho forçado (BRASS, 2011; LINDEN, 2013; LINDEN & GARCIA, 2016; MONTEIRO, 2018; ROMANO, RANCE, MURILLO, 2019; JERÓNIMO, MONTEIRO, 2019). Alguns destes autores, mostram que o chamado trabalho escravo contemporâneo não é uma anomalia do sistema capitalista. O trabalho não-livre, na verdade, é parte essencial da garantia de funcionamento do próprio sistema capitalista, dentro de cadeias globais de produção e comercialização.

No que tange à preocupação com a longa duração, a pesquisa em andamento contextualiza as diversas formas de trabalho compulsório no Brasil desde o período colonial (NOVAIS, 1989), antes e depois de 13 de maio de 1888, quando foi proibida a escravidão no Brasil. O país era o último das amérias a abolir a escravidão negra. Depois de um vácuo de mais de cinco décadas desde a Lei Áurea, queda da monarquia e instauração da república, o Estado Novo estabeleceu uma nova legislação criminal em 1940 que traz de volta para o ordenamento jurídico nacional um tema em referência à escravidão. Dizia o Art. 149 do Código Penal Brasileiro de 1940 que é crime “reduzir alguém a condição análoga à de escravo”, com pena de prisão para o infrator (BRASIL, 1940).

Apesar de criminalizado em 1940, o trabalho análogo ao escravo foi realidade pelas décadas seguintes, chegando a ser amplamente denunciado em 1971, em plena ditadura civil-militar brasileira, por líderes religiosos como o bispo Pedro Casaldáliga (1928-2020), importante defensor dos direitos humanos. A partir da influência de ideias progressistas na igreja católica, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o movimento campesino passaram a denunciar sistematicamente a existência de “trabalho escravo” no Brasil, o que chamou a atenção de organismos internacionais como a OIT, cujo arquivo em Genebra guarda importantes documentos deste período.

Em 1995, constrangido e pressionado em nível internacional, especialmente pela OIT e entidades de defesa de direitos humanos, o Estado brasileiro reconheceu a existência do trabalho escravo contemporâneo de forma oficial (SCHWARZ & PASSOS, 2017). Fruto disso, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o Estado passou a elaborar e implantar respostas de combate ao problema, surgindo as Grupos Móveis do Ministério do Trabalho para fiscalização de empresas, especialmente de fazendas (SAKAMOTO, 2007), para combate ao crime de sujeitar alguém ao trabalho análogo ao escravo.

A partir de ampla mobilização da sociedade civil, que exigia mudanças na legislação para que esta pudesse acompanhar as transformações no mundo do trabalho e os graves problemas envoltos em relações laborais precárias e penosas, sobretudo no campo, foi apresentada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em 1999, que previa expropriação, sem indenização, de propriedades rurais ou urbanas em que fosse constatada exploração de mão-de-obra análoga a escrava, algo que só iria ser realmente aprovado em 2014 (Emenda Constitucional nº 81). No meio deste processo de tramitação da chamada “PEC do trabalho escravo”, o Art. 149 do Código Penal foi alterado pela Lei 10.803/2003, já no primeiro ano do governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT).

Dentre os sujeitos de pesquisa em nossa tese teremos agricultores familiares que fazem o Projeto de Assentamento Nova Conquista, localizado no município de Monsenhor Gil/ Piauí. Trata-se da primeira ação do programa nacional de reforma agrária destinada especialmente aos que passaram pela condição de trabalhadores resgatados da condição de trabalho análogo ao escravo no país. Com estes sujeitos, a partir da metodologia da história oral (MEIHY, 2002), reconstruiremos experiências (THOMPSON, 1981) e memórias (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992), de quem passou pela condição de trabalho

escravo contemporâneo, assim como outros sujeitos de pesquisa (gestores públicos, representantes de movimentos sociais que atuam ou atuaram no combate ao problema, por exemplo).

As memórias – “a saber, as representações colectivas do passado tal como se forjam no presente” (TRAVERSO, 2012, p.14) – são tomadas como elemento importante para compreender não só os sujeitos, mas também o contexto do nosso objeto de estudo. Por motivo de limite de espaço, no entanto, para este artigo traremos pequeno trecho de narrativa sobre a experiências e memórias de trabalhadores que viveram a condição de ser explorado pelo trabalho análogo ao escravo no século XXI no Brasil. Documentos aqui trazidos, decorrentes da operação de resgate de piauienses em fazenda do Pará em 2004, também ajudam a reconstruir o ambiente de (sobre) vivência dos trabalhadores em questão.

Da escravidão contemporânea ao assentamento Nova Conquista

Depois de quatro meses de trabalho de derrubada de mata virgem para preparação abertura de pasto bovino, 79 trabalhadores maranhenses e piauienses foram resgatados do trabalho escravo contemporâneo em operação de resgate feita por equipe do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, do Ministério do Trabalho, em 17 de junho de 2004, na fazenda Rio Tigre, a 83 km do município Santana do Araguaia, no Pará.

No dia anterior, enquanto os trabalhadores derrubavam a mata, os fiscais do Ministério do Trabalho, policiais federais e representante do Ministério Público do Trabalho chegaram ao alojamento e avisaram aos poucos presentes que na manhã seguinte ninguém fosse ao desmate, porque haveria uma fiscalização. O aviso, no entanto, trouxe preocupações sobre como seria a reação do pessoal encarregado por administrar a fazenda, segundo Francivaldo de Sousa Nascimento, um dos piauienses resgatados:

(...) Fomos libertos e salvos pela Polícia Federal. Neste dia estávamos na roça e só tava no barraco (o) Cuca, um trabalhador, onde ele disse para nós: pessoal, a polícia bateu aí, disse que vai levar nós para fora da fazenda pois não estamos trabalhando de forma digna. Nisto, antes, o gato nos ameaçou dizendo que era melhor sairmos antes da polícia chegar, mas nós não saímos. Ficamos com medo de morrer. Enfim a polícia nos levou embora pra Santana do Araguaia onde o pessoal do Ministério do Trabalho ajeitou nossas carteiras, onde muitos não tinham. Ficamos hospedados num hotel, recebemos nosso dinheiro mas ficamos com medo de morrer. Então fretaram um ônibus e saímos na madrugada escondidos, com muito medo de não chegar em Monsenhor Gil (NASCIMENTO, 2011).

O medo da morte era justificável. O Pará, no norte do Brasil, é um dos estados brasileiros com maior índice de violência no campo, em disputa por terra, ou em tentativa de fuga de trabalhadores submetidos ao trabalho forçado (PEREIRA, 2015). Na verdade, o país todo, há décadas, é marcado por assassinatos de trabalhadores rurais sem-terra. Os riscos dos conflitos, no entanto, não atingem apenas os que moram nas zonas rurais ou estão relacionados diretamente à luta por reforma agrária. Naquele ano de 2004, por exemplo, em 28 de janeiro, em Minas Gerais, no sudeste brasileiro, uma emboscada feita por pistoleiros havia resultado na morte de quatro funcionários do Ministério do Trabalho. Eles investigavam exploração de trabalho escravo contemporâneo em fazendas mineiras produtoras de feijão. A “Chacina de Unaí”, como ficou conhecida, ganhou grande repercussão internacional e mais tarde o 28 de abril seria transformado, por lei, em Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

Diferentemente do caso “Chacina de Unaí”, a fiscalização realizada na fazenda Rio Tigre, conforme procedimento padrão do Grupo Móvel, contava com escolta da Polícia Federal, para apurar denúncia do que é tipificado como crime, no Código Penal Brasileiro, em seu Artigo 149:

Reducir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. (...)

(BRASIL, 1940¹)

A fiscalização na fazenda Rio Tigre apontou não apenas irregularidades trabalhistas, mas ainda características do crime previsto no artigo 149 do Código Penal, inclusive com o aspecto agravante de contar submeter à exploração três adolescentes também em condições desumanas. Para melhor se perceber a gravidade da situação vivenciada pelos trabalhadores resgatados, destacamos aqui trechos do relatório do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho:

(...) Nos locais inspecionados não encontramos instalações sanitárias de nenhuma espécie, assim como banheiros e nem locais para refeições. (...) Naquele local, imediatamente constatamos que a situação dos ranchos era totalmente inadequada ao abrigo de trabalhadores, pois eram construídos sem paredes, com cobertura de plástico preto e de folhas de palmeiras, sustentadas por hastes de arbustos e alguns deles eram localizados na orla de uma represa poluída cujo objetivo era 'armazenar' água para o gado. Seu 'piso' era de chão natural, sem nenhum beneficiamento, sendo que os mais novos ainda tinham restos de capim (...). A higiene pessoal era feita com banhos ao relento, precisamente na represa e em outras fontes de água natural localizadas no interior da fazenda (...). As necessidades fisiológicas eram satisfeitas também ao relento, sem nenhuma privacidade e higiene, sobre as relvas (...). Bebiam da água destinada aos animais, colhida da represa

1 Com alterações de lei aprovada em 2003, conforme citamos anteriormente.

acima mencionada, nos mesmos locais que se banhavam e lavavam roupas e louças. (...) Também constatamos que nenhum empregado utilizava equipamento de proteção individual fornecido pelo empregador (...). Havia os que usavam botinas, porém sem certificado de aprovação; eram compradas por eles próprios na cantina da fazenda. Também na cantina compravam alguns medicamentos, uma vez que o empregador não disponibilizava aos trabalhadores nenhuma espécie de material de primeiros socorros (...). Suas refeições, quando estavam nos eitos, eram tomadas a céu aberto, mesmo com sol a pino, sentados sobre restos de madeira, pedregulhos ou relva. Entretanto, no ensejo da refeição noturna, não tinham melhor sorte, pois os ranchos não dispunham de nenhum local para alimentação, como mencionado acima (...). Vistoriando as cozinhas e entrevistando os trabalhadores, constatamos que a comida que lhes era servida era de péssima qualidade, constituída basicamente de arroz e feijão, e, raramente, um pouco de carne (...). Ainda nos ranchos, continuando as entrevistas dos trabalhadores, soubemos que nenhum deles era registrado e que haviam sido recrutados pelos gatos Gilson e Arimatéia em várias localidades, inclusive dos Estados do Maranhão e do Piauí e que entre eles havia quatro menores de dezoito anos (AÇÃO Civil Pública, MPT 8^a Região, 2005, p. 2-3)

As irregularidades relatadas faziam parte de documento que apontou, ao todo, 32 infrações à legislação trabalhista no ato de fiscalização da fazenda Rio Tigre. O relatório completo foi incluído como anexo em Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho do Pará, em que pedia, dentre outras medidas de proteção aos trabalhadores que fossem contratados pela fazenda, uma indenização de R\$ 365 mil por danos genéricos causados aos resgatados pelos fiscais. A Ação Civil Pública foi impetrada junto à Vara do Trabalho de Redenção, pelo Procurador do Trabalho, Hideraldo Luiz de Sousa Machado, de Belém, sede do Ministério Público do Trabalho paraense (MPT 8^a Região), em 02 de fevereiro de 2005, com base no relatório de fiscalização do Grupo Especial de Fiscalização Móvel.

A inspeção na Fazenda Rio Tigre contou com auditores fiscais do trabalho do Distrito Federal e do Ministério Público do Trabalho de Goiás. A atuação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel se dava de forma integrada, com órgãos públicos de

diversas regiões do país, mas com comando central a partir da capital do país, Brasília, que era constantemente abastecido com informações relacionadas ao combate à escravidão contemporânea. Um ofício encaminhado à Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONAETE, da Procuradoria Geral do Trabalho (Brasília) em 8 de julho de 2004, ilustra esse fluxo informacional interinstitucional. Neste documento, Januário Justino Ferreira, Procurador no Ministério Público do Trabalho goiano e então integrante da comitiva que visitou a fazenda Rio Tigre no mês anterior, denunciava que os 79 trabalhadores foram encontrados “em condições absolutamente subumanas, com trabalho realizado em condições degradantes”. Consta ainda no referido ofício:

(...) Todos eles se alimentavam a partir dos produtos fornecidos por uma espécie de cantina, de propriedade de um “gato” conhecido como JOSÉ DE ARIMATÉIA RODRIGUES, de onde também lhes eram fornecidos botinas, instrumentos de trabalhos, dentre várias outras coisas.

Entretanto, todos os produtos que os trabalhadores adquiriam dessa cantina eram anotados, de forma especificada, em um caderno que se encontrava na posse do indigitado “gato”, mas só quanto a quantificação deles, vez que o preço da aquisição não constava desse caderno.

Acontece que o motivo da sonegação dessas informações, aliadas a outras manobras ilegais por parte dos “gatos”, tem por fim incutir na cabeça do trabalhador uma suposta preocupação servil, decorrente unicamente por sua concepção de que efetivamente devia ao empregador, motivo por que teria de trabalhar até honrar suas obrigações.

Afora disto, o empregador, via dos intermediadores de mão-de-obra, recusava-se a fazer a medição dos serviços executados pelos trabalhadores, mormente que eram contratados por produção, sem a qual não era possível fazer o pagamento pela ativação laboral. Somente foi feito adiantamento salarial aos mesmos, quando da contratação.

E em razão da falta de pagamento pelos serviços prestados, bem como da suposta servidão por dívida, oriunda das compras efetuadas na cantina ou dos adiantamentos efetuados quando da contratação, evidente que,

indiretamente, os trabalhadores estavam cerceados do direito constitucional de ir e vir. (OFÍCIO nº 2.001 CODIN/JJF/PRT 18" Região, 2004, p.3)

Como se vê acima, além de não garantirem carteira assinada e salário digno, o que havia era a “falta de pagamento pelos serviços prestados”. Era totalmente o contrário do paraíso prometido ao trabalhador Elenílson da Conceição, pelo empreiteiro de mão-de-obra, o gato, ainda em Monsenhor Gil. O ‘gato’ teria dito a Elenílson que seria necessário um “ciscador” (CONCEIÇÃO, 2015) para juntar o dinheiro do salário, uma metáfora potente de promessa de sucesso e fartura que alimentou o sonho de melhoria de vida dos trabalhadores aliciados.

Nota-se, pelo relatado no Ofício nº 2.001 CODIN/JJF/PRT acima, que a fiscalização não flagrou a presença de vigilantes armados na fazenda Rio Tigre, o que em análise mais apressada poderia se chocar com o declarado por Francinaldo de Sousa Nascimento. Não obstante, o relato oral deste último apontou que o ‘gato’ havia determinado que todos os trabalhadores saíssem dali para dificultar o flagrante dos fiscais (NASCIMENTO, 2011), tática utilizada em outras fazendas que submetem pessoas a condições análogas à escravidão no Brasil (FIGUEIRA, 2004).

Independentemente de haver ou não vigilância armada, o cerceamento da liberdade do trabalhador previsto no Artigo 149 do Código Penal pode ser percebido de várias formas, como a imposição de isolamento físico (áreas afastadas de núcleos urbano, sem facilidade de acesso a transporte para se deixar o local), ou quando documentos pessoais ficam retidos pelo empregador (OIT, 2010, p. 16). Também fortalece o cerceamento de liberdade a coerção moral por endividamento, conforme se viu acima, no extrato da comunicação de Januário Justino Ferreira, situação análoga à descrita por Ricardo Rezende Figueira, em Pisando fora da própria sombra (2004). Ainda segundo o relato do Procurador do Trabalho, a partir da fiscalização, os trabalhadores foram resgatados e conduzidos,

em dois ônibus fretados pela Fazenda Rio Tigre, com destino a cidade de Santana do Araguaia, onde foram registrados e receberam seus direitos conforme disciplina a legislação trabalhista, o que resultou no montante de R\$ 120.512,00.

Afirmava ainda o Procurador do Trabalho de Goiás que o aliciamento de trabalhadores e demais outras irregularidades verificadas na inspeção caracterizaria a “prática de reduzir trabalhador à condição análoga à de escravo” e que por isso, “requisitamos ao i. Delegado de Polícia Federal, integrante do Grupo, que instaurasse inquérito para apurar os crimes tipificados nos arts. 149, 203 e 207, do Código Penal”. Anunciava ainda o ofício assinado por Januário Justino Ferreira que seria movida ação civil pública pelo MPT contra a fazenda Rio Tigre e seu proprietário, com pedidos “relacionados a obrigações de fazer e de não fazer, bem como pedido de indenização por danos genéricos” (OFÍCIO n.º 2001-2004 — CODIN/JJF/PRT 18º Região, p. 4).

A ação civil pública, como exposto anteriormente, de fato foi impetrada em 02 de fevereiro de 2005 pelo Procurador do Trabalho Hideraldo Luiz de Sousa Machado, de Belém, junto à Vara trabalhista de Redenção, que é responsável por julgar causas cujos problemas foram originados na região em que se localiza a fazenda Rio Tigre. Após seis audiências em datas anteriores, no dia 10 de novembro de 2005, houve o desfecho da ação, sem a necessidade de uma decisão judicial monocrática. As partes envolvidas chegaram a um acordo para dar fim à demanda judicial na esfera trabalhista. Desta forma, o empregador comprometeu-se em pagar R\$ 80 mil “a título de indenização por danos morais causados aos direitos difusos e coletivos dos trabalhadores, a ser revertida em favor do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, em 10 parcelas iguais de R\$ 8.000,00 cada” (TERMO de Audiência, Vara do Trabalho de Redenção, 10/11/2005, p.1).

Sobre a notícia do procurador Januário Justino Ferreira, a respeito da solicitação de abertura de inquérito por parte da Polícia Federal para investigar crimes previstos no Código Penal Brasileiro, ao que tudo indica, o que imperou foi a impunidade. Em buscas feitas para esta pesquisa junto a Justiça Federal no Pará não consta que Roserval Alves dos Santos, arrolado como proprietário da fazenda Rio Tigre pelo Ministério Público do Trabalho, tenha respondido a processos relacionados ao crime de reduzir alguém a condição análoga ao de escravo (Art. 149 do Código Penal) ou ao que é tipificado no Artigos 203 (obrigar ou coagir alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida) e 207 (aliciamento para fins de emigração ou migração interna).

Quanto a Francinaldo Nascimento, assim como todos os outros piauienses que foram aliciados ao trabalho na fazenda Rio Tigre, eles vêm de famílias muito pobres de Monsenhor Gil² ou que por lá se instalaram. Eles são filhos de trabalhadores rurais meeiros que usavam terras de latifundiários da região para o plantio de milho, feijão, mandioca, pagando renda (parte da colheita) aos proprietários das áreas cultivadas. Quando os latifundiários decidem não mais arrendar a terra, os trabalhadores são obrigados a deixar a roça e a casa precariamente construída, e a procurar outra forma de renda, seja nos arredores, como lavradores, seja em áreas urbanas, ou até mesmo em fazendas como a Rio Tigre, no Pará, ou outras do Maranhão e Mato Grosso, estados brasileiros concentram o maior número de casos registrados de incidência de trabalho análogo ao escravo. A situação de pobreza os torna mais vulneráveis a acreditarem

² Segundo a ONU, no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil, dos 5.565 municípios, Monsenhor Gil ocupa a 3796^a posição. Ver: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>

em promessas dos aliciadores que serão depois descumpridas, como afirma o trabalhador Francisco Rodrigues, também resgatado da fazenda Rio Tigre:

Nossa vida foi de trabalhar de roça, de diária, de olaria. E o dinheiro que a gente ganhava aqui era muito pouco para o mantimento de casa. Então um certo tempo chegou um rapaz aqui na região de Monsenhor Gil, procurando um pessoal para trabalhar fora, né? Então chegou pra nós, quatro irmãos, uma proposta de (ganhar)mos salário) 600 reais na carteira (de trabalho), mas nós ia trabalhar por empeleita, pela produção, a 290 (reais) o alqueire. (Chegando na fazenda) o alqueire de 290 voltou para 90 reais. E a carteira, que era para ser de 600 reais na carteira, não perguntaram nem qual era o nosso nome. Quando eu fui para o Pará o cara me deu 60 reais adiantado. Comprou nós por 60 reais. Eu deixei 40 para minha família e levei 20 para comer na viagem. Então eu fui praticamente vendido. Praticamente, não. Eu fui vendido por 60 reais. E não fui só eu, não. Fui eu, meus amigos e meus irmãos. (RODRIGUES, 2013)³

Hoje, Francinaldo, Francisco, Elenílson e outros piauienses resgatados na fazenda Rio Tigre são ligados não apenas pelo fato de serem negros e pobres, ou por terem sido escravizados em 2004 no Pará. Eles fizeram parte de uma luta que resultou na criação do assentamento Nova Conquista, a 20 km de Monsenhor Gil. Nova Conquista é o primeiro projeto no país criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para atender especialmente os trabalhadores que foram vítimas de escravidão contemporânea. A criação do assentamento veio em um momento importante. O Piauí era um dos estados que mais “exportava” mão-de-obra escrava no País, naquela década (SAKAMOTO, 2006).

“Depois do nosso resgate, a CPT começou a travar uma grande luta de conseguir um pedaço de terra pra nós trabalharmos e de nos indicar quais eram os nossos direitos e como a gente deveria agir”, diz Oliveira (2010). Após muita

³ Note-se aqui um aspecto a ser melhor interpretado dentro da tese, no que tange aos “usos do passado” (TRAVERSO, 2012), quando se traz ao presente a imagem do homem-mercadoria que poderia ser vendido no sistema escravocrata que sobreviveu legalmente no país até 1888.

pressão e enfrentamento com a superintendência do Incra no Piauí, apenas em 2009 conquistaram área de mais de dois mil hectares que pertencia a um latifundiário de Monsenhor Gil. Ali, passaram a construir outras memórias de luta, conflitos e resistência para permanecerem na terra.

Considerações finais

Os trabalhadores que deram origem ao assentamento Nova Conquista, com suas experiências e memórias, nos ajudam a compreender o trabalho escravo contemporâneo enquanto objeto de estudo. A partir destes e outros trabalhadores, de outras experiências - pretende-se saber quem são essas pessoas, no que acreditam, como elas mesmas se identificam, que marcas ficaram a partir do flagelo do trabalho escravo, que estratégias utilizaram para sobreviver, quais laços de solidariedade construíram, que sociabilidades vivenciaram. Em suma, como hoje tais sujeitos concebem a trajetória de luta por terra e liberdade e como isso se relaciona, em termos gerais, com o vivido em escala global.

Referências

Fontes:

Leis, relatórios, ofícios, decisões judiciais

BRASIL – Código Penal Brasileiro de 1940. Decreto-Lei nº **2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm

OIT - Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil / Organização Internacional do Trabalho. - Brasilia: OIT, 2011

OFÍCIO n.º 2001-2004 — CODIN/JJF/Procuradoria Regional do Trabalho PRT 18º Região, Goiânia, 08/07/2004.

AÇÃO Civil Pública, MPT 8^a Região, Belém, 24/01/2005

TERMO de Audiência, Vara do Trabalho de Redenção,
10/11/2005

Jornais e revistas

NASCIMENTO, Francinaldo Sousa do. Depoimento concedido a Francisco Alan Santos Lima. In: TRABALHO escravo no Brasil: testemunhos de vítimas. REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana [en linea]. 2011, 19 (37), 279-285[fecha de Consulta 10 de Mayo de 2021]. ISSN: 1980-8585. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407042014017>

OLIVEIRA, Francisco José dos Santos Oliveira. Eu não sabia que era um escravo. Revista Missões (eletrônica), 2010. Disponível em: <http://www.revistamissoes.org.br/2010/10/eu-nao-sabia-que-era-um-escravo/>

Youtube

CONCEIÇÃO, Elenilson. Entrevista concedida ao Frei Gilvander Moreira (CPT/MG). Porto Velho/RO, 16 de julho de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yElZYFcXNJY>

RODRIGUES, Francisco. In: A liberdade não tem preço: de trabalho escravo ao Assentamento Nova Conquista, no Piauí. CPT/2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Jtl0yLyNkgE>

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **Proletários e escravos: imigrantes Portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872.** Novos Estudos – Cebrap, São Paulo, n.21, 1988, pp. 30-56.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

ANDRADE, Patrícia Soares de. **A insustentável questão fundiária e ambiental do cerrado piauiense:** a confluência de interesses entre Estado e o agronegócio na expansão da produção de grãos. Tese de doutorado (Políticas Públicas), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015

BRASS, Tom & VAN DER LINDEN, Marcel (eds.) **Free and Unfree Labour: The Debate Continues.** Nueva York, Estados Unidos de América: Lang, 1997.

BRASS, Tom. **Labour Regime Change in the Twenty-First Century: Unfreedom, Capitalism and Primitive Accumulation.** Studies in Critical Social Sciences. Leiden, Holanda / Boston, Estados Unidos de América: Brill. 2011.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GOMES, Ângela de Castro & GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Trabalho escravo contemporâneo:** tempo presente e usos do passado. Rio de Janeiro, FGV, 2018.

GOMES, Ângela de Castro. **Trabalho análogo ao de escravo:** construindo um problema. XXIV Simpósio Nacional da ANPUH, 2007.

_____. **Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil:** tempo presente e usos do passado. Revista Brasileira de História, São Paulo, v..32, n. 64, p. 167-184, 2012

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2 ed.1972.

MARTINS, T. C. S. Questão étnico-racial: seus nexos com o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. In: GONÇALVES, M. da C. V.; MARTINS, T. C. S.; SANTOS, V. N. (Orgs.). Temas contemporâneos no serviço social: um convite à reflexão. São Cristóvão: UFS, 2016.

MAMIGONIAN, Beatriz G e GRINBERG, Keila. *Le crime de réduction à l'esclavage d'une personne libre* (Brésil, XIXe siècle). Brésil(s) [Online], 11 | 2017. posto online em 29 de maio de 2017. Consultado em 15 de agosto de 2020. Disponível em URL: <http://journals.openedition.org/bresils/2138> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/bresils.2138>

MEIHY, J.C. S. B. *Manual de História Oral*. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MONTEIRO, José Pedro. *Portugal e a questão do trabalho forçado: um império sob escrutínio (1944-1962)*. Lisboa, Edições 70, 2018.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 5^a ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

PEREIRA, Airton dos Reis. A prática da pistolagem nos conflitos do Sul e Sudeste do Pará (1980-1995) *Territórios & Fronteiras*. V. 8, n.1, 2015. P 230-255.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p.200-212, 1992.

ROCHA, Cristiana C. **Memória Migrante**. Experiência do trabalho escravo no tempo presente (Barras, Piauí). 2010. 184f. Dissertação. (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza – CE, 2010.

_____. **A vida da lei, a lei da vida: conflitos pela terra**,

família e trabalho escravo no tempo presente / Cristiana Costa da Rocha. – 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2015.

ROMANO, Rossana Barragán; RANCE, Amaru Villanueva e MURILLO, Cristina Machicado. **Trabajos y trabajadores en América Latina** (siglos XVI-XXI) – La Paz : Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Rodrigo Garcia, PASSOS, Rose Maria dos. **Contemporary slavery in brazil: the case 11,289 (josé pereira) in the inter-american commission on human rights**. Unoesc International Legal Seminar, v. 4, n. 1, p. 177-186, 2 jun. 2017.

SAKAMOTO, Leonardo (coord.) **Trabalho escravo no Brasil do Século XXI**. Brasília, OIT, 2006.

_____. **Os acionistas da Casa-grande: a reinvenção capitalista do trabalho escravo contemporâneo**. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em ciência política da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar: história, memória e política**. Lisboa, Edições Unipop, 2012.

LINDEN, Marcel van der & GARCÍA, Magaly (org.). **On coerced labor. Work and compulsion after chattel slavery**. Leiden: Brill, 2016.

LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 2013.

CAMPONESES NA FRONTEIRA: AS FRENTES DE EMERGÊNCIA E OUTRAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS NO COMBATE AOS EFEITOS DA SECA NO PIAUÍ (DÉCADAS 1970-1980)

Lucas Ramyro Gomes de Brito

Considerações iniciais

Ainda falta muito para se falar sobre a temática da seca, principalmente se tratando do território piauiense. Na historiografia local, além de poucas produções e discussões, são limitadas, pois focam em apenas alguns aspectos, como o fator econômico, por exemplo. A maioria das análises também se volta para o final do século XIX e primeira metade do século XX. A obra de maior impacto é *Seca Seculorum*, de Domingos Neto (1987), que constitui um marco na literatura sobre a seca no Estado, sendo a primeira obra de caráter histórico objetivando explicar o fenômeno da seca no Piauí e entende o fenômeno como resultado de uma série de fatores, destacando as questões de ordem social e política, antes da questão climática.

Compreender as consequências que a seca e as ações estatais refletem na vida da população é algo que ainda se faz necessário, haja vista todo o emaranhado de relações que envolve, seja cultural, política, econômica ou social. Além disso, percebe-se que nada mudou em aproximadamente dois séculos de flagelo, sendo o clima de instabilidade e sofrimento do piauiense os mesmos. Logo, este trabalho apresenta uma maneira de falar da seca dentro das fronteiras piauienses, tendo em vista que os trabalhos existentes enfocam em características, por exemplo, econômicas, e aqui se foca em campos específicos,

a exemplo dos espaços de trabalho e das consequências da fome e das políticas públicas sobre a população flagelada, o cenário social.

Na pesquisa, situa-se como recorte espacial o território piauiense, haja vista que tanto as Frentes de Emergência de Combate à Seca quanto o movimento da multidão de flagelados não estão circunscritos num cenário estático, mas em várias regiões e lugares. Ao estabelecer um recorte temporal para a pesquisa, observou-se que entre os anos 1979 e 1983 o momento de seca foi constante e o maior em duração. Para tanto, serão consideradas como frentes de serviços ou frentes de emergência, aquelas obras implantadas pelos Programas de Emergência¹ em situações especiais de defesa civil para disponibilizar à população ações de renda (frentes), alimento (cestas) e água (carro-pipa). A origem dessas frentes de serviço remonta ao período monárquico, quando obras de construção de linhas férreas, açudes, poços, destacamento, entre outras, eram executadas para dar salário à população rural afetada pela estiagem que tentava se retirar para regiões mais favorecidas, como se vê em Ferreira (2009, 2016), Neves (2000) e Cândido (2014).

O Nordeste brasileiro passa a ser visto como uma região-problema para o cenário nacional quando aproximadamente 5% da população do país morre em razão da seca de 1877-1879, a maior do século XIX. No século seguinte, o governo central passou a ter a Inspetoria de Obras contra as Secas (Iocs), criada em 1909, como o principal agente para enfrentar as secas. Na década de 1950, Banco do Nordeste Brasileiro (BNB) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) são criados em razão das sucessivas ondas de seca. No entanto, os acontecimentos de 1964 fizeram cessar tudo o que havia

¹ Envolvidos na gestão, supervisão e execução dos Programas de Emergência de Combate aos Efeitos da Seca: Sudene, Dnocs, Exército, Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, Governos Estaduais e Secretarias Estaduais de Defesa Civil, entre outros.

avançado até então com esses órgãos, submetendo-os ao poder militar. E a seca de 1979-1983 ocorre no momento da abertura política e da desagregação do modelo político-econômico imposto em 1964.

É sabido que a seca foi essencial para a construção do imaginário nordestino que temos até hoje. A ideia de Nordeste como território, segundo Albuquerque Jr (2009), surge, dentre outros fatores, através do discurso de fortalecimento das ideias de flagelo da seca e da miséria que classe dominante da região utiliza na busca recursos junto ao governo federal para garantir o paternalismo. Logo, trata-se de um espaço cunhado, ou como o próprio autor fala, inventado pelo estereótipo, que desconsidera as fronteiras climáticas, culturais e econômicas.

1. As políticas públicas de combate aos efeitos da seca

Ao se falar de seca no Nordeste brasileiro, a historiografia remonta a episódios acontecidos ainda no século XIX. Nesse período, a literatura destaca a grande seca de 1877-1879 como *a maldita dos três setes*. Esta resultou na visualização da seca no Nordeste, na época incluso na região Norte, como um problema social relevante e merecedor de atenção estatal, preocupando os poderes públicos, a se notar o Governo Imperial.

Então, nos fins do século XIX, iniciaram-se os primeiros programas de açudagem, que vai ganhar impulso na primeira metade do século XX, para além de se tentar resolver o problema hídrico, mas também como medida de emergência para empregar a população atingida pela seca durante os períodos de longa estiagem. Como consequência, em 1909², criou-se a Inspetoria de Obras Contra as Secas (Iocs), que posteriormente se torna o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs).

2 Criado através do Decreto nº 7.619, de 21 de Outubro de 1909.

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) surge em 1959, com foco não apenas na seca, mas nos problemas econômicos, sociais e políticos. Na década de 1970, o desenvolvimento do Nordeste passa ser orientado pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), em razão da nova configuração na política nacional. Vale destacar que tais planos propiciaram ao setor agropecuário maior volume de recursos do que o reservado ao setor industrial (MINTER/SUDENE, 1980).

Pela orientação estabelecida no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o Governo Federal, a partir de 1974, instituiu e operacionalizou os Programas Regionais Especiais, com a finalidade de concentrar ações governamentais voltadas, de preferência, para as áreas prioritárias previamente selecionadas, visando o melhor aproveitamento das potencialidades de recursos naturais, possibilitando, desse modo, acelerar o desenvolvimento social e econômico do Nordeste (MINTER/SUDENE, 1980).

Coube à Sudene, na qualidade de órgão responsável pela coordenação desses programas, fixar prioridades, analisar, aprovar, acompanhar e avaliar os resultados decorrentes da execução dos projetos e das atividades relacionadas a cada um dos programas regionais especiais. Em 1979, uma nova sistemática foi atribuída a esses programas, cabendo também à Sudene a responsabilidade pelas programações anuais dos projetos especiais em execução no Nordeste, em estreito entendimento com os demais órgãos e entidades federais e Governos estaduais envolvidos. Dentre os vários programas regionais especiais, vale aqui destacar o Polonordeste, o Projeto Sertanejo e o Programa de Emergência contra os Efeitos de Calamidades Públicas no Nordeste, este último ativado nas situações emergenciais.

Desse modo, em razão da existência de vários programas governamentais atuando na região Nordeste, para também compreender a seca de 1979-1983, foca-se aqui na análise de apenas

dois deles, incluídos dentro da proposta de Desenvolvimento Rural Integrado (DRI), pois estão intrinsecamente ligados à região semiárida: o *Polonordeste* e o *Projeto Sertanejo*.

1.1 O Polonordeste

Conforme assinala Domingos Neto & Oliveira (1988, p. 20), no Piauí, “foi o Polonordeste, através de seus subprogramas, o que dispôs de mais recursos e causou mais repercussão, confundindo-se a partir de 1982 [...] com o programa financiado pelo Banco Mundial.” Há de se notar também a grande ênfase que a imprensa piauiense deu a esses dois programas e os demais ficando, de certa forma, obsoletos no noticiário da época. O Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste)³ visava integrar a economia de mercado de cerca de 2,1 milhões de pequenos agricultores do Nordeste através da promoção de uma agricultura eficaz, melhoria de renda das populações e ampliação das oportunidades de emprego do meio rural. Procurava-se uma solução integrada, considerando os aspectos físicos, sociais, organizacionais e políticos, além da procura do desenvolvimento pela integração entre agricultura, indústria e serviços nas próprias zonas rurais (MINTER/SUDENE, 1981).

O programa, inserido no II PND, foi elaborado sob o “pressuposto de que a diversidade sub-regional que ocorre, no Nordeste, torna inadequados programas uniformes e padronizados para toda a região, inviabilizando, portanto, qualquer ação desenvolvimentista que a considere como um todo homogêneo” (CAMPOS, 2004. p. 139). Foi com esse argumento que passaram a selecionar áreas - a que se denominou “áreas integradas” - e nelas concentrar esforços visando transformá-las em polos de desenvolvimento rural, sob o pressuposto que teriam seus efeitos irradiados para as áreas circunvizinhas.

³ Foi instituído pelo Decreto nº 74.794, de 29 de outubro de 1974.

O programa foi institucionalizado em território piauiense, pelo Governo do Estado, em março de 1976. O intuito da ação integrada foi unir forças, com articulações entre a administração federal e as administrações municipais, numa ação conjunta para o desenvolvimento do setor primário. Para se restringir as áreas predeterminadas (Vales Úmidos: Delta do Parnaíba, Fazendas Estaduais/Vale do Fidalgo e Vale do Gurgueia⁴), levaram-se em consideração as carências básicas, as potencialidades e as restrições, avaliando os custos e os benefícios e quanto seria rentável com os projetos.

De modo geral, as linhas de ação eram diferenciadas e abrangentes, compostas de vários subprojetos/atividades, passando a atuar com os segmentos de apoio à produção (assistência técnica e extensão rural, venda de insumos, mecanização, cooperativismos, etc.) e equipamentos de infraestrutura econômica (estradas vicinais, eletrificação rural, etc.) e infraestrutura social (educação, saúde, desenvolvimento comunitário, etc.).

Alguns segmentos como assistência técnica, edificação de postos de saúde, escola e eletrificação rural, apresentaram alto percentual de realizações devido a facilidade de execução dos segmentos de obras físicas, facilmente contratadas a firmas empreiteiras. Outros, como crédito, ação fundiária, comercialização e saneamento básico apresentam baixo percentual de desempenho. Estes fatos teriam se tornado uma constante em todos os projetos em execução pelo Polonordeste (CAMPOS, 2004).

De acordo com estudos realizados pelos economistas William Bandeira e Solimar Oliveira (1984), os recursos financeiros, tanto os previstos quanto os efetivamente aplicados, principalmente no início da atuação, seguiram

4 Em 1977, o PDRI do Gurgueia foi subdividido em três áreas: Norte, Médio e Sul do Gurgueia. Foi ainda criado o PDRI das Fazendas Estaduais, desmembramento do PDRI Vale do Fidalgo.

tendência bastante acentuada em privilegiar os investimentos em infraestrutura, em detrimento do apoio mais direto às maiores necessidades do pequeno produtor⁵, como crédito fundiário, cooperativismo, assistência técnica e educação, que contraditoriamente não foram contemplados com recursos mais substanciais.

Ainda conforme o estudo citado, estes investimentos, que não seriam voltados para as reais necessidades da economia camponesa, acarretaram problemas bastante sérios⁶, tendo a construção de estradas, a eletrificação, a perfuração de poços, entre outros, levado ao consequente aumento nos preços da terra tornando mais difícil a aquisição para a maioria dos produtores rurais, levando estes às migrações e aos conflitos de posse. Apesar disso, tinha como público-meta os pequenos e médios proprietários bem como aqueles sem a posse da terra, objetivando a promoção do desenvolvimento e modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste e a melhoria da renda e condições de vida destes produtores.

É importante lembrar que a elaboração do Programa Polonordeste a nível nacional começa a partir do início da década de 1970, época em que a concepção de reforma agrária,

5 Seguindo a linha de Moraes (2009, p. 131-134), os camponeses referidos, no caso da área do sudoeste piauiense, são aqueles envoltos à região que nas últimas três décadas do século XX foi paulatinamente incorporada pela moderna agricultura do complexo carnes/grãos. Esse momento reflete na vida dessas populações de pequenos proprietários e posseiros, essencialmente dedicados ao cultivo da terra, tomando decisões relativamente autônomas nesse processo e empregando, tradicionalmente, o chamado sistema roça-de-toco. Trata-se de mão de obra familiar, utilizando esquemas tradicionais de acesso à terra e ao trabalho (de parentes e amigos), num campesinato que visa o aprovisionamento material. Vale destacar, ainda, que esses grupos se organizam no quadro e nas condições oferecidos pela natureza.

6 Principalmente à população sem terra: pessoas que trabalham na agricultura, mas não possuem terra própria para plantar, desse modo, dependem de terceiros. E “terra apossada”, na linguagem local, refere-se ao vínculo com a terra por relações de posse e de não-propriedade jurídica.

como elemento necessário para promover a industrialização tinha se esvaziado econômica e politicamente⁷. Houve um forte crescimento do complexo agroindustrial para o qual o importante era a transformação da agricultura brasileira no sentido de modernização, para que esta se tornasse um mercado efetivo para a indústria de implementos e insumos agrícolas, bem como fornecedora de matérias-primas para as indústrias processadoras.

Nesse período, na região sudoeste do Piauí, que em seus aspectos naturais é constituída pelo bioma cerrado, começa a se incorporar a moderna agricultura do complexo grãos/carne para exportação em contraposição aos segmentos camponeses que ali desenvolvem uma tradicional ancoragem de vida entre os baixões⁸ e as chapadas⁹. Além das adversidades impostas

7 De acordo com o site oficial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), à época de sua criação (9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110), mais do que reforma agrária, o governo incentivou a colonização da Amazônia. Migrantes de vários estados do Brasil foram levados a ocupar as margens da estrada Transamazônica e empresas de variados ramos receberam incentivos fiscais para grandes projetos agropecuários. A experiência não foi bem sucedida. Já com a redemocratização, em 1984, o tema da reforma agrária volta à tona novamente. Miralha (2006, p. 157) destaca que após 1964 ocorre uma reorganização da produção agropecuária e as elites brasileiras, ao invés de promover uma reforma na estrutura fundiária brasileira e instaurar no país uma modernidade econômica e principalmente social, optaram em manter a desigual estrutura fundiária, e realizar uma modernização tecnológica na grande propriedade através de escandalosos subsídios. Para mais informações sobre o histórico da reforma agrária, acesse <http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>.

- 8 Na nomenclatura local, o “baixão” ou “interior” corresponde às terras baixas, com solos tidos como mais ricos e úmidos que os de chapada, devido a presença de rios, riachos, lagoas e brejos. Região onde se dá o cultivo de leguminosas, de verduras e frutas, e pastos, sendo também o lugar de assentamento e morada.
- 9 A “chapada” ou “serra”, como designado pela população local, corresponde aos terrenos altos e planos de longa extensão, como solos argilosos ou arenosos e “clima seco”. Região onde se dá a caça, coleta de frutos, mel

pela natureza, essa população se vê em meio a uma crise socioeconômica em virtude da incorporação das terras de “chapadas” pelo agronegócio (MORAES, 2009). Com efeito, o povo do cerrado passa a operar num espaço social e territorial cada vez mais restrito, deixando a situação de relativa autonomia, e de maneira paralela, sofrem crescente expulsão do campo para a periferia das cidades.

Os programas governamentais, incluindo o Polonordeste, atendiam um duplo objetivo: seguiam a tendência da agricultura brasileira, crescentemente subordinada aos capitais agroindustriais e, ao mesmo tempo, apareciam como instrumentos de legitimação do regime, sobretudo no que concerne aos programas dirigidos às classes menos favorecidas do campo. Esse duplo caráter, do qual se revestem esses programas, em si mesmo é contraditório, na medida em que estes, objetivamente, visam beneficiar os grupos dominantes do campo, porém apresentam em seus discursos o objetivo de melhoria de vida dos segmentos pobres da população (BANDEIRA, 1991).

As quatro regiões escolhidas dentro do território piauiense, onde o Polonordeste se implantou através dos PDRI's Delta do Parnaíba, Fazendas Estaduais, Vale do Fidalgo e Vale do Gurgueia, contém sem dúvida, os maiores índices de terras férteis apropriadas para o cultivo da agricultura, também são áreas com forte concentração de terra, cujo sistema predominante era policultura, tocada por pequenos produtores, em sua maioria sem a posse da terra (BANDEIRA, 1981). Isso, porque os programas foram pensados de forma a tirar partido das melhores regiões naturais do Nordeste, do ponto de vista dos recursos de solo e água.

As grandes propriedades latifundiárias são as áreas predominantes nessas regiões, nas quais abrigam em seu interior o camponês sem terra. As diferenças entre as regiões

e plantas terapêuticas, bem como criação de gado.

muito pequenas, evidenciadas muito mais por seus aspectos físicos peculiares e/ou formação histórica um pouco diferentes. A região do Delta do Parnaíba era a mais populosa em virtude da produção extrativa (cera de carnaúba e babaçu), que constituiu, até o final da década de 1950, a principal atividade econômica do estado (BANDEIRA, 1991).

Mas, o comum entre as quatro áreas era a situação de estagnação em que elas se encontravam, causada principalmente pela própria inserção do Piauí no processo de desenvolvimento brasileiro, o que reservou ao estado um papel secundário na participação das atividades produtivas, principalmente a atividade agropecuária, que se viu incapaz de suportar a concorrência de outros estados nordestinos (BANDEIRA, 1983).

Para Campos (2004, p. 140), tanto no Polonordeste quanto em outros programas voltados para a região semiárida, alguns problemas começam ainda na fase de elaboração, afetando, portanto, a fase de execução dos mesmos. Um exemplo seria os objetivos dos programas, que não estariam claramente definidos e duas questões se destacariam referente à indefinição do público-meta e a expansão da área de atuação. Em relação à primeira, favorece os desvios ou privilegia diretamente os setores mais abastados. Quanto ao segundo, observa-se que ao longo da execução dos programas, as áreas que já eram extensas passaram ainda por um processo de expansão, culminando com a pulverização dos recursos e ausência de relatórios de acompanhamento.

Em 1976, houve uma tentativa de redefinição das diretrizes que tratavam da questão fundiária, reconhecendo, ainda que de forma implícita, a prioridade que deveria ser dada aos pequenos produtores e proprietários sem terra. Contudo, o próprio relatório de avaliação do programa reconheceu que, apesar de serem considerados, os agricultores sem terra não estavam sendo contemplados com nenhuma linha específica de ação. E, embora reconhecendo a importância da reestruturação

fundiária, pode-se dizer que quase nada foi feito, tendo sido pior segmento do programa quanto ao cumprimento das metas previstas.

1.2 *O Projeto Sertanejo*

O Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo) foi instituído em 20 de agosto de 1976, através do Decreto nº 78.299, dando “ênfase a uma política de água, a nível de unidade de produção (pequena e média açudagem e poços), orientando-a, porém, para o seu aproveitamento econômico em atividades produtivas e para o cumprimento da função social de beneficiar o maior número possível de famílias” (MINTER/SUDENE, 1976).

O relatório de elaboração e apresentação do programa, ao analisar os contextos de estiagem do Nordeste, conclui que: a seca atinge intensamente os pequenos produtores e os agricultores sem terra, em especial os parceiros¹⁰; os efeitos da seca são reflexos da fragilidade econômica dos grupos sociais atingidos; esses reflexos atingem, diretamente, sobretudo aos pequenos e médios proprietários que, a princípio, se mostram incapazes de reter sua mão de obra auxiliar passando, em seguida, eles mesmos a se incorporarem às frentes de serviço; e que, desse modo, um programa de fortalecimento da economia da Região Semiárida do Nordeste aos efeitos da seca deverá ter

10 Decreto nº 59.566/1966: Art 4º Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extractiva vegetal ou mista; e ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias primas de origem animal, mediante partilha de riscos do caso fortuito e da força maior do empreendimento rural, e dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais da lei (artigo 96, VI do Estatuto da Terra) (grifos nossos). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59566.htm>.

como finalidade o desencadeamento de um processo intenso e eficaz de desenvolvimento agrícola e, como um dos seus componentes básicos, a reorganização e o ajustamento do seu sistema de produção agropecuário às exigências do meio físico, econômico e social (MINTER/SUDENE, 1976). Por sua vez, os objetivos secundários traçados (I. apoio à agricultura irrigada; II. apoio à agricultura seca; III. serviço de apoio e IV. reorganização da estrutura fundiária) não eram condizentes com o objetivo central, que era atender a população mais atingida pelo efeito da seca, e quanto ao quarto objetivo, não houve nenhuma iniciativa concreta (SANTOS, 1982).

A operacionalização do programa pressupunha ainda a criação de *núcleos*, tomando como ponto de partida um centro de serviços para a elaboração de projetos e para a organização da produção e comercialização agrícola, aos quais as unidades agropecuárias deveriam se associar, para que fossem convenientemente assistidas (MINTER/SUDENE, 1976).

As ações desses núcleos seriam desenvolvidas sob duas modalidades. Uma delas, com ação externa à unidade de produção, em que consistia na atuação articulada dos *serviços de apoio*, envolvendo assistência técnica, crédito, oferta de insumos básicos, serviços de mecanização agrícola, difusão de novos sistemas de produção, serviços de pré-processamento e de comercialização, e *serviços na área social*, envolvendo educação rural, serviços simplificados de saúde, saneamento e desenvolvimento comunitário. A outra, com ação interna à unidade de produção, voltada para a *valorização da unidade produtiva*, através do aproveitamento hidroagrícola de seus recursos naturais e de assistência direta ao produtor.¹¹

Para tanto, o alcance dos objetivos do programa exigia que estratégias estivessem estabelecidas para permitir a remoção dos principais obstáculos que se contrapunham ao

11 As principais ações desenvolvidas no programa se tratavam do crédito, da assistência técnica e da pesquisa e experimentação.

desenvolvimento e fortalecimento da agricultura na região semiárida. Nesse sentido, o programa enfatizou ações orientadas para a formação de reservas de água, intensificação da produção irrigada, economia do uso de água, fomento à agricultura seca, intensificação da produção pecuária, conservação e melhoria do solo, reorganização da estrutura fundiária, prestação de assistência técnica, prestação de assistência financeira e aperfeiçoamento do sistema de comercialização e do cooperativismo (MINTER/SUDENE, 1976).

A população-meta a ser atendida pelo Projeto Sertanejo estava dividida em quatro estratos: 1. trabalhadores sem terra (arrendatários¹², parceiros, ocupantes, etc.) e assalariados; 2. pequenos proprietários com áreas inviáveis como unidades de produção autônomas; médios proprietários com áreas de até 500ha, com plenas possibilidades de desenvolvê-las; e proprietários com áreas superiores a 500ha, cujos projetos aprovados proporcionem acesso à terra a trabalhadores dos estrados 1 e 2.

Em 1977, ano inicial do projeto, a execução seria iniciada através da implantação de 20 núcleos, onde 03 deles seriam no Piauí, sediados nos seguintes municípios: Piripiri¹³, Simplício Mendes¹⁴ e São Raimundo Nonato, sendo na região norte do Estado executado pelo Dnocs e na região sudeste, além do Dnocs, também o Governo do Estado. No ano de 1982, já se somavam 17 municípios¹⁵ incluídos no programa.

12 Decreto nº 59.566/1966: Art 3º “*Arrendamento rural* é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extractiva ou mista, mediante, certa *retribuição ou aluguel*, observados os limites percentuais da Lei (grifos nossos).”

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59566.htm>.

13 Município que sediou o programa na região norte do Piauí.

14 Município que sediou o programa no sul do Piauí.

15 Inclusão de São João do Piauí, Jaicós e Fronteiras, em 1978; Valença

Normalmente, os núcleos do Projeto Sertanejo, por todo o semiárido nordestino, estavam ligados aos perímetros irrigados do Dnocs (Programa de Irrigação), aos projetos de desenvolvimento rural do Polonordeste ou a áreas selecionadas pelos Governos Estaduais. Porém, essa correspondência seria resultado da influência de políticos nos Programas Especiais do que a ação conjunta entre os órgãos (SANTOS, 1982). Havia uma falta de articulação institucional, que resultaria nessas intervenções isoladas, muitas vezes diferenciadas das verdadeiras aspirações da população que deveria ser objeto das mesmas.

A análise do Projeto Sertanejo mostra que muitos dos problemas de fundo do Polonordeste também estão presentes, como dificuldades de coordenação, centralização, atomização de execução, posse da terra, debilidade dos órgãos de planejamento estadual, etc. impedindo de atingir eficientemente a população-meta do programa (SANTOS, 1982). Vale ainda considerar que, quando as atividades do programa foram iniciadas, o público-meta foi redefinido e a Sudene passou a considerar como principais beneficiários os agricultores do estrato III (propriedades de até 500ha) e, na medida do possível, os do estrato II (definidos apenas como pequenos proprietários).

1.3 O Programa de Emergência na seca de 1979-1983

As chuvas ocorriam em 1979, durante certo tempo, com a regularidade esperada, sendo a sua distribuição mensal compatível com o desenvolvimento de um inverno normal. Mas, no intervalo de março a meados de abril, ou seja, durante 50 dias e coincidindo com o período de maturação das lavouras, as chuvas cessaram por completo. O caos se criava na agricultura. A seca atingia proporções assustadoras, não só pela grande

do Piauí, em 1979; Picos, Paulistana, Oeiras e São Miguel do Tapuio em 1980; Campo Maior, Castelo do Piauí, Elesbão Veloso e Itaueira, em 1981; e José de Freitas e Caracol, em 1982.

área envolvida, mas também pelo grande número de pessoas atingidas (MINTER/SUDENE, 1981). A produção agrícola das regiões atingidas, naquele ano, reduziu-se a praticamente 10% da colheita esperada pelos rurícolas (MINTER/DNOCs, 1980).

Em abril, o governo federal, diante dos efeitos da calamidade, decidiu por numa ação mais enérgica de socorro às populações flageladas. Houve a conjugação de todos os órgãos do poder público, para atuarem em duas linhas de ação: obras nas propriedades sertanejas e obras públicas. As primeiras eram destinadas aos trabalhadores rurais que perderam suas plantações e lavouras, estendendo-se às propriedades sertanejas. Enquanto isso, as segundas ofertavam mão de obra e serviços, em trabalhos realizados pelos governos estaduais, Dnocs e Grupamento de Engenharia do Exército, sendo também de interesse das comunidades interioranas afetadas, pois consistia na construção de estradas vicinais e de acesso, limpeza dos canais nos perímetros de irrigação, poços artesianos, açudes públicos e outras.

A primeira linha de atuação foi reconhecida como eficaz pelas autoridades e pelo setor privado. Argumentava-se que ela reunia a vantagem dos trabalhadores permanecerem nas propriedades onde residiam, evitando o êxodo para as cidades e o deslocamento para as frentes de trabalho, onde teriam que permanecer durante toda a semana, afastados da família, sujeitos a acidentes e epidemias. A realização dessas benfeitorias (cercas, desmatamentos, currais, aguadas, etc) resultou por fortalecer a infraestrutura das propriedades. O governo considerava que estava prestando assistência a qualquer que fosse a situação do agricultor, desde os proprietários aos parceiros, rendeiros e moradores (MINTER/SUDENE, 1981).

Porém, ficou evidenciado que, em nome da suposta conveniência dos alistados, estava-se, na realidade, beneficiando os fazendeiros com investimentos nas suas propriedades sem custos para eles. As reações negativas a esse privilégio fizeram com que o sistema fosse repensado nas secas seguintes a

1983 (DUARTE, 2001). Note-se ainda que a fiscalização dos trabalhos de assistência às zonas flageladas ficava por conta, exclusivamente, da Sudene, que mantinha no campo apenas cerca de 40 técnicos (agrônomos e geólogos) percorrendo as regiões afetadas pela estiagem.

A seca de 1979-1983 mostrou que, apesar de existir água em abundância nos grandes reservatórios, estes não se achavam localizados de maneira para atender toda a população. A água também não estava distribuída (por encanamento ou qualquer outro processo, exceto o custoso transporte em carros-pipas) nos muitos povoados, fazendas e sítios da região, sobretudo no semiárido. Passou-se, então, a entender que a construção de novos açudes e a perfuração de poços deveria ser uma tarefa a ser executada pelo Dnocs (NIEPCE, 1985).

Para Gondim (1984), não se pode confundir o problema da seca como uma consequência do subdesenvolvimento da região, esquecendo que seca é falta de água e que não se resolve com unidades fabris e localizada fora da área atingida. Isso teria sido fatal para o semiárido, durante a seca de 79/83, mostrando o erro que se cometeu. O âmago do problema seria desenvolver a região como um todo, dotando-a de meios e condições para resistir aos efeitos da seca. A perspectiva da industrialização é revista e a experiência levou a se pensar a seca sob três enfoques: da engenharia civil, da engenharia agronômica e do econômico-social, junto com pesquisas e estudos no levantamento das potencialidades dos recursos naturais da região.

2. Sociedades camponesas na fronteira

Há de se destacar a liminaridade de camponês-operário que se apresenta nas décadas de 1970-80 com o movimento de modernização¹⁶ do campo piauiense, devido às diversas

16 Bandeira (1994) utiliza o termo modernização para se referir ao conjunto de mudanças nos métodos, na composição da produção agropecuária,

políticas e programas governamentais para o setor rural, a citar Programa de Irrigação¹⁷, o Polonordeste¹⁸ e o Projeto Sertanejo¹⁹, além de outros. Enquanto nas décadas de 1950-60 as unidades produtivas básicas eram o latifúndio e a pequena produção de subsistência, tais ações governamentais na agricultura piauiense aumentaram a instabilidade do pequeno produtor em relação à terra, refletindo o agravamento da distribuição da terra, alargaram a importância do trabalho assalariado e ampliaram as tensões sociais no campo (BANDEIRA, 1994). Verifica-se o melhoramento do latifúndio e a proletarização dos trabalhadores rurais, reféns da mão de obra remunerada, com a perda da importância da pequena produção.

O contraste vivenciado por esses sujeitos no limiar da fronteira entre campesinato e proletariado, diante do avanço da moderna economia de mercado, da industrialização

nas relações de trabalho, no sentido de assalariamento, na estrutura fundiária, etc.

- 17 Na década de 1970, as ações de irrigação estavam ligadas ao Programa de Integração Nacional (PIN) específico ao Nordeste com o Programa Plurianual de Irrigação (PPI), através do Dnocs. O decreto nº 92.844, de 29 de janeiro de 1986, instituiu o Programa de Irrigação do Nordeste (Proine), a ser implementado na área de atuação da Sudene, para promover mudanças institucionais nos Estados implantando infraestrutura, formando equipes técnicas e produtores rurais familiarizados com práticas de irrigação..
- 18 Tinha finalidade de promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste, com o sentido de polos agrícolas e agropecuários. Pretendia transformar a agropecuária tradicional em economia de mercado com a melhoria da infraestrutura local, desde estradas, insumos e crédito.
- 19 Criado pelo Decreto nº 78.299, de 23 de outubro de 1976, o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo) tinha “a finalidade de fortalecer a economia das unidades de produção agropecuária, sobretudo pequenas e médias, do semiárido nordestino tornando-as mais resistentes aos efeitos das secas, a partir de núcleos de prestação de serviços e de assistência técnica, previamente selecionados”. A implementação deveria se articular com o Polonordeste, buscando também a criação de empregos.

e urbanização, corre o risco de ser apagado e até mesmo esquecido. É importante salientar que essas pessoas existem e geralmente são colocadas à margem para simplesmente atender às demandas do capital. Necessita-se compreender quem era esse operário da seca, mas também entender quem ele era antes das obras chegarem, suas práticas, costumes e tradições em contraposição com a lógica capitalista levada pelo próprio Estado.

Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações (SHANIN, 2008, p. 28).

Essa célebre passagem de Theodor Shanin mostra o quanto importante é estudar os camponeses e suas formas de organização. Compreender a presença nas sociedades atuais implica entender como suas estruturas se modelam, ajustando-se numa mudança que garante também a permanência ao longo do tempo. Compreender o camponês-operário da segunda metade do século XX nessa gangorra social, equilibrando-se em meio às transformações que lhes são impostas. Estudar essas experiências históricas, como visto, é uma via de mão dupla, o conhecimento flui nos dois sentidos e não se chocam, mas se complementam.

As situações camponesas no Brasil, para Velho (2009), podem ser entendidas como um *continuum camponês-proletário*, entre esses dois polos, numa condição de “fronteira”. Essa concepção de fronteira se amplia com José de Souza Martins, ao tratá-la como o encontro de sociedades e culturas entre si diferentes, o lugar da liminaridade, da indefinição, do conflito, da alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos (MARTINS, 1996; 2009). Considerando que as frentes

de obras eram algo imediato e momentâneo enquanto durasse a seca, nota-se a condição dipolo daqueles trabalhadores, na tentativa de adaptação às rotinas de trabalho totalmente diferentes.

O esforço para entender o mundo camponês, de acordo com Woortmann (2009), deve ser no sentido de compreendê-lo em seus próprios termos, sendo preciso enxergar o mundo pela própria ótica desses sujeitos. Thompson também chama a atenção para a “*decodificação* das formas de expressão simbólica” do comportamento das classes trabalhadoras, revelando as regras invisíveis.

[...] o processo do capitalismo e a conduta não econômica baseada nos costumes estão em conflito, um conflito consciente e ativo, como que numa resistência aos novos padrões de consumo (“necessidades”), às inovações técnicas ou à racionalização do trabalho que ameaçam desintegrar os costumes e, algumas vezes, também a organização familiar dos papéis produtivos (THOMPSON, 1998, p. 21).

Essa interpretação supracitada aponta um confronto entre a economia de mercado inovadora e a economia moral da ‘plebe’, fundamentada no costume. Esse embate delinea a formação da classe e a consciência de classe na integração e no reviver de fragmentos residuais das antigas estruturas, consolidando os costumes que servem de interesse ao povo. Considera, então, a necessidade de se fazer algumas distinções em relação ao termo cultura:

[...] Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão dos costumes de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho (THOMPSON, 1998, p. 22).

O conceito de economia moral, cunhado originalmente por Thompson, explica que o comportamento econômico nas sociedades camponesas está ligado aos valores morais ou às normas culturais, voltadas à subsistência e não necessariamente à obtenção de vantagens. Klass Woortmann amplia o conceito

para ordem moral do campesinato, que segundo ele, gira em torno da terra, da família e do trabalho. Nessa ordem moral, a terra é o elemento central que une a família e o trabalho:

Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia (WOORTMANN, 1997, p. 23).

Ademais, com o objetivo de entender a racionalidade econômica, social e cultural dos camponeses, bem como o comportamento político, James Scott (2002) ampliou a discussão e desenvolveu um conceito de economia moral fundamentado em três noções: segurança primeiro, risco mínimo, de justiça (numa rede de reciprocidade entre amigos, parentes, patrões e Estado) e de subsistência como uma demanda moral.

Necessita-se, pois, evidenciar a complexa dinâmica de experiências que traduz a intersecção do fio social condutor da história e entender o camponês como um ator social capaz de modificar e participar da construção de sua relação com a sociedade englobante. Este registra formas de resiliência e conquistas políticas, bem como críticas às práticas dominantes de mercado. Urge a necessidade da ampliação do debate que defende o campesinato como uma classe social contraditória dentro do capitalismo, de maneira especial para que se possa instrumentalizar a criação de políticas públicas específicas e eficazes a esses sujeitos.

Considerações finais

O Polonordeste preconizou a transformação progressiva da agricultura tradicional da região em moderna economia de mercado, através de uma ação coordenada de desenvolvimento integrado nas sub-regiões do Nordeste, de maiores potencialidades econômicas, cada uma tratada segundo suas características especiais. Este programa não teria atingido seus objetivos

explícitos, mas ficou perceptível que contribuiu fortemente para uma integração regional maior no interior do Estado, unindo o mercado com a pequena produção e aumentando a circulação de mercadoria, além do crescimento urbano, à medida que estimulava a migração rural-urbana.

O Projeto Sertanejo se alinhava ao Polonordeste, na medida em que orientava diretamente para a organização e consolidação da pequena e média propriedade agrícola do Nordeste. De modo geral, o objetivo principal seria essencialmente estabilizar o emprego e a renda das populações rurais nas áreas semiáridas, tornando a economia da região mais resistente aos efeitos das secas. Muitos dos problemas também se assemelhavam com aqueles do Polonordeste, como os impedimentos em atingir eficientemente a população-metida do programa. No entanto, fica perceptível que tais programas não fugiram tanto dos seus objetivos centrais, haja vista que estavam claramente definidos para a modernização da infraestrutura agrícola e transformação da agropecuária tradicional em economia de mercado.

O Programa de Emergência de Combate à Seca estava intrinsecamente ligado à criação de *frentes de serviços*. Estas tiveram como justificativa a oferta imediata de emprego, nas situações de calamidade. Surgiram para deter a tendência aos deslocamentos, alternativa clássica dos trabalhadores em busca de sobrevivência. A retenção dessa mão de obra interessou, sobretudo, aos proprietários de terra que, durante a crise, tinham assegurada a força de trabalho para as benfeitorias e aos governantes locais, que se beneficiavam politicamente.

Consequentemente, os mais afetados em todo esse quadro foram os camponeses, visto que as medidas tomadas foram apenas paliativas, de maneira a amenizar o problema momentaneamente, garantindo a subsistência da população que sofria com os efeitos da estiagem. População esta que se viu obrigada a migrar, em busca de melhores condições de vida, ou perecer esperando dias melhores.

A seca está para além de um fenômeno climático, devendo se considerar que a esteira de consequências alenta interesses econômicos múltiplos que não estão circunscritos apenas à região flagelada. A fome e a seca, assim, compõem um quadro estrutural. A seca provoca a fome generalizada que leva os sertanejos a movimentarem-se em busca de alimentos e que, famintos, passam a tomar atitudes desesperadas. E as *frentes de serviço* proporcionavam uma expectativa da população em torno das possibilidades de trabalho, uma organização a partir do acesso a esse trabalho e uma organização do seio da família em torno deste. Espaços estes de solidariedade entre os trabalhadores, que formam estratégias para se manterem no trabalho.

Os operários, assim, vivenciaram uma experiência histórica que lhes foi singular. A condição limite foi o diferencial para que múltiplas relações de trabalho fossem estabelecidas. O local distinto de trabalho, o cotidiano e o aprendizado compõem o rico arsenal das vivências desses indivíduos. A teia tramada logo envolveu as mais variadas esferas, tanto aquelas no meio cultural, quanto as esferas sociais, econômicas e políticas.

Referências

Fontes

INCRA. **História da Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>>. Acesso em 17 de abril de 2017.

Jornal **O Dia** (Jan. 1979 a Nov. 1979).

MINTER/DNOCs. **Relatório 1979**. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Ministério do Interior, Fortaleza, 1980.

MINTER/SUDENE. **Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste**:

Projeto Sertanejo. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, Ministério do Interior, Recife, 1976.

MINTER/SUDENE. **Relatório anual de 1979.**

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, Ministério do Interior, Recife, 1980.

MINTER/SUDENE. **As secas no Nordeste:** uma abordagem histórica de causas e efeitos. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, Ministério do Interior, Recife, 1981.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 4^a ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

BANDEIRA, Wiliam Jorge. Notas sobre a posse e uso da terra no Piauí. **Carta Cepro**, v. 7, n. 1 (jan./jun. 1981): 29-56.

BANDEIRA, Wiliam Jorge. O Piauí e a divisão regional do trabalho no Brasil. **Carta Cepro**, v. 9, n. 1 (jul./dez. 1983): 31-50.

BANDEIRA, Wiliam Jorge; LIMA, Solimar Oliveira. Análise das políticas governamentais para o setor urbano piauiense. **Carta Cepro**, v. 10, n. 1 (jul./dez. 1984): 05-36.

BANDEIRA, Wiliam Jorge. Considerações sobre os Projetos de Desenvolvimento Integrados dirigidos aos Pequenos Produtores. **Carta Cepro**, v. 14, n. 1 (jul./dez. 1991): 09-21.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas: arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho (1877-1919).** Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História. Fortaleza: UFC, 2014.

CAMPOS, Nivalda Aparecida. A grande seca de 1979 a 1983:

um estudo de caso das ações do governo federal em duas sub-regiões do estado do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns). **Teoria e Pesquisa**, v. 44, n. 45, p. 133-166, jan./ jul. 2004.

CPT; CPAC; IBASE. **O genocídio do Nordeste (1979-1983)**. São Paulo: Hucitec, 1988.

DOMINGOS NETO, Manuel. **Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense**. 2. ed. Teresina: Fundação Cepro, 1987.

DOMINGOS NETO, Manuel; LIMA, Solimar Oliveira. **O rastro dos dólares do Banco Mundial no Piauí**. **Carta Cepro**, v. 13, n. 1 (jan./jun. 1988): 15-28.

DUARTE, Renato. Seca, pobreza e políticas públicas no nordeste do Brasil. In.: ZICCARDI, Alicia (org.). **Pobreza, desigualdad social e ciudadania: los límites de las políticas publicas sociales en America Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Enxadas e compassos: seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915-1919)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: UFBA, 2009.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos: trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas (Ceará, anos 1950)**. Tese (Doutorado em Historia Social) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: UFBA, 2016.

FREITAS, Glória Maria Veras de Sandes. **Polonordeste: apoio ao meio rural**. **Carta Cepro**, v. 3, n. 2 (maio/ago. 1976): 01-03.

GONDIM, Joaquim Guedes Corrêa. **Reflexões sobre as secas**. Recife: Dnocs, 1984.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Revista Nera, Presidente Prudente, ano 9, n. 8 (jan./jun.2006): 151-172.

MORAES, Dione. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas (modo de vida e crise ecológica de camponeses/ as nos cerrados do sudoeste piauiense). In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). **História Social do Campesinato Brasileiro**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, v. II, p. 131-162.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NIEPCE - NÚCLEO INDEPENDENTE DE ESTUDOS E PESQUISAS DO CEARÁ. **O Dnocs e o novo nordeste: uma perspectiva histórica (1909-1984)**. Vol. 1. Fortaleza: Dnocs, 1985.

SANTOS, Antônio de Pádua Silva dos et. al. Análise da intervenção governamental na agricultura piauiense. **Carta Cepro**, v. 8, n. 2 (jul./dez. 1982): 58-90.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan/jun. 2002.

SHANIN, Theodor. Lições camponesas. In: PIAUILINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELHO, Otávio Guilherme A. C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1969). In: WELCH, Clifford Andrewe *et. al.* **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v. 1. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília, UnB, 1997.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se *neguceia*: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

TRAJETÓRIAS DE MIGRANTES DA REGIÃO DOS CARNAUBAIS, PIAUÍ ENTRE 1980 E 2010

Natalia dos Santos Gomes

Introdução

O processo migratório no Brasil possui muitas características e sentidos, e vem se mantendo permanente em muitas regiões do país por longas décadas. Ao analisar as mais distintas definições e fundamentações teóricas para caracterizar as migrações, percebe-se que os pesquisadores que estudam esse fenômeno além de reconhecerem a variação que o fenômeno possui, atribuem as causas da migração a diversos fatores. Segundo Moraes e Nascimento utilizando-se de Schmitz:

[...] A análise do processo migratório é realizada de formas diferentes por muitos estudiosos, sendo estes influenciados pelas mais diversas correntes teóricas que os guiam. É possível considerar que o resultado dessas diversas formas de analisar o fenômeno migratório se dá pelo fato de o mesmo nunca se apresentar de forma homogênea. Sendo assim, este é tido como um fenômeno de diversas faces (SCHMITZ, apud MORAES E NASCIMENTO, 2013).

Constata-se que os processos migratórios são analisados de maneiras distintas. Isso porque cada pesquisador é influenciado por uma ou mais correntes teóricas que os ajudam a compreender os processos migratórios levando em consideração que estes processos apresentam características próprias de acordo com cada região, cada pessoa e através de conjuntos de relações sociais.

Cristiana Rocha (2010) retrata as migrações de retorno, caracterizadas por movimentos itinerantes de trabalhadores rurais que transitam entre os lugares de origem e destino, e são submetidos a formas de trabalho análogo à condição de

escravo. Neste caso, a autora constata que essa migração de retorno se define pela busca constante de trabalho, vinculada à manutenção de pequenas propriedades no local de origem.

Na interfase de migrar para outros estados, ou optar por tentar se adequar as oportunidades de trabalho nos seus locais de origem, essas pessoas vivem sujeitas à mobilidade de trabalhar que acabam por interferir completamente nos seus modos de vida. Migram em busca de trabalho para obtenção de melhores condições de vida, retornam para suas cidades por dificuldades de conseguirem trabalho nos locais de destino, porque conseguiram obter o que desejavam, ou pelo conjunto de relações que estabelece com o seu local de origem. E assim são condicionados a viver de acordo com as demandas das relações que o meio social lhe impõe. Vivendo entre fronteiras culturais, sociais, fronteiras estabelecidas no contato com o outro.

a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas coisas [...] fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo [...] fronteiras da história e da historicidade do homem. E sobretudo, fronteira do humano. Neste sentido fronteira tem caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora (MARTINS, 2009).

Deste modo, entende-se a fronteira para além do espaço geográfico e como essa fronteira se estabelece em seus múltiplos sentidos, nas relações culturais, econômicas e como são estabelecidas pelos sujeitos nos espaços rurais e urbanos. Ao migrarem para outros estados esses homens se deparam com novas culturas, novos hábitos, novos cotidianos. Saem de um município rural e vão para as grandes metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro, onde passam a vivenciar realidades totalmente distintas ao que estão acostumados. Acabam se sobrecregendo com a correria do dia a dia, horários normais e horas extras, uma rotina de trabalho exaustiva e cansativa ao extremo.

Através das memórias desses sujeitos objetiva-se fazer uma reflexão de aspectos dessa migração, das relações de solidariedade entre esses sujeitos; bem como a reflexão da linha ténue entre exploração desses trabalhadores e as estratégias de resistências adotadas por eles, definindo desta forma estes dois espaços.

Deste modo, pretendemos compreender o cotidiano de trabalho através das narrativas de trabalhadores, comumente do sexo masculino, camponeses saídos da região do semiárido norte do Piauí, reconhecido como Território dos Carnaubais²⁰, entre 1980 e 2019, destacando a importância das relações familiares na migração, bem como, as redes de solidariedade, condições de trabalho vivenciadas por eles nas empresas da construção civil e industrial nos locais de destino, e às formas de exploração vivenciadas nas lidas de trabalho e resistências desses sujeitos a essas explorações.

Tomando por base a utilização da história oral, buscamos compreender através da análise de entrevistas, como os entrevistados interpretam suas experiências de trabalho e vivências no contexto das migrações e do campesinato. A história oral contribui para que os sujeitos se vejam como agentes de sua própria história e importantes para o meio em que vivem. Consideramos importante não apenas utilizar os homens que migram como objeto de estudo para contribuir com os estudos da nova história social do trabalho, mas também contribuir no sentido de fazer com que eles se reconheçam como importantes sujeitos históricos.

Segundo Alessandro Portelli,

20 O Território dos Carnaubais abrange uma área de 19.686,0 Km² e é composto por 16 municípios: Boa Hora, Boqueirão do Piauí, Buriti dos Montes, Cabeceiras do Piauí, Campo Maior, Capitão de Campos, Castelo do Piauí, Cocal de Telha, Jatobá do Piauí, Juazeiro do Piauí, Nossa Senhora de Nazaré, Assunção do Piauí, Novo Santo Antônio, São João da Serra, São Miguel do Tapuio e Sigefredo Pacheco.

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam uma nova luz sobre arcas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas. (PORTELLI, 1997).

Em concordância com Portelli, por uso da história oral é que iremos entender mais sobre os eventos acontecidos, destacando que este estudo não será apenas sobre entender como ocorre as migrações de trabalhadores rurais para várias partes do país, para o trabalho na construção civil, mas como também desvendar e refletir a importância que esse processo tem para compreendermos a nossa sociedade atual, através dos sujeitos que estão participando desse processo. Fazendo o uso das entrevistas, por intermédio das memórias narradas pelos sujeitos, iremos apresentar aspectos a cerca dos estudos sobre trabalho e migração, a fim de que se conheça a realidade atual desses processos.

Segundo Delgado (2006), a memória é uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente. À dinâmica inter-relacional entre a memória narrada, o tempo vivido e o tempo lembrado pelos narradores. Do qual os processos identitários são, por um lado inatos à vida dos sujeitos e testemunhas da História, e por outro, construídos na dinâmica do viver.

As redes de solidariedade na migração

Muitos pesquisadores como Menezes (2002), Cristiana Costa (2010), Silva (2013) destacam a fundamental relação das migrações com as redes de parentesco estabelecidas entre os migrantes. Em condordância com estas pesquisadoras destacamos a importância das redes de parentesco entre os migrantes do Território dos Carnaubais. Através das narrativas dos sujeitos identificamos a importância dessas redes sociais

no contexto dessas migrações, sujeitos que migram através da ajuda, coerção, incentivo de uma série de pessoas, pai, cunhado, primo, amigos. A importância das redes sociais aqui é identificada pela ajuda mútua, principalmente na chegada a São Paulo, pois o migrante recém-chegado não dispõe de recursos suficientes para a sobrevivência, necessitando, portanto de acolhimento nas casas dos que já estavam estabelecidos. (SILVA E MENEZES, 2013).

No ano de 2019 realizei uma entrevista com Silva de 25 anos. Ao ser perguntado como foi sua saída da cidade de origem para outro estado Roquelme fala:

A primeira vez eu fui levado pelo meu tio, que trabalhava em uma empresa de lá e me chamou para trabalhar com ele. Até para me ajudar porque era minha primeira viagem, eu o tendo lá seria mais fácil aprender a trabalhar, lugar para morar, deslocamento, sendo que ele tava lá, ia facilitar para mim. Ai na segunda vez eu fui com um primo meu para uma obra lá que ia ter, nessa vez foi 40 pessoas aqui da mesma cidade, todo mundo junto mudou. (Silva, 2019)

Nota-se a influência de familiares na relação entre o migrante e o local de destino. No caso particular de Silva, que relata que a primeira vez que viajou foi comum tio que trabalhava em uma empresa e na segunda vez foi com outro membro da sua família, um primo. Nesse sentido, além de ser influenciado por vivências de migrantes conhecidos, Silva teve ajuda de familiares tanto para migrar como para entrar nas empresas que trabalharia ao chegar nos locais de destinos. No entanto, através do relato de Josiel podemos constatar que nem sempre as redes migratórias são solidárias:

Tipo assim, se você não foi chamado por uma empresa para te colocar no alojamento aí tem que depender dos outros né, da moradia. Chega lá com uma bolsa, daí não é todo mundo que quer te dar moradia, as vezes pessoas que é seu amigo aqui chega lá é totalmente diferente. Ele se desfaz, outra coisa, como se fosse outra pessoa entendeu. Ai daí quando tu tá empregado aí todo mundo começa a ser seu amigo de novo. [...] A realidade é totalmente diferente, que a gente pensa lá, porque as vezes tu pensa assim, á eu tenho dois, três amigos lá e quando tu chega lá a pessoa nem olha pra ti, entendeu, porque tu tá chegando novo

entendeu, é uma luta bem complicada. Mas daí depois que tu se acostuma em um lugar [...] chega lá começa a alugar um quarto pra ti, começa a comprar as coisas, daí você vai se adaptando entendeu. (ALVES DE OLIVEIRA, 2019).

Para o entrevistado a realidade vivencia no local de destino é diferente da expectativa construída em torno da migração compartilhada entre os seus conterrâneos. O migrante imagina que seus conterrâneos e amigos iriam ajudá-lo com a moradia até que se fixasse e se adaptasse no local, no entanto, muitos desses conterrâneos se mostram indiferentes e ignoram ajuda. “a realidade é totalmente diferente, que a gente pensa lá, porque as vezes tu pensa assim, á eu tenho dois três amigos lá e quando tu chega lá a pessoa nem olha pra ti” (ALVES DE OLIVEIRA, 2019).

As relações das populações rurais possuem aspectos morais e esses aspectos morais devem ser considerados quando o entrevistado traz em sua fala um lamento quando espera que o seu conterrâneo seja acolhedor e o ofereça apoio, abrigo, de modo que represente os pactos que são estabelecidos por esses sujeitos nos locais de origem no meio rural, seja nas trocas de diárias nas lidas da roça, seja no acolhimento, ajudas mútuas.²¹

Para Alves de Oliveira sua experiência em particular de frustração com o local de destino está associada com a relação entre moradia no espaço urbano e com a relação com os amigos conterrâneos que acabou se mostrando diferente das relações estabelecidas no meio rural. No entanto, o entrevistado demonstra que essa expectativa em relação aos conterrâneos está associada principalmente ao primeiro contato com um novo estado “se você não foi chamado por uma empresa para

21 O capítulo 1 “A vida caipira tradicional” de João Cândido apresenta muitos destes pactos morais estabelecidos nas relações dos camponeses do meio rural. CÂNDIDO, Antônio. A vida caipira tradicional. In: CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Ed. 34, 1997.

te colocar no alojamento aí tem que depender dos outros né, da moradia". Sempre que um trabalhador migra a ele busca como referência e apoio pessoas da sua terra natal.

De acordo com Silva e Menezes (2013) as redes sociais também foram de suma importância no que se refere à experiência de trabalho dos migrantes, uma vez que os que já estavam instalados e empregados acabavam por indicar os recém-chegados, além de muitos que já migravam com emprego certo. Identificamos no relato de um dos entrevistados o quanto o apoio dos conterrâneos é significativo para esses trabalhadores migrantes:

Aí dependendo do lugar que você chega dependendo, se você não tiver um conhecido mesmo pra dizer, não, conheço o rapaz assim, é trabalhador, o cara não quer arrumar o trabalho para você. Porque hoje não adianta você dizer que não porque o mercado de trabalho você sabe que você só trabalha mesmo hoje ainda mais com essa crise se você tiver algum conhecido para lhe indicar. Fica aguardando às vezes é um colega da gente que liga, olha a empresa está contratando a gente pega e vai ou então muitas vezes a empresa mesmo que liga pra dizer. A empresa vai liga, pergunta o nome da gente e se a gente está interessado na vaga a gente pega e viaja. E geralmente no meu caso a maioria das minhas viagens eu viajei pode se dizer só, já viajei muitas vezes, é muito ruim você viajar só, sem conhecer ninguém as vezes já aconteceu deu viajar só, e ficar ligando para alguns colegas meus que já tava lá perguntando como é que era. A você vem até tal lugar, chegando aí você desse aí você vai pra tal lugar assim aí chega a uma cidade estranha sem conhecer nada aí você tem que se virar, tem que andar, tem que adivinhar onde é tudo. Isso aí por um lado é muito ruim. Chegar em uma cidade, sem, sei lá aí você tem que andar perguntando, mas é questão de tempo você se adapta com aquela situação. Com aquela cidade ali e pronto já começa a saber onde fica tudo (ALVES DE OLIVEIRA, 2019).

De acordo com a narrativa identificamos que além da incerteza que o trabalhador possui em relação a conseguir e permanecer no trabalho nos locais de destino. O entrevistado relata que através das indicações de conhecidos há uma maior facilidade para conseguir um emprego nos centros urbanos. Neste caso em particular o sujeito também associa a dependência

e necessidade desse vínculo com conhecidos, para que haja uma melhor adaptação nesses locais e quando não ocorre essa ajuda a realidade inicial em termos de adaptação nesses locais se tornam difíceis. As relações de reciprocidade, solidariedade são fundamentais para a reprodução da economia dentro de um sistema camponês e prevalecem nas relações urbanas.

Entre a exploração e a resistência

Através das entrevistas orais, da memória e das narrativas dos trabalhadores, compreender como são suas experiências nos locais de destino. No trecho a seguir da entrevista com Oliveira, 61 anos, residente em Cocal de Telha 2019, ao ser perguntado sobre a segurança das empresas em que trabalhou, Oliveira relata que a empresa dava boas condições de segurança de trabalho. No entanto, ao insistirmos nesse tópico do diálogo, sobre os riscos à segurança, Oliveira relata que já presenciou um acidente com um colega de trabalho.

Uma vez eu estava trabalhando no Rio de Janeiro nós trabalhando lá, nós estava trabalhando embaixo né, aí teve um acidente lá com o homem lá, aí ele caiu assim pertinho da gente lá. Ai quando ele caiu já caiu morto. Nesse tempo até afirma parou. [...] já depois ele botou a rede lá, aí depois do Ministério do Trabalho foi lá aí parou a obra 15 dias. Aí botaram uma rede em baixo, aí quando a pessoa caia na rede né, e antigamente eles não fizeram no começo né, só fizeram depois que, porque o brasileiro só fecha as portas depois do roubo, depois que rouba é que fecha as portas, risos, assim foi lá né. (OLIVEIRA,2019).

O relato do trabalhador Oliveira mostra o descaso de muitas empresas com a segurança dos trabalhadores, e o descumprimento de algumas normas regulatórias²² como

22 As Normas Regulamentadoras (NR) consistem em obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho. São disposições complementares ao Capítulo V (Da Segurança e da Medicina do Trabalho) do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com redação dada pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Normas Regulamentadoras - NR

a NR- 6 que regulamenta a execução do trabalho com uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); a NR-8 – Edificações, que estabelece requisitos que devem ser atendidos nas edificações para garantir segurança e conforto aos trabalhadores; e a NR-35 – Trabalho em Altura, que foi elaborada pensando nos aspectos da gestão de segurança e saúde do trabalho para todas as atividades desenvolvidas em altura com risco de queda, e concebida como norma geral, a ser complementada por anexos que contemplarão as especificidades das mais variadas atividades.

As irregularidades e precariedades no ambiente de trabalho desses homens é mais comum do que se pode imaginar. Observa-se, através da narrativa de outro entrevistado, uma série de irregularidades presenciadas nas empresas.

Dependendo do lugar que você chega tem supervisor que manda você fazer coisa errada. Tipo assim, um serviço inseguro, às vezes diz assim, sobe ali que é rapidinho, sem o sinto de segurança, sobe ali que é rapidinho, ninguém vai ver, aí tem gente que vai é sobe por medo né, por medo de ser mandado. Eu já tive medo, no meu primeiro emprego eu já tive medo né, porque, na minha primeira experiência eu ficava com medo né. Eu digo assim né, eu vim com um objetivo aqui, então se o que o cara mandar eu fazer aqui eu vou fazer. (SOUZA OLIVEIRA,2019).

Constata-se através do relato de Sousa Oliveira que os supervisores que tem como uma de suas atribuições assegurar o resguardo físico dos trabalhadores, incentivam a praticar irregularidades. Alguns trabalhadores acabam acatando a ordem do supervisor para que pratique irregularidades, acabam desobedecendo, infringindo normas, colocando suas vidas em risco com a intenção de manter em seus empregos. O supervisor coage, pressiona, assedia e representa os ditames da empresa, requer atividades e funções sem os equipamentos de segurança adequados em prol do ganho da instituição. É um sistema que obriga, oprime e se repete pressionando o trabalhador.

— Português (Brasil) (www.gov.br)

[...] a partir do meu segundo emprego, eu não. Eu digo, primeiramente eu, entendeu, se ele mandar eu fazer eu vou dizer que não, eu não vou fazer irregularidade não. Como teve um caso, ele, um supervisor me mandou subir é numa estrutura lá sem cinto, no final de semana, como não tem muita chefia, ele disse, sobe lá rapidinho que fulano veio e fez lá ano passado fez. Era pra fazer um serviço lá de pintura. Sobe lá que fulano ano passado subiu e fez rapidinho, sem o cinto e a norma diz que tem que ter o cinto de segurança. Aí eu falei para ele faça você, era meu chefe, faça você rapidinho lá que eu fico olhando para você. Eu falei para ele, eu respondi para ele. É o que mais acontece em todos os setores, em todos os setores de trabalho industrial é o que mais acontece, é manda fazer serviço irregular (SOUZA OLIVEIRA, 2019).

Sousa Oliveira, ainda, relata que era um desses trabalhadores que se sujeitava as ordens do supervisor para trabalhar em alguns momentos sem as proteções de segurança, até que passou a se priorizar e colocar sua segurança em primeiro lugar, pois, conforme o entrevistado “esse pessoal que trabalha no setor industrial, tem muita gente doente, e não consegue arrumar um benefício não, problema de coluna essas coisas é perdido aí.”.

É importante observar esse paralelo entre o momento em que ele se sujeita a colocar a sua vida em risco em nome do trabalho, para o momento em que ele adquire consciência dos seus direitos, e prioriza o seu bem-estar, podemos identificar esta ação como uma resistência deste indivíduo a dominação.

Lá eles pegava muito haitiano para trabalhar, vem muitos de fora pra trabalhar, vem irregular aí os cara pega treina para falar o português, alguma coisa e bota para trabalhar no serviço mesmo braçal mesmo, como se fosse um serviço escravo ali entendeu, como se fosse um serviço escravo entendeu. Mas vi muita gente cair de estrutura, enfiar o, vi um, eu presenciei uma morte lá, o cara caiu atrepado na parede da barragem lá aí caiu [...] aí morreu estrepado lá com o rosto enfiado no vergalhão.²³ Porque

23 No que versa sobre o acidente do trabalho, a Constituição Federal de 1934 diz: Art.1º Considera-se acidente do trabalho, para os fins da presente lei, toda lesão corporal, perturbação funcional, ou doença produzida pelo exercício do trabalho ou em consequência dele, que determine a morta, ou a suspensão ou limitação, permanente ou temporária, total ou parcial, da capacidade para o trabalho. (BRASIL, 1934 apud CRISTIANA, 2020).

não tinha, estava trabalhando sem cinto, sem cinto, eles mandam aí o cara vai lá e faz, a mesma questão que eu te falei, o cara com medo de perder o emprego vai lá e faz. Vai lá aquele rapidinho onde é que acontece. Complicado. (SOUZA OLIVEIRA, 2019).

Conforme observado na fala do entrevistado podemos identificar além da falta de segurança, irregularidades na lida desses homens. O tamanho descaso e desrespeito dessa empresa com os trabalhadores. Percebemos condições de trabalho análogas à escravidão,⁵ quando o entrevistado enfatiza que “Lá eles pegava muito Haitiano para trabalhar, vem muitos de fora pra trabalhar, vem irregular aí os cara pega treina para falar o português, alguma coisa e bota para trabalhar no serviço mesmo braçal mesmo”.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Providência,

Considera-se trabalho realizado em condição análoga à de escravo a que resulte das seguintes situações, quer em conjunto, quer isoladamente: a submissão de trabalhador a trabalhos forçados; a submissão de trabalhadora a jornada exaustiva; a sujeição de trabalhador a condições degradantes de trabalho; a restrição da locomoção do trabalhador, seja em razão de dívida contraída, seja por meio do cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, ou por qualquer outro meio com o fim de retê-lo no local de trabalho; a vigilância ostensiva no local de trabalho por parte do empregador ou seu preposto, com o fim de retê-lo no local de trabalho; a posse de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, por parte do empregador ou seu preposto, com o fim de retê-lo no local de trabalho. (BRASIL, 2022)

Para além da coerção dos trabalhadores para trabalhar sem os equipamentos de segurança, pegar pesos excessivos, a empresa destacada pelo o entrevistado contratava mão de obra de estrangeiros em situação irregular no país, treinavam essas pessoas e se aproveitavam, explorando esses homens. De acordo com o entrevistado em sua narrativa após falar da contratação irregular de Haitianos “como se fosse um trabalho escravo mesmo”, podemos analisar que o trabalhador associa o trabalho escravo com as explorações feitas com os haitianos, “tipo trabalho escravo porque não conhece os conceitos de

trabalho escravo na atualidade, relaciona a um tipo de trabalho escravo por considerar que essa empresa além de forçar o trabalho se aproveitam de imigrantes que chegam no Brasil em busca de sobrevivência e melhores condições que no seu país de origem e são aliciados e explorados.

Considerações Finais

Em linhas gerais, consideramos que as experiências desses homens que migram do Território dos Carnaubais no Piauí estão carregadas de sentimentalismo, medo, saudade, insegurança, resistência e coragem. E é através das relações sociais, redes de sociabilidade, solidariedade que esses homens possuem melhores oportunidades de se inserirem em regiões urbanas bem como estabelece uma função central na vida do campesinato, essas relações formam uma economia características dessas populações. Constatamos que as migrações dos camponeses possui muitas características e sentidos, devendo ser aprofundada ainda mais o estudo sobre esses homens, que lutam por melhores condições de vida.

Referências

Fontes:

ALVES DE OLIVEIRA, Josiel. **Entrevista concedida a Natalia dos Santos Gomes.** Cocal de Telha-PI, 14 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Providência. **Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo.** Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Providência, 01 nov.2022. Disponível em: Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo — Português (Brasil) (www.gov.br). Acesso em: 10 out. 2022.

OLIVEIRA, Jaime José de. **Entrevista concedida a Natalia dos Santos Gomes.** Cocal de Telha-PI, 14 jul. 2019.

SILVA, Roquelme Martins da. **Entrevista concedida a Natalia dos Santos Gomes**. Cocal de Telha-PI, 12 de mar. 2019.

SOUSA OLIVEIRA, Wanderson de. **Entrevista concedida a Natalia dos Santos Gomes**. Cocal de Telha-PI, 04 fev. 2019.

Bibliografia:

BOSI, E. **Lembranças de Velhos**. São Paulo: T^a Queiroz/ Ed. Da USP.1987.

CANDIDO, Antônio. A vida caipira tradicional. In: CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Ed. 34, 1997.

CASTRO, Lara de. **Jornadas da fome**: a rotina degradante dos trabalhadores-cassacos nas obras públicas durante as secas. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis | v. 12 | p. 1-24 |

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves: **História oral**: memória, tempo, identidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, 135p.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo das famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EDUFPB,2002.

MORAES, S. B.; NASCIMENTO, E. C. D. A Relação migração-trabalho: uma análise sob a ótica da questão social. In: **IV Seminário CETROS**. Neodesenvolvimententismo, trabalho é questão social, 29 a 31/maio, 2013, Fortaleza.

PIAUÍ. Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí. **Mapa de potencialidades 2022**: territórios de

desenvolvimento. Teresina: SEPLAN, 2022.

PORTELLI Alessandro. O que faz a história oral diferente. IN: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n° 14, 1997.

ROCHA, Cristiana C. **Memória migrante: a experiência do trabalho escravo no tempo presente (Barras Piauí 2010.184f.** Dissertação (Mestrado em História Social) -Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE).

ROCHA, Cristiana C. **Os limites entre a exploração e a escravidão no Ciclo da Cera da Carnaúba.** Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 77, pp. 87-103, jul./dez. 2020.

ROCHA, Cristiana C. **Os limites entre a exploração e a escravidão no Ciclo da Cera da Carnaúba.** Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 77, pp. 87-103, jul./dez. 2020

SILVA, S. R. A.; MENEZES, M. A. de. Memórias de infância e juventude de migrantes de retorno de São Paulo a Pernambuco. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 20, n. 2, p. 25–35, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645743>. Acesso em: 15 de ago. 2022

TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS DE TRABALHADORES (AS) RURAIS RUMO A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BABAÇU NO PIAUÍ (1948 – 1972)

Marcos Oliveira dos Santos

Trabalhadores (as) rumo a fábrica

A agroindústria GERVÁSIO COSTA S/A (Comércio, Indústria e Agropecuária), fábrica de beneficiamento do coco babaçu instalada as margens do rio Parnaíba na década de 1930, no mesmo local onde já havia em pleno funcionamento uma fábrica de beneficiamento do algodão (GECOSA, 1982), foi estabelecida no povoado Novo Nilo (PI) no dia 23 de agosto de 1934, conforme consta lavrado na página 04, número 190, ano 46, do Diário Oficial do Estado do Piauí, sob a firma denominada Costa & Irmão pertencente a Manoel Emiliano da Silva Costa e Gervásio Raulino da Silva Costa, ambos comerciantes estabelecidos em Barras (PI) e em Novo Nilo (Povoado pertencente à cidade de União-PI).

No ano de 1935, a produção do Óleo de Babaçu no estado do Piauí foi estimada em 1.000.000 litros, conforme descreveu o Anuário Estatístico do Brasil (1939), nesse período o beneficiamento do babaçu ainda não era realizado na GECOSA, a qual se limitava apenas a compra da amêndoas do coco babaçu, obtida por meio da quebra dessa fruta por moradores residentes no povoado Novo Nilo e em localidades circunvizinhas a essa fábrica, posteriormente essa matéria prima era exportada para a cidade de Parnaíba (PI), via rota fluvial, através do Rio Parnaíba que nessa época era navegado por grandes embarcações (GECOSA, 1982).

A partir da implantação dessa agroindústria ocorreu um significativo movimento de migração de campesinos oriundos de outros Estados, conforme dados obtidos nos três primeiros

livros de registros de empregados entre o período de 1948 a 1972. Os noventa e nove (99) primeiros (as) trabalhadores (as) que migraram para essa região do Entre Rios piauienses, eram naturais de três Estados: oitenta e um (81) vieram de outros municípios do Piauí, nove (09) partiram do estado do Maranhão e quatro (04) trabalhadores provieram do estado do Ceará. Detectamos também que cinco (05) trabalhadores não informaram o seu local de nascimento no momento da realização do registro de trabalho nessa referida fábrica. Dentro do estado do Piauí essa migração ocorreu a partir de doze (12) cidades diferentes. Já no Maranhão essa migração decorreu através de cinco (05) cidades e no estado do Ceará sucedeu de quatro (04) cidades distintas.

A partir do levantamento desses dados, identificamos apenas duas mulheres que trabalhavam na fábrica até o ano de 1972. A primeira trabalhadora, 38 anos, casada, natural de Esperantina (PI), tinha apenas a instrução primária, foi progenitora de oito (08) filhos e exercia a profissão de balconista na GECOSA. A trabalhadora foi admitida na fábrica em 31 de dezembro de 1952 e trabalhou até o dia 15 de junho de 1978, totalizando 26 anos de trabalho. Já a segunda trabalhadora, era natural do município de Miguel Alves, tinha 28 anos, era solteira e apesar de ter apenas a instrução primária, foi contratada como enfermeira, iniciou seus trabalhos na fábrica no dia 02/10/1968 e trabalhou até o dia 31/07/1969, tendo pedido o seu desligamento da aludida agroindústria (GECOSA, 1969).²⁴

Cabe, considerar que a mão de obra feminina disponível na região onde a fábrica estava instalada, era mais voltada para as questões domésticas e para o extrativismo do coco babaçu que era realizado juntamente com seus filhos. Assim essas mulheres realizavam o árduo trabalho da quebra do babaçu para

24 Essas informações foram obtidas através dos registros contidos no 1º, 2º e 3º livros de registros da GERVÁSIO COSTA S/A (Comércio, Industria e Agropecuária). Teresina, 13 de outubro de 1969.

a obtenção da amêndoia, essa tarefa era realizada artesanalmente por meio de um machado e o pedaço de pau, sentadas no chão, utilizavam uma das pernas para fixar o machado com a lâmina voltada para cima. Posteriormente, segurando o coco babaçu com uma das mãos, apoiando o mesmo sobre a lâmina do machado, investiam fortemente um golpe com o pedaço de pau denominado “cacete” contra o coco babaçu de tal forma e precisão que a fruta se dividia ao meio, e mais uma vez era investido um novo golpe, agora em cada uma das bandas da fruta, para que assim fosse possível extrair a amêndoia.

O trabalho era feito em um local predefinido pelas quebradeiras de coco, e apesar de ser realizado de maneira repetitiva e bastante cansativa, tinha como intuito principal, a troca da amêndoia por gêneros alimentícios de primeira necessidade. É importante também salientar, que a atividade de extração da amêndoia é considerada por elas como complemento essencial para o sustento de suas famílias.

A esse respeito, a historiadora Viviane Barbosa (2013) aborda a história e a condição de vidas das quebradeiras de coco maranhenses, traçando um perfil distinto dessas mulheres, por meio de suas trajetórias de vidas, das ações de resistências e da luta cotidiana pela sobrevivência, afirmando assim, a capacidade dessas “mulheres em se mobilizarem em diferentes situações e construírem estratégias de enfrentamento aos seus antagonistas, demarcando sua agência e consolidando identidades e demandas, para as quais a maternidade como experiência é reiteradamente reafirmada” (BARBOSA, 2013, p. 29).

Apesar do olhar direcionado para as subjetividades desses personagens históricos, é importante destacar que, por muito tempo a população rural foi vista de maneira marginalizada pelos órgãos governamentais, como podemos observar na descrição feita pelo Conselho Nacional de Economia em 1952 sobre as populações campesinas:

Não é de admirar, pois, ser a população dos babaçuais das mais miseráveis do País. Gente semi-faminta, largada ao abandono, numa degradação sem limites e em permanente nomadismo. Sem motivos de apego à terra, que não possui, está sempre em trânsito, pronta para se evacuar para outras regiões, fugindo da floresta agressiva onde sua fixação é dificultada pela própria legislação que protege o vegetal e não o homem. Com gentes nessas condições, gerou-se um clima propício às (sic) perturbações sociais, consequência inevitável de todos os profundos desajustamentos dessa natureza. (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA, 1952, p. 284)

O teor da fala acima, frisando o clima propício as perturbações sociais, estava diretamente relacionado aos fatos ocorridos na década de 1950. Nesse período houve um intenso processo de migração de campesinos devido as secas instaladas em vários estados do nordeste brasileiro, como evidenciado no estudo sobre as frentes de emergências no combate as secas ocorridas no estado do Ceará pela estudiosa Lara Vanessa (2016), informando que “os protagonistas, com efeito, são os empregados apelidados de cassacos que, com suas famílias, vivenciaram um cotidiano de novos aprendizados, muita lida, saudade, fome, doenças e pouca comida (FERREIRA, 2016, p. 15).

Sobre a questão da migração sofrida por campesinos rumo a GECOSA é importante ressaltar que o pesquisador deve estar atento para as diversas motivações e anseios que perpassavam a vida desses sujeitos, no intuito de saírem de seu local de origem rumo a um local desconhecido. Nessa perspectiva, Cardoso (2011) problematiza a trajetória de migrantes cearenses rumo a região amazônica.

Rompendo vínculos, buscando outras terras, outros povos, enfrentando incertezas, os migrantes movem-se no rastro de possibilidades, de sonhos. O caráter movediço de suas vidas articula-se com a conformação de novas territorialidades, erigidas através do contato das vivências migrantes com outras maneiras de apreender o mundo, encontradas em seus destinos. A análise dos deslocamentos humanos deve levar em conta tal inter-relacionamento, presente na elaboração das experiências migrantes, de intervenções que incidem sobre os novos territórios (CARDOSO, 2011, p.36)

O autor afirma que por meio do rompimento de vínculos variados, em busca de novos horizontes e enfrentamento de várias incertezas, os migrantes caminham pelas veredas das possibilidades em outras territorialidades. Colocando as novas “maneiras de apreender o mundo” que são apropriadas através do contato com seus destinos, enfatizando as experiências adquiridas por esses migrantes, suas intervenções e interações com outros sujeitos, que se desencadeiam a partir do descobrimento de novos territórios.

Assim enveredando no perfil multifacetado desses (as) trabalhadores (as) percebemos que quinze (15) desses personagens eram analfabetos, o que equivale aproximadamente a 15,15% do universo de funcionários empregados na fábrica até 1972. Esse dado é relevante na caracterização desses sujeitos pobres como trabalhadores rurais, tendo em vista que, dez (10) desses personagens foram empregados na fábrica com a profissão denominada “trabalhador braçal”, categoria que serviria para colocá-los em um regime intenso de trabalho.

A categoria “trabalhador braçal” também foi exemplificada por Ferreira (2016) em sua tese de doutoramento a qual analisou trabalhadores retirantes cearenses nas frentes de emergências contra a seca, informando que eles, em sua grande maioria, eram arregimentados para arrancar toco ou quebrar pedras, afirmando que “é possível atestar que os retirantes eram alocados majoritariamente em serviços que não exigiam nenhum tipo de formação profissional específicas” (FERREIRA, 2016, p. 128).

Ao analisarmos o processo de migração realizado por esses (as) trabalhadores (as), devemos problematizar os diversos fatores que levaram essas pessoas a saírem de seus locais de origem, como a falta de chuva, a escassez de alimentos ou o conflito de terras. Conforme afirma Costa (2018) em sua dissertação de mestrado sobre os migrantes do Ceará em direção as terras do Entre Rios piauiense:

Todos os relatos orais se costuram em prol de uma perspectiva: a melhoria das condições de vida, tecidas não apenas na promessa de parentes, mas também no “ouvir contar”, histórias sobre melhores patrões, água disponível, mais chuvas, menos estiagens e um “mar verde” de babaçuais e carnaubais, possíveis fontes de rendas para famílias. Estes dizeres vão delineando no imaginário dos migrantes a ideia de que ir para o Piauí, apesar de ser um estado pobre sem grandes economias de ciclo, como a Bahia e a zona canavieira, ou o Maranhão e suas terras ainda devolutas, oferecia oportunidades plausíveis para estas famílias. (COSTA, 2018, p. 20).

A autora procura através de seus escritos analisar a questão da migração enfrentada por várias famílias de lugares distintos, deixando os seus locais de origens e indo em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Esse processo de migração resultou na vinda dessas famílias para o estado do Piauí, que apesar de ser considerado um “estado pobre, sem grandes economias de ciclo” trazia no imaginário dessas pessoas uma forte esperança de encontrarem um local para morar com tranquilidade e com condições de trabalho que possibilitasse a manutenção de seus familiares.

A migração desses campesinos foi ocasionada principalmente pela grande dificuldade que estavam enfrentando, abandonando uma série de lembranças de um lugar que um dia pertenceu aos seus antepassados e que, juntamente com seus familiares, seguiram para uma terra que não conheciam, mas que objetivavam conseguir algo melhor que possibilitasse a sobrevivência de toda a família. Nesse interim surgia o receio do *outro*, que poderia ser encontrado após chegarem ao seu local de destino, acentuando assim as tensões sociais.

Esse *outro* pode ser entendido como a figura do desconhecido que irá ambientar os espaços de fronteiras assimilados por esses camponeses retirantes. José de Sousa Martins em seu livro intitulado *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*, traz a figura do camponês vivendo nesse ambiente de fronteiras e em contato com o *outro* em seu sentido mais

amplo, afirmando que “na fronteira, o camponês ainda vive relações econômicas, concepções de mundo e de vida centradas na família e na comunidade rural, que persistem adaptadas e atualizadas desde tempos pré-capitalistas” (MARTINS, 2009, p. 13). Dando ênfase para uma situação de desencontro com uma realidade previamente vivenciada e consequentemente pela busca da adaptação a essa nova condição de vida.

Dessa forma percebemos que os camponeses migrantes estavam buscando uma forma de sobreviver as agruras da vida cotidiana, ocupando novos espaços e territorialidades que possibilitaria a utilização de seu trabalho como mão de obra capitalizada, criando nesse sentido, condições de adaptação a esse novo lugar social, como novas redes de sociabilidades.

Condição de moradia e sociabilidades

Com a fundação da GECOSA os camponeses que viviam sob condição de moradia em Novo Nilo, eram obrigados a construírem suas casas de maneira simples, feitas de pau a pique e cobertas com a palha do babaçu. Além disso deveriam pagar a renda dos produtos que eram produzidos em suas lavouras para os donos das terras. Esse fato não limitava somente as terras desta fábrica e a essa região do Entre Rios piauiense, o pesquisador Felipe Ribeiro (2015), em sua tese de doutoramento, analisou as ações dos trabalhadores rurais e industriais na cidade de Magé, Rio de Janeiro, segundo ele “as casas eram bastante simples, feitas de madeira ou pau-a-pique (sic), onde não havia canalização apropriada para abastecimento de água e demais condições sanitárias” (RIBEIRO, 2015 p. 81, 82).

Conforme o disposto acima, é possível perceber que essa prática era comumente utilizada pelos proprietários de grandes áreas de terras, que proibiam seus moradores de construírem casas de alvenaria, e essa proibição tinha como objetivo principal

tentar evitar que posteriormente o morador pudesse requerer judicialmente a posse pela terra onde residia como morador agregado. Sobre a região em estudo, Costa (2018) informa que:

Não era permitida a construção de casas de tijolos, apenas de barro e teto de palha; e, em alguns casos, somente de taipa, assim como era proibido, também, plantar árvores frutíferas. Portanto, eram negados elementos de fixação efetiva naquele espaço. A expectativa de gerar um excedente que possa ser tranquilamente armazenado dá lugar à habitual característica desta relação de trabalho, a gradual espoliação do trabalhador pelo sujeito dominante, privando-o de projetar anseios para além do necessário (COSTA, 2018, p. 66).

A fala da autora enfatiza as condições em que viviam os moradores agregados nas grandes propriedades rurais, problematizando as normas que eram impostas pelos proprietários para com seus moradores no que diz respeito a fixação na terra a qual residiam. Uma vez que, impossibilitados de terem suas casas construídas de alvenarias, se limitavam a construírem casas simples cobertas com a palha de babaçu.

Com a sedimentação das atividades agroindustriais de beneficiamento da amêndoia do coco babaçu, esses (as) trabalhadores (as) que até então lidavam com o trabalho na terra através de uma agricultura e ao extrativismo de subsistência, foram incorporados a um sistema fabril, e nessas novas condições de trabalho, foi criada uma nova sistemática de arrecadação, pois o morador era obrigado a vender a amêndoia do coco babaçu exclusivamente para a fábrica, sob ameaça de despejo caso não obedecessem ao que foi definido pelos patrões. E com essa nova prática de exploração, os que labutavam ficavam sujeitos aos preços da amêndoia do babaçu estipulados pelos industriais que terminavam penalizando esses camponeses.

Diante disso, começaram a vender a amêndoia do babaçu, à noite, para outros comerciantes, e de maneira sigilosa para que os donos da terra não soubessem, e assim esses trabalhadores e essas trabalhadoras rurais conseguiam ganhar mais pela venda

da amêndoas do babaçu. Porém, essa prática não perdurou por muito tempo, uma vez que ela foi descoberta pelos donos da terra, porém perceberam que não poderiam mais conter seus moradores. Então, os industriais firmaram um acordo com os próprios comerciantes das regiões circunvizinhas a indústria, que compravam essas amêndoas dos moradores de Novo Nilo e das demais populações rurais que residiam em povoados próximos, por um valor pré-estabelecido e posteriormente revendia para a fábrica.

Realizamos uma análise qualitativa desses noventa e nove (99) registros trabalhistas, referentes as décadas de 1948 a 1972. No que se refere ao local de residência, foi constado que setenta e cinco (75) desses sujeitos residiam no povoado Novo Nilo, os demais, vinte e cinco (25) trabalhadores residiam em localidades circunvizinhas. Além disso, noventa e dois (92) desses sujeitos tinham apenas o ensino primário ou eram analfabetos, o que equivale a 94,66% desses trabalhadores. Dentro desse universo de trabalhadores, encontramos apenas dois (02) trabalhadores que tinham o ensino secundário, um (01) com o ensino científico e um (01) tinha a instrução superior. Verificamos também que existia um (01) registro de trabalho rasurado, no que diz respeito a instrução escolar, e os outros dois últimos registros (02) não havia nenhuma informação no que se refere ao grau de instrução educacional.

Em nosso percurso de pesquisa evidenciamos, por meio da análise dos registros desses personagens, que existia uma rede de arregimentação desses trabalhadores rurais para trabalharem na fábrica através de um regime paternalista, pois a grande maioria dos funcionários eram oriundos basicamente de três cidades: União, Miguel Alves e Barras que pertencem ao estado do Piauí.

Dessa forma constatamos que trinta (30) trabalhadores eram cidade de União (Dos quais 11 nasceram em Novo Nilo); Treze (13) trabalhadores vieram de Miguel Alves e onze (11) trabalhadores eram do município de Barras. Nas duas cidades os

proprietários da fábrica tinham influência política e econômica, além de possuírem uma grande quantidade de terras (COSTA FILHO, 2014). O regime paternalista imperava dentro dessas relações de trabalho fabril.

Essa rede de arregimentação se fortaleceu no sentido de provocar os sentidos desses sujeitos campesinos, para que eles pudessem superar as condições de vidas enfrentadas cotidianamente. Conforme estudo que trata a condição de vida e trabalho de trabalhadores migrantes, trazendo a concepção desses homens pobres a respeito da migração:

Para estes homens pobres, a migração aparece como uma necessidade de superação da pobreza que assola suas condições de vida no lugar de origem. Assim, o indivíduo inserido na pobreza do campo muitas vezes deseja superar-se e se aventurar pelo mundo. Para sobreviver fora da terra natal, o migrante tenta recriar uma rede de relações sociais, a qual muitas vezes se dá de forma teatralizada, tanto pelo migrante quanto pela classe que os exploram. (ROCHA, 2015 p. 22)

A autora coloca a questão do pensamento desses migrantes sobre a necessidade de migrar com intuito de superar as dificuldades que assolavam as condições de vida em seus locais de origens. E nesse sentido define a migração como uma oportunidade de dar um novo sentido para o rumo na vida, e para que isso seja possível, reitera que os migrantes procuravam traçar estratégias por meio de uma rede de relações sociais.

A assimilação da força de trabalho disponível existente no próprio povoado Novo Nilo também foi aferida em nossa pesquisa, e isso foi possível através da quantidade de trabalhadores que foram arregimentados dentro desse povoado para trabalhar nessa agroindústria, uma vez que, dos trinta (30) trabalhadores que residia na cidade de União (PI), dez (10) nasceram no povoado Novo Nilo.

A gama de trabalhadores (as) casados (as) que foram contratados pela fábrica no período entre 1948 a 1972, girava em torno de 91,91 %, ou seja, noventa e um (91) desses sujeitos eram chefes de família. Nesses três (03) livros de registros

encontramos a relação dos dependentes, o qual se refere as pessoas que compõem o seio familiar de cada trabalhador (a), percebemos que a média de filhos entre esses trabalhadores era de 3,63 filhos, sendo que a família, mais numerosa era de um trabalhador natural da cidade de Piripiri (PI), o qual residia em Novo Nilo, tinha 39 anos, era analfabeto, trabalhava como zelador (criador de suínos), tinha 12 filhos e trabalhou entre os anos de 1966 a 1978.

Evidenciamos, portanto, que esse processo de migração sofrido por esses campesinos juntamente com sua parentela, possibilitou buscar novas alternativas de subsistência cotidiana e “agiam em nome de um costume que era associado a um próprio sistema de relações familiares” (FERREIRA, 2016 p, 76). Mostrando nesse sentido que havia um costume que envolvia a mentalidade desses campões, que tinha como intuito principal a manutenção das relações familiares.

Considerações finais

Apesar dessa análise ter sido realizada com base em registros de trabalhadores timbrados em papeis sem vida e que se deterioram com o tempo, ela tem relevância no sentido de colher informações pertinentes para que possamos entender com mais inteireza o real perfil desses (as) trabalhadores (as) que iniciaram sua labuta dentro dessa fábrica entre as décadas de 1940 e 1970.

Enveredamos a princípio na concepção da migração enfrentada por esses (as) trabalhadores (as) para entendermos como ocorreu esse movimento migratório de sujeitos rumo a fábrica GECOSA, delineamos também os perfis desses trabalhadores oriundos de três estados distintos, campesinos que em sua grande maioria tinha apenas o ensino primário ou eram analfabetos.

Problematizamos os perfis desses sujeitos no intuito de situar os trabalhadores rurais, caracterizados como trabalhadores braçais, por meio das condições campesinas de trabalho que eram habituados a praticarem, contrapondo-se à noção do trabalho comumente pregada entre os (as) trabalhadores (as) citadinos por meio da introdução de uma carga horária específica de trabalho regida pelo tempo cronológico.

Abordamos a questão das sociabilidades e as questões de moradias que eram enfrentadas por esses perfis distintos de trabalhadores (as), dando o enfoque para as condições de moradias dos trabalhadores que não tinham uma mão de obra qualificada em detrimento dos funcionários que exerciam funções mais específicas e com uma patente mais elevada e com privilégios dentro da fábrica.

Neste artigo apresentamos elementos necessários para se entender o contexto de inserção de trabalhadores rurais no contexto fabril, em particular nas indústrias de beneficiamento do coco babaçu no Piauí. Em geral, as fontes consultadas possibilitam alavancar esse diálogo tão urgente dentro da História Rural a respeito da utilização da mão de obra campesina e a problemática em torno da disputa pelo coco babaçu.

Referências

Fontes

GECOSA, Indústrias Integradas Gervásio Costa S.A. Projeto Apresentado ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Piauí, 1982.

GECOSA, Indústrias Integradas Gervásio Costa S.A. Livro de Registro de Trabalhadores 01, Teresina, 13 de out. de 1969.

GECOSA, Indústrias Integradas Gervásio Costa S.A. Livro de Registro de Trabalhadores 02, Teresina, 13 de out. de 1969.

GECOSA, Indústrias Integradas Gervásio Costa S.A. Livro de Registro de Trabalhadores 03, Teresina, 13 de out. de 1969.

Bibliografia

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do Babaçu: Gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão.** 2013. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. **Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877).** Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceara, Fortaleza, 2011, CE.

CONSELHO NACIONAL DA ECONOMIA. **Exposição de Motivos**, In: Goncalves, 2015.

COSTA, Lia Monnielli Feitosa. **Cultura e Cartografias de Memórias: Trabalho e Migração de cearenses para EntreRios (PI) - 1940-1970.** 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceara, Fortaleza, 2018, CE.

COSTA FILHO, Gervásio Costa. **Gervásio Costa: a história de um imortal.** Teresina, 2014. (fonte memorialista)

DEGGA, Salvadori de Edgar. **O nascimento das fábricas.** 4^a reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 2004.

ENGELS, Friedrich. Os diferentes ramos da indústria: Os operários fabris em seu sentido restrito. In: **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 173-222.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos.** Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas. (Ceará, anos 1950). Tese (Doutorado em História Social) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2018, Ba.

HOBSBAWN, Eric J. A revolução industrial. In: **A era das revoluções: 1789 – 1848.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 43-69.

HOBSBAWN, Eric J. **Mundos do Trabalho**. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.

GOMES, Ângela de Maria de Castro. **Trabalho escravo contemporâneo**: tempo presente e usos do passado. Rio de Janeiro: FVG editora, 2018.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Monografias Estatístico-descritivas municipais**. Departamento de Estatística e Publicidade. Piauí, 1939.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A valorização da escola e do trabalho no meio rural**. Revista Em Aberto. Brasília, ano 1, n. 9, setembro, 1982.

_____. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. **A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política**: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé (1956-1973). 2015. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Naturais) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ.

ROCHA, Cristiana Costa da. **A vida da Lei, A Lei da Vida**: conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, RJ.

_____. **Cultura e Memória migrantes**: A experiência do trabalho no tempo presente Barras (Piauí). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.

_____. Os limites entre a exploração e a escravidão no ciclo da cera de carnaúba. Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 77, p. 87-103, jul/dez 2020.

SANTOS, Marcos Oliveira dos. **Uma fábrica no campo: Experiências de trabalhadores Rurais na fábrica GECOSA em Novo Nilo – Piauí (1980 – 1990).** Monografia em História – Universidade Estadual do Piauí.

VASCONCELOS, Antônio de Jesus Santos de. **Usina, extrativismo e agricultura de subsistência: O caso do Babaçu no Piauí,** Projeto de pesquisa. Teresina, 1985, Pi.

THOMPSON, Edward. P. (1987). **A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade.** Vol. I. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

THOMPSON, Edward. P. (1987). **A Formação da Classe Operária Inglesa: A maldição de Adão.** Vol. II. 4^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

THOMPSON, Edward. P. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOMEM E NATUREZA: CONFLITOS E RESISTÊNCIA DE TRABALHADORES ÀS MONOCULTURAS DE EUCALIPTO NO MÉDIO PARNAÍBA MARANHENSE (2010-2018)

Francisco Rairan dos Santos Vilanova

Introdução

O município de Matões é entre os quatro que compõem a região do Médio Parnaíba maranhense²⁵, o que possui maior extensão territorial, apesar de ser também o que apresenta o menor resultado em termos de desenvolvimento urbanístico. Seu atraso explicado em parte pela distância em relação aos caminhos que impulsionam o fluxo de mercadorias e bens de consumo, faz com que a cidade possua ao seu entorno, um número excessivamente grande de comunidades rurais dependentes de uma administração pública incapaz de dar a devida assistência na sede no município. Duas dessas comunidades ganharam notoriedade depois que um impasse envolvendo trinta e oito moradores locais e uma empresa de exploração do eucalipto chegou aos tribunais da região. O documento que revela os nomes de todos os acusadores, além da ré, demonstra também o caráter da ação na justiça: “procedimentos especiais de jurisdição contenciosa | reintegração / manutenção de posse”.

25 Região de desenvolvimento formada pelos municípios de Buriti Bravo, Matões, Parnarama e Timon como mostra a figura 1 (IMESC, 2018).

A resistência das comunidades quilombolas Tanque da Rodagem e São João

Os povoados Tanque da Rodagem e São João perpassam os autos desse processo como sendo palco de uma disputa pela terra em favor da manutenção dos meios de sobrevivência contra a perpetuação do seu uso para a reprodução do capitalismo e formas de agressão ao meio ambiente:

Trata-se de Ação de Manutenção de Posse na qual os autores pretendem ser reconhecida a posse sobre área de terras representadas pelos Povoados Tanque da Rodagem e São João, encravados na Fazenda Castiça, Zona Rural do Município de Matões/MA, cuja fazenda pertence à empresa ré SUZANO PAPEL E CELULOSE S/A uma vez que esta adquiriu da pessoa jurídica CALUMBI AGROINDUSTRIAL LTDA [...]. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO, 2011, p. 373)

Chama atenção o grande número de pessoas que se uniram e decidiram procurar a justiça contra um adversário que, pelo porte financeiro e pela presença marcante mundo afora, renderia-lhes uma longa batalha no campo da justiça com poucas perspectivas de conseguir uma vitória. No entanto, esse tipo de associação pode ser explicado a partir de uma racionalidade que consiste no emprego de sanções a indivíduos que se arriscam a não seguir os ditames impostos pelo grupo ou comunidade com a finalidade de atingir financeiramente aqueles que detêm os meios de produção. O cientista político e antropólogo americano James Scott, ao discutir a sutileza que muitos sujeitos adotam ao ingressar em ações que vão contra a medidas que ameace a sua sobrevivência ou a sua qualidade de vida, trata de alguns casos semelhantes registrados em determinadas culturas no decorrer da História recente.

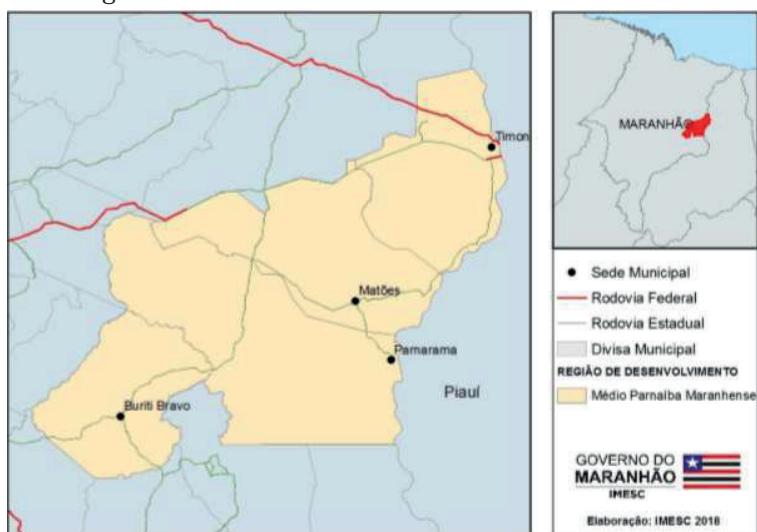
Scott discorre a respeito das práticas de rendeiros de uma aldeia malaia que costumava condenar outros rendeiros, que tornavam possível que o proprietário conseguisse uma arrecadação financeira maior em períodos sazonais em troca de mais terras para o cultivo. Discute também sobre trabalhadores

andaluzes que se recusavam trabalhar por menos de uma salário-mínimo, evitando assim uma vida de ostracismo e segregação. Além disso, na Irlanda rural do século XIX, era comum que aqueles que transgrediam o boicote às rendas, realizando pagamento ao administrador, tivessem a própria vaca mutilada no dia seguinte, para que assim fosse obrigado a abater o animal. Ele conclui afirmando que o que garante a praticidade e efetividade dessas ações são o grau de articulação entre os sujeitos e o receio das punições, em caso de violação das regras. Afirma também que essas atitudes marcadas pelo caráter coercitivo, são necessárias para contrabalançar os prejuízos dentro de um grupo subordinado.

Por meio dos relatórios reunidos pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, é possível ter uma dimensão do estrago provocado pelos grandes empreendimentos que adentram áreas como Tanque da Rodagem e São João, à procura de espaço para a reprodução do capital. O rastro de destruição revela camponeses e outras classes minoritárias lutando pelo direito à terra e mais grave ainda, pelo direito à água, quando seus adversários são as grandes monoculturas de eucalipto.

De acordo com os registros da CPT, o Maranhão aparece em escala nacional como o Estado com maior número de conflitos pela terra entre populações locais e empresas de exploração do eucalipto, com destaque para a empresa Suzano. O levantamento feito com base nos dados da Comissão revelou que entre 2010 e 2019 o Estado acumulou um total de mais de 100 registros de conflitos pela terra, enquanto seus vizinhos, Bahia e Piauí, registraram 1 e 0 respectivamente no mesmo período.

Figura 1: Região de Desenvolvimento do Médio Parnaíba Maranhense



Fonte: IMESC, 2018

Os diferentes sujeitos e comunidades acompanhavam com bastante desconfiança a crescente aproximação dessas indústrias a esse que é tido como um dos Estados mais pobres do país e que abriga uma grande variedade de culturas, que potencial e historicamente são os alvos mais vulneráveis da ação daquilo que José de Souza Martins (1997) entende como frente pioneira. É possível observar a partir de um cruzamento de fontes, que a queixa levada à justiça por aquelas 38 pessoas mencionadas anteriormente na região de Matões, é sustentada também pelo mapeamento realizado pela CPT e, portanto, está entre os números que registram a marca surpreendente de 60 casos de conflitos por terra no Estado do Maranhão em 2011, a maior do período observado.

Nos anos de 2010 e 2012 não foram registradas ações de violência contra trabalhadores rurais, envolvendo a Suzano, motivadas pelo direito a terra. No entanto, o número estarrecedor demonstrado em 2011, a maior parte concentrada na região do Baixo Parnaíba maranhense, mais especificamente no município de Santa Quitéria do Maranhão, coincide justamente

com a época em que a Repórter Brasil revelou através de um trabalho jornalístico de circulação digital, as atrocidades provocadas pelos desertos verdes naquela região. Fato que só reforça uma problemática que envolve o desafio de manter o equilíbrio entre produção industrial e preservação da vida e meio ambiente.

O parecer preliminar do juiz na ação que contestava a posse da Suzano sobre áreas das comunidades São João e Tanque da Rodagem prenunciava uma longa batalha a ser travada pelos moradores daquela região, como de fato foi registrado nos anos seguintes:

[...] O réu na contestação postulou pela denunciação da lide²⁶ da vendedora do imóvel em questão, o que foi deferido às fls. 283. A denunciada à lide apresentou contestação alegando o descabimento da denunciação à lide ao argumento de que não encontra previsão em nenhuma das hipóteses da lei alegando ainda em preliminar a inépcia da inicial por não indicarem os autores a metragem de que cada um pede. No mérito alega a inexistência de posse dos autores em seus domínios enquanto era proprietária da Fazenda Castiça postulando pela improcedência da inicial. [...] (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO, 2011, p. 373)

Em síntese, a empresa utiliza a estratégia de defesa que corresponde a atribuição de responsabilidade por eventuais irregularidades na posse das terras à antiga proprietária do imóvel, que também é ré na ação. Em outra frente, ela questiona a simples aceitação da denúncia pela justiça, acrescentando a isso, o argumento de que era dever dos autores da ação, apresentar pelo menos, os números correspondentes ao tamanho do perímetro em questão. Em 2018, a incerteza sobre a garantia da manutenção da posse de terras dos povoados Tanque da Rodagem e São João, continua a atormentar o cotidiano das

26 “Litígio, processo, pleito judicial. É a matéria conflituosa que está sendo discutida em juízo.” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL)

mesmas 38 famílias que iniciaram o processo de contestação ainda em 2011. No entanto, a adição de uma outra categoria de análise ao rol de busca da CPT, revelou uma informação nova.

Os relatórios da CPT (2010; 2011; 2012) não abrem espaço para registrar grupos identitários específicos nas ocorrências, tais como quilombolas, ribeirinhos, indígenas, camponeses etc. Esta portanto, pode ter sido a razão pela qual essa informação foi omitida em relação aos moradores da zona rural de Matões. Podemos perceber também que há uma ampliação no número de famílias atingidas pela ação do empresariado ligado aos monocultivos de eucalipto. Os números de reclamantes praticamente quadruplicaram em dois anos, o que pode significar um engajamento maior entre a classe em questão: quilombolas.

O aparecimento de um novo *lócus* de conflito entre as ocorrências da CPT reforça ainda mais a ideia de que a chegada do tão esperado progresso ligado à aproximação das grandes empresas de exploração do eucalipto ao Médio Parnaíba maranhense foi acompanhada de muita resistência e mobilização popular. O povoado Guerreiro, ocupado pela Fazenda Cana Brava, município de Parnarama, é o cenário de mais um conflito por terras envolvendo quilombolas e a empresa Suzano.

Em outra frente, o município de Parnarama protagoniza também em 2011 outra situação em que o Ministério Público do Estado do Piauí e o Ministério Público Federal protocolaram juntos em Teresina - PI, uma Ação Civil Pública contra o Estado do Piauí, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a empresa Suzano por irregularidades na concessão de licenciamento ambiental e por considerarem a natureza da atividade econômica da empresa potencialmente prejudicial ao Rio Parnaíba e às populações das cidades de Palmeirais no Piauí e Parnarama no Maranhão. Este último município, que tem sede às margens

do rio, fica a pouco mais de 10 quilômetros de Matões, o que certamente facilita o diálogo e a troca de experiências entre as comunidades rurais.

É possível perceber através das ocorrências, que a origem dos conflitos entre o empresariado e o campesinato pode estar pautada numa conjuntura que envolve lógicas diferentes de ocupação da terra. No Brasil, o 15º artigo da Lei de Terras de 1850 diz o seguinte: “Os possuidores de terra de cultura e criação, qualquer que seja o título de sua aquisição, terão preferência na compra das terras devolutas que lhes forem contiguas, contanto que mostrem pelo estado da sua lavoura ou criação, que tem os meios necessários para aproveitá-las.” (BRASIL, 1850). O texto da lei por si só já representa um grande avanço para a época, pois procura modernizar os mecanismos de distribuição agrária, até o momento ainda marcados pelo latifúndio extensivo. No entanto, ela não abre espaço para o acesso dos mais pobres à terra, já que a ideia de ocupação continua sendo orientada com base no perfil agroexportador das elites e da administração do Império.

Segundo Thompson (1998), há precedentes na História que apontam para uma mentalidade acerca do uso da terra com aspectos diferentes daquela que observamos na Lei de Terras. É o caso das populações campesinas pré-cercamentos e daquelas que resistiram fortemente ao processo de privatização das terras comunais da Inglaterra moderna. De acordo com ele, o que sustentava o sistema produtivo no campo era uma cultura mantida em absoluto zelo, que consistia na associação do direito a terra, ou seja, do direito de produzir para sobreviver a algo garantido pelo costume ou por uma prática ancestral há muito conservada e que lhes garantiu enormes conquistas mesmo após o processo de apropriação dos meios de produção impulsionado por ocasião da Revolução Industrial britânica.

Contudo, o contraste entre o modo de ocupação da terra orientado pela necessidade de sobrevivência e o modelo de ocupação que objetiva a conquista e acumulação de riquezas, consolidado a partir do advento da propriedade privada, fica evidente na seguinte passagem da obra de Thompson:

As mesmas noções de direito de propriedade acompanharam os primeiros colonizadores britânicos no Pacífico Sul. Em 1770, Cook reivindicava a costa leste da Nova Gales para a Coroa, não porque não houvesse aborígenes, mas porque “nunca vimos nem uma única poldega de terra cultivada em todo o país” Portanto, o direito à terra podia se fundamentar na “descoberta”, ou *vacuum domicilium*. O direito de propriedade não pôde ser reclamado tão facilmente nas terras da Nova Zelândia, nas quais tanto o povoamento como o cultivo eram bastante evidentes. O problema era que os direitos de propriedade entre os maoris não eram suficientemente individuados e absolutos. (THOMPSON, 1998, p. 185)

A ocupação produtiva é um traço marcante no modelo de produção capitalista, que foi objetivamente exportado a outras partes do mundo, com a intenção também de romper relações de irmandade e que promovessem uma distribuição de recursos mais justa. Outra percepção a ser destacada é o surgimento de uma nova maneira de legitimar a posse da terra, no caso das relações entre metrópole e colônia, que é através da “descoberta”, isto é, através da presunção de que as terras fora do continente europeu pertenciam ao colonizador em razão de tê-las encontrado sem a presença de culturas que estivessem à altura de seu nível de civilização e que, portanto, não fossem capazes de dar-lhes um uso eficiente.

Em relação ao ano de 2014, as ocorrências sobre as comunidades Tanque da Rodagem e São João voltam a ficar ocultas, ao passo que questão envolvendo o Povoado Guerreiro, em Parnarama, continuava atraindo um número maior de famílias lesadas. O total chegou a 80, após ter sido registrado 72 famílias atingidas em 2013. Entretanto, isso não significa que a situação em Matões tenha sido resolvida. Muito pelo contrário. Os casos reaparecem no ano seguinte e em Parnarama, uma

nova condição, torna a situação ainda mais grave. O registro da ameaça de morte na zona rural de Parnarama amplia o alerta e intensifica o debate acerca de experiências agrárias que põem em confronto, empreendimentos agroexportadores e o pequeno produtor rural. Dessa forma, é possível enxergar marcas de uma discussão de interesse do campo da História, que são as questões que envolvem as mazelas do agronegócio ao longo do tempo:

Em termos de Agronegócio verificamos que o pau-brasil com certeza deu a tônica do que seria o processo exploratório que perpetuaria até os dias atuais. Não é por acaso que o Nordeste brasileiro possui uma das maiores regiões desérticas de nosso país. Apesar da beleza natural, os Lençóis Maranhenses constituem um dos focos mais importantes da degradação ambiental pós Período Colonial. (SOUZA, 2017, p. 13)

A associação entre as práticas de extração do eucalipto e a lógica de expansão do agronegócio se torna evidente, visto que tendem a ignorar pressupostos básicos para garantia de direitos trabalhistas locais como a regulamentação ambiental em especial nas áreas periféricas em países também periféricos com potencial agrícola comprovado, como o caso do Brasil. Além de ser um tema que transita facilmente em torno das casas do Legislativo federal, o negócio da plantação de eucalipto também possui outras características que o colocam em patamar de igualdade com a produção da soja e do milho, por exemplo. Cita-se o uso extensivo de terras, desmatamento, grilagem de terras, uso de mão de obra barata, uso de trabalho escravo ou trabalho análogo à escravidão, a dizimação do Cerrado, entre outras. E como é possível observar, o rastro de destruição ambiental fica marcado por séculos.

Recentemente, a luta das comunidades quilombolas dos municípios de Matões e Parnarama foi escancarada para todo o Brasil em uma matéria publicada por um jornal de circulação internacional. O francês *Le Monde Diplomatique*, que desde 2007 produz material com autonomia editorial no Brasil, trouxe à luz o drama de sujeitos que vivem no Cerrado e precisam lidar

com o avanço cada vez maior do agronegócio, que tem como principal consequência, o desmatamento de árvores nativas da região e que são essenciais a esses grupos, compostos em sua maioria de extrativistas. Para conhecer a situação, foi preciso a realização de um estudo conduzido pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, que contou com a colaboração do ambientalista e documentarista Rogério Beltrão, lideranças quilombolas e o professor Maurício Torres, vinculado ao Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares – INEAF, da Universidade Federal do Pará – UFPA.

Um dos depoimentos vem de uma integrante da comunidade quilombola Tanque da Rodagem em Matões. Ela descreve como a ação de grileiros e madeireiras tem contribuído para que haja uma profunda alteração na maneira como essas pessoas se relacionam com a natureza:

[...] Lá no quilombo uma das áreas que está sendo afetada é um local sagrado da comunidade, que é na “Cruz do Negro”, local sagrado e preservado pela comunidade. A comunidade está se mobilizando e tentando impedir, porém neste momento a mobilização é muito difícil [...] (FRAN *apud LE MONDE DIPLOMATIQUE* BRASIL, 2020)

Nota-se que a relação entre comunidades rurais e o meio ambiente vai muito além da condição de sobrevivência, em que a terra e as florestas são meros fornecedores de sustentação biológica. Há nesses lugares uma conexão, que envolve toda uma tradição de cuidados e rituais de preservação, inclusive de riachos e nascentes. É preciso, portanto, compreender que a luta pela terra significa também engajamento com práticas ambientalistas.

Nas comunidades do município vizinho a questão acaba sendo ainda mais grave. Isso porque, o depoimento trouxe a acusação de que a empresa Suzano estaria se utilizando de trabalho escravo na logística de escoamento da madeira de eucalipto:

Para plantar eucalipto, a Fazenda Canabrava da Suzano Papel e Celulose, que fica entre o Quilombo Cocalinho e o Quilombo Guerreiro, derrubou frutas nativas do Cerrado,

como a Macaúba, Cajuzinho, Mangaba, Tucu, Jatobá, Sapucaia, além de árvores como o Cedro, a Sapucaí, o Pau D'Arco e várias outras. Além disso, a fazenda faz as leiras²⁷ para colocar fogo, e essa fumaça dos brotos causam impacto na saúde da comunidade. A juventude fica sendo escravos para carregar toras de eucalipto em caminhão de pau de arara para ganhar 40 reais e ainda ter que comer bóias fria, trazendo comida de sua casa. Algumas fontes das nascentes da Lígia de Cocalinho, onde ainda temos pouquíssima água para usar na lavação de roupas, saciar a sede dos animais, banhar e pescar... (LEANDRO *apud LE MONDE DIPLOMATIQUE* BRASIL, 2020)

Há nesse depoimento uma série de abusos que juntos ou individualmente colocam as vidas das famílias dessa comunidade em um sério risco de comprometimento de saúde ou até mesmo capaz de levar à morte. Essa realidade talvez seja a que mais se aproxima da expressão pragmática do objetivo principal dessa pesquisa. Nela é possível observar situações que levam a infecções respiratórias por inalação de fumaça tóxica, incentivo à transformação da juventude em mão-de-obra barata, agravamento da escassez de água na região, condições precárias de alimentação em razão da intensa rotina de trabalho em meio aos desertos verdes, destruição da vegetação nativa do Cerrado, além do comprometimento da atividade extrativista, o que afeta diligências econômica e alimentar. “Quando se estudam as condições de alimentação dessa área, o que logo surpreende o investigador é o contraste marcante entre as aparentes possibilidades geográficas e a extrema exigüidade dos recursos alimentares da região.” (CASTRO, 1984, p. 114)

Em estudo sobre trabalho escravo contemporâneo, ROCHA e FERRERAS (2016), afirmam que esta não é uma problemática recente que já há algum, o debate é recorrente dentro do campo da Sociologia, da Antropologia, do Direito e até mesmo entre os economistas. De acordo com eles, há a necessidade de se discutir essas questões a partir da perspectiva

27 “Amontoado de resíduos florestais, resultante da limpeza de um terreno (feita por trator com lâmina), que é disposto em linha, ao lado da terra limpa” (INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA).

histórica e isso é feito com base em uma reflexão sobre o tempo, uma vez que esta é uma realidade que não ocorre apenas em momentos pontuais da História. Outra maneira de se justificar a prática de trabalho forçado na contemporaneidade sob a visão histórica, é reiterando que os efeitos perversos da escravização no Brasil não findaram com a instituição da Lei Áurea e que o país não fica isento desse fenômeno que atualmente tem alcance global. Os autores também asseguram que tal prática foi potencializada durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil em conformidade com a instituição dos grandes projetos de modernização lançados especialmente em direção a Amazônia brasileira.

Entre 2016 e 2018 persistiu a questão da terra em Matões e em Parnarama. Nesse período, as ocorrências vieram sempre acompanhados da presença de algum indicativo de violência contra as populações locais. A inscrição da palavra “danos” nesses documentos aponta para uma situação que é entendida aqui como as investidas empenhadas com o objetivo de forçar o rompimento dos laços entre o campesinato e sua permanência na terra, a exemplo da queima de plantações evidenciada pela nota divulgada pela CPT em 2014.

A morosidade da Justiça brasileira também transparece uma certa cumplicidade com a permanência da aflição dessas famílias. É absolutamente incompreensível que numa ação como aquela movida pelas populações quilombolas de Tanque da Rodagem e São João em 2011, contenha uma declaração²⁸ tão despropositada, fazendo com que o problema chegue no final da década sem uma solução.

A condição de luta pela terra supracitada encontra referências em outras experiências semelhantes ao longo da História recente. Como em outro grande trabalho de Thompson

28 [...] Os pontos controvertidos da lide se resumem em saber se havia posse dos autores em área de terras da Fazenda Castiça [...] (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO, 2011, p. 373)

(1987), que se dedica a investigar os efeitos da Lei Negra em *Senhores & Caçadores*, que tinha o objetivo de punir com a morte, camponeses que transgredissem os limites da floresta real na Inglaterra do século XVIII. É uma situação que acima de tudo, expressa como as relações de poder agiam para transformar um bem que antes era tido como quase que um direito natural em objeto de manipulação capitalista.

Considerações Finais

Diante de tudo o que foi exposto, um ponto que merece destaque é o fato de que a lógica de modernização e desenvolvimentismo associada ao surgimento do mundo fabril, possui um poder de sedução muito forte, capaz mobilizar seriamente a comunidade a qual ela se aproxima. Em um primeiro momento, a chegada pode gerar uma série de expectativas positivas como a reformulação e fortalecimento da dinâmica comercial, melhoramento na infraestrutura, geração de empregos, impulso na rotatividade econômica, entre muitas outras. E o caso do Maranhão especificamente, chama atenção por ser uma região onde os habitantes das áreas mais interioranas valorizam muito os ganhos pessoais conseguidos através do trabalho de carteira assinada. Essa é uma das grandes razões que os motiva a migrar e passar entre seis meses a um ano ou mais trabalhando em outro Estado para quando voltar, conseguir comprar um terreno, uma moto ou mesmo os materiais para construir uma casa melhor.

Entretanto, é preciso dizer que essa aproximação gera também desconfortos, sobretudo em áreas mais rurais, onde a relação do homem do campo com a natureza é mais forte e, portanto, alimenta resistências que põem em xeque o caráter benéfico dessa industrialização (É bom para quem?). Seja por uma questão que ameace o direito à sobrevivência a partir do uso da terra, ou que coloque em risco a qualidade de vida, as mobilizações contra o avanço da indústria sobre o campo

mostram que não há hegemonia de pensamento a respeito dessas grandes empresas. As ocorrências de conflitos por terra envolvendo quilombolas e a Suzano no Médio Parnaíba maranhense ajudam a entender que a busca pelo lucro está acima do respeito à condição de grupos que historicamente lutam contra a opressão e a injustiça.

Referências

Fontes

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm#:%text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%A9es%20legais.>. Acesso em: 10 mar. 2021

COMISSÃO pastoral da terra. Biblioteca virtual: conflitos por terra (ocorrências). Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/summary/36-conflitos-por-terra-ocorrencias/14179-conflitos-por-terra-ocorrencias-2019>>. Acesso em: 16 ago 2020.

_____. **Biblioteca virtual: conflitos pela água (ocorrências).** Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/category/6-conflitos-pela-agua?Itemid=0>>. Acesso em: 16 ago 2020.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades: Matões. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/matoes/panorama>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

_____. **Maranhão: Índice de Desenvolvimento Humano, 2010.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/pesquisa/37/0?localidade1=22&localidade2=29&indicador=30255&ano=2010>> Acesso em: 15 mar. 2021.

INSTITUTO Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. Regiões de desenvolvimento do estado

do Maranhão: proposta avançada, 2018. Disponível em: <https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/Proposta-IMESC_22-Regi%C3%B5es-de-Desenvolvimento-do-Estado-do-Maranh%C3%A3o-2018.pdf>. Acesso em 30 dez. 2019.

INSTITUTO Nacional de Pesquisas da Amazônia. **Glossário Agroflorestal**. Disponível em: <<http://portal.inpa.gov.br/cpca/johannes/termos.html#leira>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

LE MONDE diplomatique brasil. **Desmatamento no Cerrado e resistências nos territórios, 2020**. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/desmatamento-no-cerrado-e-resistencias-nos-territorios/>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

MINISTÉRIO Público Federal e Ministério Público do Piauí. **Ação Civil Pública, 2011**. Disponível em: <<https://www.mppi.mp.br/internet/attachments/ACP%20SUZANO.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

MINISTÉRIO Público Federal. **Glossário de termos jurídicos**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/glossario-de-termos-juridicos#L>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

REPÓRTER, Brasil. **Deserto verde:** Os impactos do cultivo de eucalipto e pinus no Brasil, 2011. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/8.-caderno_deserto_verde.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2019.

TRIBUNAL de justiça do maranhão. **Diário da justiça eletrônico:** 04/11/2011 (processo n° 0000257-23.2010.8.10.0098, 2011. Disponível em: <https://www3.tjma.jus.br/diario/diarios/diario_1320327093154.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Bibliografia

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome:** O dilema brasileiro (pão ou aço). Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

COSTA, Lia Monnielle Feitosa. **Cultura e Cartografias de Memórias: Trabalho e Migração de Cearenses para o EntreRíos (PI) - 1940-1970.** 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.

DAVIS, Mike. **Ecologia do Medo: Los Angeles e a fabricação de um desastre.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____, Mike. **Planeta Favela;** tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DRUMMOND, José Augusto. **História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, n.8 1991, p. 171-197.

FOELKEL, Celso Edmundo Bochetti. **Eucalipto no Brasil, história de pioneirismo.** Visão Agrícola, n. 4, p. 66-69, 2005.

GOMES, Marcel. **As promessas não cumpridas da Responsabilidade Social Corporativa no Agronegócio brasileiro,** 2017. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/02/As_promessas_nao_cumpridas_da_Responsabilidade_Social_Corporativa_no_Agronegocio_brasileiro-1.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2021.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel et al. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Revista NERA, Presidente Prudente, v. 19, n. 34, p. 12-36, 2016.

LÖWY, Michael. **Aviso de incêndio.** São Paulo: Boitempo, 2005. Cap. 1. p. 33-146: Uma leitura das teses “sobre o conceito de História” de Walter Benjamin.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.

RÊGO, Raimundo Moura. **As mamoranas estão florindo.** Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

ROCHA, Cristiana Costa da. **Cultura e Memória migrante: A experiência do trabalho no tempo presente** Barras (Piauí). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.

ROCHA, Cristiana Costa da; FERRERAS, Norberto Oswaldo. **Dossiê Escravidão Contemporânea e Trabalho Forçado: Problemas e Abordagens da Historiografia Contemporânea** (Apresentação) Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, v. 2, n. 11, 313-315, 2016.

ROLIM FILHO, Claudiomar Matias. **Maranhão: de província mais rica a estado mais miserável**. Brasília: Createspace Independent Publishing Platform, 2017.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. **A concepção de poder em Michel Foucault. Espiaria – Cadernos de Ciência Humanas**. Santa Cruz, v. 16, n. 28, p. 261-280, 2016.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência. Discursos Ocultos**. Lisboa: Letra Livre; Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura editorial, 2013.

SOUZA, Gilson Luiz Rodrigues. **História do Agronegócio no Brasil**. Folha Acadêmica do CESG. São Gotardo, v. 5, n. 13, p. 13-15, 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores: A origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WOSTER, Donald. **Para Fazer História Ambiental. Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

ZHOURI, Andréa “A Re-volta da Ecologia Política” **Conflitos Ambientais no Brasil. Ambiente e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 211-213, 2004.

RETORNAR DO PARAGUAI E SE REINSERIR NA FRONTEIRA: DIMENSÕES MÚLTIPLAS E ESPAÇOS ESTRATÉGICOS

Vanucia Gnoatto

Introdução

Ao emigrar para o Paraguai, a partir da segunda metade do século XX, mais especificamente no caso aqui analisado, entre as décadas de 1970 e 1980, imigrantes brasileiros procedentes de distintos estados, em sua maioria da região sul do Brasil, motivados pela busca da propriedade da terra, por arrendamentos ou trabalhos no setor agrícola, realizaram um processo de desterritorialização e, em sua reterritorialização, carregaram consigo elementos das suas territorialidades dos lugares de origem. Ao retornar para o Brasil desterritorializados, em grande parte, devido ao avanço do agronegócio na região leste do Paraguai, estes migrantes que já haviam vivenciado múltiplas territorialidades, optam pela região de fronteira com o Paraguai e, em alguns casos, vivenciam uma relação constante de idas e vindas entre os dois países, caracterizando uma transterritorialidade. Nestes processos, a presença de redes transfronteriças interligando espaços tem uma importância fundamental, em especial, na reinserção.

O presente artigo trata de um estudo de história oral realizado com retornados¹ de distritos (municípios) que fazem parte do Departamento (estado) de Alto Paraná, Paraguai,

1 Mesmo tendo o consentimento para utilização das entrevistas, firmado através da assinatura do TCLE (Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido), optamos pela utilização das iniciais dos nomes dos entrevistados, a fim de dar um resguardo maior para estes. As entrevistas foram realizadas em janeiro de 2019, em Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu, ainda durante a pesquisa para a elaboração da dissertação do Mestrado em História.

distritos fronteiriços com o Brasil, atualmente residentes em municípios fronteiriços brasileiros, como Santa Terezinha de Itaipu e Foz do Iguaçu, no estado do Paraná. Através de entrevistas, buscamos compreender as migrações destes sujeitos considerando os seus lugares de retornos. Focaremos nos processos migratórios de retorno, dando atenção ao processo de reterritorialização destes em região de fronteira, onde o contato com o antigo país de destino é uma constante para parte destes retornados.

Migrações, territórios e redes

Com os migrantes, na saída e chegada em outro território, há uma ruptura de suas raízes com um espaço no qual o sujeito vivenciou várias experiências que o faziam “se sentir em casa”, estando “entre iguais”. No entanto, desligar-se pode se caracterizar como “linha de fuga” de um “território saturado”, no qual o sujeito não se sente bem, motivando a busca por “novos ares”, novas experiências, convivências e oportunidades, ou pela “aventura” (MONDARDO, 2012, p. 47). Aqui, no caso dos nossos entrevistados, a desterritorialização se dá devido à escassez de trabalho no campo e de terras com valores acessíveis para a aquisição, o que seria possível somente do outro lado da fronteira.

A mudança do espaço tem por consequência a mudança de territorialidade, que implica, dentre outros aspectos, em “mudança” de significados, de símbolos, de modos de ver e sentir, de comunicação; relações que eram produzidas em outro território e que agora são reproduzidas em um novo espaço, em novo contexto, com novas pessoas e novas relações” (MONDARDO, 2012, p. 51). Os imigrantes, quando migram, carregam consigo suas territorialidades, construídas previamente nos territórios onde estavam. Esse fato também acontece na migração de retorno. Souza (2015, p. 89) afirma que “o migrante retornado é um sujeito diferenciado duplamente”,

pois experiencia “processo de multiterritorialidade comum a todo migrante, segundo porque tanto o lugar de origem quanto ele mesmo já não são mais os mesmos, consequência direta do período de afastamento e da vivência de múltiplos territórios”. Dessa forma, “a síntese entre os territórios, o território de saída (de emigração), o de chegada (de imigração) e o de retorno, processam uma nova territorialidade no lugar de retorno, criando assim um novo território, agora híbrido e intercultural” (SOUZA, 2015, p. 89).

Nesse espaço fronteiriço, em que a proximidade entre os países torna mais frequente as idas e vindas nos retornos ao Brasil, para parte dos imigrantes, pode ser apenas uma etapa em sua carreira migratória. Segundo Haesbaert e Mondardo (2010), um formato de territorialização é aquele que acontece “no e pelo movimento”. Atualmente, são numerosos aqueles que se identificam com essa forma de mobilidade, a tal ponto que o território e as identidades ali presentes são formados na multiplicidade, “pelo próprio ‘estar em movimento’ ou transitar entre múltiplos territórios, o que nos leva, também, a pensar numa forma quase constante de trânsito entre territórios ou, em outras palavras, numa ‘transterritorialidade’” (HAESBAERT; MONDARDO, 2010, p. 33). Esses processos são muitas vezes sustentados por redes que possibilitam a articulação entre territórios distintos.

Quanto às redes, para Saquet e Mondardo (2008), na atualidade, as migrações formam uma “experiência integrada” do espaço, que somente é possível se os migrantes estão organizados em redes, por meio de várias relações que, por muitas vezes, abrangem o local e o global. Nos territórios de origem e de destino existem múltiplas relações e vínculos criados pelos migrantes quando realizam suas trajetórias e quando se reterritorializam. Assim, na migração, a construção dos territórios, “passa por uma dinâmica em redes que conectam diferentes nós interligados através do vínculo e dos contatos estabelecidos” (SAQUET; MONDARDO, 2008, p. 120).

A rede é basicamente “uma relação social, que prescinde do território como lugar do seu acontecimento e movimento” (SANTOS, 2021, p. 69). Segundo a autora, “táticas e estratégias são acionadas entre os membros da rede, possibilitando que pessoas circulem e habitem em diferentes lugares, fundando um uso do território que não se conforma aos limites físicos das fronteiras nacionais” (2021, p. 55). Essas redes, presentes nas migrações destes imigrantes brasileiros que adentram no Paraguai, também estão presentes nos retornos destes para o Brasil. Redes transfronteiriças de distintos tipos, legais e ilegais, que articulam membros dos dois países visando benefícios e oportunidades.

A fronteira como um espaço de oportunidade

Os processos migratórios para o Paraguai, do qual nossos entrevistados fazem parte, aconteceram a partir da segunda metade do século XX e estão ligados à aquisição de terras e ao trabalho no campo, em um contexto em que Paraguai e Brasil passaram a adotar uma geopolítica de aproximação entre os dois países, com diversos acordos e obras, sendo a de maior destaque a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Além disso, de um lado, a política paraguaia passou a ser de ocupação e modernização agrícola da região leste do país. Para isso, passa-se a incentivar a presença exógena com a abertura das fronteiras para imigrantes brasileiros. De outro lado, ainda na década de 1960, no Brasil, surge a mecanização no campo, como política de governo que visou à modernização agrícola, que junto a um contexto de fracionamento das propriedades agrícolas familiares, dificultou a permanência de muitas famílias na atividade agrícola. Somando-se a isso tudo, a construção da Usina de Itaipu surgiu como um fator de influência na emigração de brasileiros ao Paraguai, pois havia a possibilidade de adquirir terras ou de encontrar trabalhos no setor agrícola e

arrendamentos. É necessário ressaltar que o perfil dos migrantes que adentram no Paraguai é bastante distinto em questões econômicas, sociais e culturais.

A migração de retorno para o Brasil acontece mesmo durante o processo de emigração para o Paraguai. Porém, passa a ganhar mais expressividade numérica e relevância pelas questões conflitivas envolvidas a partir da segunda metade da década de 1980, quando as problemáticas ligadas à documentação de terras e pessoais, o fim dos arrendamentos e conflitos no campo, foram os grandes fatores responsáveis pelo retorno de brasileiros. Na atualidade, vemos outras motivações, o agronegócio como o grande fator que impossibilitou a saída do pequeno agricultor no campo, a busca por trabalho, por serviços públicos de saúde, educação, previdência social (aposentadoria ou benefício), proximidade com familiares, entre outros fatores.

Mas quem são esses retornados? Segundo Zamberlan e Corso (2006), o perfil socioeconômico dos brasileiros retornados do Paraguai é desigual. Pode-se, ainda, afirmar que os menos favorecidos ficaram em Foz do Iguaçu, atraídos pela fantasia de conseguirem facilmente um emprego. Já aqueles que possuíam mais poder aquisitivo se estabeleceram nos municípios próximos, por possuírem mais recursos financeiros para se reinserirem no Brasil. Ferrari (2007) percebe, em seus estudos, que no retorno dos brasileiros do Paraguai, estes ergueram um cinturão de miséria ao redor das cidades brasileiras, à margem do processo de modernização agrícola do país vizinho, necessitando ser integrados na sociedade que deixaram há uma geração, que, por sua vez, não apresenta um quadro social diferente daquele existente quando partiram.

Conforme o estudo organizado por Zamberlan e Corso (2006), na região oeste do estado do Paraná, encontram-se retornados em todos os municípios que fazem parte da mesma,

porém com um número bastante expressivo em Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel, Missal, Itaipulândia, Medianeira e Santa Helena.

Muitos permanecem temporariamente na região, para, posteriormente, deslocar-se para outros estados com fronteira agrícola flexível. Um percentual menor mantém ligação com a região de onde migraram do Paraguai, mantendo deslocamentos transfrontereiros. Dos que permanecem na região, muitos não documentaram os filhos e vivem desempregados ou com trabalho eventual (ZAMBERLAN; CORSO, 2006, p. 87).

Em seu trabalho, desde a fundação da Casa do Migrante de Foz do Iguaçu, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, que hoje faz parte do Ministério da Justiça, a coordenadora da instituição, constatou que:

A escolha da maioria em retornar ao Paraná, é porque o Paraná é o lugar de nascimento de muitos migrantes, principalmente dos mais novos, ou porque passaram algum tempo durante a trajetória de ida ao Paraguai. Outro lugar para onde retornam é para o noroeste do RS, para dar continuidade ao trabalho agrícola em pequenas propriedades, espaços normalmente ligados às raízes familiares de seus antepassados. Esta constatação, percebida através do trabalho na Casa do Migrante, indica que o retorno normalmente está relacionado ao seu lugar de origem ou dos pais, isto porque a grande maioria não conseguiu estudar e ter uma formação profissional em outra área, dando continuidade ao trabalho no setor agrícola. A fronteira agrícola aparece tanto no movimento de emigração, quanto do retorno. E é o principal espaço que os retornados ocupam para desenvolver suas atividades, seja na busca de uma agricultura comercial relacionada ao plantio de grãos, bem como na criação de gado e aves (T.M., Foz do Iguaçu, 08 abr. 2019).

A fala da mesma traz presente que o retorno da grande maioria se dá para o Paraná, local em que nasceram ou residiram por um tempo, ou para o Rio Grande do Sul, no qual possuem familiares. Percebe-se que essa familiaridade e os vínculos criados e, principalmente, a possibilidade de poderem dar sequência ao trabalho com a terra, são fatores que levam à migração destes. A pouca escolaridade de parte destes retornados faz com que estes busquem atividades mais braçais ou o setor

agrícola no qual atuaram por um longo período. Nesses casos, a fronteira agrícola é a que motiva a emigração ao Paraguai e a que também motiva o retorno.

Os retornados se localizam, na grande maioria, na fronteira. A motivação mais provável “é que esses migrantes se enquadrem no retorno em função do fluxo de emigração, sendo esse último definido, ou orientado, pela dinâmica sócio espacial da fronteira agrícola” (FUSCO, 2008, p. 7-8). Ainda, segundo o autor (2008, p. 7-8), “o retornado não volta ao lugar de nascimento ou para onde residem familiares que não migraram, mas ao lugar onde a dinâmica territorial os tinha deixado antes de emigrar para o Paraguai”. Em outros casos, estes migram “para outros lugares mais ativos dessa mesma dinâmica territorial (novas fronteiras agrícolas, no Mato Grosso, por exemplo)” (FUSCO, 2008, p. 7-8). Constatata-se, assim, que isso não é nada mais que uma sequência de um movimento migratório inacabado e suas diversas etapas. O retorno de brasileiros do Paraguai mostra que não é necessariamente o final de uma sequência migratória, mas um elemento a mais em um ciclo que se repete indefinidamente. Muitos retornados vivenciam uma mobilidade interna após o retorno, consequência “das estratégias de sobrevivência desses grupos que, muitas vezes, encontram-se desterritorializados” (BRAGA, 2011, p. 82).

Ao mesmo tempo em que se observam migrações internas destes retornados, também se percebe retorno ao Paraguai ou idas e vindas, circularidade entre os dois países por interesses econômicos, familiares entre outros, levando o surgimento de uma transterritorialidade, um estar entre dois territórios. Esse “estar-entre” dois territórios é o caso de P.S., que afirma: “Eu voltei de lá [Paraguai] em 2005, eu tô com um pé aqui [Foz do Iguaçu] e outro lá, eu tô lá, minha vida é lá” (P.S., Foz do Iguaçu, 14 jan. 2019).

O retorno se dá para Foz do Iguaçu, próximo ao Paraguai, pois o entrevistado tem terras arrendadas no antigo lugar de destino, motivo que o leva a cruzar a ponte constantemente.

Diante disso, como é descrito por ele, está com um pé no Brasil e outro no Paraguai, o que nos induz a concluir que a sua vida ainda está no antigo lugar. Supomos que, não somente pelo apego à terra, mas pelas relações e vivências com aquele espaço. Consegue-se enxergar a complexidade desse retorno, justamente por ele ocorrer estrategicamente para a fronteira, visando manter o vínculo com os dois países, através das idas e vindas.

Essas cidades fronteiriças possibilitam com que os retornados possam manter os vínculos com o Paraguai e negociar possibilidades de oportunidades. A presença destes nestas cidades fronteiriças do oeste do Paraná modificou significativamente as mesmas. “Os migrantes configuram espaços de alteridade em seus lugares de imigração que os posicionam como sujeitos de vivência de múltiplos territórios” (SOUZA, 2018, p. 106). O autor também acredita “que a territorialidade migrante, múltipla dada pela sua natureza, é promotora de certa reconfiguração nas paisagens e reordenamento territorial nos lugares de retorno” (2018, p. 106). Um exemplo importante a ser considerado é o do município de Santa Terezinha de Itaipu, que teve uma mudança significativa devido à presença de retornados, que, em parte, buscam com o tempo, a aposentadoria ou benefício social e o atendimento médico pelo SUS, benefícios inexistentes para os imigrantes no país vizinho.

Consoante informações coletadas com a professora S.R., após a imigração dos pioneiros, primeiros imigrantes, Santa Terezinha de Itaipu recebeu uma leva de migrantes provindos de Foz do Iguaçu, desempregados da ITAIPU, que depois de finalizadas as obras, buscaram trabalho nas fazendas de Santa Terezinha de Itaipu. Estes, em sua grande maioria, eram homens que haviam deixado as famílias nas terras de origem. Na medida em que o serviço manual fora substituído pelas máquinas nas fazendas, estes buscaram se fixar na cidade,

adquirindo lotes no bairro Santa Mônica. Com o retorno de brasileiros do Paraguai, esse bairro e a cidade como um todo começaram a receber outro perfil de migrante.

A fala de S.R. nos ajuda a entender como aconteceu essa mobilidade para a cidade e as mudanças, em especial, no seu bairro, denominado Santa Mônica, em Santa Terezinha de Itaipu. O mesmo teve, segundo o relato abaixo, um aumento no valor dos terrenos muito grande em pouco tempo, devido à aquisição destes pelos retornados que buscavam se estabelecer no mesmo.

Quando o Paraguai começou a expulsar os brasileiros de lá, começou a renovar [o bairro] Santa Mônica, Santa Terezinha [de Itaipu]. Vieram com dinheiro para comprar as casas [...]. Foi na época que mudaram as políticas no Paraguai. Começaram a mudar em [19]90, [...] e daí para a frente foram uns dez anos assim. Se alguém tinha um lote para vender, um lote, por exemplo, que valia R\$ 3.000,00, ele foi para R\$ 50.000,00 em pouco tempo, porque daí vieram os brasiguaios, o pessoal que vendia as terras e comprava aqui para se aposentar aqui, daí valorizou muito aqui (S.R., Santa Terezinha de Itaipu, 15 jan. 2019).

Essa grande procura por casas e terrenos fez com que os terrenos que antes não eram valorizados no bairro, adquirissem um valor alto em pouco tempo. Pelo contexto histórico de retorno apontado pela entrevistada, podemos afirmar que isso aconteceu após a ditadura militar ter findado, período em que se intensificam os retornos de brasileiros. Percebe-se que boa parte destes retornados são pessoas de idade avançada e o retorno é estratégico para conseguir acesso a serviços públicos. Como o relato abaixo aponta, presencia-se no bairro Santa Mônica a inserção de descendentes de alemães e italianos.

Daí encheu de alemão aqui, daí mudou. A igreja mesmo. Tinha uma igreja ali que cabia 20 pessoas [...], quando começou a entrar os “brasiguaios”, eu fazia parte da diretoria da igreja, eu era ministra. De repente, construíram aquela igreja, que fica na avenida ali, uma igrejinha do tamanho disso daqui, eles construíram uma igreja do tamanho de um lote e ficou pequena, questão de três anos aquilo encheu. E só alemães, italianos, famílias, é diferente, pessoal de idade, viúvas que o marido arrumava outra no Paraguai e a mulher ficava aqui, veio bastante

assim também. Daí começou a melhorar a cidade como um todo, a cidade cresceu (S.R., Santa Terezinha de Itaipu, 15 jan. 2019).

A entrevistada aponta que a migração de retornados trouxe mudanças sociais, culturais/religiosas e econômicas. Percebe-se que o perfil social foi modificado em seu bairro por meio da migração de retornados, que agora passou a receber, além de luso-brasileiros, descendentes de alemães e italianos que, segundo a mesma, frequentavam a igreja católica, sendo necessária a construção de uma nova igreja para acolher a grande quantidade de fiéis que haviam migrado do Paraguai. O perfil citado pela entrevista é de famílias e de mulheres separadas, conhecidas como “viúvas”, o que mostra, no caso dessas últimas, que a migração de retorno se apresenta como uma possibilidade de estas refazerem suas vidas.

Sabendo da grande procura pelos retornados em investir seu capital financeiro na aquisição de terrenos e imóveis, os proprietários em Santa Terezinha de Itaipu, em um curto tempo, aumentaram o preço de terrenos urbanos ou casas, como é apontado no relato abaixo pela informante:

O lote que eu comprei e construí, ali em poucos anos, de R\$ 5.000,00 foi pra R\$ 50.000,00. Em questão de cinco anos valorizou tanto né, e antes, se tinha um lote aqui, ninguém comprava. Quando tem uma casa assim, uma coisa mais cara, o pessoal espera o pessoal vir do Paraguai para comprar [...], porque está muito caro comparando com Foz do Iguaçu. [...]. Valorizou muito mais por causa dessa migração do pessoal que fez dinheiro no Paraguai, porque muitos idosos que moram aqui têm terra lá, eles trazem o dinheiro de lá e aplicam aqui. Eles vêm pela saúde, pela aposentadoria, pela facilidade, poder sair a pé e a comodidade. É que é uma cidadezinha pequena! [...]. Tudo pela comodidade de ter assistência médica, aposentadoria, ou ter um conforto melhor, porque quem não tem filho para dirigir, tem que ter tudo por perto (S.R., Santa Terezinha de Itaipu, 15 jan. 2019).

Estes retornados voltam capitalizados, adquirem terrenos ou compram uma casa por diversas motivações, muitas delas ligadas à busca de serviços públicos. Dentre eles, um grupo ainda mantém vínculos com o Paraguai, possuindo familiares

e terras. Dessa forma, a proximidade com o antigo país de destino torna-se mais um fator para o estabelecimento neste espaço. Ao mesmo tempo, se constata que estes retornados possuíam ligações próximas com o país de origem antes do retorno, o que facilitava a reinserção. Percebe-se, também, que quem tem mais recursos, tem uma aceitação e acolhida maior no local de retorno, o que corresponde a uma parte dos retornados. Porém, essa não é a realidade de todos que retornam para Santa Terezinha de Itaipu, como nos descreve a coordenadora da Casa do Migrante de Foz do Iguaçu.

Grande parte dessas famílias estão residindo em Santa Terezinha de Itaipu, na região nossa aqui do oeste do Paraná. E inclusive esses dias eu estive em Santa Terezinha de Itaipu e têm dois bairros grandes, que são todos de retornados do Paraguai, alguns até que compraram uma casa, outros alugaram, outros estão em uma área verde, esperando que a prefeitura dê para eles a casa quando estiverem documentados (T.M., Foz do Iguaçu, 06 set. 2019).

Segundo Ferrari (2009), as prefeituras dos municípios da fronteira onde a maioria dos retornados chegam, não os reconhecem como cidadãos. Ao mesmo tempo, a oferta de serviços dessas prefeituras quanto à saúde, segurança, moradia e emprego, não consegue absorver a demanda causada por estes, tornando-se um “problema” recorrente para as prefeituras. Segundo dados do diagnóstico socioterritorial, presentes no Diário Oficial do município de Santa Terezinha de Itaipu, referentes aos imigrantes retornados residentes do município:

Vale ressaltar também o problema enfrentado pelo município referente à situação dos Brasiguaios, cidadãos legalmente brasileiros que se estabeleceram em território paraguaio e que, por razão de não terem os direitos fundamentais garantidos naquele país, acabam buscando o acesso às Políticas Sociais brasileiras, principalmente de Saúde e Assistência Social. No tocante à Assistência Social, registra-se um crescente retorno destes Brasiguaios e também de famílias de origem paraguaia, as quais estabelecem residência no município e, em sua maioria, chegam sem condições de sobrevivência, aumentando significativamente o fluxo de atendimentos (Santa Terezinha de Itaipu, 2014, p. 7).

Nesse sentido, é importante enfatizar que a presença de imigrantes brasileiros retornados tem modificado significativamente os municípios da região oeste do estado do Paraná, trazendo uma demanda a mais nas diversas áreas de serviços públicos. Estes imigrantes, atraídos por benefícios sociais, previdenciários, na área da educação e saúde e por oportunidade de trabalho, têm cruzado a fronteira, se reinserindo novamente no Brasil. É importante considerar que esta reinserção é bastante desigual quanto aos perfis econômicos, pois enquanto alguns investem em imóveis e empreendimentos, outros se reinserem em condições precárias. Ao mesmo tempo, em grande parte das mobilidades nessa região fronteiriça, percebe-se a presença de redes acionadas como estratégia para a mobilidade.

Redes na reinserção em território fronteiriço

Na migração de retorno, percebemos a influência das redes familiares e sociais, além de outras redes. Os contatos com imigrantes que já haviam retornado ao Brasil facilitam a imigração e a reinserção. Muitos destes vão se estabelecendo em espaços onde já residem familiares ou pessoas conhecidas das comunidades onde trabalhavam no Paraguai. Ao analisar a dinâmica da migração de retorno com base em sua experiência junto aos migrantes, T.M. constatou também a existência de redes sociais e familiares

[...] que possibilitam e, em parte, facilitam o retorno, pois vão se estabelecendo em espaços onde já residem familiares ou pessoas conhecidas das comunidades onde trabalhavam no Paraguai [...]. É uma espécie de atração automática, onde um chama o outro, seja para a compra do terreno ou da casa em espaços próximos às pequenas cidades. O acesso aos serviços básicos também contribui no retorno e na escolha dos grupos de convivência (T.M., Foz do Iguaçu, entrevista recebida em 08 abr. 2019).

Existem situações em que as famílias nucleares acabam ficando divididas entre os dois países, o que estimula os fluxos entre os mesmos. Existem situações em que casais, por um período de tempo, acabam ficando separados em virtude do trabalho no país vizinho. Como no caso de I.C., que reside somente com a filha em Santa Terezinha de Itaipu, pois o seu esposo vive e trabalha como caminhoneiro no Paraguai por alguns meses do ano, mais especificamente, durante a safra no transporte de grãos.

Essas mesmas famílias, na grande maioria das vezes, divididas entre dois países, formam redes de auxílio, principalmente com relação a questões ligadas à saúde, como no caso do pai de I.C., que sem muitos recursos, foi conduzido pela filha para tratamento pelo SUS, no Brasil.

O pai teve problemas sérios de saúde. Ele não tinha condições de pagar o médico em Santa Rita [Paraguai], porque era tudo particular e ele foi internado no hospital Cristo Rei [...], tinha que pagar tudo. Parece que nunca chegava a vez e não se descobria o que era, e o pai cada vez mais fraco. Daí eu falei para eles que ia conseguir por ele pelo SUS, que era para eles virem morar com nós, dai o pai e a mãe vieram morar com nós. Mais tarde eles venderam a terra deles lá e compraram um terreno e fizeram uma casa por aqui (I.C., Santa Terezinha de Itaipu, 14 jan. 2019).

É esse retornado que toma a iniciativa de buscar auxílio para o que está no Paraguai e deseja vir para o Brasil por ter mais acesso a informações e serviços. Permanecer na casa de um familiar dá ao que busca auxílio, a possibilidade de ter um endereço no município, o que torna mais fácil o acesso aos serviços públicos e gratuitos. O retorno de um familiar favorece a migração dos demais e auxilia na inserção destes, geralmente nos casos analisados, em centros urbanos.

Conforme apareceu nas falas dos entrevistados, percebemos significativa a atuação das redes de familiares e sociais nesse processo de retorno e na reinserção ao Brasil. Entre os entrevistados, em nossas pesquisas existem aqueles que retornam de forma definitiva tendo o auxílio de redes,

ou que realizam outras migrações que podem se dar entre os dois países, movidos pela proximidade com a fronteira. Como autores apontam, a opção pela fronteira se dá pelas poucas condições econômicas de retorno desses imigrantes, o que pode levar o sujeito a novos processos migratórios.

Considerações finais

Conclui-se que estes processos de reinserção com o retorno trouxeram mudanças socioeconômicas e espaciais para os municípios fronteiriços. É importante ressaltar que esta reterritorialização se dá de forma desigual devido às condições econômicas destes retornados, que estão diretamente relacionadas à inserção destes, ou não, dentro do agronegócio do Paraguai.

Por meio dos nossos entrevistados, percebemos que o retorno está ligado à questão da previdência social, acesso à saúde pública, SUS, educação dos filhos, trabalho e está associado a uma busca de maior estabilidade na velhice. Estes retornados agora experimentam o êxodo rural, saindo do campo e migrando para as cidades fronteiriças do estado do Paraná, espaço com que muitos já tinham contato antes de emigrar ao Paraguai.

O retorno não é o fim das mobilidades dos sujeitos, pois poderá haver migrações internas e retornos ao Paraguai, em idas e vindas que criam as transterritorialidades, devido aos vínculos afetivos, econômicos e sociais existentes, mesmo com o retorno daquele espaço.

Podemos constatar que o território brasileiro fronteiriço ao Paraguai surge como um espaço estratégico para a fixação temporária ou permanente destes retornados. Percebe-se, também, que por meio das redes, estes vão trazendo para os novos espaços as suas territorialidades e se reinserindo, em novas territorialidades, uns de forma mais estável, por estarem mais capitalizados, enquanto outros, ou a maioria, se fixam na provisoriade, devido à precariedade do seu retorno.

É importante também destacar a influência da migração de retorno nos municípios fronteiriços por nós pesquisados, aqui no caso, Foz do Iguaçu, mas mais especificamente Santa Terezinha de Itaipu, que presenciou uma mudança muito intensa e rápida com a volta dos brasileiros, levando à valorização de terrenos na cidade e a uma demanda de ordem social e econômica.

Referências

Fontes:

I.C., natural de Cerro Largo, residente em Santa Terezinha de Itaipu, PR, entrevista concedida em 14/01/2019.

P.S., professor e agricultor, natural de Selbach, RS, residente em Foz do Iguaçu, entrevista concedida em 14/01/2019.

S.R., professora, natural de Santa Catarina, residente em Santa Terezinha de Itaipu, entrevista concedida em 15/01/2019.

T.M., coordenadora da Casa do Migrante de Foz do Iguaçu, entrevista recebida em 08/04/2019.

Bibliografia

BRAGA, Fernando Gomes. **Conexões territoriais e redes migratórias: uma análise dos novos padrões da migração interna e internacional no Brasil.** 2011. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2011.

FERRARI, Carlos Alberto. Brasiguaios na Fronteira: luta pela terra, violência e precarização do trabalho no campo e na cidade. **Revista Pegada**, v. 8, n. 2, p. 115-129, dez. 2007.

FERRARI, Carlos Alberto. **Dinâmica Territorial na(s)**

Fronteira(s): um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do Departamento de Alto Paraná Paraguai. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

FUSCO, Wilson. **Migração e Redes Sociais: a distribuição de brasileiros em outros países e suas estratégias de entrada e permanência.** In: Ministério das Relações Exteriores. (Org.). **Brasileiros no mundo.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, v.1, p.159-180.

HAESBAERT, Rogério; MONDARDO, Marcos Leandro. **Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana.** *Geographia*, v.12, n. 24, p.19-50, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Territórios Migrantes: transterritorialização identidades em Francisco Beltrão/PR.** Dourados, MS: Editora da UFGD, 2012. 348 p.

ROMEU DE SOUZA, Thiago. **Lugar de Origem, Lugar de Retorno: a construção dos territórios dos migrantes na Paraíba e São Paulo.** 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

ROMEU DE SOUZA, Thiago. **Reflexões sobre a subalternização dos migrantes e sua emergência como sujeitos geográficos na contemporaneidade.** In: MARTINS, Isis do Mar Marques; MONDARDO, Marcos Leandro (Orgs.). **Migrações no mundo da fluidez e dos muros: movimentos, práticas e resistência na América Latina.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2018. p. 82-110.

SANTA TEREZINHA DE ITAIPU (Município). Atos do Executivo. **Diário Oficial do Município de Santa Terezinha de Itaipu**, 24 abr. 2014.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **Redes e território: reflexões sobre a migração.** In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Orgs.). **Redes,**

sociedades e territórios. 3. ed. rev. e ampl. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021. p. 53-80.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista NERA**, v. 11, n.18, p. 118-127, jul./dez. 2008.

ZAMBERLAN, Jurandir; CORSO, Giovanni. **Realidade migratória na diocese de Foz do Iguaçu**. Tendências da mobilidade humana nas três fronteiras. Porto Alegre: Renascença, 2006.

DESCENDO O TOCANTINS: MIGRAÇÃO DE CAMETAENSES PARA TOMÉ-AÇU – 1950/1970

Raimundo Nonato Lisboa Clarindo

Introdução

Os migrantes cametaenses, objeto de nosso estudo, fizeram e fazem parte do processo de colonização da região do Acará, Tomé-Açu, principalmente nas décadas de 1950 a 1970, período de maior produção da pimenta-do-reino na região. A alta produtividade dos pimentais elevou a região a se tornar a maior produtora de pimenta-do-reino do Brasil, chegando a atingir, no ano de 1968, a produção de 5.700 toneladas. Devido à alta valorização no mercado nacional e internacional ficou conhecida como “diamante negro”. As infindáveis fazendas de pimentais dos japoneses necessitavam de abundante mão de obra para mantê-las com produção lucrativa.

Para tanto, achamos pertinente estudar esse deslocamento ao município de Tomé-Açu, localizada na mesorregião nordeste do estado do Pará, por apresentar uma singularidade se comparado aos demais municípios desse estado – recebeu imigrantes (japoneses) e posteriormente migrantes (cametaenses). Apesar de nosso foco ser o deslocamento dos cametaenses, é importante frisarmos que este pedaço de chão foi endereço de trabalhadores das mais variadas localidades do Pará e do Brasil: Cametá, Abaetetuba, Castanhal, Ceará, Bahia, Maranhão, etc.

Assim, buscamos rememorar essa trajetória, através de legislações, fontes imagéticas e principalmente orais, que segundo Paul Thompson (1992) possibilita penetrar mais profundamente na história, chegando até experiências que não estão registradas em documentos escritos. As entrevistas foram

realizadas com cametaenses que migraram para as terras de pimentais em busca de melhores condições de vida, frente às dificuldades econômicas que vivenciavam em Cametá.

Essas pessoas nascidas no município de Cametá, quando decidiam pôr-se em movimento, mostraram uma característica peculiar, realizavam uma migração de bate e volta, ou seja, iam trabalhar, principalmente, na colheita da pimentadoreino e assim que terminava a safra (período da colheita), regressavam. Ocorrência esta percebida no cruzamento das memórias compartilhadas pelos entrevistados, fato ratificado no transcorrer desse artigo.

Japoneses em Tomé – Açu

Uma terra para teimosos. É assim que Tomé-Açu, município paraense a 230 quilômetros da capital, Belém, é descrito por imigrantes japoneses que viveram lá no final da década de 1920. Naquela época, eles não possuíam nenhum tipo de comunicação. Nem estradas. A via fluvial era o único acesso de que dispunham. Os imigrantes japoneses chegaram ao Pará como parte de um acordo feito entre o Estado e o governo do Japão. O exemplo de São Paulo, que prosperou com a chegada dos imigrantes, incentivou o então governador do Pará, Dionísio Bentes, a oferecer uma grande área de terra, às margens do rio Capim, para abrigar os japoneses interessados em recomeçar a vida na Amazônia.

A imigração japonesa, no estado do Pará, começa a ganhar contorno quando o navio *Minala-Maru*, ancorou em Belém, em 16 de setembro de 1929, trazendo os primeiros imigrantes japoneses para a região amazônica. Após 5 dias de repouso, partem de Belém a bordo de um navio da *Nantaku*², um grupo

² Nantaku (Nambei Takushoku Kabushiki Kaisha), em português, Companhia Nipônica de Plantação do Brasil. órgão responsável pelo assentamento dos imigrantes japoneses na Colônia de Tomé-Açu

de 43 famílias, que totalizavam 189 pessoas. Eis que no dia 21 de setembro de 1929 chegam à colônia (área de imigração) de Acará (atual Tomé-Açu), no estado do Pará.

Essa região foi selecionada após uma pesquisa de viabilidade de migração realizada pela missão Fukuhara³, da empresa privada kanebo que fora incumbida pelo governo japonês para efetuar esse estudo da área oferecida pelo governo do Pará, final do século XX. A escolha dessa região, pelos japoneses, em detrimento a área do Rio Capim oferecida anteriormente, se deu não somente devido a uma maior fertilidade do solo, mas também a uma melhor navegabilidade do Rio Acará Mirim, que facilitaria posteriormente o despacho de produtos produzidos dentro da colônia. Em 13 de novembro de 1928, houve a doação de 600.000 hectares de terras, mediante a lei N° 2.746 de 13 de novembro de 1928, proposta por Dionísio Bentes⁴, conforme aponta Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira (2004).

Figura 1 - Chegada dos imigrantes japoneses em Tomé-Açu



Fonte: Museu da Imigração Japonesa de Tomé-Açu. 1929.

O senhor Hagime Yamada³, quando verbalizou a sábia frase proferida, em entrevista concedida naquele dia 12/03/2021, às 9:32, carregada de significado e história de uma vida de superação e dedicação ao solo paraense, disse: “[...] a esta terra fomos atraídos e atraímos.” Em outras palavras, aqui eles

³ Hagime Yamada, 92 anos, nascido na Província de Hiroshima, imigrante que chegou ao Pará na primeira leva de 1929.

chegaram, conseguiram trazer prosperidade para a região, na base do trabalho árduo, e atraíram migrantes disponibilizando atividade agrícola remunerada. Portanto, pensar o imigrante japonês enquanto sujeito histórico desse processo é valorizá-lo e permitir que suas memórias sejam arquivadas em outras mentes, deixando de ser lembranças, tornando-se documento (RICOUER, 2007, p. 189) de modo que, materializar essa história é propagar conhecimento.

Descendo o Tocantins

Entre as décadas de 1950 a 1970 muitos cametaenses realizaram a descida do rio Tocantins, do município de Cametá, até o de Tomé-Açu para exercerem, principalmente, atividades relacionadas a monocultura da pimenta-do-reino (*piper nigrum*). Eram mulheres, homens solteiros e até famílias com crianças de colo. Iam todos com a certeza na “bagagem da consciência” de que conseguiram remuneração suficiente para depois retornar com um bom quantitativo em dinheiro e ter melhores condições de vida, já que em Cametá a situação econômica era difícil. Sem oportunidades de trabalho, restando apenas o cultivo do milho, arroz, cacau, mandioca e outros. Todos muito pouco valorizados, muitas vezes não sendo suficiente para proporcionar, com a venda, a aquisição da própria alimentação.

Em meio a esse triste cenário, eis que surgem os barqueiros com a informação de que o município de Tomé-Açu passava por boa situação econômica, devido à enorme valorização nacional e internacional da pimenta, sendo chamada por muitos de “diamante negro” da Amazônia. Seduzidos pelo desejo do trabalho, da remuneração, da vontade de se ganhar e ter dinheiro para mudar ou melhorar de vida, os cametaenses faziam dos rios seu principal meio de chegar à terra das oportunidades. “A gente saia daqui nos barcos, só tinha barco. Tinha diversas embarcações. Embarcávamos na quarta-feira,

meio-dia e chegávamos no sábado. Uma faixa de três dias [...]” a fala do senhor Nélio, migrante cametaense, deixa explícito que os barqueiros tinham papel importante, não somente em divulgar a informação de que em Tomé-Açu tinha trabalho em abundância, mas também de realizar o transporte desses migrantes até a terra dos pimentais.

Dessa forma, Lopes (1973), Rossini (1986), Muniz (2002) e Pereira e Filho (2011) que trabalham com a migração no contexto capitalista, enfatizam a questão econômica como a principal na decisão de deslocamento do indivíduo ou grupo. Tal tendência mostrou-se presente nas conversas, quando os entrevistados mencionavam o fato motivador, a causa.

É válido deixar claro para o leitor que, Cametá e Tomé-Açu são municípios paraenses separados por aproximadamente 300 km, o que corresponde a basicamente 182 milhas náuticas. O fator proximidade pode ter favorecido a migração quase em sua totalidade no tipo temporária, bate e volta, via embarcação a remo ou motorizada, já que na época não existia estrada que ligasse esses dois municípios.

Pois bem, as infindáveis fazendas de pimentais, dos japoneses, que eram os patrões, necessitavam de trabalhadores, muitos trabalhadores. Para se ter um pimental produtivo, havia necessidade de muito suor derramado, muita mata devastada, até a área ficar limpa e plana, enfim, toda uma infraestrutura impulsionada pela força de trabalho humana. Era esse tipo de atividade retratada na figura 2, que os cametaenses mais desenvolviam aos japoneses: a colheita.

Figura 2 – Trabalhadores nos pimentais



Fonte: Museu histórico da imigração japonesa em Tomé-Açu, década de 60

Ressalta-se que o período da colheita da pimenta se dava no verão amazônico, por volta de junho a novembro, era nesse período que ocorria o maior deslocamento dos cametaenses, para trabalhar na famosa safra. A fonte imagética acima (Figura 2), retrata uma situação muito comum no período da colheita: pessoas realizando a tiragem da pimenta, suspensos em escadas, tipo cavalete, devido à altura das estacas (3 metros). Todos com trajes típicos para proteger do forte sol do verão, chapéu de palha de carnaúba, item indispensável, bisacos confeccionados em sacos de palhinha ou panos presos aos ombros por alças, ou na cintura para colocar os cachos de pimenta. Percebe-se ainda que participavam das atividades: homens, mulheres e crianças. Nossa entrevistado Nélio⁶ ratifica nossa observação na medida em que nos conta que: “[...] no verão, época da safra, era livre para todo mundo, trabalhava homens, mulheres e crianças, porque era a colheita da pimenta. Agora, quando era no inverno, era só homem, porque o serviço era pesado. Tinha que trabalhar com estaca, com plantio, com limpeza, roçagem, destocagem e limpeza das quadras. Para fazer o plantio direito era só homens [...]”. A esse fenômeno Guanais (2012) classifica como migração temporária, onde esses grupos são atraídos nos períodos de grande oferta de emprego (safras) e depois regressam ao local de origem com o dinheiro obtido.

Indo para além da importante reflexão de Guanais, a fala do entrevistado citado nos dá pistas também para entendermos um dos fatores que favoreciam a migração temporária realizada pelos cametaenses: o forte inverno amazônico, já que neste período o serviço era mais direcionado aos homens, sendo que o restante da família não tinha motivos econômicos para ficar no inverno, período que se intensificava o regresso ao lar deixado em Cametá.

A vinda desses indivíduos para trabalhar nos pimentais existentes em Tomé-Açu, dava-se com mais intensidade no período da colheita da pimenta, ou seja, era uma migração sazonal, temporária. As colheitas eram realizadas manualmente, exigindo numerosa mão de obra, o que provocou migração interestadual (cearenses, maranhenses, baianos, pernambucanos, etc.) e interna (cametaenses, belenenses, bragantinos, etc.) conforme mostra abaixo a Figura 3, extraída da Cooperativa Agrícola de Tomé-Açu (CAMTA), de junho de 1962. Com destaque para os cametaenses, que vieram em grande maioria. Os cametaenses apresentavam uma característica importante: migravam com a família. Entre as muitas respostas obtidas pelos entrevistados, destacaremos a estratégia de maior lucro, já os japoneses pagavam por produção, quanto mais integrantes da família trabalhando, mais lucro. Em meio ao anseio familiar de maior renda, as mulheres acabavam sendo muito sacrificadas devido à jornada dupla de trabalho: nos pimentais, realizando a colheita (dia todo) e em casa, cuidando dos filhos e fazendo o preparo da alimentação para o dia seguinte, já que passavam o dia todo na lida.

Figura 3 - Trabalhadores

Trabalhadores Transitórios (Junho de 1962)		
Pará	Masc.	Fem.
Cameta	1 115	699
Acará	239	199
Belém	276	196
Tomé-Açu	22	15
Castanhal	10	6
Guama	10	5
Igarape-Açu	9	15
Bragança	7	0
Baião	7	4
Irituia	7	6
Ananidéua	7	4
Capanema	7	5
Araticu	6	1
Mosqueiro	5	0
Maracana	5	6
Ceará	140	93
Maranhão	63	59
Rio Grande Norte	11	4
Bahia	8	9
Amapá	5	3
Pernambuco	4	2

Fonte: CAMTA, 1962

A viagem migratória tende a ser positiva para as regiões atratoras, pois além da migração oferecer uma estratégia racional de melhoria de vida para o migrante e a família que o acompanha, é necessária para o desenvolvimento da sociedade e do capitalismo (BRITO, 2009).

Para chegar a Tomé-Açu, os cametaenses utilizavam a “estrada líquida”, único meio de acesso. A partir da década de cinquenta os migrantes começaram a chegar em embarcações motorizadas, reduzindo os deslocamentos a remo. A Figura 4 ilustra a chegada de embarcações no trapiche da Colônia do Vale do Acará em 1956.

Figura 4 - Chegada dos migrantes por via fluvial - lancha



Fonte: Silva (2019)

João Gonçalves Moreira⁴, desceu por inúmeras vezes o Tocantins realizando o transporte de migrantes: “[...] trabalhamos uma faixa de doze anos fazendo o transporte de pessoas para Tomé-Açu, toda terça, três horas da madrugada, saímos embarcando passageiros. A viagem de Tomé-Açú era um sucesso em transporte, porque a gente embarcava muitos passageiros, nós tínhamos um barco onde metíamos 120 passageiros por semana.” Pela afirmação do barqueiro, é possível dizer que o trânsito de cametaenses para a terra da pimenta era bastante expressivo, haja vista o quantitativo de passageiros por viagem.

Ainda sobre essa trajetória o senhor Sebastião Lopes⁵ conta-nos que “[...] a viagem nos barcos, lanchas, era sacrificosa e lenta, pois em média se levava três dias, desde a saída de Cametá, até o barco ancorar ao trapiche da cidade de Tomé-Açu.

⁴ João Gonçalves Moreira, 75 anos, nascido Costa do Tamanduá, furo São José, município de Cametá, ganhada a vida, nos finais da década de 60, como barqueiro, transportando passageiro para Tomé-Açu.

⁵ Sebastião Lopes Vieira, 72 anos, agricultor aposentado, nascido na localidade de Tamanduazinho, município de Cametá. Migrou com a família na década de 70, participando da colheita da pimenta por 4 safras intercaladas.

A alimentação ficava encarregada de cada passageiro levar à sua, para poder comer no translado, ou negociar com o barqueiro para que ele fornecesse o rancho [...]", assim é possível perceber que os migrantes cametaenses já começavam as atividades de trabalho devendo para os japoneses, pois geralmente eram eles que pagavam a passagem para os donos de barco. Inferese também que os barqueiros tinham ordem dos japoneses para realizar o recrutamento da força de trabalho para os pimentais. Essa atividade de recrutamento, posteriormente se ramificou para a marretagem⁶ que ocorria conjuntamente ao transporte dos migrantes.

Maria Amélia⁷ tinge nossa imaginação, até de forma engraçada, quando faz com que arquitetemos em nossa memória a ratificação da marretagem realizada pelos barqueiros "A gente vinha de barco cheirando fedor de Cametá até o trapiche de Tomé-Açu, chegava com o nariz curtido, porque os pestes dos barqueiros traziam vários porcos vivos no porão do barco, peixe salgado, farinha. O mapará salgado não faltava e por ai, ia [...]" A bela explicação narrada por Amélia nos leva a lembrarmos de Verena Alberti, ao afirmar que se aprende com a narrativa dos entrevistados quando esta fornece a "chave de compreensão da realidade", que é o compartilhamento de suas memórias. (ALBERTI, 2004, p. 79).

A vivência de Amélia, mostra que o conceito de migração, acaba se tornando muito amplo, visto que cada processo tem suas particularidades, interesses, dificuldades enfrentadas, pois a migração dos cametaenses pode ter interesse diferente aos dos maranhenses e cearenses, por exemplo, que também estiveram e fizeram parte do processo. O risco de generalizar

6 Marretagem atividade de venda de materiais (bens para consumo ou não) a fim de se obter lucro.

7 Maria Almeida, 93 anos, agricultora aposentada, nascida na localidade de Japuá, município de Cametá. Migrou com a família, década de 50, por 3 safras intercaladas.

os sujeitos e grupos envolvidos na ação pode ser constante, uma vez que não é possível indicar um padrão único para todos esses eventos.

Assim, para Abornoz (2009) a migração não é simples e tampouco existe consenso em torno dela. De maneira geral, refere-se a deslocamentos de um lugar a outro, há movimentações que possuem uma origem e um destino imbuídas de um propósito, de se fixar ou residir em outro território.

Conclusão

Adentrando na história de colonização do Município de Tomé-Açu, somos convidados a descer o rio Tocantins e navegarmos com os bravos migrantes cametaenses, que tiveram papel de destaque tanto pelo quantitativo, quanto pela recorrência de vezes que venceram as milhas que distanciam estes dois municípios.

Nos é, também, possível compartilhar que a saga migratória cametaense era de superação e sempre permeada de limitações e dificuldades que iniciavam nos deslocamentos, via fluvial (único meio de transporte na época), em barcos superlotados, comendo do pouco que levavam ou do que era disponibilizado pelos barqueiros nos longos dias de viagem, que em média duravam três dias, até ancorar ao trapiche de Tomé-Açu. Esse panorama de dificuldade, mostrou-se recorrente não somente na fala dos entrevistados (entrevista semiestruturada), mas quando desembarcavam e seguiam para as fazendas dos infindáveis pimentais.

Mesmo apresentando um panorama não muito motivador, a situação econômica dessas pessoas que conversamos, as quais serviram de base a nossas proposições, era muito difícil. Pois do pouco que colhiam, arroz, milho, mandioca e outros, mal dava para adquirir os bens primários para alimentação. As moradias eram de péssimas estruturas: pisos de chão batido, parede de

miriti, as janelas eram fechadas com “panos” de tala. Aqui nos cabe compartilhar esse fragmento da realidade vivenciada e relatada pelo senhor Nélio: “Nossa sorte era que tínhamos fartura de peixe. Não tinha a barragem para atrapalhar e nem dinheiro no bolso para comprar aquilo que queríamos. Às vezes faltava até o do açúcar e o do café.” Essa dura realidade fez com que estes homens e mulheres desembarcassem na terra dos pimentais para trabalhar de segunda ao sábado, servindo de mão de obra, aos estrangeiros, que eram os patrões.

Portanto, cabe-nos dizer que a sociedade tomeaçuense, tal como é concebida hoje, foi construída a partir do translado, suor e luta de diversos grupos sociais que ao longo do tempo, chegaram e se alocaram nessas terras. Desta forma, seria difícil estabelecer a gênese do povo tomeaçuense, visto que esse é resultado do intenso fluxo de populações que se deslocavam para a região do Vale do Acará e constituíram esse município paraense.

Referências

Fontes Orais

João Gonçalves Moreira, 75 anos, nascido na Costa do Tamanduá, Furo São José, município de Cametá. Trabalhou transportando cametaneses para Tomé-Açu, décadas de 60. Entrevista concedida em 26 de outubro de 2021.

Maria Almeira Arnoud, 93 anos, agricultora, Japuá (Cametá). Entrevista concedida em 26 de outubro de 2021.

Nário Tavares Rodrigues, 69 anos, agricultor, nascido em Merajuba (Cametá). Entrevista concedida em 25 de outubro de 2021.

Nélio Moreira Rodrigues, 67 anos, agricultor, nascido em Merajuba (Cametá). Entrevista concedida em 25 de outubro de 2021.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. **70 anos da imigração japonesa na Amazônia**: (baseado no livro comemorativo aos 60 anos da imigração japonesa na Amazônia, editado em setembro de 1994). Belém: Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre (org.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2012.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, set. 2009. em: https://www.researchgate.net/publication/46465105_As_migracoes_internas_no_Brasil_um_ensaio_sobre_os_desafios_teoricos_recentes. Acesso em: 20 ago. 2022.

CARDOSO, Ruth. **Estrutura Familiar e Mobilidade Social**: estudo dos japoneses no estado de São Paulo. São Paulo: Ed. Primus Comunicação, 1995.

DELGADO, Lucília. **História Oral e narrativa**: tempo, memória e identidades. VI Encontro Nacional de História Oral (ABHO) – Conferência de Abertura. **HISTÓRIA ORAL**, 2003.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2019.

HALL, Stuart. Quem Precisa de Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LIMA, Jakeline Gabrieli. **“Bravos Navegadores”**: migrações

de cametaenses em Tomé-Açu (Década de 1940 e 1965). Tomé-Açu: UFPA, 2016.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Desenvolvimento e Migrações: Uma Abordagem Histórico-Estrutural.** Estudos CEBRAP. São Paulo: Editora Brasiliense. 1973.

MARUOKA, Yoshio. **70 anos da imigração japonesa na Amazônia.** São Paulo: Topan-Press. [20--].

NAGAI, Akira. **Um nikkei da terra dos tembés.** Belém, PA: Alves Gráfica e Editora, 2002. 145 p.

PEREIRA, Anaíza Garcia; TUMA FILHO, Fadel David Antônio. O fenômeno migratório brasileiro no contexto capitalista. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15, n.1, jan./dez., 2012. Disponível em: https://agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVI_1/agb_xvil_versao_internet/AGB_abr2012_03.pdf. Acesso em: 05 maio 2022.

RICOUER, Paul. **A Memória, a História e o Esquecimento.** Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROSSINI, R. E. A Migração como Expressão da Crescente Sujeição do Trabalho ao Capital. In: **IV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO POPULACIONAIS**, 5., 1986, Águas de São Pedro. **ANAIS** [...]. ABEP. Águas de São Pedro - SP, 1986. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/378>. Acesso em: 03 nov. 2009.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: fundamentos da ciência histórica.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SILVA, Antonio da Silva e. **A história do município de Tomé-Açu.** 4. ed. rev. ampl. Tomé-Açu, Pa: Impressão independente, 2019.

SILVA, Bruno de Souza. **Viveres de maranhenses no Pará: migração, terra, trabalho e conflito no Vale do Acará (Décadas de 1960-90).** 2018b. 143 f. Dissertação (Mestrado em História Social na Amazônia) - Faculdade de História,

Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9802>. Acesso em: 22 ago. 2020.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRINDADE, Thirzia. **A participação feminina na colheita da pimenta-do-reino em Tomé- Açu – 1950 a 1960**. Cametá: FCHTO-UFPA, 2016.

TSUNODA, Fusako. **Canção da Amazônia**. Trad. Jorge Kassuga. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

TSUTSUMI, Gota. Alvorada da imigração japonesa na Amazônia: seguindo as pegadas da missão de Fukuhara. In: INDÚSTRIA NIPO-BRASILEIRA DO PARÁ. Livro de 20 anos da câmara de comércio e indústria Nipo-Brasileira do Pará. [Belém]: INBP, [20--]. p. 196- 207.

OS MIGRANTES NORDESTINOS EM MOVIMENTOS SOCIAIS: PASSEATAS DA FOME, SAQUES, REVOLTAS E OUTRAS AÇÕES DE MASSA (CEARÁ, DÉCADA DE 1950)

Renata Felipe Monteiro

Introdução

No Ceará, as migrações de sertanejos para outras paragens do Brasil nos períodos de seca, sobretudo, para a região amazônica, eram recorrentes desde o século XIX⁸, fossem subsidiadas ou não pelas autoridades governamentais. Na década de 1940, contudo, essa migração para a Amazônia tornou-se uma política de Estado – para a exploração da borracha – e exigiu a construção e organização de vários pouso e hospedarias nos Estados do Norte e Nordeste que receberam milhares de trabalhadores. Foram construídos diversos recintos de hospedagem no Ceará, tais como, a hospedaria do Prado (Fortaleza), o pouso de Sobral, o pouso de Tianguá e o pouso de Iguatu. A “mais famosa” e que continuou sendo a principal

8 Para entender melhor esse fluxo migratório para a região Norte, a partir de meados do século XIX e, sobretudo, a partir da seca de 1877-79, ver: CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877). Dissertação de Mestrado em História Social, UFC, 2011; LACERDA, Franciane Gama. Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1906). Tese de doutorado em História Social, USP, 2006; NETO, Edgar Braga. Emigração Cearense entre 1888 e 1915: sentidos, controle e configuração social dos migrantes. Dissertação de mestrado em Sociologia, UFC, 2012, e BARBOZA, Edson Holanda Lima. A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884), Tese de doutorado em história social, PUC-SP, 2013.

referência ao migrante nordestino ao chegar à Fortaleza nos períodos de seca, porém, foi a Hospedaria Getúlio Vargas, inaugurada em 15 de março de 1943.

Mas, apesar da Hospedaria Getúlio Vargas ter sido construída em 1943, foi a partir da década de 1950 que se tornou o principal centro de referência à população pobre que migrava para Fortaleza nos períodos de seca. Naquele recinto, milhares de famílias vivenciavam cotidianamente fome e doenças. Na ausência de meios de subsistência, inúmeros sertanejos vagavam pelas ruas mendigando ou realizavam saques para apaziguar a fome. Essas ações atemorizavam as autoridades governamentais, intelectuais, religiosos e outros sujeitos que, diante dessa situação de calamidade, buscavam alternativas para amenizar este cenário.

Dessa forma, a hospedaria tornou-se um campo de conflitos e embates, envolvendo migrantes, governo, imprensa, representantes da Igreja Católica, dentre outros. A proposta deste artigo é analisar como estes sujeitos em deslocamento se relacionavam com outras pessoas, que habitavam a cidade de Fortaleza naquele período, buscando entender ainda como estes migrantes se envolviam em diversos movimentos sociais de luta por melhores condições de vida.

Em 1951, durante a seca que atingiu o Nordeste e que se prolongou até 1953, o presidente Getúlio Vargas criou órgãos que visavam contribuir para o abastecimento da população nordestina: a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), que regulamentava o preço dos alimentos; e a Comissão de Abastecimento do Nordeste (CAN), responsável pela distribuição de alimentos nos períodos de estiagem. Apesar disso, diversas capitais no país enfrentaram crises de desabastecimento, carestia de alimentos e fome, ocorrendo protestos populares em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo e Ceará.

Desde pelo menos 1952 os jornais registram problemas de abastecimento envolvendo produtos importantes como carne, arroz, feijão, leite, trigo e até mesmo açúcar. Crises no abastecimento desses produtos parecem ter sido comuns por mais de dez anos, contudo, os períodos mais críticos, ou pelo menos aqueles em que reações populares foram mais visíveis são 1952, 1958, 1959 e 1962 (LÓURENÇO NETO, 2017, p. 3)

No Ceará, atrelado aos problemas de abastecimento dos produtos básicos da alimentação da população – como, por exemplo, carne, leite e pão –, na década de 1950, houve longos períodos de estiagem (1951-53/1958-1959), prejudicando sobremaneira a vida da população do campo, que, diante das dificuldades de obter alimentos oriundos da terra e permanecer no seu torrão natal, via a migração como último recurso para a sobrevivência.

Muitos sujeitos, neste ínterim, se deslocaram para a Hospedaria Getúlio Vargas em busca de alimentação e/ou passagens para migrar, transformando este espaço de acolhimento em um “território da espera” (CHRYSTOMO; VIDAL, 2013), tendo em vista que estes migrantes poderiam permanecer neste local por meses, enfrentando os mais diversos percalços.

Os jornais, tanto de circulação regional como nacional, denunciavam em suas páginas a situação de penúria enfrentada pelos abrigados. Manchetes alarmantes, tal como “três crianças morreram de fome” (Jornal Tribuna do Ceará/CE, 28/04/1958), eram comuns, assim como as fotografias que visavam “tornar tais sofrimentos visíveis a pessoas que até então estavam distantes deste olhar” (BARCELOS, 2013, p.6). As imagens seriam assim uma representação do “real” e uma exibição do sofrimento daqueles sujeitos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas, que seria levado pelas páginas dos periódicos para toda a população cearense, inúmeras vezes alheia ao que acontecia naquele recinto.

Uma das imagens mais emblemáticas sobre a situação de indigência dos migrantes foi produzida durante a realização de uma passeata da fome⁹, ocorrida no dia 07 de setembro de 1951. O principal problema denunciado pelos migrantes na respectiva manifestação política era a fome, como podemos concluir tendo como parâmetro a fotografia abaixo (FOTO 01).



FOTO 1. Fonte: GV foto 231¹⁰

A imagem que nos remete à ideia de manifestação tranquila e passiva contrapõe-se às reportagens produzidas sobre o respectivo movimento de reivindicação. O jornal O

9 No ano de 1951 foram organizadas três passeatas pelos migrantes abrigados na hospedaria Getúlio Vargas, com o intuito de denunciar a situação de penúria no qual se encontravam, sendo a fome a principal problemática. A primeira foi realizada no dia 28 de março, a segunda no dia 30 de agosto e a terceira - e aparentemente mais organizada - no dia 07 de setembro.

10 Na página do acervo da CPDOC/FGV consta que a data de produção da foto foi 1952, mas não há nenhum registro nos periódicos ou em outros documentos da realização de alguma passeata no respectivo ano de 1952. Consideramos dessa forma que houve um equívoco com relação a data, já que essa é a mesma passeata noticiada pelos jornais O Povo e O Democrata, de 08 de setembro de 1951.

Povo relatava que “mil e tantos cearenses” percorreram na manhã do dia 07 de setembro diversas ruas de Fortaleza antes de chegar ao palácio da Luz (sede do governo), “numa verdadeira demonstração de miséria e de depauperamento físico em que se encontram” (Jornal O Povo/CE, 08/09/1951).

O periódico O Democrata – órgão oficial de comunicação do Partido Comunista no Ceará – informava que, antes do desfile militar celebrado naquele dia na cidade de Fortaleza, houve uma “passeata da fome”, realizada por centenas de pessoas que estavam abrigadas na hospedaria. O motivo de tal rebeldia? Desde o dia anterior (06 de setembro), as pessoas naquele abrigo não comiam, pois não havia “um grão de feijão ou outro qualquer alimento”. Assim, carregando “numerosos cartazes em que a situação era descrita em eloquentes dísticos” (Jornal O Democrata/CE, 08/09/1951), esses sujeitos protestavam e denunciavam as condições de extrema miséria no qual se encontravam naquele espaço.

A escolha pelo dia 07 de setembro para a realização da passeata, provavelmente, não foi aleatória. Essa informação fica mais evidente ao analisarmos um telegrama enviado pelo governador do Ceará, Raul Barbosa, ao Ministro do Trabalho (José de Segadas Viana) para denunciar que os “retirantes que se encontram na Hospedaria Getúlio Vargas tentaram fazer dia 7 de setembro uma ‘parada da fome’ antes do desfile militar” (telegrama enviado pelo governador Raul Barbosa, 1951. GVc1951.00.00./84. CPDOC/FGV). Assim, a proposta era exibir à sociedade abastada de Fortaleza, que estaria comemorando a data cívica, as mazelas enfrentadas cotidianamente pela população migrante abrigada na hospedaria.

Além da realização de passeatas, os migrantes se envolviam em diversas ações de saques, tal como noticiou o jornal Tribuna do Ceará no dia 22 de abril de 1958: “levas de flagelados” invadiram mercados e saquearam as feiras livres de Fortaleza “em virtude da carência de recursos na Hospedaria Getúlio Vargas”. Um dos grupos de sertanejos invadiu uma padaria,

localizada no centro de Fortaleza, obrigando o proprietário a distribuir-lhes pão. Além disso, houve a tentativa de saque ao Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) que não se concretizou devido à intervenção policial, que, além de impedir o saque, conduziu de volta à hospedaria os migrantes (Jornal Tribuna do Ceará/CE, 22/04/1958).

Um dos questionamentos, ao analisarmos a respectiva reportagem, se refere à punição destes sujeitos: por que não houve o encaminhamento dos mesmos para a delegacia, tendo em vista que ocorreram saques e a invasão à propriedade privada? Nos períodos de estiagem, as ações de apropriação de alimentos, normalmente, não eram punidas pelos agentes do poder com o encarceramento. Algo semelhante é analisado pelo historiador E. Thompson (1998), que investigou os motins da fome na Inglaterra do século XVIII. Para o respectivo historiador, homens e mulheres, sobretudo nos períodos de penúria extrema, legitimavam suas ações em “costumes tradicionais”, pautados na afirmativa de que os governantes deveriam socorrê-los quando houvesse uma calamidade climática. Caso não houvesse o cumprimento desse acordo, poderiam partir para a ação direta sem haver sanções.

O ano de 1958 foi marcado ainda por uma elevada carestia na cesta básica, impactando sobremaneira a sobrevivência dos mais pobres. Atrelado a isto, houve um aumento de 50% na passagem dos ônibus, que impactava no orçamento do trabalhador cearense e também dos estudantes, passando a custar a partir do dia 10 de novembro Cr\$ 3,00 (três cruzeiros) para a população em geral e Cr\$ 1,50 (um cruzeiro e cinquenta centavos) para estudantes e militares.

Os primeiros conflitos, em função do aumento do preço das passagens, ocorreram durante todo o dia 10 de novembro, quando estudantes e outros trabalhadores revoltados promoveram o quebra-quebra dos ônibus, sobretudo, daqueles localizados na praça José de Alencar (centro da cidade). A repressão ao movimento foi “forte”, como informou o periódico

Unitário. Um grupo de policiais para garantir os direitos dos empresários e o patrimônio destes “espancou populares e estudantes” (Jornal Unitário/CE, 11/11/1958). No final da noite, os transportes foram recolhidos, deixando a população que retornava para casa à própria sorte.

No dia 15 de novembro, estudantes e operários uniram forças novamente e promoveram diversas manifestações em Fortaleza. Os discentes se concentraram inicialmente na praça da Bandeira (centro da cidade), em frente ao Clube dos Estudantes Universitários. A proposta dessas duas categorias era formar uma “frente única contra a carestia”, paralisando os coletivos no centro da cidade. Seria, contudo, uma manifestação pacífica, no qual os estudantes iriam “jogar xadrez nas ruas de acesso ao centro da cidade, obrigando os ônibus a trafegarem por outros locais” (Jornal Unitário/CE, 15/11/1958), como afirmou um dos participantes do movimento estudantil ao periódico Unitário. Outra pauta dos estudantes era o preço abusivo do pão. Assim arquitetaram um estratagema para permanecerem em frente às padarias, na tentativa de impedir que as pessoas adentrassem os recintos e comprassem o respectivo alimento.

Mas em que medida esse aumento do pão atingia os abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas? Além de ser um dos principais e poucos alimentos recebidos no abrigo, desde fins de julho de 1958 o recinto de hospedagem possuía em suas dependências uma padaria, com estimativa de produção diária de 7 mil pães. De acordo com o administrador da hospedaria, Gaspar Brígido, seriam “empregados exclusivamente flagelados, dos 8.127 que se acham alojados nas dependências do casarão do São Gerardo” (Jornal O Estado/CE, 12/07/1958).

Conclui-se assim que o aumento no valor da farinha de trigo impactaria demasiadamente na produção interna de pães, aumentando os problemas relacionados à escassez de gêneros alimentícios naquele lugar. Dessa forma, unir forças

com estudantes e operários configurava-se como essencial para que estes alocados conseguissem obter melhores condições de vida naquele recinto.

A tensão em Fortaleza permaneceu até o dia 19 de novembro, quando a imprensa divulgou que um “numeroso grupo de flagelados recolhidos à Hospedaria Getúlio Vargas se preparava para vir ao centro de Fortaleza, não se sabendo o que poderia ocorrer de tal fato” (Jornal Diário de Pernambuco/PE, 21/11/1958). Teriam sido os abrigados convocados pelos estudantes e operários para participar do movimento unificado contra a carestia, sobretudo, relacionado ao pão?

Na reportagem do periódico Diário de Pernambuco, a problemática envolvendo migrantes, estudantes e operários fica subentendida. Mas, a partir de outro artigo jornalístico, temos a confirmação para essa pergunta. Em entrevista cedida ao jornal Diário da Noite, o governador do Ceará Flávio Marciilio – que se encontrava na cidade do Rio de Janeiro em busca de verbas federais – informava que a cidade havia voltado à normalidade após os protestos daquele dia, quando:

“(...) estudantes apoiados por particulares e grande número de flagelados – mais de onze mil vivendo atualmente na hospedaria Getúlio Vargas, onde existe apenas 2 mil vagas – iniciaram manifestações de descontentamento (Jornal Diário da Noite/RJ, 19/11/1958).”

Naquele dia, 19 de novembro, além da expectativa em torno da marcha dessas 11 mil pessoas, saindo da Hospedaria Getúlio Vargas (rua Olavo Bilac) até o centro da cidade, os estudantes ameaçaram se dirigir até a Câmara Municipal (que se localizava no centro de Fortaleza) para pressionar os vereadores, no intuito de aprovar um anteprojeto que visava revogar a lei anterior, que concedia o aumento dos valores das passagens dos ônibus. Com a tensão envolvendo o deslocamento desses abrigados e dos discentes pelos principais logradouros do espaço urbano da capital cearense, as autoridades governamentais aumentaram substancialmente a quantidade de patrulhas policiais, visando abafar com qualquer agitação que surgisse.

Após pressão exercida pelo movimento estudantil, pelos trabalhadores e pelos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas, vereadores, associações de panificadoras e outros sujeitos foram convocados pelo governador em exercício Décio Teles Cartaxo para negociar. A partir do diálogo com os vereadores, que colocaram em pauta na Câmara Municipal o projeto que diminuía em 50% o aumento concedido antes, houve a diminuição do valor do preço dos ônibus. Quanto ao preço do pão, o governador reuniu-se com uma comissão de donos de padarias, que se comprometeu em reduzir o valor da tabela vigente, diminuindo o valor estabelecido anteriormente: de Cr\$ 23,50 (vinte e três cruzeiros e cinquenta centavos) o quilo passaria a custar Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros). Já o valor unitário, vendido a Cr\$ 4,00 (quatro cruzeiros), diminuiria para Cr\$ 3,50 (três cruzeiros e cinquenta centavos). Além disso, houve o compromisso de “dar diariamente uma cota de 50 pães para os flagelados da Hospedaria Getúlio Vargas” (Jornal Diário de Pernambuco/PE, 21/11/1958).

A pressão que essa multidão exerceu, nesses dias de confrontamento direto, ou *frente-a-frente*, como diria RUDÉ (1991), com os agentes do poder e a sociedade civil em Fortaleza propiciou alguns benefícios para trabalhadores, estudantes e migrantes, como a diminuição do preço da passagem, reduzindo assim o impacto que esse acréscimo teria no custo de vida desses sujeitos; assim como o valor do pão, um dos principais e poucos alimentos recebidos pelos sertanejos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas naquela seca de 1958.

Na historiografia que busca perceber a ação desses indivíduos invisibilizados, vemos alguns exemplos de ações análogas. Na França do século XVIII, por exemplo, quando havia más colheitas e a fome era implacável, as pessoas manifestavam sua indignação saqueando mercados e estabelecimentos comerciais, ou “obrigando donos de lojas, moleiros, agricultores

e comerciantes a vender seus produtos por preços menores, ou então forçando as autoridades a intervir em favor dos pequenos consumidores" (RUDÉ, 1991, p. 22).

Considerações Finais

Ao analisarmos uma diversidade de fontes (algumas discutidas acima) que versam sobre o cotidiano e as experiências dos migrantes nordestinos nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas na década de 1950 percebemos que, enquanto aguardavam o momento do embarque para diversas regiões do país, os mesmos criavam redes de solidariedade com outros sujeitos - estudantes, jornalistas, operários, religiosos, dentre outros. Assim, a força de atuação dos migrantes em movimentos políticos e sociais era pleiteada e disputada por diversos grupos sociais, tendo em vista que aqueles sujeitos em deslocamento poderiam pressionar sobremaneira os agentes do poder e contribuir para que houvesse uma "negociação"¹¹, como ocorreu, por exemplo, no episódio da elevação dos preços do pão e das passagens de ônibus em 1958.

Os migrantes, por outro lado, estavam cientes do poder que possuíam e buscavam se atrelar às lutas de outros sujeitos para se beneficiar também, fosse para obter mais alimentos, para definir em quais atividades se ocupariam e/ou para quais regiões do país iriam migrar. Tornavam-se, dessa forma, protagonistas de seus próprios destinos.

11 Utilizamos o conceito de negociação que o historiador Frederico de Castro Neves aborda no livro *A multidão e a história*. O respectivo historiador defende que os retirantes perceberam ao longo do tempo e a partir de suas experiências com a seca que a pressão permanente sobre políticos, representantes de órgãos públicos e outros sujeitos era a melhor arma para ampliar o assistencialismo. (NEVES, 2000)

Referências

Fontes

Reportagem: “Três crianças morreram de fome”. Jornal Tribuna do Ceará/CE, 23/04/1958. Biblioteca Pública do Ceará Menezes Pimentel.

Reportagem: “Nova passeata da fome ontem nesta capital”. Jornal O Povo/CE, 08/09/1951. Biblioteca Pública do Ceará Menezes Pimentel.

Reportagem: “Antes do desfile militar foi realizada uma nova passeata da fome”. Jornal O Democrata/CE, 08/09/1951. Biblioteca Pública do Ceará Menezes Pimentel.

Reportagem: “Levas de flagelados invadem mercados e saqueiam feiras livres de Fortaleza”. Jornal Tribuna do Ceará/CE, 22/04/1958. Biblioteca Pública do Ceará Menezes Pimentel.

Reportagem: “Início de quebra-quebra sufocado pela polícia”. Jornal Unitário/CE, 11/11/1958. Biblioteca Pública do Ceará Menezes Pimentel.

Reportagem: “Estudantes e trabalhadores formam onda de protesto contra a carestia”. Jornal Unitário/CE, 15/11/1958. Biblioteca Pública do Ceará Menezes Pimentel.

Reportagem: “Estudantes cearenses cancelaram a ‘Operação nº2’: reduzido à metade o aumento do pão e do ônibus”. Jornal Diário de Pernambuco/PE, 21/11/1958. Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional.

Reportagem: “Hospedaria do INIC terá sua padaria até o fim do mês”. Jornal O Estado/CE, 12/07/1958. Biblioteca Pública do Ceará Menezes Pimentel.

Reportagem: “Governo Federal ainda deve mais de um bilhão ao Ceará”. Jornal Diário da Noite/RJ, 19/11/1958.”

Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional.

Telegrama enviado pelo governador Raul Barbosa, 1951.
GVcl951.00.00./84. CPDOC/FGV

Bibliografia

AMORIM, Helder Remigio de. “Um pequeno pedaço do incomensurável”: a trajetória intelectual e política de Josué de Castro. 265 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O Segundo Governo Vargas – 1951-1954. Democracia, Partidos e Crise Política.** Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. **A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará.** São Paulo: Hucitec, 2000.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884).** 2013. 255 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

BARCELOS, Janaina. **O uso da fotografia pela imprensa.** Encontro Nacional de História da Mídia, Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.

BESERRA, Bernadete de L. Ramos. **Movimentos Sociais no campo no Ceará (1950-1990).** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

BRAGA NETO, Edgar. **Emigração Cearense entre 1888 e 1915: sentidos, controle e configuração social dos migrantes.** 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas: experiências nas fronteiras do trabalho (1877-1919).** 1^a ed. Curitiba: Appris, 2019.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. **Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877).** Dissertação de Mestrado em História Social, UFC, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. VIDAL, Laurent. **Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil.** Revista História, Ciências e Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro, jun/2013.

CIDRACK, Marlene Lopes. **Visitadoras de Alimentação: legado da Escola Agnes June.** Fortaleza: Edições UFC, 2011.

COUTINHO, Priscila de Oliveira. **“Meu sonho era maior que eu”:** Biografia sociológica de uma trânsfuga de classe. 2015. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos. Trabalhadores na Lida Contra a Fome e a Degradação nas Obras Públicas em Tempos de Seca (Ceará – Anos 1950).** 2016. 240 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

FONTES, Paulo Roberto Guerra. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966).** Tese de doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2002.

GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força – História da miséria e da caridade na Europa.** Lisboa: Terramar, 1986.

GOIS, Sarah Campelo Cruz. **As linhas tortas da migração: estado e família nos deslocamentos para a Amazônia (1942-1944).** 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960).** São Paulo: Annablume, 2003

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1906).** 2006. 346 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LINEBAUGH, Peter. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário.** Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LIRA, Augusto César Gomes de; Paulo Raphael Pires Feldhues. **Entre o desenvolvimentismo e a fome: percursos da ASCOFAM no Nordeste dos anos JK.** Revista de História Regional, 2018.

LOURENÇO NETO, Sydenham. **Modernização, crise e protesto popular: a questão do abastecimento nos anos 50.** XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, 2011.

MACIEL, Carolina Maria Abreu. **Ser estudante na Fortaleza de 1945-1963: a construção de um perfil estudantil através dos discursos e das práticas cotidianas.** 204 f. Dissertação (mestrado acadêmico em História) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, 2017.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará.** Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fortaleza. CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

RAMALHO, Braúlio. **O Centro Estudantal Cearense.** Revista do Instituto do Ceará – ANO CXII – 1998.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Ceará – isolamento e poder na Seca de 1932.** Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

RUDÉ, George. **A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração: ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EdUSP, 1998.

SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SCOTT, James C. **Formas Cotidianas da Resistência Camponesa.** Tradução: Marilda A. Menezes e Lemuel Guerra. Raízes, Campina Grande, volume 21, nº01, p.10-31, jan./jun.2002.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 3^a edição, 2003.

SOBRE O(A)S ORGANIZADORE(A)S E O(A)S AUTORES(A)

ORGANIZADORE(A)S:

Cristiana Costa da Rocha

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), professora do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) - Campus Poeta Torquato Neto, Coordenadora do Núcleo de Documentação e Estudos em História, Sociedade e Trabalho – NEHST/ CNPQ/UESPI, Coordenadora do Projeto Universal CNPQ Fronteiras em Movimento: terra, trabalho e deslocamentos no Meio Norte e Amazônia Oriental (1970-2000).

Marcia Milena Galdez Ferreira

Professora Adjunta III do Departamento de História, vinculada ao Programa de Pós-graduação em História PPGHIST/ UEMA, Doutora. em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Desenvolve pesquisas nas áreas de História Rural, História das Migrações e do Trabalho, Conflitos por terra.

Francivaldo Alves Nunes

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2011), com Estágio Pós-Doutoral na Universidade Nova de Lisboa (2014). Pesquisador Produtividade do CNPq (PQ-2). Atua nos cursos de graduação do Campus de Ananindeua, nos programas de Pós-graduação em História Social da Amazônia (Campus de Belém) e Ensino de História (Campus de Ananindeua). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Rural da Amazônia, com os seguintes temas: conflito de terra, apropriação territorial, agricultura, educação rural, núcleos coloniais e migração. Desenvolve pesquisas também voltadas para Ensino de História e História da Educação

AUTORE(A)S:**Ádyson Lucas dos Santos Oliveira**

Graduando do Curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), membro do Núcleo de Documentação e Estudos em História, Sociedade e Trabalho - NEHST/CNPQ/UESPI, foi bolsista PIBIC e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

Airton dos Reis Pereira

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Campus de Marabá, e dos Programas de Pós-Graduação em Educação Escolar Indígena (UEPA, Unifesspa, UFOPA, UFPA) e em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (Unifesspa).

Ana Hatalia Batista Gomes

Graduanda do Curso de Engenharia Florestal, da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Campus de Marabá, e bolsista PIBIC/CNPq.

Ana Karolina Freire Oliveira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (PPGH-UFC), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Graduada em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Auriele Pereira dos Reis

Graduada em História pela (UEMA), Campus Caxias, Especialista em Ensino de História do Brasil: Cultura e Sociedade pelo IESF e Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da (UESPI).

Beatriz Dutra Sarges

Graduanda do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, da

Universidade do Estado do Pará (UEPA), Campus de Marabá, e bolsista PIBIC/UEPA.

Cássio de Sousa Borges

Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí, participa do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista/CNPq, da Universidade Federal do Piauí. Atualmente é doutorando em História do Brasil no Programa de Pós-graduação em História do Brasil – PPGHB/UFPI.

Charlene Veras de Araújo

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Daniel de Sá Aguiar

Doutorando em História do Brasil (UFPI), Mestre em História (UFPI) e Graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - CE.

Daniel Vasconcelos Solon

Mestre em História do Brasil (UFPI), Doutorando em História (Universidade de Lisboa), Professor na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Jornalista do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Edina Silva Almeida

Graduanda do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Campus de Marabá e voluntária PIBIC/UEPA.

Francisca Cleisla Carvalho de Sousa

Graduanda de História na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Francisco Rairan dos Santos Vilanova

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social

(PPGH) da Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), membro do Núcleo de Documentação e Estudos em História, Sociedade e Trabalho (NEHST/CNPQ) vinculado à Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Natureza e Cultura (UFC).

Francisco Gleison da Costa Monteiro

Docente da Universidade Federal do Piauí/CSHNB, Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Coordenador do Projeto de Extensão “Restauração, Catalogação e Digitalização de documentos eclesiásticos das cidades de Oeiras, Picos e Jaicós”, Líder do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista/ CNPq e Membro do Núcleo de Pesquisa e Documentação em História (NUPEDOCH).

Helane Karoline Tavares Gomes

Professora auxiliar da Universidade Estadual do Piauí, Campus Josefina Demes. Mestra em Antropologia e Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Bacharel em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre pela mesma instituição. Possui Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos e Documentação em História, Sociedade e Trabalho (NEHST/ UESPI), ao Núcleo de Estudos em Meio Ambiente, Saúde e Sociedade (MASS/FUAPI) e ao Grupo de Trabalho “Os Índios na História - Seção Piauí da Associação Nacional de História (ANPUH).

Isaac Giribet Bernat

Doutorado Internacional em História (2012) pela Universitat de Lleida (Estado Espanhol), Professor do Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e coordenador do Núcleo de Estudos sobre Questão Agrária Brasileira.

João Marcel Evaristo Guerra

Bacharel em Direito (UFPI), especialista em Direitos Humanos e Questão Social (PUC/PR) e mestrando em Sociedade e Cultura (PPGSC/UESPI).

Kátia de Araújo Silva

Graduanda em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Laryssa Gomes Pimenta

Mestranda pelo Programa de Mestrado Profissional em História (PPGHIST) na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); Bolsista Capes/FAPEMA (2021-2023); graduada em História - Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); desenvolve pesquisas na área de Ciências Humanas, com foco para História Contemporânea, abordando temas como questão agrária, luta pela terra, movimentos sociais do campo e ensino de história. É membro da equipe do projeto: Luta pela terra no Médio Mearim-MA (1960-1990): experiências, narrativas e deslocamentos, que contou com fomento da FAPEMA.

Lia Monnielli Feitosa Costa

Doutoranda em História Social (UFC), Mestre em História Social (UFC), Especialista em História, Cultura e Sociedade (UESPI), professora SEDUC-PI e bolsista FAPEPI.

Luciane Azevedo Chaves

Doutoranda em História do Brasil (PPGHB/UFPI). Mestra em História Social (UFU). Professora de História EaD do Centro Universitário INTA-UNINTA

Lucas Clementino Feitosa Pinheiro

Graduando do curso de História da UFPI – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. Bolsista do PIBIC/CNPq.

Lucas Ramyro Gomes de Brito

Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura, da Universidade Estadual do Piauí, sob orientação da Profa. Dra. Cristiana Costa da Rocha, além de ser integrante do projeto “Fronteiras em movimento: terra, trabalho e deslocamentos no Meio Norte e Amazônia Oriental (1970-2000)”, financiado pelo Universal/CNPQ.

Ludimila Soares Melo

Graduanda em Licenciatura em História (UEMA), foi bolsista do projeto “Cinema e mundo rural na escola: terra, trabalho e migração interna no Maranhão em tela”, PIBIC/FAPEMA (2020), e do projeto “Luta Pela terra no Médio Mearim (MA) 1960-1990: experiências, narrativas e deslocamentos” PIBIC/FAPEMA durante o primeiro semestre de 2020.

Lueldo Teixeira Bezerra

Graduado em Letras/Português (UESPI). Especialista em Linguística, Literatura e Ensino pelo IESM. Mestrando em Letras (UESPI).

Marcos Oliveira dos Santos

Graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Mestrando em Sociedade e Cultura pelo PPGSC (UESPI).

Maria de Lourdes Andrade dos Santos

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História do Brasil (UFPI).

Natalia dos Santos Gomes

Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI); Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí.

Nathalia da Silva Pontes

Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), integrante do Núcleo de Estudos sobre Questão Agrária Brasileira.

Pamella Ferreira Paiva

Graduanda em História Licenciatura (UEMA), foi bolsista do projeto “Cinema e mundo rural na escola: terra, trabalho e migração interna no Maranhão em tela”, PIBIC/FAPEMA (2020/2021) e foi bolsista do projeto “Luta pela terra no Médio Mearim (MA) 1960-1990: experiências, narrativas e deslocamentos” PIBIC/UEMA durante o primeiro semestre de 2020.

Raimunda Celestina Mendes da Silva

Doutora em letras pela PUCRS. Professora Adjunta da graduação e do PPGL na UESPI. Vice-coordenadora do Núcleo de Estudos em Memória e Acervos.

Raimundo Nonato Lisboa Clarindo

Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (PPHIST).

Renata Felipe Monteiro

Doutoranda em História Social na Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da rede municipal de Fortaleza.

Salânia Maria Barbosa Melo

Doutora em Educação Brasileira (UFC), Estágio Pós-doutoral (UFP), Professora do Curso de História (UESPI) e do Departamento de História e Geografia (UEMA).

Samuel Sousa Lisboa

Graduanda do Curso de Engenharia Florestal, da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Campus de Marabá, e bolsista PIBIC/CNPq.

Vanucia Gnoatto

Doutoranda com bolsa FUPF, pelo PPGH/UPF, Graduada e Mestra em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF).

ÍNDICE REMISSIVO

POVOS INDÍGENAS E A LUTA PELA TERRA NO ESTADO DO PIAUÍ (1990-2021): UM PANORAMA SOBRE AS MOBILIZAÇÕES INDÍGENAS E ESTRATÉGIAS DE OBTENÇÃO E ACESSO A TERRA DOS TABAJARA E TAPUÍO-ITAMARATY, KARIRI E GAMELA

Banco Mundial (37, 45, 46, 343, 362).

Cariri (34, 35, 38, 39).

Comissão Pastoral da Terra (CPT) (34, 38, 176, 197, 323).

Emergência étnica (33, 39, 44).

Gamela (33, 34, 38, 39, 42).

Indígenas (6, 14, 15, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 52, 123, 125, 141, 318, 321, 400).

Kariri (6, 15, 33, 34, 37, 39, 44).

Povos indígenas (6, 15).

Tabajara (6, 15, 33, 34, 37, 38, 39, 44).

Tapuio-Itamaraty (6, 15, 32, 33, 39, 44).

Terras indígenas (31, 32, 34, 38, 39, 41, 42, 56, 179).

RIBEIRINHOS E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: O CASO DA COMUNIDADE DIAMANTE, MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA, SUDESTE DO PARÁ

Área de Preservação Permanente (47, 49, 51, 53, 56)

Biodiversidade (48, 53, 54, 55)

Camponeses (50, 51, 52, 53, 54, 55, 56)

Comunidade Diamante (47, 50, 51, 52, 53, 55, 56)

Comunidades Tradicionais (49, 52, 53)

Igarapé Vermelho (47, 50, 51, 53, 54)

Organização Social (48, 50, 53, 55)

Ribeirinhos (50, 51, 52, 54, 55, 56)

Rio Tocantins (47, 50, 51, 53, 54)

Várzea (47, 52, 56)

ESCRAVIDÃO E LIBERDADE: O LIBERTO DO 13 DE MAIO DE 1888 NA PROVÍNCIA DO PIAUÍ

Escravidão: pág. 61/ 62/65/66/67/68/69/70/71

Liberdade: 61/70

Abolição: 62/66/70

Liberto: 61/64/65/66/67/68

Piauí: 61/62/63/65/66/69

13 de maio de 1888: 61/64/65/67/68/71

Lei do Ventre Livre: 61/69

Lei dos Sexagenários: 61/69

Agricultura: 63/62/64

Lavoura: 62/68/69

A IMPRENSA DO PIAUÍ E OS DISCURSOS SOBRE A POBREZA (1877-1878)

Seca (75, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84)

Imprensa (75, 76, 77, 79, 80, 81)

Migrantes (76, 77, 78, 80, 81, 82, 83)

Discursos (75, 76, 79, 82, 83)

Periódicos (75, 76, 79, 83)

Jornal (75, 76, 78, 79, 80, 81, 84)

Piauí (76, 77, 78, 80, 81, 83)

Política (76, 78, 79, 80, 81, 83, 84)

Migração (76, 77, 79)

Trabalho (75, 80, 81, 82)

A PISTOLAGEM ENQUANTO VIOLENCIA TÍPICA DE FRONTEIRAS E SEM MOVIMENTO E A ROMANTIZAÇÃO DO PISTOLEIRO ENQUANTO FIGURA HEROICA, A PARTIR DA ANÁLISE DE PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS

Sertão nordestino (87, 88)

Região Amazônica (87, 88)

Pistolagem (87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97)

Pistoleiro (87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100)

Violência (87, 88, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 99, 100)

Fronteira (87, 88, 89, 97, 100)

Cinema (87, 88, 89, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100)

Banalidade do mal (94, 96, 97)

Humanidade (88, 96, 97)

Julião Santana (87, 88, 92, 93, 96, 98, 99, 100)

NOS ARREIOS E PATAS DO BOI: MEMÓRIAS DE VIVÊNCIAS EXPERIENCIADAS DE VAQUEIROS NO SERTÃO DE CAXIAS - MA DURANTE OS ANOS DE 1945 A 2015

Vaqueiro (105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118)

História (106, 114, 115, 117, 118)

Memória (105, 106, 113,)

Vivências (106, 114)

Experiências (106)

Práticas (106, 107, 111, 113, 115, 116, 118)

Cultura (106, 107, 111, 113, 115, 116,)

Identidades (113, 115, 117, 118)

Sertão de Caxias (106, 111, 115, 116, 117)

Campear (116, 108, 110, 112, 113, 118)

ENTRE(LINHAS) DE ROÇA E RESISTÊNCIA: A LUTA PELA TERRA NO Povoado SÃO MANOEL- MA (1980)

Coco babaçu (127, 128, 130)

Conflitos agrários (18, 121, 126, 128)

Luta pela terra (18, 121, 126, 127, 129, 130, 131, 133, 135)

Posseiros (18, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137)

Propriedade (122, 123, 124, 127, 134)

Resistencia (18, 121, 125, 126, 128, 129, 133, 134, 135)

São Manoel (18, 121, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136)

Terra (18, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137)

Teologia da Libertação (121, 126, 133, 136)

Violência (125, 126, 128, 130, 131, 132, 134, 135)

AGRONEGÓCIO E DESUMANIZAÇÃO: TRABALHO E ADOECIMENTO, MORTE E LUTO NAS NARRATIVAS DE VIÚVAS DA CHAPADA DO APODI, CEARÁ

Agronegócio (139, 140, 141, 142)

Trabalho (143, 144, 145, 146, 147)

Agrotóxicos (143, 144, 145, 146, 147)

Adoecimento (143, 144, 145, 146, 147)

História Oral (143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151)

Viúvas (148, 149, 150, 151)

Luto (148, 149, 150, 151)

Narrativas (148, 149, 150, 151)

Morte (148, 149, 150, 151)

Vulnerabilidade (143, 144, 145, 146, 147)

ECOFEMINISMO NOS PROCESSOS DE LUTA NA TERRA: O COLETIVO DE MULHERES ARTE É VIDA (ASSENTAMENTO CRISTINA ALVES/MST)

Agroecologia (ou *práticas agroecológicas*, ou *transição agroecológica*, ou *alimentos*)

agroecológicos, ou *experiências agroecológicas*) (155, 158, 159, 163, 164)

Assentamento Cristina Alves (ou *Assentamento*, ou *Cristina Alves*) (155, 157, 158,

159, 160, 162, 163)

Coletivo de Mulheres Arte é Vida (ou *Coletivo*, ou *Coletivo de Mulheres*) (155, 158,

159, 160, 161, 162, 163, 164)

Ecofeminismo (155, 159, 162, 164)

Feminismo (ou *pensamento feminista*) (155, 158, 159)

Luta pela terra (155, 156, 157)

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (ou *MST*, ou *Movimento Sem*

Terra, ou *Sem Terra*) (155, 156, 157, 159, 162, 163)

Reforma Agrária (156, 158)

Regional Itapecuru (157)

Renda familiar (ou *renda*) (160, 161, 162)

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E SEUS BENEFÍCIOS PARA COMUNIDADES DE POVOS TRADICIONAIS NO SUDESTE DO PARÁ: O CASO DA COMUNIDADE RIBEIRINHA DIAMANTE

Agricultura familiar (171, 172)

Camponeses (167, 168, 169, 170, 172, 173, 175, 177, 178)

Comunidades tradicionais (167, 171, 172, 174, 178).

Conflitos (168, 170, 175, 176, 177, 178).

Cultivo(os) (167, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 178)

Famílias (167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178)

História oral (170, 171).

Igarapé Vermelho (168, 169, 171, 173, 174, 176, 178)

Ribeirinhos (168, 169, 170, 172, 173, 174, 176, 177, 178).

Rio Tocantins (168, 169, 173, 174, 178).

EM BUSCA DE TERRAS E DE UM LUGAR-IDEIA: FRONTEIRA AGRÍCOLA E MIGRAÇÃO NO CINEMA DE MURILO SANTOS

Documentário (183, 184, 186, 187, 189, 191, 194)

Murilo Santos (183, 194)

Bandeiras Verdes (184, 186, 188, 191)

Domingos Bala (183, 184, 185, 191, 193, 194)

Tempo (184, 185, 186, 187, 188, 189, 193)

Terra (183, 184, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194)

Natureza (185, 188)

Centro (186, 187, 189, 190, 191, 192)

Passado (185, 186, 188, 189)

Campo (184, 186, 192, 193, 194)

FRONTEIRAS: LABIRINTO AUDIOVISUAL NAS ESCOLAS

Fronteiras (197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 210, 211)

Cinema engajado (201, 207, 209, 213)

Murilo Santos (197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 209, 210)

Memória (197, 198, 199, 201, 204, 208, 209, 212)

Documentário (197, 199, 200, 203, 204, 207, 210)

Campo (197, 198, 199, 200, 201, 207, 208, 209, 210, 212, 213)

Educação popular (202, 203, 211, 213)

Fotografia (197, 200, 204, 205, 206, 210, 212, 213)

Ensino (201, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213)

Sala de aula (203, 204, 207, 209, 210, 213)

MIGRAÇÃO, SECA E A IMPRENSA NO PIAUÍ (1877-1879)

Migração (218, 220, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 232, 233)

Emigrantes (218, 221, 223, 224, 225, 226, 230, 231, 232)

Imprensa (217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235)

Pobres (220, 227, 229, 231, 235)

Calamidade (217, 220, 221, 227)

Província (218, 219, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 233, 235)

Seca (217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 229, 230, 231, 232, 234, 235)

Trabalho (217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232,

233, 234, 235)

Fome (219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229)

Flagelados (217, 221, 226, 227, 229, 230, 231, 233)

OS EFEITOS DA SECA DE 1877-1879 NO PIAUÍ NA NARRATIVA DO PERIÓDICO “A IMPRENSA”

Seca (237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 251.)

Migrantes (237, 240, 241, 245, 246, 248, 249, 250.)

Estiagem (239, 240, 243, 245, 247, 248.)

Retirantes (239, 240, 245, 246, 247, 248, 249, 250.)

Província do Piauí (237, 238, 239, 240, 242, 243, 244.)

Flagelo (237, 239, 240, 243, 245.)

A Imprensa (237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251.)

Século XIX (242, 244, 247.)

Comissão/comissões de socorros (238, 246, 247, 249.)

Discurso/os (248, 250, 251.)

OS TRABALHADORES LIVRES E MIGRANTES DA SECA NO PIAUÍ OITOCENTISTA (1877-1879)

Piauí (255, 256, 259, 266, 267)

Historiografia (255, 256)

História (255, 256, 257, 258, 261, 266, 267, 268, 269)

Trabalhadores livres (256, 261, 262, 263, 264, 255, 266, 267)

Migrantes (256, 261, 262, 264, 255, 265, 266, 267)

Seca (257, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 255, 266, 267)

Terra (257, 260, 262)

Sertão (258, 259, 260, 261, 266)

Sertanejo (261, 267)

Homem (260, 261, 264, 266, 267, 268)

INFLUÊNCIA E SUBVERSÃO SOBRE O CARÁTER DO SERTANEJO DURANTE A SECA DE 1932

Seca de 1932 (271, 274, 276, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 285)

Vida Gemida em Sambambaia (273, 274, 276, 277, 280, 281, 284, 286)

Fontes Ibiapina (271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 283, 284, 286)

Sertanejo (271, 273, 274, 276, 280, 281, 283, 284, 285)

Sertão (272, 274, 280, 281, 283, 284)

Fome (274, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 285)

Nordeste (271, 272, 274, 275, 278, 281, 285, 286)

Tempo (272, 273, 275, 276, 277, 283, 286)

Açoites (272, 273, 274, 278, 279, 282, 284, 285)

Piauiense (271, 272, 273, 274, 275, 281, 284)

Piauí (271, 272, 273, 274, 275, 277, 279, 281, 283, 285)

APONTAMENTOS SOBRE MIGRAÇÕES E COTIDIANO FABRIL RURAL NO ENTRERIOS

Trabalho (287, 288, 289, 290, 293, 294, 295, 298, 299, 300, 302)

Fábrica (288, 289, 293, 294, 295, 297, 298, 299, 303)

Babaçu (288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 297, 298, 300, 301)

EntreRios (287, 289, 294, 295, 302)

Migração (287, 288, 289, 299, 300)

Rural (287, 288, 292, 293, 295, 300)

Extrativismo (289, 291, 292, 299, 302)

Babaçuais (289, 290, 293, 298, 300)

Migrantes (287, 288, 290, 302)

Família (289, 290, 300, 302)

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: OS CASOS DE SUBMISSÃO DA POPULAÇÃO RURAL PIAUIENSE À CONDIÇÃO DE ESCRAVIZADOS POR AGROINDÚSTRIAS NO ENTRE RIOS, 1980 A 2010

Escravidão contemporânea (305, 306, 307, 308, 313, 318)

Agroindústrias (305, 306, 309, 312, 314, 315, 316, 317)

Fontes (306)

Justiça do Trabalho (306, 312)

População rural (305, 314, 317)

Entre Rios (305, 309)

Fiscalização (305, 307, 310, 311, 315, 317)

COMVAP (306, 309, 310, 311, 312, 314, 315, 316)

GECOSA (306, 312, 313, 314, 315)

Piauí (305, 307, 308, 310, 311, 315, 316)

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL NO SÉCULO XXI: EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS DE TRABALHADORES DO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA/PIAUÍ

Trabalho escravo contemporâneo (321, 322)

Ideologia racista/Racismo (322, 333)

Trabalho não-livre: (321, 322, 323, 324)

Fiscalização móvel (327, 328, 329, 330, 331)

Assentamento: (324, 325, 333, 334)

História oral: (324, 333, 334)

Memória: (325, 334)

Ação civil pública/Processo: (331, 332)

Resgatados: (325, 333)

Sistema Capitalista/Global: (323, 334)

CAMPONESES NA FRONTEIRA: AS FRENTEIS DE EMERGÊNCIA E OUTRAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS NO COMBATE AOS EFEITOS DA SECA NO PIAUÍ (DÉCADAS 1970-1980)

Ações Governamentais (339, 342, 355).

Camponês (339, 345, 346, 347, 354, 356, 357, 358, 359).

Classe Social (341, 347, 357, 358).

Frente de Emergência (339, 340, 341, 352, 359).

Nordeste (340, 341, 342, 343, 345, 347, 349, 355, 358, 359).

Piauí (339, 343, 346, 348, 351, 352).

Polonordeste (342, 343, 344, 345, 347, 348, 352, 355, 358, 359).

Projeto Sertanejo (342, 343, 349, 351, 352, 355, 354, 359, 360).

Seca (339, 340, 341, 342, 343, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 359, 360).

Trabalhador Rural (340, 343, 345, 349, 353, 355, 359).

TRAJETÓRIAS DE MIGRANTES DA REGIÃO DOS CARNAUBAIS, PIAUÍ ENTRE 1980 E 2010

Camponezes (367, 370, 376)

Experiências (367, 372, 376)

Fronteira (366)

Irregularidades (373)

Memória (368, 372)

Migrações (365, 368, 369)

Migrantes (365, 368, 369, 371)

Resistência (372, 374, 376)

Solidariedade (366, 367, 368, 372)

Trabalhadores (365, 367, 368, 371, 372, 373, 374, 375)

TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS DE TRABALHADORES (AS) RURAIS RUMO A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BABAÇU NO PIAUÍ (1948 – 1972)

Agroindústria (379, 380, 388)

Babaçu (379, 380, 381, 385, 386, 387, 390)

Braçal (383)

Cotidiano (382)

Extrativismo (380, 386)

Fábrica (379, 380, 383, 385, 386, 387, 388, 389, 390)

Migração (379, 380, 382, 383, 384, 388, 389)

Pobreza (388)

Rural (381, 385, 390)

Trabalhadores (379, 380, 383, 385, 386, 387, 388, 389, 390)

HOMEM E NATUREZA: CONFLITOS E RESISTÊNCIA DE TRABALHADORES ÀS MONOCULTURAS DE EUCALIPTO NO MÉDIO PARNAÍBA MARANHENSE (2010-2018)

Natureza (400, 404, 407)

Trabalhadores (396, 398)

Eucalipto (395, 397, 400, 403, 404, 405)

Médio Parnaíba maranhense (395, 400, 408)

Conflitos por terra (398, 408)

Luta pela terra (404, 406)

Justiça (395, 398, 399, 406)

Comunidades rurais (395, 401, 404)

Suzano (397, 398, 399, 400, 404, 408)

Cerrado (403, 404, 405)

RETORNAR DO PARAGUAI E SE REINSERIR NA FRONTEIRA: DIMENSÕES MÚLTIPLAS E ESPAÇOS ESTRATÉGICOS

Retorno (414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427.)

Território (414, 415, 416, 423, 426.)

Redes (413, 414, 415, 416, 424, 425.)

Paraguai (413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427.)

Estratégias (416, 419.)

Migração (414, 415, 417, 418, 419, 422, 424, 425, 427.)

Fronteira (413, 414, 416, 418, 419, 420, 423, 424, 426.)

Reinserção (413, 423, 424, 425, 426.)

História Oral (413.)

Retornados (414, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 426.)

DESCENDO O TOCANTINS: MIGRAÇÃO DE CAMETAENSES PARA TOMÉ-AÇU – 1950/1970

Cametá (431, 432, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441)

Cametaenses (431, 432, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441)

Japoneses (431, 432, 433, 435, 437, 440)

Cametaenses (431, 432, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441)

Migração (431, 432, 433, 435, 436, 437, 438, 440, 441)

Imigração (432, 433, 436)

Migrantes (431, 432, 433, 434, 435, 438, 439, 440, 441)

Mão de obra (431, 437, 442)

Pimentais (431, 432, 435, 436, 437, 440, 441, 442)

Tomé-Açu (431, 432, 433, 434, 435, 437, 438, 439, 440, 441)

Pimenta-do-reino (431, 434)

Cametá (431, 432, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441)

OS MIGRANTES NORDESTINOS EM MOVIMENTOS SOCIAIS: PASSEATAS DA FOME, SAQUES, REVOLTAS E OUTRAS AÇÕES DE MASSA (CEARÁ, DÉCADA DE 1950)

Hospedaria Getúlio Vargas (448, 449, 450, 451, 453, 454, 455, 456)

Fome (447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 455, 457, 459, 460, 461)

Migrantes (447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 460)

Seca (447, 448, 455, 456, 457, 461)

Fortaleza (447, 448, 451, 452, 453, 454, 455, 457, 458, 459, 460, 461)

Saque (448, 451, 452)

Passeatas (447, 450, 451)

Amazônia (447, 450, 451)

Carestia (448, 452, 453, 454)

Jornal (449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457)



C A P E S



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
UESPI



SOCIEDADE E CULTURA
UESPI



NEHST



Os fios de continuidades dos estudos agrários nos possibilitam conhecer os mais recentes resultados de pesquisas construídas por jovens pesquisadores do Norte e Nordeste do Brasil. Diante de uma contínua e promissora produção historiográfica, esta coletânea “Terra, trabalho e natureza” é um grande exercício na direção de interpretarmos o espaço rural, considerando um pretérito agrário presente na estrutura política e econômica, marcado por conflitos e estratégias de lutas e resistência à expropriação fundiária que marcam a experiência do capitalismo no país.

As interfaces da história social com a história política, agrária e ambiental no Brasil, considerando os recortes regionais direcionam este conjunto de textos, que dialogam entre si. Nesse sentido é possível observarmos questões que perpassam pela organização e apropriação do ambiente rural e o seu impacto sobre os grupos sociais articulados em torno da sua exploração. As políticas de Estado voltadas à questão da territorialidade assim como a utilização do território pelos indivíduos, envolvendo as práticas sociais, ambientais e políticas são questões também presentes.

A coletânea que apresentamos tem sido orientada por problemas que envolvem a história agrária, em que a terra, o trabalho e a migração constituem temáticas centrais de discussões. Uma obra coerente com as atividades desenvolvidas por pesquisadores responsáveis por discussão apresentadas no Seminário Internacional Independências dos Brasis.

Os fios de continuidades dos estudos agrários nos possibilitam conhecer os mais recentes resultados de pesquisas construídas por jovens pesquisadores do Norte e Nordeste do Brasil. Diante de uma continua e promissora produção historiográfica, esta coletânea "Terra, trabalho e natureza" é um grande exercício na direção de interpretarmos o espaço rural, considerando um pretérito agrário presente na estrutura política e econômica, marcado por conflitos e estratégias de lutas e resistência à expropriação fundiária que marcam a experiência do capitalismo no país.

As interfaces da história social com a história política, agrária e ambiental no Brasil, considerando os recortes regionais direcionam este conjunto de textos, que dialogam entre si. Nesse sentido é possível observarmos questões que perpassam pela organização e apropriação do ambiente rural e o seu impacto sobre os grupos sociais articulados em torno da sua exploração. As políticas de Estado voltadas à questão da territorialidade assim como a utilização do território pelos indivíduos, envolvendo as práticas sociais, ambientais e políticas são questões também presentes.

A coletânea que apresentamos tem sido orientada por problemas que envolvem a história agrária, em que a terra, o trabalho e a migração constituem temáticas centrais de discussões. Uma obra coerente com as atividades desenvolvidas por pesquisadores responsáveis por discussão apresentadas no Seminário Internacional Independências dos Brasis.



Universidade
Estadual do Piauí



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM SOCIEDADE
E CULTURA DA UESPI

